

*Violência de Estado na ditadura
civil-militar brasileira (1964-1985)
Efeitos Psíquicos e Testemunhos Clínicos*

REALIZAÇÃO



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Maria Cristina Ocariz
(Organizadora)
Equipe de Terapeutas-pesquisadoras da
Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae

*Violência de Estado na ditadura
civil-militar brasileira (1964-1985)
Efeitos Psíquicos e Testemunhos Clínicos*

EDITORA

Maria Cristina Rios Magalhães

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)

Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli (PUC-MG)

Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho (UFF)

Prof. Dr. Luis Cláudio Figueiredo (USP, PUC-SP)

Profa. Dra. Elisabeth Roudinesco (École Pratique des Hautes Études, FR)

Profa. Dra. Ana Maria Rudge (PUC-RJ)

CAPA

Ana Maria Rios Magalhães, com imagem cedida pelo jornalista e historiador Alípio Freire, através do Instituto Sedes Sapientiae

PRODUÇÃO EDITORIAL

Araide Sanches

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V795

Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985):
Efeitos psíquicos e Testemunhos clínicos / Maria Cristina Ocariz (Org.). –
São Paulo: Escuta, 2015.

368p ; 14x21 cm

ISBN 978-85-7137-371-6

1. Direitos Humanos. 2. Afetados pela Violência de Estado. 3. Testemunhos. 4. Reparação psíquica. 5. Verdade, Memória e Justiça. 6. Ditadura civil-militar no Brasil – 1964-1985. 7. Terrorismo de Estado. 8. Psicanálise. I. Ocariz, Maria Cristina.

CDU 159.964.2:321.6(81)
CDU 616.89170981

Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507

EDITORA ESCUTA LTDA.

Rua Ministro Gastão Mesquita, 132

05012-010 São Paulo, SP

Telefax: (11) 3865-8950 / 3862-6241 / 3672-8345

e-mail: escuta@uol.com.br / www.editoraescuta.com.br

Distribuição gratuita – Venda proibida – 1.000 exemplares em português

Disponível para download em: Ministério de Justiça/Comissão de Anistia:

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>

Sedes: www.sedes.org.br/site/clinica_testemunho_ISS



Diretoria 2013-2015

Carlos Lichtsztejn
Dalka Chaves de Almeida Ferrari
Georgia Vassimon
Maria Cristina Perdomo
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
Pompéa Maria Bernasconi
Vera Luiza Horta Warchavchik (suplente)



Coordenadora da *Clínica do Testemunho* Instituto Sedes Sapientiae

Maria Cristina Ocariz

**Terapeutas-pesquisadoras da
Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae**

M. Liliana I. Empanan Martins Pereira
Nana Corrêa Navarro
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves

Gestora Administrativa

Patrícia Gonçalves Vieira

Presidenta da República

DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretário-Executivo

MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Presidente da Comissão de Anistia

PAULO ABRÃO

Vice-presidente da Comissão de Anistia

JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA
FILHO

Conselheiros da Comissão de Anistia

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO OTÁVIO P. ARAÚJO PINTO
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO

JUVELINO JOSÉ STROZAKE

MANOEL SEVERINO M. DE ALMEIDA

MÁRCIA ELAYNE B. DE MORAES

MARINA SILVA STEINBRUCH

MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE

MARLON ALBERTO WEICHERT

NARCISO FERNANDES BARBOSA

NILMÁRIO MIRANDA

PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO

RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI

ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO

RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS

VANDA DAVI F. DE OLIVEIRA

VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Diretora da Comissão de Anistia

AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Chefe de Gabinete

RENATA BARRETO PRETURLAN

**Coordenadora Geral do Memorial da
Anistia Política do Brasil**

ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

A Comissão de Anistia foi criada em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça com a missão de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988.

Integrada por 26 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, a Comissão recebeu cerca de 75 mil requerimentos de anistia entre 2001 e 2015. Nesse período, declarou quase 40 mil pessoas anistiadas políticas, formalmente reconhecidas as violações por elas sofridas e pedindo desculpas em nome do Estado Brasileiro. Em mais de 20 mil casos, também reconheceu o direito à reparação econômica.

Com tantos processos, o acervo da Comissão de Anistia é o maior repositório de informações sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais, registros hemerográficos e depoimentos agregados pelas vítimas. Esse acervo tornar-se-á público com o Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas em construção em Belo Horizonte.

A Comissão promove ainda diversos projetos de educação, cidadania e memória. Nas Caravanas de Anistia, foram realizadas mais de 90 sessões de apreciação de pedidos em locais onde ocorreram violações de direitos. Anualmente, também são realizadas chamadas públicas para financiar iniciativas sociais de memória, fomentar o intercâmbio internacional de práticas e conhecimentos, especialmente entre países do Hemisfério Sul e promover a reparação psíquica a vítimas da violência ditatorial.

Clínicas – Lançado em 2012, o Projeto Clínicas do Testemunho fomenta a implantação de núcleos de apoio e atenção psicológica a pessoas afetadas pela violência de Estado, abordando os reflexos da violência ditatorial que se perpetuam no psíquico das vítimas.

É mais uma forma de o Estado reconhecer os erros cometidos por seus agentes e contribuir para a reparação plena: qualquer reparação que se restrinja aos campos financeiro e moral deixa uma fissura no campo psicológico que precisa ser estudada e erradicada por uma política pública de qualidade.

É no contexto da Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política, que surgem as Clínicas do Testemunho. O projeto tem por objetivo a implementação de dispositivos e núcleos de apoio e atenção psicológica às vítimas diretas e indiretas e às testemunhas da violência praticada por agentes do Estado entre 1946 e 1988. No âmbito do projeto, os atendidos podem trocar experiências com seus pares por intermédio de escutas realizadas por equipe com conhecimento específico, por intermédio de metodologia apropriada para lidar com traumas advindos da violência do Estado.

O projeto se fundamenta, dessa forma, sobre uma base de três elementos: atenção às vítimas; capacitação de profissionais que lidam com vítimas de violência de Estado; e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências, de tal forma a alargar sua amplitude. Desta forma, as entidades selecionadas atuam não apenas como clínica propriamente dita, mas também como espaço de formulação em rede de conhecimentos que possam ser posteriormente aplicáveis por outros profissionais.

Tal conhecimento poderá ser compartilhado pelas clínicas tanto entre si quanto com o próprio Estado de forma a consolidar metodologias de atendimento a vítimas da violência estatal.

Vale ressaltar que — ao facilitar que experiências de violações sejam relatadas em um contexto de um atendimento clínico de reparação psicológica — o projeto trará o benefício indireto de levar, talvez pela primeira vez, conteúdos reprimidos da esfera privada do trauma (etimologicamente, “sonho”) à esfera pública do discurso. Consolidará desta forma tecnologias de articulação da memória e qualificação do atendimento a vítimas que decerto poderão ser aplicadas a pessoas atingidas direta ou indiretamente pela violência do Estado não apenas entre 1946 e 1988, mas também em outros períodos históricos.

A Comissão de Anistia amplia e dá efetividade às políticas públicas de reparação do Estado brasileiro e permite que a sociedade conheça o passado e dele extraia lições para o futuro, reiterando a premissa de que apenas conhecendo o arbítrio estatal do passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da anistia política um caminho para a reflexão crítica, para o aprofundamento democrático e para o

resgate da confiança pública dos cidadãos com as instituições estatais, contribuindo com o enfrentamento do legado autoritário da ditadura civil-militar.

O projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais ou uma única metodologia se imponha no campo epistemológico, em respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica, à memória e à reparação, disseminando valores imprescindíveis a um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Desde a criação do projeto, em 2012, a relevância das ações de reparação psíquica vem sendo reforçada por outros órgãos. Nesse sentido, o projeto encontra respaldo na recomendação n. 15 do relatório da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014. Segundo o relatório:

As vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo, por meio da rede articulada interseccionalmente e da capacitação dos profissionais de saúde para essa finalidade específica. A administração pública deve garantir a efetividade desse atendimento.

A pertinência da iniciativa também é reafirmada pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que estabeleceu, no caso *Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil*, que “o Estado deve oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeiram”, afirmando a obrigação da reparação estatal por violações de direitos humanos cometidas por seus agentes também no âmbito da reparação psíquica.

Sumário

Prefácio, *Paulo Abrão* 17

Apresentação, *Maria Cristina Ocariz* 21

TRABALHOS CLÍNICO-POLÍTICOS REALIZADOS

As Conversas Públicas como dispositivo terapêutico.

A importância do Testemunho 29

Maria Cristina Ocariz, M. Liliana I. Emparan

Martins Pereira, Nana Corrêa Navarro,

Paula Salvia Trindade, Tereza Cristina Gonçalves

Grupo de Acolhimento e Escuta. Testemunhos Clínicos
de uma intervenção 41

Maria Cristina Ocariz, M. Liliana I. Emparan Martins Pereira

Grupo de Reflexão e Testemunho:
seus impasses e construções 51

Maria Cristina Ocariz, Paula Salvia Trindade,

Tereza Cristina Gonçalves

Oficinas de Capacitação e Formação para profissionais
da Saúde Pública e da Justiça: construindo redes 71

Maria Cristina Ocariz, Nana Corrêa Navarro,

Tereza Cristina Gonçalves

Conversas Públicas:

2ª Conversa Pública. Filme *Hoje*, de Tata Amaral
Reflexões sobre a elaboração do luto no caso
de desaparecidos políticos **89**

M. Liliana I. Emparan Martins Pereira

3ª Conversa Pública. Lei de Anistia 1979-2013.
O que falta? **101**

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Atendimento psicológico aos peritos do
Grupo de Trabalho de Perus **115**

Maria Cristina Ocariz,

Paula Salvia Trindade

Tereza Cristina Gonçalves

REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS SOBRE NOSSA CLÍNICA

A psicanálise e as consequências psíquicas dos
fenômenos ditatoriais **127**

Maria Cristina Ocariz

O trauma, a palavra e a memória na
Clínica do Testemunho **149**

Lia Lima Telles Rudge, Maria Cristina Ocariz,

Maria Carolina Gentile Sciulli,

M. Liliana I. Emparan Martins Pereira,

Nana Corrêa Navarro, Paula Salvia Trindade

Tereza Cristina Gonçalves

Possibilidades de narrar a experiência traumática:
testemunhando a transmissão **175**

M. Liliana I. Emparan Martins Pereira

Clínica, Memória e Cidadania **187**

Vera Luiza Horta Warchavschik

Violência de Estado e resistência(s) **209**

Maria de Fátima Vicente

FORMAÇÃO DE REDES DE REPARAÇÃO PSÍQUICA

Figuras da resistência, o *homo sacer* brasileiro
contemporâneo e a construção do comum **229**

Maria Angela Santa Cruz

Um processo de formação universitária na época
da ditadura: alternativas às práticas oficiais **251**

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa

Direitos (e) humanos no Brasil contemporâneo **269**

Vera Malaguti Batista

Verdade, Memória e Justiça na Saúde em São Paulo:
uma questão em aberto **289**

Carlos Botazzo

O papel da Verdade na construção da memória comum **299**

Adriano Diogo

A busca por Memória, Verdade e Justiça 305
Ana Paula Brito, Maurice Politi, Milton Bellintani

TESTEMUNHOS DOS PARTICIPANTES DAS
ATIVIDADES CLÍNICO-POLÍTICAS

A reconstrução pela palavra dos vínculos quebrados
pela ditadura 315
Milton Bellintani

Ângela M. Bicalho Antunes Bueno 319
Carlos Botazzo (Baxo) 322
Cristina Almeida de Souza 324
Darcy Andozia 327
Elzira Vilela 332
Fernando Di Giorgi 335
Isabel Luiza Piragibe 340
Joana Brasileiro 345
Maria Celeste Faria Marcondes 347
Maria do Rosário Martinez Correa (Lala) 350
Milton Bellintani 352
Regina Elza Solitrenick 354
Samuel Kilsztajn 358
Thaelman Carlos Machado de Almeida 360
Yara Azevedo Cardoso 362

Posfácio

Instituto Sedes Sapientiae:
a transmissão como ato político 363

Prefácio

Para bem compreendermos o significado histórico e a potência política da criação da Rede Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, eu gostaria de falar sobre uma acusação que é frequentemente feita contra os que lutamos, no Brasil, pela efetivação dos direitos à preservação da Memória das vítimas da ditadura civil-militar (1964-1985), ao esclarecimento da Verdade das circunstâncias das graves violações de Direitos Humanos ocorridas nesse período, à responsabilização dos agentes do Estado Ditatorial pela Justiça, à Reparação integral pelos danos causados e às Reformas das instituições cujas estruturas são legatárias do período de arbítrio — direitos que, como sabemos, constituem os pilares da Justiça de Transição.

Trata-se da acusação segundo a qual nós estaríamos contando apenas uma versão da história, como se estivéssemos nos posicionando diante de uma luta entre dois demônios: de um lado, o demônio do Estado ditatorial e, de outro, o demônio que nossos acusadores insistem até hoje em chamar de “terrorismo”. Seria, então, por tomarmos partido em

uma briga que comportaria dois lados — e que, portanto, comportaria ao menos dois tipos de verdade, dois tipos de resgate da memória — que, longe de esclarecermos a verdade dos crimes cometidos pelo Estado Ditatorial, estaríamos antes contando uma “meia-verdade”.

Em primeiro lugar, é importante que deixemos claro o tamanho da covardia, da hipocrisia e do cinismo que estão presentes nesse tipo de acusação. De imediato, é fácil notar a covardia evidente que reside na tentativa de se equiparar a violência promovida sistematicamente por um Estado autoritário — Estado que organizou todo o seu aparato repressivo contra os seus próprios cidadãos — com a resistência em condições precárias de alguns grupos que se recusaram a aceitar tamanha brutalidade. Mas, por outro lado, existe uma covardia mais profunda, pois encoberta pelo cinismo da acusação, que o trabalho de nossas clínicas podem ajudar a desvelar.

Qualquer pessoa que tenha apreço pelas liberdades individuais e coletivas só pode sustentar que, em uma democracia, a História não é outra coisa senão a permanente, incessante e ininterrupta contraposição de histórias. Não há e não pode haver sociedade democrática que queira impor uma história única, uma narrativa que não possa ser questionada, um discurso que deva ser aceito na marra. Ora, é curioso notar que aqueles que nos imputam tal acusação são os mesmos que querem defender um regime que fazia exatamente isso: regime que se fundamentava no uso da violência contra todos os que não tivessem um discurso idêntico ao seu.

Todas as narrativas que não fossem a narrativa oficial tinham de ser silenciadas, todos aqueles que sustentassem essas narrativas tinham de ser presos, torturados, assassinados

e desaparecidos. Desaparecidos, porque nem mesmo as suas mortes e seus cadáveres podiam possuir existência simbólica. Ou seja, nem mesmo a narrativa da violência, inscrita nesses corpos, eles queriam que viesse à tona. O destino dessa memória seria, então, a vala comum da história.

São poucas as iniciativas capazes de, tanto quanto as Clínicas do Testemunho, deixar tão clara a potência política, sempre transformadora da realidade, da efetivação dos pilares da Justiça de Transição. É certo que os pacientes atendidos neste que é o primeiro projeto de reparação psíquica a ser desenvolvido no Brasil, carregam dores, sofrimentos intensos e marcas profundas. Mas eles demonstram, sobretudo, que não se silencia uma luta impunemente. Pois seus sintomas, suas dores e suas marcas são, também, portadores de uma verdade. Verdade que foi silenciada, mas que, em silêncio, resistiu. É esta a verdade pela qual tanto lutamos e é ela que ressurge, enfim liberta, na fala de cada paciente das Clínicas do Testemunho.

Desde 2007, a Comissão de Anistia tem expandido o escopo de suas ações. Por um lado, por entender que as iniciativas de reparação não podem se apartar dos demais mecanismos da Justiça de Transição, temos levado a cabo trabalhos que contribuem de modo importante para o fortalecimento dos direitos à Verdade e à Memória. Por outro, temos contribuído para a ampliação do entendimento do próprio conceito de Reparação, que inclui hoje medidas reparatorias de caráter individual, coletivo, moral e psíquico, indo muito além do reparo financeiro.

Neste contexto, inserem-se ações como as Caravanas da Anistia, sessões públicas itinerantes que deslocam o processo de apreciação de requerimentos aos próprios locais

onde ocorreram as violações, o Marcas da Memória, iniciativa de fomento a atividades culturais da sociedade civil que contribuem para resgate da Memória histórica, e o Trilhas da Anistia, ação de criação e instalação de monumentos públicos em locais que foram palco de perseguições políticas. Ao mesmo tempo, estamos construindo em Belo Horizonte o primeiro local de memória federal dedicado às vítimas da ditadura: o Memorial da Anistia Política, onde, acompanhados de uma instalação museográfica interativa, serão colocados à disposição do público geral os arquivos da Comissão de Anistia, uma das mais amplas documentações existentes sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Assim como não existe violência sem trauma, mortes sem cadáveres ou assassinatos sem criminosos, não existe discurso que possa ser plenamente silenciado. E, se a clínica psicanalítica mostra de forma inequívoca e incontestável que a violência produzida por um Estado ditatorial tem a capacidade perversa de atravessar diferentes gerações — surtindo, tristemente, efeitos ainda observáveis na vida dos filhos e netos dos perseguidos políticos da ditadura — as Clínicas do Testemunho, ao promover o resgate de centenas de narrativas outrora silenciadas, não deixam nenhuma dúvida de que também a luta pela liberdade e pela democracia não foi e não vai ser apagada pelo tempo.

Paulo Abrão

Brasília, 25 de maio de 2015

Apresentação

Maria Cristina Ocariz
Coordenadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*

O projeto “Clínicas do Testemunho” da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça é resultado de um longo processo de responsabilização pelo Estado e pela sociedade civil brasileira na promoção da Justiça, da Verdade e da Memória daquelas pessoas afetadas pela violência de Estado. Esses longos anos de violação dos Direitos Humanos trouxeram graves consequências para toda a sociedade. No caso daqueles envolvidos direta ou indiretamente nesse processo de perseguição, sequestro, prisão, tortura e exílio, a necessidade de Justiça e reparação torna-se urgente.

Criada há mais de 12 anos, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais, permitindo o reencontro do Brasil com seu passado. A Comissão de Anistia realiza várias ações, nos âmbitos coletivo e individual, entre elas: Projeto Marcas da Memória, Caravanas da Anistia, Audiências Públicas e Projeto Clínicas do Testemunho.

Desde sua criação,¹ a Comissão de Anistia passa a ser responsável pela política de reparação simbólica no Brasil, onde o testemunho dos afetados pela violência de Estado adquire um papel fundamental. Em princípio, o Estado ofereceu reparação econômica às vítimas e familiares. A partir de 2012, iniciou também a reparação psicológica.

O Ministério da Justiça lançou o Edital do Projeto “Clínicas do Testemunho”, da Comissão de Anistia, para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência do Estado (1946-1988).

O Instituto Sedes Sapientiae formou uma Comissão específica que pensou um Projeto para responder ao Edital do Ministério de Justiça. Fizeram parte dessa Comissão: Antonieta Whately, Dalka Chaves, Edson Takeyama Miyahara, Eduardo Kenji, Igor Dias Caldeira, Isabel Mainetti, Marcia Mendes, Maria Angela Santa Cruz, Maria Cristina Ocariz e Maria Cristina Perdomo, todos profissionais do Instituto.

Assim, surgiu o Projeto “Clínicas do Testemunho”, que é importante não só pela proposta de reparação necessária aos que sofreram a violência das ditaduras, mas também pelo que significa em termos de memória histórica, reconhecimento da verdade e combate à violência que não cessa de se manifestar.

O processo de reparação individual da memória está ligado à possibilidade de elaboração das marcas traumáticas da violência de Estado vividas pelos sujeitos. A atenção

1. Lei n. 10.559/2002, Presidência da República, 2002.

psicológica é uma das formas possíveis de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal.

O Instituto Sedes Sapientiae, fazendo jus à sua trajetória clínica e política, apresentou, nesse concurso, um projeto que além de ser um instrumento de garantia ao direito à Memória, à Verdade e à Reparação psicológica, produzirá insumos para elaboração de políticas públicas e para a transformação democrática das instituições, para que o horror não se repita.

O Sedes tem como marca inalienável de sua história a luta pela defesa dos Direitos Humanos, pela democracia e pela resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Seus objetivos, decorrentes de sua Carta de Princípios, podem ser resumidos na frase de Madre Cristina, sua fundadora: “(...) que não anoiteça calmo o nosso sono, enquanto todas as pessoas não gozarem do inalienável direito de ter direitos”.

O Projeto “Clínicas do Testemunho” da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça é muito importante para o Instituto Sedes Sapientiae, porque este tema tem uma relação direta com sua história político-científica e com seus ideais. A luta pelos Direitos Humanos é o seu princípio fundamental e conduz suas diretrizes de ação. O Sedes sempre foi palco de vários projetos inovadores em termos de Educação e Saúde Pública, desenvolvendo diversas atividades na área clínica, na educação popular (CEPIS), na formação de profissionais e na interlocução com movimentos sociais.

O marco fundante de sua criação foi a Clínica Psicológica, de papel fundamental na história da Instituição. Ao longo de seus 40 anos de existência, vem se ocupando dos desdobramentos psíquicos e sociais das diversas formas de violência de Estado, inclusive das atuais. Na época da

ditadura de 1964, a Clínica atendeu os militantes das causas populares e democráticas, os perseguidos políticos e seus familiares, quando estavam em sofrimento psíquico, e os protegeu ocultando-os clandestinamente em seu espaço, quando estavam em risco por sua escolha pela luta revolucionária.

Foi no espaço do Sedes que se realizaram as primeiras reuniões em defesa da anistia, que resultaram no Movimento pela Anistia no país e na promulgação da Lei n. 6.683 de 28 de agosto de 1979, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

No final dos anos 1970, o Sedes se consolidava como centro de pesquisa e de transmissão de conhecimentos da psicologia clínica e da educação popular, mas também como comunidade ativa na multiplicação de lideranças e de quadros nesses dois âmbitos de ação. Ainda nessa época, outra leva de militantes perseguidos buscou o Sedes como possibilidade de abrigo e de esperança. Aqui chegaram os trabalhadores em Saúde Mental de outros países latino-americanos submetidos igualmente por ditaduras militares, principalmente da Argentina, mas também do Uruguai.² Estes militantes que chegaram ao Brasil por serem perseguidos em seus países de origem, como tantos outros também encontraram acolhida no Sedes e se implicaram, passaram a fazer parte da história que aqui se construía.

Hoje, as novas gerações que aqui fazem sua formação continuam comprometidas com “a transformação qualitativa

2. Maior detalhamento sobre todo este processo pode ser consultado no livro *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa-Um, maio de 2006, p. 65-90.

da realidade social, estimulando todos os valores que aceleraram o processo histórico no sentido de justiça social” (Carta de Princípios do Instituto).

Apesar de passados 50 anos do golpe de Estado de 1964, acreditamos que os efeitos traumáticos podem sempre ser elaborados, pois se reeditam na atualidade através de novas configurações, havendo, contudo, sempre restos impossíveis de inscrição. Só recordando, repetindo e elaborando³ podemos ter esperança de que o horror “nunca mais se repita”. Os efeitos devastadores desses crimes incidem tanto no plano coletivo quanto no individual, com ressonâncias para as gerações seguintes. Ao invés de apagar vestígios, queremos recuperar a memória; ao invés de esquecer a história, queremos recontá-la. E, sobretudo, legar àqueles que nos sucedem o que lhes corresponde por herança simbólica.

Organizamos este livro seguindo os três eixos de nosso Projeto:

- a) Atendimento clínico, em grupo ou individualmente. Grupos ampliados de reflexão, elaboração e testemunho. Conversas Públicas, consideradas espaços clínicos.
- b) Capacitação e formação de agentes multiplicadores na área da Saúde Mental e de profissionais da área da Justiça, para atendimento clínico e escuta diferenciada dos afetados pela violência de Estado durante a ditadura militar.
- c) Pesquisa: produção de conhecimento a partir do atendimento à população específica. Registro do material

3. Aqui a referência ao conhecido texto de Sigmund Freud, “Recordar, repetir e elaborar” de 1914.

clínico para a elaboração de hipóteses clínicas e de insu-
mos para políticas públicas destinadas aos afetados pela
violência de Estado.

Apresentaremos, na primeira parte, artigos sobre os
trabalhos clínico-ético-políticos realizados; na segunda par-
te e terceira textos sobre as formulações teóricas e políticas
que nossa clínica nos permitiu elaborar; e, na quarta, teste-
munhos de alguns dos participantes de nossas atividades.

Nossa proposta é deixar um registro histórico, políti-
co, ético e psicológico dos anos da ditadura no Brasil, com-
preendendo, contudo, que o processo ditatorial de nosso
país formou parte do amplo espectro repressivo sofrido em
toda América Latina.

Esperamos que desfrutem e aproveitem a leitura!

São Paulo, abril de 2015.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras
da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina.
Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside no Brasil des-
de 1978; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de
Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora
do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

TRABALHOS
CLÍNICO-POLÍTICOS
REALIZADOS

*As Conversas Públicas como
dispositivo terapêutico.
A importância do Testemunho*

*Maria Cristina Ocariz
M. Liliana I. Emparan Martins Pereira
Nana Corrêa Navarro
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves*

*Meu pai contou para mim;
Eu vou contar para meu filho.
Quando ele morrer?
Ele conta para o filho dele.
E assim: ninguém esquece.*

*(Kelé Maxacali, índio da aldeia
de Mikael, Minas Gerais, 1984).¹*

A Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae é composta atualmente por cinco psicanalistas com ampla experiência clínica, afinidade ideológica com o projeto, interesse na temática da violação dos Direitos Humanos e

1. ARQUIDIOCESE de São Paulo. Epílogo. In: *Brasil nunca mais*, Petrópolis, RJ.: Vozes, 1987, p. 273.

desejo de criar intervenções clínico-ético-políticas que contribuam no processo de transformações subjetivas e sociais.

A capacitação para este trabalho específico, feita nos meses iniciais, abrangeu o levantamento, coletivização e discussão de bibliografia, filmografia e outras referências pertinentes ao tema; oficinas de trabalho com grupos políticos e instituições para discutir e potencializar as experiências já realizadas anteriormente.

A partir da reunião das “Clínicas do Testemunho” com os integrantes da Comissão de Anistia — Brasília, janeiro de 2013 — decidimos começar nosso trabalho com o dispositivo das Conversas Públicas, como uma maneira de apresentar e difundir o projeto psicológico-ético-político que estava nascendo.

O objetivo principal das Conversas Públicas é chamar a atenção e sensibilizar a sociedade de forma geral sobre as consequências da ditadura militar e seus métodos repressivos na vida de todos os cidadãos brasileiros, assim como enfatizar o valor do testemunho na consolidação de uma política de Reparação, Memória, Verdade e Justiça.

No contato ativo com diferentes grupos, percebemos que poucas pessoas conheciam a proposta das Clínicas do Testemunho e considerávamos que toda a sociedade precisava compreender esse projeto. Apostávamos na potência suscitada pela possibilidade de conversar publicamente sobre a implantação do Estado de exceção, a interrupção do processo democrático de direitos e liberdades e as consequências nefastas desse período na vida de todas as pessoas.

Sentíamos, portanto, a necessidade de incluir os cidadãos neste debate público e não somente os diretamente afetados pela ditadura. Acreditávamos, assim, que as pessoas

poderiam ir relembando desse passado sombrio e, ao refletir sem censura sobre esta temática tão silenciada, pudessem se sentir parte dessa história. Pretendíamos desmitificar as crenças, os estereótipos e as falhas de informação que a censura, o medo e a paralisia haviam cristalizado.

A *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* realizou sete Conversas Públicas. Nesses eventos exibimos os filmes *15 Filhos*, dirigido por Marta Hering (16 de abril de 2013); *Hoje*, de Tata Amaral (9 de maio de 2013); *Anistia 30 anos*, documentário produzido pelo Ministério da Justiça (28 de agosto de 2013); *O fim do Esquecimento*, de Renato Tapajós (20 de maio de 2014); *Verdade 12528*, de Paula Sacchetta e Peu Robles (30 de outubro de 2014); e *Corpo*, de Rubens Rewald (maio de de 2015).

Nessas Conversas promovemos mesas-redondas, debates e conferências sobre os temas: trauma, memória, esquecimento, prisão, tortura, mortos e desaparecidos, ocultação de cadáveres, testemunho, verdade, Lei de Anistia, algumas das quais serão reproduzidas neste livro.

Esse espaço aberto tem sido uma experiência ímpar tanto para os participantes quanto para os organizadores, a equipe de terapeutas-pesquisadoras da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapiente* e seus parceiros — Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, Memorial da Resistência de São Paulo, Núcleo de Preservação da Memória Política, Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, Conselho Regional de Psicologia, Departamentos e Cursos do Instituto Sedes Sapientiae. Participaram psicólogos, psicanalistas, cientistas sociais, cineastas, jornalistas, historiadores, pesquisadores universitários, estudantes... e todos os cidadãos que assim o desejaram.

Consideramos as Conversas um espaço terapêutico que ajuda a colocar em palavras as terríveis experiências pelas quais muitos dos presentes tinham passado e outros tinham sido impedidos de conhecer. Ao poder falar, rompe-se com o mandato repressivo do silenciamento, do esquecimento, percebe-se que existem sentimentos compartilhados, o que promove uma circulação de ideias e afetos. As pessoas retratam alívio ao poder relatar, contar a versão delas da História — diferente da História Oficial — e sentir que há espaço de legitimação dos sentimentos e histórias antes caladas violentamente. Constatamos a presença do desejo de falar, de se envolver nos debates; os participantes são estimulados a falar e não apenas a ouvir. O resultado tem sido muito positivo: as pessoas se sensibilizam, se envolvem e se encorajam a falar, pesquisar, estudar essa temática tão atual, até pouco tempo sem espaço no corpo social.

Participaram pessoas de todas as idades; essa “renovação” é importante para manter uma memória realmente viva do período da ditadura.

Em cada Conversa Pública que acontece, há uma grande troca que certamente nos direciona enquanto terapeutas-pesquisadores a ampliar nosso olhar e nossa escuta, o que reflete positivamente nos atendimentos clínicos.

TESTEMUNHO

Como psicanalistas, apostávamos no poder inestimável da palavra e os seus efeitos na vida das pessoas. As palavras ditas e ouvidas nas Conversas Públicas ajudaram a promover associações, reflexões e debates, movimentando ideias e

juízos preestabelecidos. As Conversas Públicas têm a possibilidade de promover situações testemunhais; através da troca de experiências entre aqueles que viveram diretamente o terrorismo de Estado e aqueles que querem compreender o que ocorreu; os relatos acabam fisgando aqueles que escutam.

Aquilo que é narrado de forma testemunhal volta a adquirir a temporalidade do presente — mesmo que tenha acontecido há muito tempo — já que a emoção manifestada por aquele que viveu e relembra a experiência, tem um poder que poucas histórias possuem.

A experiência testemunhada implica o ouvinte de forma consciente e inconsciente. O testemunho vivenciado em uma Conversa Pública traz a possibilidade da pergunta, do questionamento e de resposta a interrogantes. Consideramos esta experiência grupal pública terapêutica.

Na 4ª Conversa Pública, realizada no Memorial da Resistência de São Paulo, em 24 de novembro de 2013, sábado, a equipe de terapeutas-pesquisadoras apresentou suas ideias sobre o que entendemos por testemunho para promover a discussão.

Como psicanalistas temos como princípio ético que a verdade encoberta manifesta-se em repetição e sintomas sociais e/ou subjetivos. Portanto, é nossa função o compromisso com a produção de uma verdade. Oferecer espaços de fala e escuta promove o relato testemunhal e a reconstrução de verdades. Em outras palavras, o sujeito testemunhal é um sujeito implicado.

O conflito entre memória e esquecimento está presente nas próprias vítimas; existe o pudor de recordar os acontecimentos, pois os mesmos aparecem como não passíveis de elaboração. É necessário um novo desejo de

saber e uma revalorização ética e estética da luta contra o desconhecimento.

O poder sádico, o poder fascista dos Estados ditatoriais só pode ser destruído com a explicitação do acontecido. Desvelar “aquilo que não se sabe” através da elucidação dos fatores conscientes e inconscientes na raiz desse “não saber” é doloroso, mas, acreditamos, é o único caminho possível contra o horror, contra o sinistro, capaz de gerar justiça, verdade e reparação psíquica.

Os executores do sinistro mantem-se insensíveis aos efeitos do horror. Eles mesmos são o sinistro; sobretudo se logram a impunidade que pretendem.

O que fazemos tem a ver com o que reconhecemos como essencial: a reparação da possibilidade do sujeito recuperar seu *status* de sujeito desejante, autônomo, e se liberar da opressão e das amarras violentas dos ditadores, com tudo o que isso implica quanto à não vitimização, quanto a encontrar as próprias palavras para nomear o inominável e se autorizar em seus atos.

A repressão promove o sintoma neurótico que, como retorno do reprimido, expressa o que não pode ser recordado. A elaboração e inscrição dos acontecimentos traumáticos nos marcos individuais e coletivos são uma possibilidade de evitar a repetição. A irrupção do real, do não simbolizado, em sintomas no corpo pulsional pode ser evitada.

Em 1914, Freud escreve um artigo muito importante “Recordar, repetir e elaborar”. O fundamento desse artigo é que as situações traumáticas devem ser recordadas, processadas e elaboradas.

A possibilidade de compartilhar lembranças, recordações dos traumas vividos é uma forma de elaborar e

transformar os medos, as ameaças, o sofrimento em narrativas vitais e construtivas de uma história reprimida, que se faz consciente e volta a se iluminar. Através de seus relatos, os afetados dão provas dos crimes cometidos contra os militantes que fizeram resistência política à ditadura e lutaram pela democracia. Dão testemunho da dor, da vergonha, do medo que é tão difícil de ser colocado em palavras, pois possui um caráter incompreensível e inacreditável. Do olhar dos outros que não querem escutar essas histórias horríveis. Por que as pessoas não querem ouvir? Existem histórias que são insuportáveis para os seres humanos.

Em nome da governabilidade, tenta fixar-se um pacto de silêncio, onde não se deve olhar mais para o passado, sob pena de se abrirem as suas feridas. Nestes termos, constata-se um uso político da memória para coincidi-la com a hermenêutica dos dominadores e isto, na verdade, constitui-se em uma não memória.²

Testemunhar é uma escolha ética e política oposta ao silenciar. Dolorosa, mas permite que a verdade apareça, que pare a repetição, que a História seja transformada. Não pode ser uma experiência privada, porque seu valor exige a presença de Outro que o escuta e reconhece. Essa escuta e reconhecimento se fazem pela convicção na importância simbólica dos testemunhos para a construção de uma memória compartilhada.

2. ABRÃO, P. e GENRO, T. *Memória histórica, justiça e democracia sem fim*. Conferência de abertura do Seminário Luso-Brasileiro sobre Regime e Memória Política proferida pelo Ministro da Justiça do Brasil em 20/abril/2009 no Centro de Estudos Sociais – CES da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Psicanaliticamente, o traumático é aquilo que retorna e está ligado à repetição. Existe o fato traumático em si, mas também a impossibilidade de nomeá-lo.

Recolher a palavra secreta, escutar o não testemunhado, aí nasce toda escrita, toda palavra como testemunho (...) A testemunha comumente testemunha a favor da verdade e da justiça, e delas a sua palavra extrai consistência e plenitude. Neste caso, porém, o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo testemunhável que destituiu a autoridade dos sobreviventes. As [verdadeiras] testemunhas, as [testemunhas integrais] são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo.³

Na memória, apelamos para um deciframento; não existe nela a presença completa do vivido. Não se trata de um simples jogo entre memória e esquecimento. Trata-se de um trabalho de ficção e de escritura. A memória torna-se então um ato do sujeito, que permite que se construam novos significados a partir do que não pode ser dito.

O valor do testemunho está em ser feito sobre uma verdade, porém vale pelo que falta, vale porque em seu cerne há algo não testemunhável. Esse resto “não testemunhável” revela que houve um excesso, que se ultrapassou um limite, que a língua nunca dará conta de narrar uma experiência.

Dar testemunho é falar daquilo que temos atravessado, não para dizer tudo, senão para fazer intervir uma intimidade no espaço público. Mas existe um resto desconhecido de todos os sujeitos.

3. AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz?* São Paulo: Boitempo, 2008, p. 43. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/o-que-resta-de-auschwitz>>.

Tampouco trata-se, nos processos de memória, da repetição do já sabido. Falamos da irrupção de uma recordação de algo que é paradoxalmente não sabido. Referimo-nos às significações que se abrem ao tomar a palavra.

Acreditamos que falar cura. A palavra é um símbolo, uma representação que dá sentido às nossas emoções, às nossas pulsões primárias. Quando ainda não há palavra, geralmente há muita dor dispersa, disseminada pelo corpo e pela alma. Freud falava do “ensalmo da palavra”.⁴ Quando ainda não há palavra há muita angústia impensável. Compartilhar sentimentos, expressar ideias, pensamentos, alivia a dor. Quando compartilhamos com o Outro, encontramos um lugar dentro de nós e pode-se então dar destinos criativos e construtivos ao *quantum* libidinal ligado a uma vivência traumática. Para Freud, são traumáticos os acontecimentos da vida que possuem um excesso de excitação libidinal, pulsional, impossível de ser administrado pelo aparelho psíquico, pelo eu e seus mecanismos de defesa. Para Lacan, o traumático é a emergência do real que não pode ser simbolizado, mas “não cessa de não se inscrever”.⁵

Para finalizar: Estamos criando uma clínica nova, na qual os pacientes sugerem e podem propor diferentes formas de atendimento. Mas também comprovamos que os princípios éticos e teóricos psicanalíticos harmonizam com a *Clínica do Testemunho* e são operadores muito produtivos na condução do trabalho elaborativo e terapêutico.

4. FREUD, S. (1890). Tratamiento psíquico (tratamiento del alma). In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1982, vol. I.

5. LACAN, J. *O seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, capítulo 5.

Tocar o inconsciente, não temer as pulsões envolvidas, ser sujeito implicado em sua própria história, deixar aparecer nossos “demônios” para preservá-los sempre à vista, sob estratégico controle.

Que o sujeito possa testemunhar para ele mesmo, mesmo que seja em seu silêncio ou falando de suas lembranças, recordações, opiniões. Que o sujeito possa se enriquecer com a liberdade de poder pensar, e poder falar algo outrora extremamente velado e solitário.

Testemunho perante as Comissões da Verdade só fará quem assim desejar, se desejar.

São Paulo, abril de 2015.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside no Brasil desde 1978; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

MARIA LILIANA INÉS EMPARAN MARTINS PEREIRA

Psicanalista; Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP; Coordenadora do Projeto Ponte: atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes. Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* e Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

NANA CORRÊA NAVARRO

Psicóloga formada pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

PAULA SALVIA TRINDADE

Psicóloga; Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

TEREZA CRISTINA GONÇALVES

Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Psiquiatra pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (FMUSP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

Grupo de Acolhimento e Escuta: Testemunhos Clínicos de uma intervenção

Maria Cristina Ocariz
M. Liliana I. Empanan Martins Pereira

Venho falar
pela boca de meus mortos.
Sou poeta-testemunha,
poeta da geração de sonho
e sangue
sobre as ruas de meu país.
Sobreviveremos

(trecho do Poema – Prólogo de Pedro Tierra)¹

ESCUTANDO E TESTEMUNHANDO OS AFETADOS
PELA VIOLÊNCIA DO ESTADO

A nossa primeira intervenção clínico-política da
Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae foi

1. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brais/distrito_federal/pedro_tierra.html>. Acesso em: 12 mar.2015.

a criação do Grupo de Acolhimento e Escuta, modalidade que procurou acolher as demandas iniciais dos afetados diretamente pela violência da ditadura, seus filhos e familiares. O Grupo de Acolhimento e Escuta se propôs, portanto, a ser a porta de entrada, ao receber uma demanda represada por anos de espera, ansiedade e angústia; representando, também, a necessidade de reconhecimento oficial e público da condição de afetados solicitantes de reparação psicológica.

Esse grupo foi constituído inicialmente por nove pessoas, na sua maioria informadas do projeto Clínica do Testemunho via Ministério da Justiça, representante do Estado brasileiro. Essa convocatória do Estado produziu efeitos diferentes em cada uma das pessoas que nos procuraram e posicionamentos diversos. Os encontros aconteceram ao longo de um ano (entre maio de 2013 e maio de 2014) semanalmente durante uma hora e meia; duas terapeutas-pesquisadoras da Clínica do Testemunho coordenavam as reuniões.²

Nesse período, tivemos vários formatos no grupo devido à flutuação e ao encaminhamento de alguns membros para atendimento individual ou familiar. Questionamentos, dúvidas, críticas, alívio, cautela e desconfiança foram materiais de trabalho profícuo entre os participantes, que precisavam entender o formato e o objetivo da proposta de atendimento da Clínica do Testemunho da Comissão de Anistia.

Consideramos que esse grupo inicial se propôs a trabalhar com um aspecto fundamental: a discussão da (im)

2. Maria Cristina Ocariz e M. Liliana I. Empanan Martins Pereira.

possibilidade de voltar a acreditar no acolhimento, reconhecimento e proteção do Estado e na solidariedade da sociedade civil que, durante tanto tempo, silenciou e negou coletivamente a chaga da violência e, conseqüentemente, omitiu a reparação. Assim, os membros do grupo atualizaram transferencialmente a falha e a tentativa de reparação: os analistas como representantes da sociedade civil, a Clínica do Testemunho como projeto do Estado e os membros do grupo como pares afetados, reivindicando Memória, Verdade e Justiça.

Desta forma, o que se *testemunha* ao escutar este tipo de clínica é a reconstrução e a apropriação da memória histórica que nos inclui a todos.

Segundo Agamben,

(...) tem duas palavras em latim para definir testemunho. Por um lado *testis* que significa aquele que se põe como terceiro em uma disputa; por outro, *supertes*, que refere a quem, havendo vivido uma experiência pode contá-la. Porém, no final do livro, acrescenta um terceiro sentido, quando diz que a testemunha é sempre um ato de *auctor*, que pressupõe algo que o preexiste e que deve ser certificado, assim a testemunha tem mais autoridade que o fato testemunhado.³

A partir das reuniões do grupo fomos estudando e construindo conjuntamente o que aconteceu no Brasil, na América Latina e no mundo para compreender como as políticas ditatoriais se instauraram. A exclusão, a prisão, o extermínio e a tortura se remontam à fundação do Brasil e

3. AGAMBEN, G. apud OBERTI, A. La memoria y sus sombras. In: JELIN, E. e KAUFMAN, S. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana/Nueva York: Social Science Research Council, 2006, p. 97.

sua política de aprisionamento dos nossos antepassados indígenas e a cruel lembrança dos bandeirantes, a escravidão do povo africano, onde a tortura era praticada diuturna e publicamente, conforme nos relembra Paulo Endo⁴ em um de seus artigos. Herança violenta cujos efeitos se reeditaram durante a ditadura e ainda hoje se praticam através dos métodos utilizados pela polícia em nome da Segurança Nacional.

As narrativas dos membros do grupo incluem nomes, datas, organizações políticas, situações que fazem referência à história, mas que se entrelaçam dramática e singularmente às histórias pessoais. Como sintetiza Kaufman: “Por lo tanto, el tiempo histórico y el tiempo de la experiencia se combinan en un orden propio y único”⁵

Muitas reuniões foram dedicadas a lembrar dos princípios éticos que norteavam a prática revolucionária. Como, por exemplo, a chamada “integração na produção” que implicava o trabalho em fábricas junto aos operários ou a vida na zona rural junto aos camponeses. Esse processo tinha como objetivo “a proletarização e revolucionarização ideológica dos militantes”.⁶ Vários dos integrantes do grupo tinham passado por essa experiência e não se arrependem por considerar que eram coerentes com um projeto que pretendia a organização popular, a volta da democracia e a construção

4. ENDO, P. Banido, bando, bandido, bandeirante. *Revista Percurso*, São Paulo, ano XXVI, n. 52, p. 64, 2014.

5. KAUFMAN, S. Lo legado y lo propio. Lazos familiares y transmisión de memorias. In: JELIN, E. e KAUFMAN, S. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana/Nueva York: Social Science Research Council, 2006, p. 53.

6. ARANTES, M. A. de A. C. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. Escuta: São Paulo, 1999, p. 32.

do socialismo. Contudo, reconhecem que não era fácil sustentar essa experiência e que podia significar, no caso das mulheres, “abandonar todo traço de vaidade”.

Ouvimos também os conflitos existentes entre as forças políticas antagônicas, as dúvidas e angústias sentidas pelos protagonistas de carne e osso que vivenciaram essas situações — alguns ainda estudantes à época da ditadura —, muitas vezes tendo de tomar decisões imponderáveis. Essas experiências-limite são fruto de regimes autoritários que impõem escolhas impossíveis para os sujeitos: escolhas entre a vida e a morte. No caso da ditadura brasileira, a utilização da tortura como política de Estado levou os sujeitos a ter que se sobrepor a dores, situações impensáveis, conflitos identitários e, em muitos casos, a ter de escolher entre a própria vida e a manutenção de suas crenças ideológicas, a vida de familiares ou companheiros de militância.

O caso mais extremo da contradição entre autopreservação e autoconservação tem sido destacado nas situações de terror, nas quais muitos seres humanos têm tido que escolher entre viver à custa de renunciar aos enunciados de base que os constituem, ou morrer para continuar sendo quem eram enquanto sujeitos simbólicos, sustentando o valor representacional de seu próprio ser.⁷

A referência a situações traumáticas de grande desamparo, tais como a prisão e a tortura; a separação da família, dos companheiros e amigos; a ameaça constante ou perda efetiva de emprego, estudo, são narradas pelos afetados como uma contingência da militância. Pilar Calveiro, socióloga

7. BLEICHMAR, S. Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In: *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 42, tradução livre.

argentina, referindo-se ao processo argentino diz: “A guerrilha tinha chegado ao ponto em que sabia mais como morrer de como viver e sobreviver, embora essas possibilidades fossem cada vez mais incertas”.⁸

Ao mesmo tempo, é preciso diferenciar minimamente os relatos, já que os acontecimentos violentos foram de uma natureza tão disruptiva que produziram e ainda produzem vivências confusionais, culpa e impotência. Em outras palavras, procurar discriminar entre a capacidade de domínio e extermínio de um aparato repressivo de Estado e a possibilidade de organização e ação dos movimentos políticos na clandestinidade: situação evidentemente desigual.

Consideramos que, apesar de existir por parte da sociedade e dos afetados em particular, certa compreensão ideológica da barbárie vivida durante a ditadura, o atravessamento de tantas perdas e lutos em uma catástrofe social requer um complexo trabalho elaborativo. Este labor implica enfrentar um processo mais amplo que significa se debruçar sobre a condição humana, sobre o enigma da vida e da morte, o perdido e o gerado, não só de forma particular, mas de forma coletiva. “Para os psicólogos, porém, o luto constitui um grande enigma, um daqueles fenômenos que por si só não podem ser explicados, mas a partir dos quais podem ser rastreadas outras obscuridades”.⁹

8. CALVEIRO, P. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008, p. 21, tradução livre.

9. FREUD, S. (1916[1915]). Sobre a transitoriedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 346.

Neste sentido, o trabalho de luto neste tipo de trauma social implicaria a incorporação das perdas “obscuras” que a sociedade (não) enfrentou. Porque, de fato, o processo ditatorial significou um retrocesso para a sociedade brasileira e para o processo democrático. Teríamos, assim, como efeito do trabalho de luto, a reconstrução do conflito que a sociedade viveu, ou seja, a verdade precisa “aparecer”. Entretanto, a História é uníssona e apaga os milhões de vozes que compõem as histórias. São essas vozes singulares que queremos recuperar e coletivizar.

Muitos se referem a um longo processo no qual diferentes situações implicaram desafios para sua elaboração: os desaparecimentos, as mortes, a tortura, o exílio, a clandestinidade¹⁰ e as mudanças que implicavam a militância, os processos administrativos empreendidos na Comissão de Anistia etc. Alguns nomeiam a experiência como traumática, questionando-se sobre os efeitos disto para filhos e familiares e sobre “*as cicatrizes que carregam*”. Escutamos, assim, a impotência de sujeitos que nem sempre conseguiram elaborar e significar a dor e a morte de seres queridos. Isto fez com que, em alguns casos, a experiência traumática agisse como uma marca identificatória: “*eu sou a irmã, filha, esposa de fulano/a*”, “*sou ex-presos político*”. Essa apresentação poderia significar concordância, admiração e solidariedade com a militância; em outros casos, perplexidade em relação ao que ocorreu.

10. Maria Auxiliadora de A. C. Arantes, em *Pacto revelado*, permite a visualização da difícil situação do clandestino, embora fosse uma escolha para continuar na luta, ao defini-lo com “des-territorializado” (p. 72).

As narrativas promovem a revivência do passado: as dificuldades da época como estudantes ou profissionais, casais, pais ou familiares. Os relatos incluíam o medo constante de estarem sendo seguidos e vigiados; em alguns casos, da casa ser invadida pelas forças repressivas ao funcionar como um aparelho onde se faziam reuniões, imprimiam-se panfletos, guardavam-se armas ou se abrigavam companheiros. A censura, a luta armada, a tentativa de sobreviver e a clandestinidade fizeram com que alguns se isolassem e emudecessem durante algum tempo; outros militantes tentaram continuar participando dos grupos políticos, apesar de conviver com o medo e o risco permanentes. O cotidiano não era fácil e a impossibilidade de comunicação por motivos de segurança e a falta de dinheiro impediam, durante dias, de sair para a rua: *“havia que decidir entre comer algo ou comprar cigarro”*. Alguns tinham filhos e precisavam transitar entre as demandas da criação e da militância. *“Muitas vezes meus filhos precisaram ficar em segundo lugar”*, nos relata uma militante, revelando o conflito e a dificuldade de desenvolver essa dupla função.

Não se reconhecem na teoria dos dois demônios¹¹ — como heróis ou bandidos —, mas como pessoas comuns que empreenderam uma luta, sustentados pela sua ideologia e pelos grupos de pertencimento político. Esta teoria dividiu a sociedade em dois grupos polarizados, cuja luta seria estranha ao cotidiano dos cidadãos comuns.

11. Segundo Calveiro, esta teoria significaria criar dois grupos sociais opostos: os subversivos e os grupos de repressão, “monstros” estranhos, cruéis e desumanos, reforçando assim o pensamento binário. (p. 98).

Tampouco aceitam a divisão valorativa entre afetados torturados e não torturados, que também remete a esta polarização. Com esta posição, defendem a importância dada a cada militante na hierarquia de tarefas que exercia e nas informações que detinha, o que podia colocá-lo em uma situação de maior possibilidade de ser preso e torturado. Ao mesmo tempo, sustentam que, muitas vezes, as prisões e torturas eram arbitrárias; desta forma, a tortura não equivaleria necessariamente à importância do militante na organização.

Alguns militantes têm dificuldades para relatar sua história para os filhos ou netos, oscilam entre a lembrança de algo já vivido, a sustentação de uma posição e a atualização de certas crenças políticas hoje; pensam no presente e no futuro: na transmissão destes legados.

Quiçá esta dificuldade revele uma presença não nomeada: a de que a luta, a sobrevivência e a tentativa de lembrar, falar e elaborar o vivido são a mostra de que a pulsão de vida se impôs sobre a morte; é reconhecer que a repressão e a violência podem ter efeitos devastadores, mas que não dizimam os sujeitos. A transmissão da experiência sustenta este legado que só é possível quando testemunhamos.

São Paulo, abril de 2015.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside no Brasil desde 1978; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

MARIA LILIANA INÉS EMPARAN MARTINS PEREIRA

Psicanalista; Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP; Coordenadora do Projeto Ponte: atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes. Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* e Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Grupo de Reflexão e Testemunho: seus impasses e construções

*Maria Cristina Ocariz
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves*

Um dos dispositivos da Clínica do Testemunho é o Grupo de Reflexão e Testemunho (GRT), que nasceu com a perspectiva de uma mini conversa pública¹ — com um número reduzido de participantes — para que os integrantes (anistiados, anistiandos e familiares) se sentissem encorajados a relatar, compartilhar e processar as diversas formas de repressão e violência que os atingiram no período da ditadura, e as estratégias singulares que encontraram para registrar, elaborar e expressar os acontecimentos vividos.

1. Realizamos, durante os anos 2013 e 2015, sete Conversas Públicas, eventos abertos ao público, cujo objetivo é sensibilizar a sociedade de forma geral sobre as consequências da ditadura militar e seus métodos repressivos na vida de todos os brasileiros e enfatizar o valor do testemunho na consolidação de uma política de reparação, memória, verdade e justiça.

Consideramos o testemunho uma maneira de processar os acontecimentos dolorosos padecidos, uma forma de recuperar e contar pedaços de nossa história. O testemunho envolve tanto um trabalho de memória como de elaboração psíquica. Testemunhar é dar uma forma, trazer à tona marcas psíquicas traumáticas, que ao serem faladas e representadas interrompem o circuito da repetição e instauram caminhos para a nomeação. *“Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”*.

A particularidade do testemunho em um grupo como o GRT, por exemplo, é que não se trata apenas de um testemunho público, mas da sua coletivização, a partir do qual os membros do grupo se reconhecem e compartilham esse relato.

Para criar este grupo recorreremos aos nomes da lista dos anistiados encaminhados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Percebemos que foram poucas as pessoas que inicialmente sabiam do projeto e estavam abertas a participar. Algumas demonstraram interesse e uma grande esperança em poder contribuir com este processo de resgate e reconstrução da memória histórica.

A nossa proposta foi oferecer um espaço no qual através das palavras, das conversas e relatos, pudessem se articular sentimentos, refletir sobre os acontecimentos da época e sua relação com as vivências singulares, trocar experiências, falar das relutâncias e das formas diferentes de sentir, expressar e apropriar-se dos fatos. Porém, não é somente recordação: é a possibilidade de contar e recontar o vivido de várias formas, construindo múltiplos sentidos e significações. Desta forma, é possível articular Memória, Reflexão e Testemunho.

O traumático, que merece testemunho, é caracterizado por uma excepcionalidade e exige ser relatado. O testemunho se localiza em um ponto tenso entre memória e esquecimento. Se de um lado o reencontro com o vivido implica o risco de repetição da dor, de outro, o relato do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram e, nesse sentido, “testemunhar e relatar é também uma forma de dar tûmulo aos mortos e desaparecidos, para que não sejam esquecidos”.² Outro objetivo é legar para as gerações futuras uma herança com menos “não ditos” que, se não se transformam em palavras, podem irromper catastroficamente.

O Grupo de Reflexão ao Testemunho (GRT) tem sido um espaço onde nós psicanalistas nos perguntamos como enfrentar e abrir o silêncio de feridas tão profundas, produto da repressão e censura que deixou lacunas pessoais e transgeracionais.

Ao longo dos encontros, manifestam-se expectativas distintas em relação aos objetivos deste espaço. Este é um grupo terapêutico? Ou um grupo político? Seriam estes objetivos excludentes? “Este é um grupo de pessoas torturadas (psiquicamente)?”. Quem pode participar do grupo? O que os move a estar ali? Motivos pessoais, ou sociopolítico-institucionais? No decurso do funcionamento do GRT pudemos perceber o valor político e terapêutico do testemunho.

2. PENNA, J. C. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 55.

APRESENTAREMOS, A SEGUIR, ALGUMAS IDEIAS CONSTRUÍDAS
NO DECURSO DESTE TRABALHO ONDE, COMO PSICANALISTAS,
PESQUISAMOS AS CONSEQUÊNCIAS
PSÍQUICAS DOS FENÔMENOS DITATORIAIS

Nos depoimentos observamos que a palavra permite construir novos sentidos e significados. O choro guardado de anos, as incompreensões familiares, as perdas de amigos e entes queridos, recuperavam a certeza de que *“a tortura foi severa com o corpo, mas não foi capaz de endurecer a alma”*.³ Acreditamos que esta frase condensa a relação peculiar que se dá entre o longo tempo de silenciamento e paralisia e o espaço grupal que é oferecido hoje, cenário onde talvez seja possível recuperar, em parte, a confiança no Outro e a liberdade de falar.

Concordamos com Marcelo Viñar em seu livro *Exílio e tortura*:

(...) a experiência da tortura não é uma doença curável em prazos que podemos definir. Ela constitui uma ruptura da identidade, em parte definitiva que opera como núcleo significativo, qualquer que seja seu silêncio sintomático ou suas manifestações patológicas ou criativas. Seus efeitos não se limitam ao indivíduo concernido, mas transbordam sobre o grupo familiar e a descendência, e sobre outros conjuntos transubjetivos. Como se transmite a marca do horror? Quem é o destinatário ou depositário privilegiado da angústia e do intolerável? A noção de marca permite incluir tanto a seqüela quanto a simbolização criativa das tentativas de elaboração.⁴

3. As frases em itálico correspondem a falas dos membros do GRT, nas diversas reuniões do grupo.

4. VIÑAR, M. e VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 148.

Estas experiências extremas produzem sempre uma marca que transforma o destino. Buscávamos, como aponta Viñar, estabelecer a ligação entre as dores físicas e psíquicas. A tortura e a medicina tem em comum a familiaridade com a dor, que uma inflige e a outra alivia. A escuta psicanalítica não tem o objetivo de provocar a ab-reação da experiência de terror. Ela deve privilegiar a repetição da dor que, atualizada transferencialmente, permite decifrar as marcas de terror, impotência e ressignificar o passado.

Acreditamos que essas construções singulares e grupais ganham uma potência inédita tanto de si mesmo — como uma reflexão crítica do tempo que precisa ser lembrado — promovendo uma ligação fecunda entre o passado e o presente.

Foi enfatizada dentro do grupo a importância de tomar consciência, recordar as situações traumáticas, interrogar os fantasmas cristalizados e a dialética do terror. Conhecer a existência das fantasias de loucura nos ajudou a pensar e entender que por detrás do silêncio se escondia o temor de enfrentar os fatos sinistros e truculentos vividos. Acreditávamos que a existência de identificações entre os sujeitos participantes auxiliava no trabalho de elaboração, recomposição, ressignificação e reparação.

Percebemos no grupo o entrosamento entre os colegas, o companheirismo, o desejo de escutar e compreender a história do outro que, nos momentos de maior fragilidade, criou um espaço de pertencimento e a vivência de uma identidade compartilhada historicamente.

Eram companheiros de ideais e de luta. Falar sobre os efeitos de tantos anos de silêncio em suas vidas, os convoca hoje a buscar romper a cisão entre o passado e o presente,

restabelecendo algumas pontes através do trabalho da memória que vai se operando coletivamente. Algumas pessoas trazem suas lembranças e vivências: os laços de amizade e solidariedade vivenciados na cela, o retorno do exílio, as marcas das dores familiares, o sofrimento deixado pela saudade dos amigos.

Os encontros marcados por relatos e trocas de experiências de vida, possibilitaram metabolizar as emoções e diferenças ali vivenciadas, tecendo laços de confiança no grupo.

Logo no início dos encontros surgiu uma questão que instigou todos os participantes: *“Entre os anistiados há muita dificuldade de assumir que fomos sequelados pela ditadura. Quem de nós não foi sequelado?”*. Uma série de falas enfatizou a indignação face à estrutura repressiva e autoritária do Estado brasileiro, fortalecida no período da ditadura militar, mas vigente nos dias atuais, seja nos atos de tortura praticados nas delegacias, nas favelas e nas ruas contra a população mais pobre cinicamente criminalizada; seja nos atos de censura contra aqueles que denunciam a violência de ontem e de hoje.

Como terapeutas-pesquisadoras desta *Clínica do Testemunho*, entendemos que falar e denunciar tais arbitrariedades promove modos de elaborar traumas e se apropriar da história brasileira, se implicar como sujeitos para evitar a repetição, estabelecer um diálogo social que faça avançar o processo de Justiça de Transição no Brasil.

Em muitas ocasiões, falar sobre a prisão e a tortura tangenciava o inominável. A vergonha, o horror, o desamparo e as dores físicas e psíquicas insuportáveis eram difíceis de expressar. A tarefa terapêutica consistia em assinalar, completar e construir juntos as frases faltantes. Os buracos nos discursos podem ser cerzidos no diálogo instaurado no grupo.

Escutávamos que a presença do passado provocava em alguns o receio do retorno de uma nova forma de ditadura. O conflito entre a memória e o esquecimento está presente no próprio afetado. Existe uma forte resistência a recordar, (re)construir a história; muitos ainda se sentem ameaçados, entristecidos, fechados. Compreendíamos que se o Estado ditatorial teve a intenção de destituir as pessoas de sua identidade e seus valores, no grupo lutávamos para poder escutar as denúncias das arbitrariedades, propiciando um reencontro com a autonomia de pensamento e de vida.

Por outro lado, nós da *Clínica do Testemunho* acreditamos, assim como afirma Jean Claude Rolland, psicanalista de Frei Tito: “que se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas possa ser revertido esse lugar é o da palavra”⁵

Afirmou-se, ainda, que para sobreviver num ambiente de censura e de terror, o sujeito só consegue buscar alguma proteção através de participação em grupos políticos que preservam um mínimo de organização nas redes de solidariedade de familiares de mortos e desaparecidos, ou nos núcleos de amigos. Sem essa inserção social, algumas pessoas acabaram ficando muito sós, fragilizadas, perdidas e desterritorializadas, seja no exílio, a clandestinidade solitária ou na volta para o Brasil.

5. Jean Claude Rolland, psiquiatra-psicanalista, na Conferência no V colóquio da Associação Primo Levi “Linguagem e violência. Os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época” (Langage et violence. Les effets des discours sur la subjectivité d’une époque), organizado em Paris, em 17 e 18 de junho de 2011. colloque@primolevi.org – www.primolevi.org.

QUE TIPO DE SOFRIMENTO PSÍQUICO E SOMÁTICO
PERMANECE DEPOIS DE TANTOS ANOS?

Esta questão convoca o testemunho de uma das integrantes do grupo, que faz a princípio um resgate dos anos 1960 no Brasil, período que antecedeu o golpe militar, onde se vivia o oposto do silenciamento, pois se discutia tudo, se estudava, se pesquisava. O ambiente cultural e político era extremamente rico. Comentavam o quanto acreditaram no desejo de mudar a sociedade; falavam dos seus sonhos, ideais de um mundo melhor, suas lutas por garantias de direitos e pela democracia.

Trabalhamos o choque que veio com o golpe de 1964 e, a partir daí, o engajamento mais intenso de muitos deles na militância, algo que implicou, na maior parte dos casos, a experiência da clandestinidade. A experiência da militância implicou uma transformação da bagagem cultural e familiar herdada, não só pelos questionamentos que a experiência política suscitava, mas também porque quando a clandestinidade era imprescindível, era necessário “*esquecer quem se era e tornar-se outro*”.

O grupo ficou muito tocado com o contraste entre as experiências de coragem e ousadia, relatadas sobre a militância no primeiro período de repressão (1962-1970), e a situação de endurecimento da ditadura militar depois do AI-5 (1968),⁶

6. Ato Institucional n. 5, 5 de dezembro de 1968. O AI-5 foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). É considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar. Redigido pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva.

quando as organizações revolucionárias foram desmanteladas e muitos militantes foram presos, mortos ou desaparecidos.

Foi muito mobilizador o relato do desespero vivido frente à tortura emocional pela ameaça de violências dirigidas aos filhos. O relato de uma grávida e a relação dela com o filho ainda no ventre, em uma cela pequena, onde passou meses: o andar de um lado ao outro do cubículo “*conversando*” com o filho foi um dos fatores que “*ajudaram a manter sua sanidade mental*”.

Outra testemunha revelou o agradecimento quando o torturador soltou a sua filha de um ano de idade, que estava com ela na prisão. Surpresa frente à ambivalência das emoções.

São situações que foram descritas como limite entre a loucura e a sanidade mental, situações de cisão, esgarçamento do sujeito: “*Na hora da tortura era o corpo que ficava, pois a alma estava intacta, minhas convicções não podiam ser arrancadas*”.

Todos se perguntam: qual seria a saída num momento desses? Enlouquecer? E o que fazer para não enlouquecer? Nos testemunhos aparece como solução psíquica o uso do mecanismo de dissociação: “*o corpo não sou eu, a alma resiste*”.

Estas falas suscitam algumas discussões:

- 1) É necessário tratar a cisão que foi um mecanismo de defesa saudável na época, mas que agora precisa de um trabalho psíquico de integração.

O AI-5 foi uma represália ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que pediu ao povo brasileiro que boicotasse as festividades de 7 de setembro de 1968, protestando assim contra o governo militar. A Câmara dos Deputados negou a licença para que o deputado fosse processado por esse ato. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ditadura/ai-5.htm>>.

2) Os coletivos foram e continuam sendo fundamentais para a cicatrização dos traumas vividos e para a reinserção em um Brasil que se tornou, durante a ditadura, muito mais impregnado pelo modo capitalista de produção e de construção dos laços sociais.

Como resistir na saída da prisão, quando a angústia e o conflito estão na falta de referências, pois todos os companheiros foram presos ou mortos ou estão desaparecidos? O estranhamento em relação ao social, um Brasil diferente, um Brasil grande, crescendo, em progresso, enriquecendo: “o milagre brasileiro”. Todos pareciam contentes. O quanto isso desanimava, dificultava falar contra a ditadura, sobre liberdade.

Nosso desafio no grupo de Reflexão e Testemunho é fazermos juntos este resgate, do que éramos como jovens e militantes e enquanto Nação antes e depois do golpe de 64, para pensarmos nossos projetos hoje.

Algumas diferenças entre os componentes do grupo são salientadas. Um grande mal-estar se instaurou. A tarefa neste momento é criar condições para que cada um se escute, sem desmerecer o sofrimento singular do qual cada um deles é portador (“porta dor”). A solicitação de indenizações financeiras para a Comissão de Anistia, a partir de 2002, quer dizer os processos administrativos empreendidos junto ao Estado, também foram tema de debate.

Um integrante diz que estava muito motivado com a possibilidade de compartilhar suas dores com pessoas que eram contemporâneas, frente às quais poderia sentir algum alívio por não se sentir tão estranho com sua dor.

Outro membro do grupo salienta que aquele espaço também precisava implicar um trabalho de denúncia, para que as violências sofridas relatadas ali não ficassem impunes.

Testemunhávamos os conflitos existentes entre as diversas agrupações políticas de esquerda que lutavam pelo retorno da democracia, as dúvidas e angústias sentidas pelos protagonistas que viveram esses momentos e tiveram que tomar difíceis decisões. Ser militante exigia viver situações onde a morte estava sempre presente; mas a pulsão de vida movia todos os atos dos sujeitos comprometidos com a causa revolucionária. Atos que almejavam a manutenção das crenças ideológicas e políticas, apesar de colocar as próprias vidas em risco, a de seus familiares e companheiros de luta.

Em nossos encontros quinzenais, falou-se sobre a delação e a implicação em relação à cruel alternativa de confessar para se manter vivo, ou calar-se frente ao risco de morrer. Esses resultados trouxeram efeitos de uma degradação e culpas subjetivas, a clivagem entre o corpo e o espírito, entre os ideais e a morte. Marcelo Viñar aponta: “Na tortura trata-se sempre de passar por uma morte, quer seja a do corpo ou a do ideal.”⁷

Porém, no grupo houve continência e acolhimento. Por um lado, compreendiam e se identificavam com a dor da coação física, moral, psicológica. Ainda assim, alguns questionavam os que falaram, foram depor ou declararam publicamente que tinham sido coagidos pela esquerda a lutar contra o regime militar.⁸

7. VIÑAR, M. Exílio e tortura. In: VIÑAR, M. e M. *Exílio e tortura*, p. 77 e 78.

8. Os arrependidos foram jovens, em sua maioria por volta de 18 anos, usados pelo esquema de repressão nos anos 1970 para aparecerem na TV ou através de depoimentos escritos, dizendo-se coagidos pela esquerda, conclamando jovens a não entrarem na luta armada — enquanto se mostravam na tela as grandes realizações do governo. Falavam que eram bem tratados na prisão, em um tempo onde exilados já estavam tentando, via órgãos e denúncias

Falar sobre a delação suscitou o tema do perdão. Um participante fala sobre o significado do Dia do Perdão para o judaísmo (Yom Kippur): *“Não se trata de pedir perdão a Deus ou aos outros, mas sim perdoar-se a si mesmo, reconhecer os seus limites para melhor compreender a condição humana”*.

Entre as falas, houve espaço para os relatos das memórias escritas pelos membros do grupo. Um deles nos conta: *“É como se estivesse desenrolando um novelo”*. Em um de seus textos, ele nos narrou a dor do insuportável: *“Depois do interrogatório fui levado e adormeci na cela, invadido por um desejo de não acordar vivo para o dia seguinte. Dormindo, sonhei que caminhava numa manhã iluminada pelo Sol, em câmera lenta, a passos largos, leve, quase levitando, de mãos dadas com uma mulher, sobre um campo florido, o sonho mais feliz de minha vida. Acordei devagarzinho, suavemente (...) atrás das grades”*. Disse também que *“A primeira sensação depois de liberto que lembro foi de muito medo da alta velocidade dos automóveis em trânsito. E, por muito tempo, eu acordava no meio da noite, sentado no meio da cama aos berros, aterrorizado, sem a menor lembrança do conteúdo dos pesadelos”*.

Tentavam mostrar o que viveram, comparando com outras experiências catastróficas como incêndios e inundações. Nessas situações, o sujeito pode apelar para o Estado, a fim de resgatar alguma condição segura e digna de sobrevivência. Na ditadura não havia a quem recorrer. O próprio

fora do país, pressionar a ditadura militar a romper a engrenagem da tortura. Em alguns estudos e depoimentos dessas pessoas anos depois, alguns de fato estavam arrependidos à época, outros foram ameaçados e não aguentaram, outros garantem que a escrita foi falsificada. O único comum a eles, foi que a sequência de suas vidas mostrou gente atormentada, que não conseguiu se refazer na vida, inclusive com casos de suicídio.

Estado foi o próprio agente da violência que atingiu a todos aqueles que contra ele ousaram insurgir, fraturando e desorganizando grupos políticos. Questionavam: *“A quem recorrer se o próprio Estado é o responsável por atrocidades e catástrofes anti-humanas?”*.

O compartilhar das reflexões provocava no grupo transformações e encorajamentos; cada um conseguia, singularmente, registrar, elaborar e expressar os acontecimentos vividos.

Escutar psicanaliticamente, neste caso, nos situava no campo de certa cumplicidade, onde o cuidado exprimisse o desvelar do silêncio, de espaços congelados, o testemunho das atrocidades. Escutar com o objetivo de conseguir abrir caminho para a simbolização e para a inscrição da história singular de cada um, componente substancial na reconstrução da História do Brasil.

A experiência de tortura, as formas de sobrevivência, as confidências devastadoras, ao mesmo tempo em que traziam a nomeação do horror, davam um sentido sobre o significado da existência humana: a luta por transformações subjetivas e sociais exige não se submeter ao Discurso do Amo (Lacan), não se tornar objeto das vontades do Outro ditatorial. Os militantes e “simpatizantes” eram sujeitos movidos pela pulsão de vida, sujeitos desejantes, que assumiram, e até hoje assumem, a responsabilidade pelos seus atos fundamentados em suas convicções políticas e ideológicas, apesar do fracasso.

O desamparo, as perdas e separações, o desarraigamento não se limitam ao sujeito, mas transbordam sobre o grupo familiar e descendência.

Para muitos foram fundamentais os laços de amizade, as ligações políticas, vivenciados na cela e no exílio, assim

como o retorno à vida familiar e profissional. Foram mencionadas algumas estratégias de luta e resistência: pela escrita, poesia, artesanato, e pelo trabalho que atualmente dedicam contra a violência.

O interessante foi notar em uma das testemunhas como as angústias intoleráveis do tempo da prisão puderam ser amenizadas ao sair e ver o outro lado da estação, isto é, o da esperança. Expressou, pela poesia, a tentativa de esquecer as dores vividas na prisão, o outro lado da linha, simbolizada pela poesia escrita no dia 15 de abril de 1975, o retorno à vida.

Praça da Luz/Do Outro lado da linha/ Da velha estação/ A Vida renasce/ Na praça da Luz

Fotógrafos, pobreza colorida, pombos, frutos, doces alegrias/ Mil cheiros, mil vidas

Na praça da luz/ Esqueço o outro lado da linha

Da velha estação/ Pra viver/ Na praça da luz.

L. referia-se ao tempo da prisão e depois ao encontro do outro lado da estação com a vida, com as possibilidades de poder ver a cor, o cheiro, pombos, alegria.

Outra testemunha comentou que o sentimento de injustiça só foi amenizado quando ela participou das Caravanas da Anistia e seu processo foi lido em público. Ela nos relatou que nesse dia no Ministério da Justiça, 8 de março, Dia das Mulheres, o seu depoimento foi reconhecido, sua história validada e com isso ela desabafou: *“Pude ter o encontro com a minha história; como foi bom receber do Estado o pedido de desculpas!”*.

Foi comentada a importância de agora o Estado assumir a responsabilidade frente às arbitrariedades ocorridas durante a ditadura.

Nesse sentido a história pode para cada um ser nomeada e a injustiça reconhecida, apaziguando os ressentimentos e a dor infligida. O trabalho da memória ajuda a reformular os ideais; a possibilidade de falar do ódio permite sair do lugar de vítima para ser sujeito ativo que nomeia o que teve que ser silenciado e continua lutando pelas transformações sociais.

Acreditamos na importância de falar de novo da tortura para que o *“novelo possa ser desvelado”*, a história recontada, para que haja o processo de criação, de implicação com as próprias significações; novas cadeias simbólicas são restauradas dando lugar à dignidade subjetiva.

A SITUAÇÃO DO EXÍLIO

Em um de nossos encontros, o testemunho foi em sua grande maioria marcado por mulheres que vivenciaram as situações de clandestinidade e de exílio e as incertezas frente ao futuro. Falaram das travessias que tiveram que fazer ao viver no exílio. A identidade alterada, a dor de estar separada de suas raízes, o distanciamento familiar, a interrogação e o medo de poder se apropriar de uma nova vida foi relatada na condição do exílio: *“Como exilada, não podíamos alugar casa e nem ficar em hotel; enquanto a nova identidade não vinha, tive que passar uma noite dentro do metrô com os meus filhos; o medo e a incerteza do amanhã marcam ainda hoje os sobressaltos dos meus sonhos”*.

A solidariedade, os laços sociais e o desejo de se reerguer a partir de projetos comuns, ajudaram C. a restaurar-se e construir e vivenciar o seu tempo de exílio. Trabalhou, criou filhos, os quais, por sua vez, criaram raízes e um deles preferiu não retornar à terra de origem, o Brasil, após a anistia política.

Os filhos que vivenciaram a situação de exílio trazem em suas lembranças feridas, medos, ressentimentos de um país que acabou com a continuidade de suas histórias, para recomeçarem na incerteza do desconhecido, ao mesmo tempo na certeza de suas convicções políticas. “O exílio acaba sendo sempre um momento de passagem entre dois lugares, o de origem e o do acolhimento; de dois tempos, o do medo e o do alívio.”⁹

Hoje eles podem falar dos efeitos das rupturas, das mudanças de destinos. Alguns optaram por viver em outros países, já outros preferiram retornar. A ambiguidade do retorno: “*Algo foi tirado, não havia mais Partido, os amigos não estavam mais lá*”. O desejo de “*fazer a revolução*” e o “*sentimento de fracasso*” convivem com forte angústia.

Em uma ocasião houve no grupo um encontro inusitado. Foi vivenciado o reencontro de duas pessoas que se conheceram no Chile. Um jovem participava pela primeira vez das reuniões. Uma das velhas integrantes do grupo se aproxima dele, os olhos se entrecruzam e ela lhe conta como o conheceu no momento de seu nascimento; ambos com olhos lacrimejados se abraçam. Todos olham a cena. No momento inicial nada foi dito, somente a emoção evocada entre os olhares dos dois interroga o desejo de todos quererem compreender suas vivências. Ela explica que se conheceram, há quase quarenta anos, na situação de exílio. Comentaram sobre os anos que residiram no Chile e a emoção de perceber

9. KOLTAI, C. Da xenofobia ao racismo: mal-estar moderno. *Revista Percurso*, São Paulo, ano XXVI, n. 51, p. 146, dez. 2013.

que um menino, com menos de cinco anos, era hoje um homem de 40 anos, que vivenciou a situação da clandestinidade. A experiência que ambos viveram naquele momento fez com que as lembranças íntimas viessem à tona. Com o tempo, a mudança para terras diferentes os afastou, porém as marcas da memória daquele instante no grupo trouxeram a todos a reminiscência da experiência vivida e do segredo de uma história, que hoje, aos poucos, pode ser apropriada e nomeada, sem medo e com alegria.

Lembrou-se o quão difícil foi para os familiares que aqui ficaram não terem notícias dos entes queridos; alguns acreditavam estarem no DOI Codi; outros estarem desaparecidos, presos em algum lugar. Essas dúvidas e a falta de informação faziam parte do dia a dia de muitos daqueles que foram afetados pela violência da ditadura.

Nesse instante, uma integrante comentou no grupo que, embora vivesse na época como clandestina e depois no exílio, sua mãe foi durante anos dar apoio aos familiares dos presos políticos, em frente ao presídio Tiradentes, dividindo a expectativa da espera de informações, pelo compartilhamento de pizzas que compravam entre si e repartiam “os pedaços”. Outra se lembrou de que sua mãe, ao aguardar informação de seu filho em frente à prisão, sentava nos bancos em que as pessoas durante um bom tempo esperavam todos os dias receber notícias. A incerteza, o pavor do desconhecimento, foram também agressões e sequelas que atravessaram gerações. Os relatos, comentados no grupo, revelaram o quanto foi importante poder compartilhar dores individuais de experiências que atravessavam acontecimentos parecidos.

O DIFÍCIL TRABALHO DE ELABORAR O CURSO DA EXISTÊNCIA

Muitos se referem a um longo processo de luto frente aos desaparecimentos, a prisão, a tortura, o exílio, a perda de emprego, as mortes, os desaparecimentos, o fracasso da tentativa de mudança social, o enfraquecimento da esquerda. Estas questões se tornaram reflexões, legitimadas no grupo, onde todos compartilhavam esses sentimentos de indignação e de dor, implicando desafios para a elaboração simbólica.

Para contribuir com o registro foram trazidos vídeos que comentavam sobre os sítios históricos, isto é, locais da América Latina que são considerados marcos históricos de prisão e tortura. Esse tema trouxe a lembrança, pois são registros que explicitavam a dimensão da violência do Estado e a construção de marcos históricos para que os rastros da ditadura não se apaguem e para que as futuras gerações conheçam a dor e a história dos silenciados 50 anos.

Houve encontros em que participaram os filhos dos membros do grupo, que puderam junto com os pais compartilhar e escutar suas histórias, convicções, compreender as marcas deixadas, as sequelas, os medos, e visualizar em fatos da atualidade a mesma violência da ditadura.

Então, valeu essa luta? Para alguns participantes a resposta é afirmativa: devemos manter, não abandonar os ideais que nos moveram em busca da democracia e de transformações sociais para o país.

O panorama geopolítico internacional mudou, a modalidade de revolução ou reforma política pensada nos anos 1970 também mudou. Mas os ideais de justiça social e democracia se conservam, apesar das fortes contradições na sociedade brasileira. Temos que inventar novas formas de luta e

reconhecer que a repressão e a violência da ditadura não conseguiram nos destruir como sujeitos pensantes e desejantes.

Para finalizar, foi discutida a importância de busca de um sentido para a vida de cada ser humano; esse era o legado que um avô queria deixar ao seu neto e nos disse: *“Ao sair da prisão queria morrer, não havia mais ninguém de amigos ou partidos, muitos haviam morrido, essas cenas do passado vieram muitas vezes depois da prisão, eram os monstros que me assolavam e que eu na vida fui aprendendo a controlar, hoje quero morrer rindo”*. Explicou que a vida dele foi a sua escolha política de luta, e isso pautou o seu sentido de existência.

Nesse dia houve a certeza, entre os integrantes, de que o resgate da memória vai possibilitando preencher lacunas, que as feridas mais profundas conseguem ser resgatadas com palavras e/ou imagens, e que é possível construir uma elaboração criativa, desconstruir os mitos do herói, do traidor, do fracassado...

O Grupo de Reflexão e Testemunho, durante esse ano e meio de existência, a cada encontro ganhava confiança e intimidade entre os integrantes. O que foi pensado, dividido e exposto ajudou a agir, reformular e refletir sobre as dores, angústias, inibições, aprisionamentos internos que travavam os sujeitos e produziam sintomas improdutivos e causadores de muito desprazer. Para Sigmund Freud, a capacidade de produzir, amar e diminuir o desprazer são os objetivos que os seres humanos devem procurar.

Entendemos que cumpriu seu grande objetivo: enfatizar a importância de rememorar, falar e elaborar a experiência traumática, e mostrar que a pulsão de vida se impôs sobre a pulsão de morte, o desejo de uma vida mais justa se sobrepôs à tentativa de destruição. A repressão e a violência tiveram efeitos devastadores, mas não destruíram os sujeitos.

Freud adverte em seu texto “Construções em psicanálise” que “na verdade, como sabemos, é possível duvidar de que alguma estrutura psíquica possa ser vítima de destruição total”.¹⁰

São Paulo, abril de 2015.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside há 36 anos no Brasil; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

PAULA SALVIA TRINDADE

Psicóloga; Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

TEREZA CRISTINA GONÇALVES

Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Psiquiatra pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (FMUSP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

10. FREUD, S. (1937). Construções em psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, vol. XXIII, p. 294.

Oficinas de Capacitação e Formação para profissionais da Saúde Pública e da Justiça: construindo redes

*Maria Cristina Ocariz
Nana Corrêa Navarro
Tereza Cristina Gonçalves*

A Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, em seus 40 anos de existência, ocupa-se dos desdobramentos psíquicos e sociais das diversas formas de violência de Estado, inclusive das atuais. Desde dezembro de 2012 o Instituto Sedes Sapientiae firmou Convênio com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tornando-se um dos cinco núcleos da *Clínica do Testemunho* em todo o Brasil (dois em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pernambuco).

O projeto Clínicas do Testemunho é o resultado de um longo processo de responsabilização pelo Estado que busca congrega diversos segmentos da sociedade civil brasileira na promoção da Justiça, da Verdade e da Memória. Consiste na formação de núcleos de atenção psicológica para pessoas afetadas pela violência de Estado durante o período da ditadura militar.

O Estado brasileiro reconhece, na atualidade, esse período como um momento histórico em que práticas como sequestro, tortura, desaparecimento e morte foram usadas por organismos estatais. Tais práticas foram características de uma metodologia previamente organizada e incentivada pela estrutura de poder vigente. Vivíamos em um tempo de terrorismo de Estado.

Hoje observamos diversas situações em que essas práticas ainda acontecem, mas temos programas e serviços do Estado que buscam garantir a não violação dos Direitos Humanos.

Esses longos anos de ditadura trouxeram graves consequências para toda a sociedade. A atenção psicológica é uma das formas possíveis de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal.

Os testemunhos que os afetados prestam perante a Justiça, as Comissões da Verdade, as Audiências Públicas, as Caravanas da Anistia e os diversos dispositivos das Clínicas do Testemunho permitem construir uma história silenciada durante 50 anos.

A *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* é desenvolvida em três eixos:

- Atendimento clínico, em grupo ou individualmente.
- Capacitação e formação de terapeutas da rede pública de Saúde e profissionais da área da Justiça, interessados na promoção dos Direitos Humanos.
- Pesquisa e produção de conhecimento e produção de insumos para implementar uma política pública de reparação psíquica dos afetados pela violência de Estado.

Neste artigo relataremos nossa experiência com os dispositivos que utilizamos em relação à capacitação e formação de profissionais, para que eles funcionem como

multiplicadores em seus campos de trabalho. Criamos o dispositivo designado “Oficinas de Capacitação e Formação” dirigido a profissionais, estagiários e gestores de rede da Saúde Pública e da Justiça.

Realizamos cinco Oficinas com profissionais da Saúde Mental da Prefeitura de São Paulo, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O objetivo foi oferecer um espaço de formação e discussão para multiplicar os agentes que possam exercitar uma escuta diferenciada nos processos terapêuticos e/ou jurídicos, onde estejam implicados sujeitos afetados pelas marcas traumáticas da violência de Estado. Participaram psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiras, fonoaudiólogos, defensores públicos, antropólogos e profissionais do Ministério Público.

Numa perspectiva de “ação em rede” acreditamos que unindo diferentes campos, como os da Saúde Pública e da Justiça, poderíamos realizar uma reflexão importante para ampliar o trabalho clínico, formar agentes para esta clínica psicanalítica ampliada e específica.

Participaram profissionais que fazem contrapontos à violência praticada por agentes do Estado. São profissionais que atuam em contextos extremamente violentos e outros que atuam em instituições do governo reprodutoras de violência.

*COMO CADA UM, EM SUA FRENTE DE TRABALHO,
PODE SER UM AGENTE TRANSFORMADOR?*

O princípio que norteia a prática clínica por nós postulada é o de construir projetos terapêuticos singulares.

Um projeto terapêutico singular é definido pela política do Serviço Único de Saúde (SUS) como uma estratégia de atenção e cuidado em que a equipe clínica conta com a participação ativa do atendido, fortalecendo seu lugar social de sujeito de direitos e deveres. A equipe discute interdisciplinarmente cada caso e pensa ações pertinentes de atendimento.

Nessas Oficinas foram compartilhadas as diversas práticas clínicas e jurídicas exercidas, demonstrando a importância de uma escuta diferenciada. Queremos lutar contra receitas prontas de atendimento e aprender a escutar com cuidado e dedicação cada pessoa que nos procura.

Os objetivos das Oficinas

- Apresentação do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça.
- Refletir sobre os processos de recuperação da Memória dos fatos acontecidos depois do golpe civil-militar de 1964. Momento de resgate histórico das memórias individuais e sociais e compreensão da memória como fenômeno subjetivo e social.¹
- Refletir sobre os processos de violência de Estado na atualidade e sua relação com a violência do passado. Sabemos que o tempo do terrorismo de Estado passou, mas que a violência perpetuada por agentes do Estado e suas

1. KEHL, M. R. O esquecimento de que houve tortura no período militar – tortura, morte e assassinatos — produziu a meu ver a naturalização da violência como um sintoma social gravíssimo na sociedade brasileira. In: PERDOMO, M. C. e CERRUTI, M. (Orgs.). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011, p. 50.

instituições seguem repercutindo principalmente na periferia da cidade de São Paulo. Este dado é noticiado com frequência na mídia, nas redes sociais e por grupos da sociedade civil engajados na garantia dos Direitos Humanos.

- Falar das práticas clínicas e jurídicas de cada um dos participantes. Criar instrumentos e dispositivos para ampliar a escuta e o acolhimento. Primeiro tínhamos a hipótese de que muitos usuários dos serviços públicos oferecidos não se reconheciam como afetados pela violência de Estado na época da ditadura civil-militar. Buscávamos verificar com os profissionais se havia lugar para escuta do que foi vivido nessa época.

Desejávamos intervenções clínicas cada vez mais potentes, com a proposta de atuar na perspectiva de ampliação do campo social com uma posição ativa na busca por seus projetos de vida construindo redes de inserção social.

- Fomentar diretrizes políticas em relação à reparação e a extinção dessa violência política e social, cometida inclusive pelo Estado.

Para fortalecer o trabalho das Oficinas, elaboramos uma apostila com textos de diversos autores sobre o assunto, que entregamos aos participantes como material de estudo. No final deste artigo detalharemos os nomes e autores de todos os textos publicados na apostila distribuída.

Usamos a linguagem cinematográfica, em cada uma das Oficinas, como disparadora da conversa e reflexão ao exibir filmes como *Cartas da mãe*, documentário sobre as cartas de Henfil, dirigido por Marina Willer e Fernando Kinas; *O fim do esquecimento*, de Renato Tapajós; e a Conferência em vídeo *Medo, Violência e Política de Segurança*, proferida pela professora socióloga Vera Malaguti Batista.

Sabemos que o tempo do terrorismo de Estado passou, mas que a violência perpetuada por agentes do Estado e suas instituições seguem repercutindo principalmente na periferia da cidade de São Paulo. Rapidamente apareceu a relação da violência do passado, das épocas das ditaduras e da escravidão, com a violência da atualidade.

Os profissionais desejam falar das angústias que surgem no trabalho. O grupo puxou a temática dos pacientes que recebem nos distintos âmbitos de trabalho: violências cometidas pelo Estado na atualidade, como as internações compulsórias,² a situação dos moradores de rua, a tortura existente nas Fundações Casa,³ o índice de homicídios na periferia, o abuso da polícia. “*O Estado que deveria proteger, persegue e mata*”. O encontro entre o passado e o presente atualizava a inversão de papéis — quem deveria garantir os Direitos Humanos os viola. Era evidente a violência ainda perpetrada por agentes do Estado e a repetição dos efeitos da violência repercutia nas gerações posteriores. Os trabalhadores da Saúde e da Justiça ocupam o “*lugar de testemunhas*” desta violência e também atuam na perspectiva de produção de mudanças deste quadro. Acompanhando Malaguti⁴ percorremos a história brasileira desde a colonização até os dias de hoje. Entender a História nos auxilia

2. O Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack prevê a internação compulsória aos usuários desta substância no Estado de São Paulo.

3. A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa), antiga Febem, é responsável, no Estado de São Paulo, pelo cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

4. MALAGUTI, V. *Café Filosófico: medo, violência e Segurança Pública*. Disponível em: www.youtube.com.

a compreender a questão da violência de Estado em outra perspectiva. Discutimos a questão do medo, desenvolvido desde a colonização da América do Sul, como mecanismo justificativo de políticas autoritárias. A demanda por ordem e a difusão do medo das políticas de Segurança Nacional, provocou o avanço na internalização do autoritarismo. A autora articula historicamente as políticas de tortura, e analisa a violência no período da escravatura e da democracia pós-ditadura.

A POLÍTICA DO MEDO

Há uma política do medo extremamente violenta que faz com que a população, incluindo os profissionais que trabalham com a temática, tenda a uma submissão paralisante. Afinal, com medo e na impossibilidade de ser ouvido em suas necessidades e sua singularidade, instala-se um clima de absoluta falta de comunicação e de omissão dos fatos. Não é pouca a população atendida, não é pouco o número de profissionais competentes para ajudar profundamente essas pessoas. Mas a política do medo imobiliza e paralisa competências.

Surge a questão das dificuldades de notificação dos atos de violência dos quais padecem os pacientes e a exposição dos profissionais porque eles mesmos têm que ser *testemunhas* quando notificam. Ressalta-se a importância do judiciário levar em consideração a “rede protetiva como testemunha”, o que significa que as pessoas *testemunhem* enquanto equipe/rede e não individualmente. Apesar de existir na Prefeitura de São Paulo, Núcleos de Prevenção de Violência os participantes relataram temor de sofrerem retaliações, punições da

população ao notificarem essas situações. No entanto, se não notificam, não vira estatística e, portanto, dificulta a construção e implementação de políticas públicas.

Discutimos como a constituição da questão do medo e da segurança tem reflexos nos dias atuais produzindo uma maneira de olhar a questão social pelo criminal e penal, despolitizando seus destinos. Articulamos as ideias apresentadas por Malaguti com o contexto vivido na cidade de São Paulo, onde todas as rebeliões e conflitos sociais são lidos como fatos criminais e não políticos. A sociedade brasileira dá respostas punitivas a diferentes conflitos sociais. Em diversos momentos, discutimos nos grupos das Oficinas o incômodo dos excessos da polícia, na época em que vivíamos um terrorismo de Estado e na atualidade, e hoje temos políticas públicas com olhar patologizante que internam pessoas usuárias de crack e pedidos de redução da maioria penal tendo como justificativa o medo e a ordem social.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EM REDES

Outro ponto amplamente discutido foi a necessidade da “atuação em rede”.

Falamos em rede não só nos referindo à modalidade de gestão dos serviços públicos, como por exemplo a rede de saúde municipal organizada em unidades básicas de saúde, centro de especialidades, CAPS, hospitais subordinados às coordenadorias regionais.

O conceito de rede foi usado durante as discussões como uma estratégia coletiva de atores e movimentos sociais, uma maneira democrática e participativa em que sujeitos

usuários e trabalhadores de serviços públicos se reúnem em torno de um objetivo comum. Neste sentido há propósitos compartilhados que supõem ações e projetos direcionados à promoção de direitos. Todos ressaltaram a importância dos trabalhadores da Saúde e Justiça estarem participando de uma mesma formação proposta pela *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* que possibilitou o reconhecimento de diferentes trabalhos de enfrentamento de situações de violência na cidade de São Paulo.

O trabalho em rede, que propicia a formação de coletivos, mostrou efeitos não só no trabalho com a população, mas também na formação de coletivos de trabalho que auxiliam os profissionais envolvidos.

Nas Oficinas de Capacitação e Formação, o compartilhar as experiências de trabalho possibilitou momentos de informação e posicionamentos que alimentaram os participantes. Pudemos reforçar a necessidade das parcerias que complementam as ações de cada um dos profissionais em seus respectivos serviços.

A ALIENAÇÃO, O SILÊNCIO E O TEMOR AO ENVOLVIMENTO POLÍTICO

Existe certa resistência em tocar nos temas políticos. Fala-se da população alienada, sem críticas, com uma forte censura interna. O grupo elabora e toma consciência dos efeitos de 50 anos de silêncio e propagação de discursos alienantes, distorcidos e preconceituosos, que assustam as pessoas: “*Não pode falar sobre isso*”. Na entrada a Universidade: “*Cuidado tem muito comunista*”. “*Não sabia que íamos falar disso. Se soubesse não vinha*”.

Alguns participantes disseram que os pais pareciam “alienados” e não gostavam de tocar no assunto, por temer o envolvimento. Outros disseram que o entendimento que os pais tinham era que a ditadura representava a ordem na sociedade.

Reflexões dos grupos: se seguirmos afirmando que se pode torturar e matar em nome de uma ordem, ainda temos muito a nos indagar sobre quem o Estado considera seu inimigo e um perigo à ordem. Temos um sintoma que satisfaz a própria repetição?

Maria Rita Kehl⁵ recorre aos dados de pesquisa para demonstrar que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e tortura depois do período militar do que durante. Para a autora, a violência atual não se trata de uma violência política ligada a um regime, e sim uma violência que persiste como um sintoma. O período da ditadura serviu como semeadouro da violência autorizando a prática do mal.

Hanna Arendt falava da “banalidade do mal”.⁶ Hoje a escritora e jornalista brasileira Eliane Brum fala da “boçalidade do mal”.⁷

5. KEHL, M. R. Sua única vida. In: PERDOMO, M. C. e CERRUTI, M. (Orgs.). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

6. ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

7. BRUM, E. A boçalidade do mal – Guido Mantega e a autorização para deletar a diferença. *El País*, 2 mar.2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html>.

Falou-se muito sobre a falta de liberdade, a censura e a opressão. Por que a grande maioria, tanto de profissionais quanto da população afetada pela torturante contemporaneidade tem tanta dificuldade de ocupar o espaço que se faz necessário e exigir aquilo que lhe é de direito? O que oprime, encolhe e esmaga, calando?

Alguém fala do professor de história que na hora de falar sobre o período da ditadura ficava olhando atrás da porta para verificar se alguém estava vigiando, pois o que o professor explicaria sobre o que aconteceu nesse período não constava nos livros didáticos.

Também relatam que os pacientes não relacionam a violência atual com a violência da ditadura. Insistimos na importância de afinar, aguçar a escuta dos profissionais para contribuir a desconstruir esse silenciamento e essa alienação que são produto do discurso dos militares do golpe e seus aliados.

Os regimes totalitários fazem um uso bastante particular da memória: controlam e selecionam aquilo que deverá ser lembrado, com o intuito de impor uma versão oficial dos fatos. Tal distorção da memória confere aos fatos selecionados estatuto de verdade e aqueles que estão em desacordo com essa versão são punidos.⁸

Reconhecem que as pessoas não falam da ditadura, mas as vivências que passaram e ouviram sobre a época do

8. CERRUTI, M. Apresentação. In: PERDOMO, M. C. e CERRUTI, M. (Orgs.). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*, p. 10.

terrorismo de Estado são reconhecidas nas violências da atualidade. Compreendemos que a não elaboração coletiva das diversas formas de violência de Estado pode acarretar o seu retorno nas novas gerações, onde ela se manifesta travestida de delinquência, drogadição e outras formas de violência e autodestruição, em especial na população mais vulnerável socialmente.

*A VIOLÊNCIA NA ATUALIDADE.
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS QUE NORTEIAM
NOSSAS PRÁTICAS CLÍNICAS E JURÍDICAS*

Em relação à violência de Estado na atualidade os principais pontos abordados foram:

- Não perder de vista o sujeito.
- As diferenças entre lei e justiça. O poder que corrompe e violenta não mudou mesmo em tempos de democracia. Uma psicóloga da Defensoria Pública do Estado de São Paulo trabalha diretamente na luta pela garantia de direitos humanos. Relata que são atendidos em São Paulo 20.000 casos por mês de jovens considerados infratores, afetados por uma violência brutal. Manifesta que o trabalho da Defensoria Pública é parcial e atua diretamente na garantia de direitos de jovens em conflito com a lei que não têm acesso à defesa jurídica. Ela relata que a grande eficácia de seu trabalho, na postura de resistir às violações de direitos, é o trabalho em rede, a redução de danos e a atenção e cuidado para evitar a medicalização e/ou a criminalização de forma banalizada.

- Dificuldades no trabalho na Rede Pública: psicólogos, terapeutas ocupacionais relataram os avanços e as dificuldades de trabalharem em uma das regiões mais violentas de São Paulo. Atendendo população moradora da periferia, esses profissionais trazem a luta que travam diariamente diante de uma realidade assustadoramente perversa, abandonada, quase invisível. Relatam que uma UBS nessa região atende 120.000 pessoas, sendo que o correto seria uma para cada 20.000 pessoas. Um CAPS a cada 200.000 habitantes seria o necessário. Existem profissionais que trabalham em um CAPS em uma região carente de recursos que atendem 700.000 habitantes. É uma região com precariedades de todas as ordens e grande número de ossadas depositadas após os assassinatos cometidos.
- Manipulação da informação da mídia; como a verdade que é contada pode estar distante da verdade. Reconhece-se a importância da instauração das Comissões da Verdade.
- Defesa dos Direitos Humanos dos usuários de crack e como, desde uma política de urbanismo higienista, são tratados como *lixos humanos*. Importância de expressar nossos pontos de vista para influenciar nas decisões dos juízes. Uma participante do grupo fala de sua alegria e otimismo quando conseguiu convencer o juiz sobre a necessidade de não internar e não exercer ações truculentas sobre esses sujeitos. Em uma reunião surge até uma proposta de sair do espaço privado e fazer a próxima Oficina na Cracolândia.⁹

9. Denominação popular de região da cidade de São Paulo frequentada por usuários de crack.

- As dificuldades dos profissionais ao atenderem os jovens da Fundação Casa que chegavam algemados para a psicoterapia no CAPS e um policial devia permanecer na sala. A oposição dos profissionais levou a vencer essa luta.

TESTEMUNHOS

A maioria das pessoas falava que os pais eram pouco envolvidos com a situação política. “*Eu vivi e me formei aceitando essas ditaduras. Às vezes os trabalhadores saíam para se manifestar, protestando; às vezes os estudantes, mas o resto aceitava mansamente essas ditaduras (...) Não nos educaram democraticamente e essa foi minha vida, uma vida de aceitar*”.¹⁰

Em todas as Oficinas apareceu algum profissional, que mobilizado pela dinâmica do grupo, decidiu dar “*seu testemunho*”. Tivemos testemunhos carregados de emoção, que contaram sobre a violência sofrida pelos pais no período da ditadura, ressaltando o silenciamento desse assunto na história familiar.

Os profissionais puderam falar de suas histórias. Pudemos vivenciar a frase de Hannah Arendt mencionada pela Comissão da Verdade: “Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”.¹¹

10. CARLOTTO, E. As Abuelas de Plaza de Mayo/testemunho. In: PERDOMO, M. C. e CERRUTI, M. (Orgs.). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*, p. 25.

11. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/o-dia-de-hoje-exige-que-nos-lembramos-e-contemos-o-que-aconteceu-afirma-dilma>>. Acesso em: em 31 mar. 2014.

Em uma ocasião, uma participante relata que é filha de preso político, que ficou sabendo recentemente a verdadeira história do pai. Diz que sem saber foi cuidar dos pobres e oprimidos. Desde sempre teve muitos “não ditos” e que isso prejudicou sua família de diferentes maneiras. Só hoje ela tem consciência desses efeitos.

Na 1ª Oficina um participante ficou extremamente comovido; relatou que seu pai foi preso político e que a vida dele e de sua família foi marcada pela ditadura como um período muito difícil que o pai teve que atravessar. Falou que apesar de fazer análise pessoal não tinha consciência sobre quanto esse assunto ainda o mobilizava e quanto tinha um lado além do heroísmo nessa história repleta de sofrimentos.

*COMO A PSICANÁLISE PODE CONTRIBUIR,
POR OBSTÁCULO A TODA ESTA VIOLÊNCIA*

Tornar visível os efeitos das práticas de violação cometidas, nesse período, nos faz romper com o silenciamento e contribui para as lutas políticas e sociais do presente.

Os grupos consideraram importante a ampliação da população a ser atendida pelas Clínicas do Testemunho, que não sejam só os anistiados.

A implicação dos profissionais nesse processo auxilia a congregar diversos segmentos da sociedade civil brasileira na promoção da Justiça, da Verdade e da Memória. A memória coletiva nos conduz a nos apropriar da história na produção de outros futuros. Sair da invisibilidade e criar marcas. A construção de trabalho em rede implica abrir mão da onipotência e do isolamento, soluções que sabemos ser

ilusoriamente confortáveis do ponto de vista do enfrentamento da realidade e suas exigências.

Também aparece o pouco espaço que profissionais da linha de frente no trabalho cotidiano têm nos eventos da saúde; as pessoas que têm voz muitas vezes não são as que mais têm a dizer, ocupam espaços públicos em prol de seus próprios interesses políticos e de ascensão de poder profissional.

Para finalizar, gostaríamos de destacar a importância de um trabalho de formação permanente para os profissionais da Saúde e da Justiça, que inclua a temática da violência de Estado. Consideramos que além de ser o pedido de muitos profissionais, o trabalho com a violência das populações mais vulneráveis implica uma série de demandas que precisam ser pensadas e atendidas no formato de Rede de Políticas Públicas. Quando isto não ocorre o profissional se sente impotente perante esta situação, mobilizando angústias que podem provocar tanto paralisias e uma aparente indiferença defensiva, quanto promover ações eficazes que busquem incluir os diferentes coletivos.

Todavia, uma formação que se pautar em discussões e não somente em teorias mobiliza para essa temática, e se também incluirmos a possibilidade de troca de experiências e vivências, o resultado é a potencialização das intervenções.

Jornada Interdisciplinar

Como produto das cinco Oficinas realizadas, no dia 11 de novembro de 2014, organizamos uma jornada interdisciplinar para tratar do tema “A violência de Estado atual e suas raízes”. Foram convidadas as professoras Vera Warchavchik, Maria de Fátima Vicente e Vera Malaguti

Batista. A Coordenadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, Maria Cristina Ocariz, fez na ocasião uma apresentação do Projeto das Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia. Cada conferência foi seguida de debate com o público.

Os trabalhos por elas apresentados estão publicados neste livro.

Índice da Apostila para Oficinas de Capacitação de Profissionais da Justiça e da Saúde Pública – março de 2014

- “Abertura da 1ª Conversa Pública” da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, Maria Cristina Ocariz
- “Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia sem Fim”, Tarso Genro e Paulo Abrão
- “Elaboração Onírica e Representação na Literatura de Testemunho Pós-Ditadura no Brasil”, Paulo Endo
- “Sua Única Vida”, Maria Rita Kehl
- “Soigner, Témoigner, Tratar, Testemunhar”, Jean Claude Rolland

São Paulo, abril de 2015

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside há 36 anos no Brasil; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de

Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

NANA CORRÊA NAVARRO

Psicóloga formada pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

TEREZA CRISTINA GONÇALVES

Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Psiquiatra pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (FMUSP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

Conversas Públicas
2ª Conversa Pública (09/05/2013)
Filme “Hoje”, de Tata Amaral
Reflexões sobre a elaboração do luto no caso
de desaparecidos políticos¹

M. Liliana I. Empanan Martins Pereira

*Sou o poeta
dos torturados,
dos “desaparecidos”,
dos atirados ao mar,
sou os olhos atentos
sobre o crime.*

(trecho do “Poema-Prólogo”, de Pedro Tierra)²

-
1. Texto originalmente apresentado para o Boletim online n. 25, junho de 2013, do Jornal digital dos membros, alunos e ex-alunos, que teve acréscimos para o presente artigo.
 2. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/048/48cmaues.htm>>. Acesso em: 21 mar.2015.

APRESENTAÇÃO

No dia 9 de maio de 2013, a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* realizou a segunda Conversa Pública, com a exibição do filme *Hoje* (Brasil, 2011) no Auditório do Sedes, seguida de debate com a diretora do filme Tata Amaral, a psicanalista e documentarista Miriam Chnaiderman e a coordenadora da Clínica do Testemunho Sedes Sapientiae, Maria Cristina Ocariz.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, por meio de diversos projetos como Marcas da Memória, Caravanas de Anistia, Audiências Públicas e Clínicas do Testemunho tem por objetivo promover a reparação financeira e psicológica de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988. A Comissão também se configura como espaço de reencontro do Brasil com seu passado, entendendo que é deste reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para sua reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio hoje.

Nessa perspectiva, as Conversas Públicas visam divulgar e ampliar a discussão sobre o que significou e significa a ditadura e os *anos de chumbo* na vida dos cidadãos brasileiros e os efeitos sobre suas subjetividades. Assim, para além da esfera individual, a atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado deseja trabalhar com o efeito transgeracional dos traumatismos e suas marcas na sociedade como um todo. A dimensão traumática do vivido requer várias estratégias de nomeação e inscrição da experiência para que, assim, a sociedade possa refletir sobre as consequências do autoritarismo e da violência extrema. Este processo não

linear poderá levar a agir e exigir medidas políticas, tais como a revisão da Lei de Anistia de 1978, promovendo uma justiça que condene os responsáveis para possibilitar que este horror não se repita.

O filme *Hoje* (Brasil, 2011) aborda a história de Vera (Denise Fraga) no momento em que ela se muda para o apartamento que comprou com a indenização recebida do governo brasileiro em razão do “desaparecimento” do seu companheiro Luiz (César Troncoso), vítima da ditadura militar. A entrada no apartamento instaura um diálogo imaginário entre Vera e Luiz permeado de culpa, angústia, embate ideológico, dúvida etc. Uma avalanche de afetos e lembranças intensificam a necessidade de falar, e é justamente aqui que o filme ganha importância, especialmente no contexto em que é exibido, pois nos aproxima do possível conteúdo discursivo dos pacientes afetados pela violência de Estado e da incidência do trauma vivido hoje.

Na abertura do evento, Maria Cristina Ocariz falou sobre como o Brasil ainda sofre os efeitos da falta de acesso à verdade dos períodos vergonhosos da sua história, desde a escravidão até a ditadura militar. Citou Maria Rita Khel: “O modo como a ditadura negociou sua dissolução com a sociedade brasileira — uma negociação entre quem tinha as armas na mão e quem até então estivera sob a mira delas — funcionou como um verdadeiro convite ao esquecimento”,³ a fim de dizer que a tortura é um instrumento para que os sujeitos falem, mas também para que os sujeitos caem.

3. KEHL, M. R. A verdade e o recalque. Os crimes de Estado se repetem como farsa. Artigo na *Folha de S. Paulo*, 24 mar. 2013.

Também ressaltou os cuidados éticos desse tipo de atendimento psicanalítico, as dificuldades dos anistiados de falar depois de mais de 40 anos de silêncio, e a importância de encorajá-los a se inscrever no projeto Clínica do Testemunho para realizar um trabalho de elaboração pessoal e participar da reconstrução da memória histórica de anos tão sofridos para o povo brasileiro. Aqueles que foram cruelmente silenciados poderão ainda se perguntar: para que falar hoje de algo que aconteceu há tanto tempo? A resposta é: “*Para que não se esqueça, para que se (re)conheça, para que nunca mais aconteça*”.

Durante o debate, Tata Amaral recuperou aspectos de sua trajetória pessoal e familiar que foram decisivos na construção da sua filmografia, que também inclui, *Um céu de estrelas* (seu 1º longa-metragem, 1997), *Através da janela* (2000), *Antonia* (2006), *Trago comigo* (série produzida para a TV Cultura em 2009), e *O Rei do Carimã* (2009). Dentre os aspectos citados pela diretora destacam-se: o processo de luto pelo falecimento de seu marido, quando muito jovem; o fato de ter vivido em uma família de “fabuladores”,⁴ bela palavra que inclui a ideia de um entrelaçamento entre realidade, verdade e fantasia nas narrativas, na quais a ficção compõe o

4. DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. **Sf.** (*lat. fabula*) **1** Pequena narrativa em que se aproveita a ficção alegórica para sugerir uma verdade ou reflexão de ordem moral, com intervenção de pessoas, animais e até entidades inanimadas. **2** Narração imaginária, ficção artificiosa. **3** Narrativa ou conjunto de narrativas de ideação mitológica; mito. **4** Entrecho ou urdidura de qualquer obra de ficção. **5** Os elementos de deformação da realidade nas composições do gênero épico ou de invenção. **6** Mentira. Dim.: fabulazinha, fabela. *Dicionário On-Line Michaelis.*

narrado, onde a nomeação inclui elementos de construção na tentativa de elaboração de uma história; por fim, a existência de *falhas de informação entre as gerações* nas histórias que lhe foram transmitidas, algo que corresponde a aspectos não nomeados ou omitidos nas histórias familiares.

Em sua fala, Miriam Chnaiderman questionou a possibilidade de realizar um trabalho de luto frente a uma morte não nomeada como desaparecimento, como ocorreu na época da ditadura. Como realizar o processo de simbolização quando a ideia de um ente querido que poderia retornar a qualquer momento paralisa o sujeito, impossibilitando o processo de elaboração através do desinvestimento libidinal do objeto perdido? Miriam cita uma frase de Emilio Rodrigué:⁵ “*Esquecer é tão importante quanto recordar*” — mas alerta que é impossível esquecer e seguir em frente quando elementos de nossa história nos foram furtados. E aqui se pensa na interligação entre a história e a subjetividade.

Finalmente, estende sua análise a várias situações da história mundial, como o nazismo, que levou ao paroxismo os horrores do humano. Essas vivências de terror aparecem nos relatos dos que as viveram de várias formas. No caso da personagem do filme, o terror da ditadura e da tortura não é encenado a partir de imagens, mas ele comparece no discurso das personagens do filme. Não é necessária a imagem do horror, pode-se transmitir o horror com palavras.

5. Emilio Rodrigué, psicanalista argentino que morou 34 anos na Bahia, Brasil (nasceu em 8 de janeiro de 1923 em Buenos Aires e faleceu em 21 de fevereiro de 2008, na Bahia, Brasil).

A DIFICULDADE DO PROCESSO DE LUTO NO CASO DOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS À LUZ DO FILME “HOJE”

O filme *Hoje* se desenrola em um único lugar físico, o recém-comprado apartamento de Vera, mas percorre diferentes espaços habitados pela sua protagonista a partir de sua militância política e o “desaparecimento” de seu companheiro. A protagonista do filme encarna os impasses de um sujeito na elaboração do drama vivido na época da ditadura militar e sua atualização hoje.

Várias questões estão em jogo, porém pensamos que o mote principal do filme seja colocar em cena a subjetividade da experiência traumática, a forma singular como um sujeito viveu o período da repressão do Estado de exceção, ou seja, como seres humanos encarnados viveram, experienciaram, lembraram e elaboraram a ditadura e sua violência.

O filme também traz à tona a dificuldade de elaboração do luto no caso de um “desaparecido político” quando não se reconhece a morte de um cidadão que foi assassinado pelo próprio aparato repressivo do Estado. Considerar a particularidade deste processo de luto é levar em conta as circunstâncias dramáticas que implicam a incerteza sobre sua morte e a impossibilidade de velar e enterrar o corpo, ou seja, uma morte que não pode nem ao menos ser nomeada e narrada. Tânia Kolker⁶ sintetiza: “Como, então, tirar da clandestinidade essas experiências, aceder ao que sequer foi

6. KOLKER, T. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos da subjetivação. In: *Tortura*. Brasília, SEDH/Coordenação Geral de Combate à Tortura, 2010, p. 188.

simbolizado, produzir sentido para o inominável, quando tratamos de algo que não pode ser esquecido, mas também não pode ser lembrado?”

A história de Vera retrata vivências de perseguição, intimidação, prisão, morte, desamparo, luto, tortura e abuso sexual. Este tipo de situações-limite tem um grande potencial traumático por levar a uma intromissão violenta na vida do sujeito: nos seus segredos, no seu psiquismo, no seu corpo, na sua dignidade. Marcelo Viñar reafirma esta incidência dramática da tortura sobre o corpo:

A barbárie totalitária compreendeu este saber psicanalítico (talvez não em sua conceituação, mas seguramente ao nível de sua eficácia) e utiliza métodos muito elaborados que levam em conta esta verdade originária: a primazia da relação do homem com seu corpo.⁷

Portanto a tortura, seja psicológica ou física, irrompe na vida de um sujeito quando este se vê despojado do mais mínimo que implica o humano: o respeito pelo exercício livre⁸ de organizar e decidir sobre suas necessidades básicas como fome, sede, sono, higiene, pensamento, fala etc. Para nós psicanalistas, a tortura constitui, fundamentalmente, um ataque à singularidade do sujeito, a submissão a um outro sádico que goza com o corpo do semelhante com a finalidade de obrigá-lo a quebrar seu código de ética e falar o que deve ser calado.

Enfim, um trauma que poderíamos denominar como *desamparo do Estado*, por ser o próprio Estado quem promove

7. VIÑAR, M. Pedro ou a demolição. Um olhar psicanalítico sobre a tortura. In: VIÑAR, M. e VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 46.

8. ARANTES, M. de A. C. (2011) apud PELLEGRINO, H. Dor e desamparo. Filhos e pais, 40 anos depois, escreve “A tortura visa o avesso da liberdade” (p. 211).

esta violência. O *desamparo do Estado* significa, portanto, que o conjunto de regras e acordos compartilhados capazes de organizar, reger e fazer funcionar minimamente a vida em sociedade entra em colapso, não conseguindo controlar nem punir a destrutividade inerente a nossa condição subjetiva. Neste período, o tecido social se esgarça e se desfaz o pilar onde se constituía um país de direitos e deveres; os cidadãos se sentem aterrorizados ao perceber que o Estado que deveria protegê-los não se submete mais às leis, entrando em uma lógica perversa que desmente esta realidade. O processo ditatorial afetou, portanto, a sociedade como um todo e cada cidadão, estendendo seus efeitos na atualidade.⁹

No caso de Vera nos perguntamos como esta mulher poderá construir e habitar um outro lugar subjetivo a partir de uma história traumática cujos sintomas a fazem sofrer na atualidade.

Vera recebe uma reparação financeira pela morte de seu companheiro desaparecido e é como esse dinheiro que compra o apartamento. Esta indenização funciona simbolicamente como um reconhecimento público de que seu companheiro foi morto por agentes do Estado, havendo assim a possibilidade de se instaurar um luto.¹⁰

9. Tânia Kolker frisa a importância da experiência de violência ser compartilhada e sentida como própria por parte de toda a sociedade: “Mas também é fundamental que toda a sociedade se perceba como afetada, retirando os danos do ‘mundo das memórias privadas’ (Jelin, 2002) e liberando os afetados de serem os guardiões da memória desse legado de barbárie”. (Op. cit., p. 190).

10. Ao longo do artigo nos referimos a conceito freudiano encontrado no texto “Luto e melancolia” (1917[1915]). In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Esse sujeito, reconhecido posteriormente como morto, passa a produzir efeitos na elaboração da história de Vera, ao poder recordar o casal que se amou e compartilhou crenças, ideais, lutas, projetos, sonhos. Todo processo de luto implica a elaboração de uma herança que, para que possa ser elaborada, tem de ser simbolizada. Ou seja, essa herança tem que deixar de ocupar, apenas, o lugar de dívida e culpa, para se transformar em uma herança que promova vida, trocas e lance o sujeito na aventura de viver e se reinventar.

Outro aspecto importante que *Hoje* nos possibilita discutir diz respeito à experiência da clandestinidade. Na época da ditadura, os militantes ao precisarem entrar na clandestinidade tinham que adotar um *nome de guerra*. Isso aparece no filme através da dupla nomeação das personagens Vera-Ana Maria e Luiz-Carlos, nomeações que nos falam desse duplo estranho-familiar trabalhado no texto “O estranho” de Freud, 1919. Esta duplicidade aparece no filme pela insistência de “Luiz” em chamá-la de Ana Maria. Ou seja, nessa insistência irrompe um aspecto do psiquismo solto e estrangeiro que retorna para ser inscrito e integrado à história de Vera. A elaboração do vivido também implica o trabalho de inscrição dessa dupla nomeação das personagens — com o nome dado através da filiação familiar e o escolhido na filiação militante — para que possam ser integrados e entendidos como fazendo parte de uma mesma pessoa.

Paralelamente, o filme compõe sua narrativa em duas línguas: castelhano e português, idiomas de Luiz e Vera respectivamente. Assim, aparece atravessando a fala de Vera um idioma estrangeiro que pede tradução. O estranhamento aqui em jogo também invade o espectador, que tem de se esforçar para entender o forte sotaque castelhano de Luiz. Esse recurso é muito interessante porque produz um efeito no espectador

que oscila entre se desligar das palavras e ligar-se nas entonações do seu discurso, ou vice-versa. Em muitas passagens do filme, o tom do discurso é de intimidação, culpabilização, punição, acusação; em outras, ele incita o silenciamento, a fuga, a persecutoriedade.¹¹ Aos poucos, o discurso vai introduzindo o afeto, a troca, o desejo, o companheirismo, o limite.

Um tema que aparece pungentemente é o das marcas traumáticas e não simbolizadas da experiência de tortura e de abuso que voltam no presente sob a forma de compulsão sexual.¹² Este tema pouco explorado ainda — o dos efeitos da violência sexual na ditadura — aparece no filme e nos instiga a pensarmos sobre isso. A protagonista reconhece que esta compulsão começa após a experiência de tortura e abuso sexual e que ela perdeu a possibilidade de decidir e de escolher seus parceiros sexuais há muito tempo. O filme encena uma experiência sexual que se vê refletida através do estranhamento, angústia e ferimento facial de Luiz. Como mais uma marca da crueldade do vivido nessa experiência de abuso, violência e subjugação que afeta a todos. Assistimos, assim, ao drama das verdades que Vera procura se dizer e reconhecer a partir da difícil experiência de ter sido presa e obrigada — sob tortura — a falar.

11. Marcelo Viñar (Op. cit.) que trabalhou clinicamente com afetados pela violência de Estado na ditadura uruguaia observa que muitas vezes os pacientes não conseguem falar sobre o que viveram e dizem: “Você não sabe, não pode saber: é o horror” (p. 59), revelando a incidência do trauma no discurso.

12. Como aponta Betty B. Fuks, “Em psicanálise, o excesso tem a ver com a ultrapassagem de um limite”. Cf. FUKS, B. B. Por que a crueldade? Notas para uma reflexão sobre a guerra e a paz. In: MEIRA, K., ENDO, P. C., SPOSITO, S. E., ENDO, T. C. (Orgs.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: CRP-SP, 2011, p. 227.

As lembranças traumáticas se traduzem em cobranças superegoicas: na cruel “fidelidade” a uma vivência que passou, por permanecer àquela que se foi, cujo preço mais alto a ser pago é — não somente a expiação infinita das culpas pelo que aconteceu —, mas a estagnação, a paralisia, uma invasão do passado que rouba a potência de viver e ser HOJE. A possibilidade de reverter a persecutoriedade da culpa em potência vital e colocar a vida no presente, de ter um futuro, é o grande desafio das situações traumáticas e de luto. Por outro lado, a repetição das lembranças possibilitaria a tentativa de mudança, de elaboração a partir da insistência do recalçado.

Qual é a verdade de Vera? Ou fazendo um jogo de palavras com o nome da protagonista que significa “verdade”: qual a verdade da Verdade, ela existe? E aqui o espectador se depara com a possibilidade concreta de que existam várias versões/verdades sobre o que aconteceu entre Vera e Luiz, Ana Maria e Carlos.

A experiência do vivido é múltipla, assim como são múltiplas as suas versões. Neste sentido não existirá uma única Verdade-Vera. Porém, as verdades do afetado pela violência de Estado precisam ser ouvidas em toda sua potência, tanto como denúncia na sua dimensão coletiva e pública — já que a sociedade como um todo foi afetada —, quanto na sua dimensão subjetiva que inclui reconhecer também a dramática como própria. Vera precisa reconhecer a sua história, saber o que aconteceu para poder torná-la própria.

O filme termina com a possibilidade simbólica de dar um lugar interno ao companheiro que foi morto, já não mais como um fantasma, mas como alguém que viveu e morreu. Este processo provoca efeitos também na sua vida. A apropriação da sua história, da casa como lugar seu permitem

que ela resolva poder sair para a rua,¹³ lugar que já foi extremamente perigoso e mortífero mas que hoje pode significar também o lugar de encontro com o outro, lugar de vida.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, M. A. de Almeida. Dor e desamparo – Filhos e pais, 40 anos depois. In: MEIRA, K., ENDO, P. C., SPOSITO, S. E., ENDO, T. C. (Orgs.). *Psicologia, violência e direitos humanos*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2011.
- FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1919). O estranho. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KORDON, D. e EDELMAN, L. Duelo. In: *Por-venires de la memoria*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo, 2007.

São Paulo, junho de 2013.

MARIA LILIANA INÉS EMPARAN MARTINS PEREIRA

Psicanalista; Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP; Coordenadora do Projeto Ponte: atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes. Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* e Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

13. Kordon e Edelman (2007) que trabalharam e continuam trabalhando com os familiares dos desaparecidos pela ditadura argentina nos apontam que o trabalho de luto inclui esta possibilidade de reconexão com a realidade externa: “El psiquismo realiza un penoso trabajo de elaboración que permite que, finalmente, la persona pueda inscribir como recuerdo al objeto perdido y recuperar el interés por el mundo externo” (p. 77).

Conversas Públicas

3ª Conversa Pública (23/08/2013)

Lei de Anistia 1979-2013. O que falta?

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

O Brasil que acorda agora deve acompanhar os que nunca dormiram. Entre estes estão os resistentes da luta por um país onde a verdade seja inteira, a liberdade plena e a justiça um valor supremo. Estas foram consignas da luta que militantes da anistia levaram às ruas no final dos anos 1970. Exigiam a liberdade para os que estavam nas prisões por perseguição política e liberdade para o retorno dos exilados e banidos. Liberdade para todos os que foram expulsos de seus locais de trabalho, de seus sindicatos e entidades de classe e impedidos de exercer sua profissão, impedidos de dar aula e frequentar a universidade. Exigiram a liberdade de ir e vir pelas ruas e pelas praças onde faixas pudessem ser abertas e cartazes levantados. Liberdade para expor ideias, escrever, cantar, encenar peças e projetar o filme.

A liberdade da palavra, de expressão e de manifestação constavam dos princípios do Comitê Brasileiro pela Anistia de

São Paulo, CBA-SP, ao lado da liberdade de associação e de reunião, da autonomia sindical e da atuação política e partidária.

Sim, a campanha pela *anistia ampla, geral e irrestrita* não foi um movimento sem bandeiras e muito menos sem programa. Aos poucos todos nós que nos reunimos para fundar os Comitês Brasileiros pela Anistia, os CBAs, percebemos que estávamos em desvantagem em muitos sentidos e, sobretudo, estávamos sob a mira de armas e espreitados permanentemente.

Inúmeros dirigentes políticos estavam presos, outros banidos e muitos exilados. Um contingente enorme de militantes resistentes estava clandestino.

Muitos haviam sido assassinados e outros estavam desaparecidos.

Percebíamos cada vez mais que a ditadura que vigia no país há 15 anos viera para ficar. Os próprios ditadores quando se apossaram da cadeira da presidência da República em 1º de abril de 1964 se autolegitimaram no poder. Puseram sobre suas próprias cabeças a coroa e nas suas mãos estavam as armas. Tornaram-se donos do poder.

Os 17 Atos Institucionais baixados, regulamentados por 104 atos complementares, caíam sobre nós como barreiras quase intransponíveis: banimento do país, pena de morte, extinção do *habeas corpus*, e a obstrução do direito de defesa. Cassaram mandatos parlamentares impondo um arremedo de funcionamento legislativo tentando disfarçar o Estado de Exceção. A Justiça passou a ser uma prerrogativa das Forças Armadas. Não conhecíamos os ditadores que passaram a mandar no país.

Mas conhecíamos muito bem suas vítimas. Eram nossos irmãos, nossos companheiros e amigos. Eram filhos e eram pais. Sabíamos o que tinha acontecido com eles. Mas

não sabíamos tudo. E foi por isso que o movimento de Anistia se organizou. Para dar um basta, para saber tudo, para exigir a verdade e sustentar a liberdade.

Inicialmente como um movimento de mães de jovens e estudantes e depois organizando mulheres no Movimento Feminino pela Anistia, tendo em Terezinha Zerbini sua principal dirigente, a anistia então propunha o esquecimento e falava em perdão.

Paulatinamente, após 1975, muitos brasileiros que não estavam presos ou que tinham sido soltos, resolveram ir além. Os partidos políticos revolucionários estavam destruídos, as organizações políticas proibidas. Um olho enorme nos vigiava e uma orelha maior escutava nossos telefones. Aliciavam os porteiros dos nossos prédios para dar informações, disfarçavam-se de pipoqueiros e vendedores de porta de fábrica e das universidades, para serem olheiros dos nossos passos e dos nossos mínimos movimentos.

O movimento de anistia tinha que inventar para poder se organizar. E assim fizemos.

Em São Paulo fundamos o Comitê Brasileiro pela Anistia — o CBA/SP em 12 de maio de 1978. O CBA do Rio de Janeiro foi o primeiro dos CBAs a ser fundado, no mês de fevereiro desse mesmo ano. O CBA/SP estava disposto a levar à frente um programa político mínimo e de ação que ia *além do esquecimento e do perdão* e exigia a libertação imediata de todos os presos políticos; volta de todos os exilados, banidos e cassados; reintegração política, social e profissional dos funcionários públicos ou privados demitidos por motivos políticos; fim dos efeitos dos Atos de Exceção. Propunha o fim radical e absoluto da tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional; desmantelamento do aparato

repressivo; esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos por motivação política.

Fizemos a denúncia sistemática da tortura e dos casos de mutilação; queríamos saber onde estavam os desaparecidos e em todos os nossos textos e Conversas Públicas, exigimos o julgamento e punição dos responsáveis e perpetradores.

O CBA E O SEDES SAPIENTIAE

As primeiríssimas reuniões do CBA/SP foram feitas no Instituto Sedes Sapientiae. Celeste Fon e eu éramos familiares de presos políticos. Conhecemo-nos dentro do Presídio do Barro Branco visitando nossos familiares, o Aton Fon Filho, irmão de Celeste e o Aldo Arantes, então meu marido. Chegamos ao Sedes em maio de 1978, acompanhadas do nosso advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que marcara esse encontro. Descendo a ladeira da rua Ministro Godoy avistamos a Madre Cristina que nos aguardava no corredor externo, ainda vestida com seu hábito preto de freira e, na cabeça, o véu preto e branco. A primeira sala em que nos reunimos foi a sala 4, do primeiro andar. Havia outras pessoas que integravam essas primeiras reuniões. Madre Cristina não participava, dizia que precisava ficar do lado de fora para que ninguém pudesse nos interromper e depois fomos percebendo que ela era nossa protetora e guardiã; temia a presença da polícia e permanecia no corredor, vigilante. Aqui no Sedes, alinhávamos os primeiros passos do CBA/SP. Além de Madre Cristina, na lanchonete do seu João, podíamos tomar um café ou um *pingado* e comer um pão com manteiga na chapa. Dizíamos: só isso seu João, e ele, só, *num tá bom?* Mas o principal que o seu João tinha era a aliança férrea com a Madre; ele fazia parte do

esquema de proteção das nossas reuniões. Só muito depois ficamos sabendo destas coisas. O tal do café era um pretexto e o balcão que ele limpava pra lá e pra cá com um pano que tirava uma poeira que não existia, na verdade servia para ele ficar ali vendo quem entrava e quem saía. O balcão de madeira pintada de branco, em algumas ocasiões serviu de esconderijo para os militantes que não podiam ser vistos.

Uma das primeiras tarefas do CBA/SP e de sua Executiva foi a discussão e elaboração da “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação”, terminada em julho de 1978, cuja redação final coube ao representante dos sindicatos dos jornalistas no Estado de São Paulo, Perseu Abramo.

O CBA/SP foi estruturado a partir de representantes de entidades e não exclusivamente através de filiações individuais, e reuniu em seu elenco executivo pessoas já conhecidas publicamente, e outras na qualidade de familiares dos militantes políticos atingidos.¹ Houve intensa articulação com os CBAs no interior do Estado de São Paulo que multiplicavam e expandiam a luta pela anistia, através de atividades próprias

1. Durante os dois primeiros anos o CBA/SP teve como dirigentes: Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de presos políticos; Perseu Abramo, representando o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo; Vanya Sant’Anna, da Associação dos Sociólogos no Estado de São Paulo; Judith Klotzel da Associação de Docentes da USP; Ruth Escobar empresária e diretora de teatro; Rubens Boffino, professor da Associação de Professores do Estado de São Paulo e eu, Maria Auxiliadora Arantes – Dodora, que representava na Executiva a Comissão de Familiares de Presos Políticos (comissão da qual Celeste Fon também participava.)

Juntaram-se à Executiva: Helio Bacha, médico sanitarista e Maria Augusta Capistrano, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Posteriormente Fernanda Coelho, vinda do Rio de Janeiro e Suzana Lisboa de Porto Alegre, integraram a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos que permaneceu reunindo-se mesmo após o encerramento das atividades da campanha da Anistia.

públicas ou em parceria com o CBA/SP. Espalharam-se em São José dos Campos, Santos, Campinas, Piracicaba, Limeira, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, no ABC, Assis, Osasco, Itapira, Jacareí, Mogi das Cruzes e Guaratinguetá.

Aos CBAs foram se juntando muitos que não eram militantes e nem familiares; eram cidadãos cansados da ditadura civil-militar e que se indignavam. Eram músicos, poetas, cartunistas, escritores e artistas. Emprestaram seu texto, seu traço e sua voz, sua profissional capacidade de comunicar para que fôssemos ao mesmo tempo aguerridos, mas sem perder a ternura.

Em novembro de 1978 organizamos o Primeiro Congresso pela Anistia nos dias 2, 3 e 4. Foi um marco na implementação dos comitês de anistia que chegaram a ser 60, organizados em todo o Brasil. A abertura do 1º Congresso foi realizada no TUCA, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e as reuniões de trabalho foram feitas no Instituto Sedes Sapientiae com o aval da Madre Cristina. O encerramento ocorreu no Teatro Ruth Escobar.

Não conhecíamos pessoalmente quem participaria das reuniões; afixamos nas portas das salas do primeiro andar do Sedes, pequenos cartazes nomeando as diferentes categorias

Junto à Executiva foram estruturados núcleos de apoio à campanha, entre estes o Núcleo de Profissionais de Saúde que prestou especial atenção aos presos políticos, sobretudo em relação às sequelas da tortura. Esses profissionais estabeleceram protocolos de atendimentos e foram os primeiros a sistematizar as sequelas de torturas. As representantes deste núcleo eram Zillah Abramo e Martha Salomão, e também estavam os médicos Sergio Paschoal, Cláudio Meneghini, Jorge Mattar, Milton Martins. O Núcleo de Advogados foi essencial na defesa dos atingidos e mesmo os que não participavam presencialmente de reuniões do CBA/SP, foram seus consultores em diversas ocasiões. Entre eles: Airton Soares, José Carlos Dias, Idibal Pivetta, Belisário dos Santos Jr., Marco Antonio Barbosa, Mario Simas, Iberê Bandeira de Mello, Marcia Ramos de Souza, entre outros.

dos atingidos: familiares de presos, de exilados, cassados e aposentados, familiares de mortos e de desaparecidos. Cada um que chegava dirigia-se à sala onde encontraria afetados pela mesma situação. E foi assim que conhecemos pouco a pouco parte dos que moravam em São Paulo, seus nomes, as histórias de seus familiares e tomamos consciência da profundidade da repressão, da violência da tortura e dos casos de assassinato e de desaparecimento.²

Seis meses depois, em 15 de junho de 1979 nos preparamos para o Primeiro Encontro das Entidades de Anistia organizado pelo CBA/RJ. Nesse encontro a Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos divulgou uma publicação então datilografada com a relação dos mortos, dos desaparecidos no Brasil e no exterior, com suas biografias e as condições conhecidas de seu assassinato. Publicou-se também extensa lista com o nome de todos os torturadores e a descrição dos instrumentos de tortura, bem como a denúncia da máquina de tortura usada em todo o país, sob o patrocínio do Estado brasileiro com o apoio de empresários e de civis, aliados aos ditadores.

AGOSTO DE 1979

Antes da votação da Lei de Anistia, a mobilização foi intensa nas ruas de São Paulo. No dia 8 de agosto de 1979, o comício na Praça da Sé foi um marco decisivo na campanha da

2. A abertura oficial do Congresso foi feita no teatro da PUC/SP, o TUCA durante a reitoria da professora Nadir Gouvêa Kfoury que um ano antes, em setembro de 1977, defendera com altivez o campus da PUC durante a invasão pela Polícia Militar comandada pelo coronel Erasmo Dias. O encerramento foi feito no teatro Ruth Escobar.

anistia. Até então a Praça da Sé estava proibida para manifestações e a realização do primeiro Ato Público para a retomada da praça, fortemente cercada pela polícia militar, a pé ou a cavalo, foi uma vitória na conquista dos espaços públicos proibidos para manifestação de qualquer natureza. No coração da cidade de São Paulo e junto ao seu Marco Zero, os movimentos tomaram politicamente a praça que voltou a ser do povo. A Convocatória para o Ato, escrita pelo CBA/SP dizia:

Hoje se sabe no Brasil que o regime militar que se implantou no país em 1964, prendeu, torturou, matou, banuiu e exilou, cassou e demitiu inúmeros brasileiros de seus postos de trabalho. (...) Fez calar a livre manifestação do pensamento, fechou universidades, invadiu sindicatos e deixou o povo sem liberdade e com fome, no campo e na cidade. Hoje os brasileiros que querem para esta nação a liberdade e a justiça, vêm publicamente exigí-las. (...) Este mesmo regime apresentou no dia 27 de junho um Projeto de Anistia Parcial que deixa de fora muitos brasileiros atingidos durante estes 15 anos. Submete funcionários civis e militares a novos condicionamentos e humilhações para a reintegração em seus cargos. Deixa de fora trabalhadores e estudantes atingidos pela CLT e pelos Atos de Exceção. Deixa na prisão e no exílio muitos brasileiros. Nem sequer uma palavra sobre os que matou e fez desaparecer durante estes anos. Este projeto deverá ser votado pelo Congresso Nacional ainda neste mês de agosto. (...) Não podemos, em nome da Justiça e da própria grandeza da Anistia, aceitá-lo e por isso mesmo o repudiamos.

Para o dia 14 de agosto foi organizada a caravana de militantes, familiares e representantes de entidades de anistia a Brasília para acompanhar o desenvolvimento do debate no Congresso Nacional e estabelecer um contato com parlamentares. Mantivemos a mobilização nas ruas e no dia 21 foi realizado um segundo Ato público na Praça da Sé em São Paulo.

Sabíamos que o Congresso Nacional legislava dentro dos limites impostos pelos ditadores. Não tínhamos ilusões, mas pensávamos que poderia prevalecer o que as ruas exigiam. Era improvável, mas tivéramos uma convivência fraterna com o Senador Teotônio Villela, presidente da Comissão Mista da Câmara e do Senado. Ele era o principal responsável por todas as reuniões no parlamento federal e pela coleta dos textos que chegavam de todo o país apresentando listas de torturadores, descrição das torturas, relato de sequestros, casos de assassinato, de mortes presumidas. O senador nos surpreendeu. Era um latifundiário e usineiro de Alagoas, de direita, e do partido do governo, a ARENA. Tornou-se sensível à luta pela anistia. Veio até o movimento, visitou os presos e se reuniu com a militância da anistia. Tornou-se nosso interlocutor. Prestava atenção ao nosso relato. Na primeira visita que fez aos presos políticos em São Paulo, todos confinados no Presídio do Barro Branco, Celeste e eu fomos designadas para acompanhá-lo. Juntamente com o senador Severo Gomes do MDB fomos buscá-lo no hotel Jaraguá e o levamos ao presídio onde entrou. Nós, familiares, não entramos. Depois de longa permanência, na sua saída já ao final da tarde ouvimos o que disse aos jornalistas:

Aqui não encontrei nenhum lobo das estepes e nenhum terrível homem das cavernas. Encontrei brasileiros idealistas que lutavam por seus ideais.

Teotônio visitou os presos no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Ceará. A proposta de ampliação do projeto da ditadura, que desde então denunciávamos conforme exigência dos movimentos de anistia foi plenamente encampada pelo Senador a partir dessa aproximação cordial.

No dia 28 de agosto de 1978, finalmente conhecemos o que o Congresso Nacional produziu: uma anistia parcial e

de dupla mão. Deixou de fora muitos brasileiros, não abriu para eles as portas da prisão. E pior, anistiou também os torturadores. Não podia ser diferente: legislaram sob a tutela dos generais e sujeitaram-se a eles. Negociaram o inegociável, entenderam que a tortura não é crime quando o Estado não a proíbe expressamente. Fortaleceram a contramão da ética, desrespeitaram seus próprios concidadãos que consideravam seus inimigos internos, seguindo à risca a Doutrina de Segurança Nacional. Não se envergonharam da lei que aprovaram em um acordo de liderança, levando ao plenário uma votação decidida previamente.

O Legislativo traiu os movimentos de anistia. A derrota foi um duro golpe.

Ao longo de todos estes anos muitos continuam firmes em busca dos desaparecidos, exigindo que a justiça leve os responsáveis a julgamento. A tortura, o assassinato, o sequestro e a ocultação de cadáveres são crimes e todo crime deve ser punido.

Trinta e um anos depois, em 14 de abril de 2010, fomos surpreendidos com a decisão do Supremo Tribunal Federal, o STF, que manteve a compreensão de que a Lei de Anistia anistiou sim os torturadores apesar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que formulou o seguinte pedido:

A proponente (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) pede que o Supremo Tribunal Federal dê à Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, uma interpretação conforme à Constituição, para declarar que a anistia, objeto desse diploma legal, não se estende aos crimes de homicídio, estupro e tortura, praticados por agentes públicos contra opositores ao regime

político então vigente. (...) Em outras palavras, o que se pede na presente demanda não é a revisão da lei de anistia, como se diz por aí, mas sim a sua correta interpretação, de acordo com os padrões de técnica jurídica consagrados e a exigência fundamental de respeito à dignidade humana. (...) O que está em causa, na presente demanda, não é uma controvérsia jurídica comum. O Supremo Tribunal Federal, como órgão de cúpula do Estado Brasileiro, assume agora a responsabilidade histórica de defender a honra nacional e a dignidade do nosso povo, pelo reconhecimento de que os crimes hediondos, praticados pelos agentes do regime autocrático do passado, são inapagáveis, qualquer que seja o tempo decorrido desde o seu cometimento.

O STF desconsiderou a brilhante argumentação do jurista Fábio Comparato e manteve a interpretação de que os crimes conexos aos crimes políticos foram anistiados.³ Esta interpretação mantém-se e não se discutiu mais. Pelo menos até agora.

Mas os movimentos sociais podem discutir. A sociedade pode questionar. Assim fizemos na época da campanha de anistia de 1979. Enfrentamos as leis e sua interpretação. Não perguntamos o que era possível e o que era permitido. Não fizemos um raciocínio técnico. Fizemos uma campanha política. Exigimos o que era justo. Conseguimos um pouco. Passado tanto tempo, fortalecidos pela experiência da democracia, temperados pela liberdade de expressão e autorizados a buscar a verdade, podemos tentar mais uma vez.

3. A interpretação de quais são crimes conexos aos crimes políticos anistiados, distorceu o entendimento a ponto de interpretar a tortura como um crime conexo ao crime político. Uniu em um mesmo laço o crime político e um crime imprescritível, a tortura. O esclarecimento, bem como o julgamento e penalização dos responsáveis, é uma proposta que tem se mantido insolúvel.

O QUE PODEMOS FAZER?

Se os movimentos que saíram às ruas estão conseguindo vitórias é porque a indignação prevaleceu. Os que hoje portam os cartazes talvez nem soubessem que houve um tempo em que não se podia andar livremente pela Avenida Paulista, pelo Viaduto do Chá, pela orla de Copacabana e nem ao redor da Praça da Liberdade. E se sabiam não temeram e ousaram. Se a praça é do povo, se a rua pode ser ocupada, porque não exigimos em movimento e nas ruas que os dirigentes do Brasil digam para todos nós, e principalmente aos familiares, onde estão os corpos dos nossos desaparecidos?

Desde que se compreendeu que a tortura é um crime que atinge os humanos, estejam onde estiverem, sabemos que a tortura é um crime contra a humanidade. Em nosso curto tempo presencial na história, podemos construir novas reciprocidades e melhorar a condição das relações entre os humanos. Podemos exigir que a tortura seja penalizada onde tiver ocorrido e quando estiver ocorrendo. A compreensão da legislação internacional referente aos direitos humanos é de que o crime de tortura praticado pelo agente do Estado, no exercício de sua função, é crime, sempre. Foi o que ficou estabelecido no art. 1º da Convenção da ONU de 1984, *Contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*. É crime de quem praticou diretamente o ato de tortura, de quem o autorizou e testemunhou e de quem soube que ocorreu. Logo, estamos em dívida conosco mesmos.

A Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inciso III diz o seguinte: *ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano e degradante*; o inciso XLIII complementa,

a prática da tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Devemos encorajar nossos dirigentes e representantes que estão no Executivo, no Legislativo, e os que estão no Judiciário, a fazer o que tem que ser feito.

Não podemos descansar antes disso. Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos não descansaram, não dormiram, estão sempre em busca do possível e recorrem ao impossível.

Juntamente com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e a *Human Rights Watch-Américas*, em 1995 encaminharam à Corte Interamericana de Direitos Humanos uma petição que se refere à responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil e camponeses da região do Araguaia. Em 2010 foi publicada a decisão da Corte que impôs ao Estado brasileiro um conjunto de decisões expressas em um longo texto de quase 120 páginas. Ao aceitar a petição, a Corte declara por unanimidade, entre outras, que:

As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil. O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal; (...) O Estado é responsável pela violação dos direitos

de liberdade de pensamento e de expressão consagrados no artigo 13 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

Escolhi este fragmento da *Sentença* para que saibamos que estamos no caminho que deve ser percorrido. As decisões não estão referidas exclusivamente aos que caíram no Araguaia, aplicam-se a todas as violações que não puderam ser, até hoje, investigadas. Temos agora um suporte internacional para que demandas da campanha da anistia que não foram aceitas possam ser, finalmente, atendidas.

Queremos que todos os responsáveis sejam julgados. Que sejam penalizados.

Já sabemos seus nomes. Estão nas incontáveis listas que foram organizadas pelos próprios presos políticos ainda dentro das prisões, há mais de 40 anos. Estão em textos, em livros e dossiês publicados pelo próprio governo brasileiro organizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Queremos que o Brasil honre a história de lutas de todos os que tombaram para fazer com que neste país a *Memória, a Verdade e a Justiça* sejam sustentadas sob a bandeira da Liberdade de *asas sempre abertas sobre nós*.

São Paulo, agosto de 2013.

MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES

Psicóloga; Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Fundadora e dirigente do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo – CBA/SP (1978-1982); Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; Coordenadora Geral de Combate à Tortura/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009-2010).

Atendimento psicológico aos peritos do Grupo de Trabalho de Perus

*Maria Cristina Ocariz
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves*

Concebido em 2012, o projeto Clínicas do Testemunho mantém núcleos de apoio e atenção psicológica a pessoas afetadas pela violência de Estado entre 1946 e 1988. Os núcleos visam promover ações de atendimento às vítimas, capacitação profissional e geração de insumos de referência para aproveitamento profissional em novas experiências.

O projeto mantém clínicas nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde vem sendo realizados atendimentos terapêuticos e oferecidas horas de capacitação para profissionais de diversas áreas.

Tal serviço atende à recomendação n. 33 do relatório da Comissão Nacional da Verdade, segundo a qual “vítimas de graves violações de Direitos Humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo”, e esse atendimento deve ser oferecido pela Administração Pública.

PRIMEIRA CONVERSA PÚBLICA DA
CLÍNICA DO TESTEMUNHO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE
EXPOSIÇÃO PAINÉIS DE ABERTURA DA
VALA CLANDESTINA DE PERUS

No dia 16 de abril de 2013, a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* realizou a sua **1ª Conversa Pública** com a participação de Rita Sipahi (Conselheira da Comissão de Anistia), Pompea Bernasconi (Membro da Diretoria do Instituto), Maria Cristina Ocariz (Coordenadora da Clínica do Testemunho do Sedes), Ivan Seixas (ex-presos político, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-Condepe), Marta Nehring (Diretora do filme *15 filhos*, que exibimos nesse dia) e Rogerio da Silva (Diretor do Instituto Macuco).

O Instituto Macuco promoveu, na ocasião, uma exposição de painéis sobre a Vala Clandestina de Perus e distribuiu-se gratuitamente o livro *Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. Este livro, publicado em São Paulo em 2012, foi uma produção conjunta do Núcleo Memória, com o Instituto Macuco e o Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

VALA CLANDESTINA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DOM BOSCO, PERUS

A vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi aberta em 4 de setembro de 1990. Naquele cemitério, construído em 1971, havia uma vala clandestina com 1.049 ossadas acondicionadas em sacos plásticos sem nenhuma

identificação. Segundo informações do então administrador do cemitério, o funcionário Antônio Pires Eustáquio, para lá eram levados os corpos de indigentes, vítimas anônimas do Esquadrão da Morte, da miséria social e da repressão política, para serem enterrados em covas individuais ou jogados numa vala comum. Entre esses restos mortais, acredita-se haver desaparecidos políticos da ditadura civil-militar, indigentes e vítimas de grupos de extermínio que atuaram em São Paulo nos anos 1960 e 1970.

A revelação da existência de uma vala clandestina dentro de um cemitério oficial, com restos mortais de desaparecidos políticos e cidadãos mortos pela violência social da ditadura militar, desencadeou um processo de busca da Verdade sem precedentes no país.

Os trabalhos da CPI da Vala de Perus (Comissão Parlamentar de Inquérito – Perus: desaparecidos políticos) aconteceram nos primeiros anos de reconstrução democrática, logo após a promulgação de uma nova Constituição Federal (1988). Foi um empreendimento realizado durante o governo de Luiza Erundina, prefeita da cidade de São Paulo, que contou com o apoio combativo da bancada de vereadores do legislativo paulistano.

Esse trabalho de investigação vinha sendo executado de maneira extraoficial e militante pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, com a colaboração do administrador do Cemitério Dom Bosco de Perus, sr. Antônio Pires Eustáquio.

Em princípio, as ossadas de Perus foram encaminhadas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Depois passaram para o IML e, posteriormente, a quase totalidade das ossadas foi

encaminhada para o columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo, onde permaneceram até 2014.¹

O GRUPO DE TRABALHO DE ANTROPOLOGIA FORENSE DE PERUS

O Grupo de Trabalho de Perus foi constituído oficialmente em agosto de 2014.

Esse grupo efetua a retomada dos trabalhos relativos à vala clandestina de Perus e a identificação de desaparecidos políticos ocultados pelas estratégias repressivas do Terrorismo de Estado perpetrado pela ditadura civil-militar brasileira.

A equipe de antropólogos forenses e historiadores é formada por Rafael Abreu Souza; Márcia Lika Hattori; Ana Paula Moreli Tauhyl; Luana Antoneto Alberto; Marina Di Giusto; Marina Gratã; Aline Feitoza Oliveira; Felipe Quadrado; Patrícia Fischer; Mariana Inglez; André Strauss, e pelos fotógrafos Douglas Mansur e Jacob Gelwan.

Essa equipe escreveu um importante e significativo artigo sobre o andamento do trabalho, intitulado “A formação do Grupo de Antropologia Forense para identificação das ossadas de Perus”, publicado no Tomo 1, Parte 1, do

1. Para maiores informações sobre todo esse processo remetemos ao artigo de Eugenia Augusta Gonzaga. “As ossadas de Perus e a atuação do Ministério Público Federal em São Paulo”. In: *Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos Políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*, realizado pelo Núcleo Memória, o Instituto Macuco, o Projeto Marcas da Memória, a Comissão de Anistia, o Ministério de Justiça e o Governo Federal do Brasil. São Paulo, 2012

Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, cujo site encontra-se nas referências bibliográficas, no final deste artigo.

No dia 27 de março de 2015 foi formalizada a oferta de atendimento aos envolvidos nos trabalhos de identificação das ossadas de Perus em cerimônia de assinatura do protocolo de intenções entre a Comissão de Anistia, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Participaram da cerimônia o secretário municipal de Direitos Humanos, Rogério Sotilli; a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti; o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão; e a presidente da CEMDP, a procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga; a reitora da Unifesp, professora Soraya Soubhi Smaili.

*ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS PERITOS DO
GRUPO DE TRABALHO DE PERUS*

A assinatura do Protocolo garantirá o atendimento psicológico aos envolvidos nos Trabalhos de Identificação das Ossadas de Perus. No protocolo assinado consta que os peritos que trabalham na identificação de restos mortais de pessoas enterradas ilegalmente em Perus receberão atendimento psicológico por intermédio do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Segundo os termos do protocolo, as Clínicas de Testemunho poderão realizar o atendimento a pessoas cujos familiares podem estar entre as pessoas inumadas ilegalmente em Perus, bem como à equipe de peritos que trabalha na identificação dos corpos.

Foi neste contexto que a equipe de terapeutas-pesquisadoras da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*² respondeu à demanda inicialmente formulada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e começou uma nova atividade neste ano de 2015: o atendimento psicossocial e a capacitação profissional do Grupo de Trabalho de Perus (GTP), constituído por antropólogos forenses, arqueólogos, historiadores e fotógrafos.

Entendemos que o trabalho da equipe técnico-profissional é delicado e intenso; a carga emocional no contato direto com os familiares e a densidade da tarefa realizada na área da Antropologia Forense justificam a criação de um espaço de elaboração psíquica e intelectual, a partir do qual possam ser processados os aspectos traumáticos dessa tarefa e facilitar o andamento das atividades.

Nossas atividades começaram com uma reunião geral no Laboratório do GTP, no dia 23 de janeiro de 2015. E a partir do início de fevereiro realizamos reuniões semanais no Laboratório do GTP, no formato de **Grupo de Conversa**, diálogos e relatos, com o intuito de promover o partilhamento de desejos, vivências e angústias produzidas pelo trabalho com as ossadas de Perus, as entrevistas com os familiares de mortos e

2. Maria Cristina Ocariz, Paula Salvia Trindade e Tereza Cristina Gonçalves.

desaparecidos, as pesquisas no Arquivo Público de São Paulo e o registro fotográfico da reconstituição dos esqueletos.

Nossa equipe é constituída por psicanalistas e, como tal, acreditamos no poder da palavra na elaboração de situações conflituosas. Como diz Jean Claude Rolland, psiquiatra e psicanalista que atendeu Frei Tito³ “se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas possa ser revertido esse lugar é o da palavra”.

ANEXO

SUMÁRIO E INTRODUÇÃO DO IMPORTANTE DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO DE PERUS

“A formação do grupo de antropologia forense para a identificação das ossadas de Vala de Perus”

“**Sumário**”

1. Histórico da retomada do processo.
2. A pesquisa preliminar e os dados *ante mortem*.
 - 2.1. Estratégia de desaparecimento.
 - 2.3. Os ocultados na vala clandestina de Perus.
 - 2.4. O histórico do Cemitério pelas fontes escritas.
 - 2.5. Histórico do Cemitério de Perus pela cartografia.

3. Frei Tito de Alencar Lima (1945-1974) foi preso pela ditadura militar e barbaramente torturado. Ficou com sequelas psíquicas que o levaram ao suicídio, no Convento dominicano Sainte-Marie de La Tourette, em Éveaux, França.

3. A prospecção geofísica para compreensão do processo de abertura da vala clandestina.

4. O transporte e os procedimentos de organização das caixas no laboratório.

5. Procedimentos de limpeza e etapas do trabalho em laboratório.

6. Procedimentos de análise e etapas do trabalho em laboratório.

7. Recomendações”.

“Introdução: ‘A retomada das análises da Vala clandestina de Perus’”

Este relatório remete à apresentação preliminar de dados referentes a retomada dos trabalhos relativos à vala clandestina de Perus e a identificação de desaparecidos políticos ocultados pelas estratégias repressivas do Terrorismo de Estado perpetrado pela ditadura civil-militar brasileira. 1. O *modus operandi* dos trabalhos e a referência aos dados segue o sequenciamento de etapas tais quais são levadas a cabo nos trabalhos pela Equipe Argentina de Antropologia Forense e a Equipe Peruana de Antropologia Forense, com acompanhamento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Este texto organiza-se da seguinte forma: apresenta brevemente dados relativos à retomada do processo, síntese parcial dos dados relativos à investigação preliminar e à coleta de dados *ante mortem*. Ao final são postos procedimentos e o estado d’arte relativo ao transporte das caixas, a limpeza e a análise. Igualmente, fazem-se recomendações para trabalhos em antropologia forense no país.

Os resultados ainda que parciais que constam neste capítulo pautaram-se nos relatórios produzidos pelos consultores da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República por meio do convênio com o Programa das Nações Unidas (PNUD)

e em relatórios avulsos produzidos pela equipe: 1) Relatório das prospecções geofísicas realizadas no cemitério Dom Bosco no bairro de Perus; 2) Levantamento de dados referentes ao banco de DNA e arquivo com amostras e documentos referentes na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 3) Levantamento da documentação da Unicamp sob guarda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2014); 4) Relatório preliminar sobre aerofotogrametria e cartografia referente ao cemitério de Perus (2014)”.

REFERÊNCIAS

VALA Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira, publicado em São Paulo em 2012, e realizado pelo Núcleo Memória, o Instituto Macuco, o Projeto Marcas da Memória, a Comissão de Anistia, o Ministério de Justiça e o Governo Federal do Brasil.

A FORMAÇÃO do Grupo de Antropologia Forense para identificação das ossadas de Perus, publicado no Tomo 1, Parte 1, do Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_A-formacao-do-grupo-de-antropologia-forense-para-identificacao-das-ossadas-da-vala-de-perus.pdf>.

São Paulo, abril de 2015.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside há 36 anos no Brasil; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

PAULA SALVIA TRINDADE

Psicóloga; Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

TEREZA CRISTINA GONÇALVES

Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Psiquiatra pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (FMUSP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

REFLEXÕES
TEÓRICO-POLÍTICAS
SOBRE
NOSSA CLÍNICA

A psicanálise e as consequências psíquicas dos fenômenos ditatoriais¹

Maria Cristina Ocariz

A Clínica do Testemunho é um projeto da Comissão de Anistia, criado em 2012, vinculado a uma política de reparação em que o Estado, agora de Direito, reconhece sua responsabilidade pelo dano causado àqueles que lutaram contra a violência de Estado entre os anos 1946 e 1988.

O programa faz parte de uma política, recente e inovadora, que reflete a responsabilidade do Estado democrático de garantir o direito à Verdade, à Memória e à Justiça.

“As Clínicas do Testemunho complementam o Programa Brasileiro de Reparações e Memória da Comissão de Anistia²

-
1. Este artigo foi publicado na *Revista Percurso*, São Paulo, , ano XXVI, n. 52, p. 71, junho de 2014.
 2. A Comissão de Anistia foi criada em 2002, pela Lei 10.559, do Ministério de Justiça. Atualmente desenvolve vários programas, entre eles Marcas da Memória, Caravanas da Anistia, Audiências Públicas e Clínicas do Testemunho.

construído em cinco eixos: reparações restitutivas (rema-trículas em cursos superiores interrompidos, contagem de tempo para aposentadoria, reintegração aos postos de trabalho, correções de informações documentais etc.); reparações econômicas (indenizações e compensações financeiras); reparações simbólicas e morais (pedidos de desculpas, atos de homenagens públicas, atos de reconhecimento, declaração de anistiado político, Caravanas da Anistia etc.); reparações coletivas e transindividuais (projeto Marcas da Memória, construção do Memorial da Anistia, ações educativas etc.) e reparações psicológicas (Clínicas do Testemunho). A Rede Nacional das Clínicas do Testemunho são ainda um trabalho com pouca visibilidade pública, mas que simboliza parte desta nova agenda da Justiça de Transição no Brasil, criando um serviço inédito de atenção psicológica às vítimas, a quaisquer dos seus familiares e também aos postulantes por reparação que se preparam psicologicamente para seus testemunhos perante a Comissão de Anistia e as Comissões da Verdade”³

O Instituto Sedes Sapientiae tem sua história, desde sua fundação, marcada pela defesa dos Direitos Humanos, pela luta pela democracia e pela resistência contra a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1988). Os objetivos do Instituto, decorrentes de nossa Carta de Princípios, podem ser resumidos na frase de Madre Cristina, sua fundadora: “(...) *que não anoiteça calmo o nosso sono, enquanto todas as pessoas não gozarem do inalienável direito de ter direitos*”.

3. Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, 6 de abril de 2014, página do Facebook.

Este projeto clínico-político da Comissão de Anistia é mais um desafio para a psicanálise que praticamos.

CLÍNICA DO TESTEMUNHO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

A *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* é composta por sete psicanalistas⁴ que trabalham com a premissa de que a possibilidade de reparação se faz rompendo o silenciamento em diferentes níveis e espaços, dependendo da singularidade da demanda dos que se aproximam de nosso projeto. O método psicanalítico que acredita nos *poderes da palavra* conduz eticamente nosso trabalho.

A Clínica do Testemunho quer *acompanhar* as políticas públicas reparatórias do Estado e colaborar para construir espaços de confiabilidade a fim de que aquele que testemunha produza esse ato de palavra.

Partindo da ideia de que esse trabalho de reparação é a um só tempo, subjetivo e coletivo, terapêutico e político, temos utilizado diferentes dispositivos clínicos.

Grupos terapêuticos, atendimentos psicanalíticos individuais, grupos de reflexão e testemunho, busca ativa dos anistiados por meio do contato telefônico, tem sido modos de possibilitar a esses cidadãos não serem reduzidos à categoria de vítimas, mas serem considerados sujeitos, cidadãos que participam da circulação da palavra e dos corpos nos

4. Maria Cristina Ocariz (coordenadora), Lia Lima Telles Rudge, Maria Carolina Gentile Sciulli, María Liliana Inés Empanan Martins Pereira, Nana Corrêa Navarro, Paula Salvia Trindade, Tereza Cristina Gonçalves.

espaços compartilhados das cidades. Sujeitos que dão nome aos mortos, presos e desaparecidos, e às arbitrariedades catastróficas ocorridas durante a ditadura.

Como psicanalistas somos convocadas a refletir sobre a *questão do testemunho* que vem se desenvolvendo internacionalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o fenômeno da *Shoah* e do extermínio nazista, e que ficou fortalecido, no Brasil, com a instauração das Comissões da Verdade, em 2011.

Estamos em um momento em que a prática clínica nos obriga a revisar a teoria psicanalítica e produzir avanços. A catástrofe social vivida nos incentiva a repensar as limitações da teoria. Tratar psicanaliticamente, singularmente os afetados pelo terrorismo de Estado depende das opções pessoais do psicanalista. É possível desenvolver criativamente um projeto terapêutico com as ferramentas do método psicanalítico no qual o analista está implicado, corre riscos e se transforma. Ser analista é uma aventura que se constrói, oscila, retrocede ou cresce em cada ato.

Somos cientes de que não se consegue fazer justiça plena, pois cada morte é única e constitui uma tragédia irreparável. Mas podemos dar nome aos nossos mortos e construir narrativas que reconstruam a história silenciada durante todos estes anos.

Como diz Walter Benjamin,⁵ as narrativas são formas de pertencer a uma comunidade, se reconhecer como herdeiro de uma tradição e criar um sentido para a experiência

5. BENJAMIN, W. (1934). O narrador: observações sobre a obra de Nikolau Lekow. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1.

histórica. É uma modalidade de elaboração psíquica, no sentido freudiano.

Sabemos que a violência, o império do ódio, o mal-estar que tomou conta de nosso país na atualidade são multi-determinados. Mas insistimos: o silêncio sobre os anos da ditadura e a anistia aos criminosos, são variáveis fundamentais na etiologia destes fenômenos. Prospera a economia da impunidade e da vingança.

REPARAÇÃO

No território das violações dos Direitos Humanos o tema da reparação, especialmente quando articulado ao crime de tortura e a outras práticas degradantes e cruéis, é uma questão extremamente complexa. Tais práticas têm produzido debates, não somente entre aqueles que passaram por tais situações-limite, mas entre diferentes filósofos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, psicanalistas, cientistas políticos e outros preocupados com o tema. O mesmo termo adquire significados diferentes nas diversas disciplinas. É importante que nosso trabalho estabeleça as pontes entre o conceito de *reparação*, tal como é utilizado no âmbito jurídico, e a maneira como este conceito pode ser usado no tratamento psicanalítico grupal ou individual dos sujeitos afetados.

No dicionário da língua portuguesa⁶ reparação significa reparar o dano causado a alguém; satisfação dada à pessoa injuriada ou ofendida; ressarcimento; indenização.

6. BUARQUE DE HOLANDA, A. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Na psicanálise, é um conceito do corpo teórico kleiniano, que se refere a um mecanismo intrapsíquico do sujeito em relação aos seus objetos internos, de muita utilidade na condução dos processos de análise, mas que exige um trabalho de articulação com a definição de “reparação simbólica” estabelecida pela ONU em 1997, em relação à violação dos Direitos Humanos. A utilização deste significante no âmbito da Justiça nos obriga a fazer uma torção teórica no conceito de reparação psicanalítica. Existem danos, culpas e responsabilidades que provêm do social. O reconhecimento desses delitos e crimes teria efeitos reparatórios nas vítimas. A impunidade obstrui a reparação.

O TERRORISMO DE ESTADO

“*Você não é ninguém*”, “*Você não tem nome*”, “*Você não existe*”. Estas são falas do terrorismo de Estado que tem como efeito um cenário impreciso entre a vida e a morte. O discurso do torturador ressoa como: “Eu sou Deus, você não existe, eu sou o dono da vida e da morte”.

O terrorismo de Estado, definido como exercício criminoso do poder mediante a prisão clandestina e à margem de toda norma jurídica, gera efeitos em suas vítimas diretas, mas também produz efeitos multiplicadores em toda a população. Os donos do poder ditatorial se apresentam como guardiões da segurança nacional. Além das proclamadas defesas de uma ordem a ser mantida, governam segundo sua vontade desconhecendo as leis vigentes.

Torturas, assassinatos, desaparecimentos, exílios são antigas ferramentas de *dominação* e *posse* através do pânico.

O terror se impõe pela mortificante angústia da incerteza e perplexidade sobre o desejo do Outro, encarnado no poder dos representantes do Estado. Esta arbitrariedade é um traço do terror, cuja forma paradigmática Robespierre encarna na Revolução Francesa. Os sistemas ditatoriais transcendem os métodos habituais de controle social, e passam a utilizar a aniquilação como instrumento, para renegar, recusar ou forcluir a existência de conflitos sociais. As chamadas “políticas de extermínio” aparecem como tentativas de fazer desaparecer inclusive as marcas de vida e ideias dos sujeitos e das instituições não admitidas pelos arbítrios do poder. Passa a ser uma realidade social que, pela ruptura dos referentes simbólicos organizadores da convivência dos membros da comunidade e pela perversão das legalidades instituídas, acaba por constituir uma catástrofe social.

Essas políticas foram definidas como atos genocidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, em relação aos crimes do nazismo e situações anteriores similares na história da humanidade.

O terror no Brasil não foi aberto nem público. Uma das características mais sinistras do período ditatorial foi a continuidade da vida cotidiana da população nas cidades brasileiras, alienada, sem querer ver nem ouvir os crimes que estavam sendo cometidos. Por exemplo, as prisões e a tortura aconteciam no DOI-Codi, na rua Tutóia, bairro de classe média paulistana, sem que ninguém tomasse conhecimento.

É verdade que *saber* era situação de risco. Uma coerência ética indicaria agir em consequência, avisar, denunciar, não ocultar. Ter sido testemunha era um perigo. Assim, desconhecer o sabido, não querer saber sobre isso, sustentava uma ilusão de preservação.

Uma paciente da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* foi internada em uma clínica psiquiátrica, depois de entrar em um *estado psicótico* ao ver sua irmã destroçada depois da tortura. A precariedade de seu laço com o simbólico nesse momento lhe permitia falar constantemente dos campos de concentração e da tortura no Brasil. Ela denunciava o que sabia, mas não sabia que seu saber a colocava em uma situação de risco frente aos agentes da repressão. O discurso da psiquiatria bem pensante a remitia à Alemanha do nazismo, outro tempo e outro espaço.

AGRESSIVIDADE, ÓDIO, PULSÃO DE MORTE

Para analisar e entender os fenômenos acontecidos durante a ditadura civil-militar de 1964 é importante desenvolver estes conceitos. Propomos discriminar o uso indiferenciado de agressividade, ódio e sadismo, crueldade e pulsão de morte.

A tortura é parte de uma *ideologia sofisticada*, perfeitamente pensada e controlada em relação às pulsões fundamentais: de autoconservação, de vida e de morte.

Freud considera o ódio, a agressividade e a pulsão de morte inerentes e estruturais da condição humana. A cultura se edifica sobre a renúncia ao pulsional, *seu fundamento é a não satisfação de poderosas pulsões*.

É fundamental delimitar a diferença entre o *ódio especular*, a violência ligada ao erotismo, e os fenômenos relacionados com a *pulsão de morte*, tal como apresentada em “Além do princípio do prazer” (1920).

Um ato de violência só pode ser analisado desde sua própria singularidade para discriminar se obedece a um ódio

destrutivo do próximo; ou trata-se de um jogo de relações sadomasoquistas que persegue uma excitação sexual através da intensificação da tensão agressiva; ou é manifestação da pulsão de morte cujo objetivo é a destruição ou aniquilamento do objeto.

TOTEM E TABU

Freud apresenta, em “Totem e tabu”,⁷ o mito do assassinato do pai da horda primitiva, o crime primordial como origem da Lei universal. O advento da cultura é fruto de uma violência primordial; nosso pecado original é um crime: o parricídio; o mito da sociedade moderna é a culpa pelo assassinato do pai.

A proibição da escolha incestuosa de objeto relaciona-se com o surgimento do conceito de *supereu*. Na *constituição subjetiva* existe a *consciência de culpa*, cuja função é julgar e recriminar os desejos, pensamentos, atos e até fantasias do sujeito. Trata-se da voz que foi incorporada como *resíduo do ódio e da agressividade dirigida ao pai primordial* e que dá voz ao supereu.

Para Lacan, a Lei cria o desejo. O gozo do Outro teria se tornado impossível a partir do assassinato do pai da horda primitiva pela coletividade de irmãos. O *tabu do incesto impõe um limite civilizatório ao perigo anárquico da pulsão de morte* entre os filhos. Através da *interdição do acesso ao corpo materno* se produz uma barra entre o gozo fálico, delimitado

7. FREUD, S. (1913). Totem e tabu. Algunas concordancias en la via anímica de los salvajes y de los neuróticos. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1980, v. XIII.

pelo campo simbólico, e o gozo *absoluto e caótico* que a partir daí, mantém a referência a este Outro, o pai primitivo e tirânico que a ele teria tido pleno acesso.

A pulsão de morte, em Lacan, está relacionada com um gozo *impossível, absoluto, destruidor*. O gozo do Outro ameaça com a aniquilação do sujeito desejante, como se fosse possível *suspender a barra que já o separou do Outro* a fim de fazer gozar esse Outro desde a posição de *objeto a*. O sujeito no lugar de *objeto a*, a mercê do Outro.

Para preservar a força do tabu do incesto, as sociedades primitivas precisaram também restaurar o imaginário social através dos *mitos* que sustentam a força das representações totêmicas e das *interdições-tabu*.

A promulgação dos dez mandamentos tem como função impedir que as *pulsões anárquicas primitivas* se realizem. Não roubarás, não matarás, não pronunciarás falso *testemunho contra o teu próximo*, não cobiçarás a mulher ou coisa alguma de teu próximo, estão inscritos para limitar a tendência inata à qual o ser humano se inclinaria se não existisse um impedimento simbólico, desde a palavra.

A partir deste ordenamento simbólico se produz a passagem da família primitiva à vida comunitária, com fundamento em duas leis “a compulsão para o trabalho” e o “poder do amor”. O amor é uma das bases da cultura, um dos fundamentos da civilização: Eros e *Ananke* (Amor e Necessidade) permitem a passagem do amor narcísico ao amor *objetal*.⁸

8. FREUD, S. (1930). El malestar en la cultura. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979, v. XXI, p. 99.

Todo progresso da civilização se paga com o preço de uma renúncia às pulsões, que determina *o caráter estrutural do mal-estar na civilização*. Subtrair a satisfação da pulsão cria um problema na economia pulsional; se não se encontra alguma forma de investimento dessa energia aparecem sérias perturbações.

Freud advertiu em “O mal-estar na cultura” sobre os riscos da *defusão pulsional*: sem a barreira com que opera a pulsão de vida, a pulsão de morte se expressa como a tendência à destrutividade característica dos seres humanos. Quando a pulsão de morte não se liga com Eros é difícil de apreender, escapa-se. *Quando emerge sem propósito sexual, incluso na mais cega fúria destrutiva, é impossível desconhecer que sua satisfação enlaça-se com um gozo narcísico extraordinariamente elevado, na medida em que mostra o eu na realização de seus antigos desejos de onipotência.*

O reconhecimento de uma *pulsão de agressão e destruição especial, autônoma*, implicou para Freud⁹ uma modificação da doutrina psicanalítica das pulsões. No sadismo e no masoquismo¹⁰ a psicanálise já via as exteriorizações da pulsão agressiva, dirigida para dentro ou fora, mas ligada à pulsão erótica. *A agressividade é resultado da fusão de Eros e Tanatos.*

9. FREUD, S. (1920). Mas allá del principio del placer. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979, v. XVIII.

10. FREUD, S. (1915). Pulsiones y destinos de pulsión. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995, v. XIV.

Mas existe a presença permanente da *agressão e destruição não eróticas*. A inclinação inata do ser humano ao “mal”, à agressividade, à destruição, à crueldade. *O mal radical em Freud*, a inclinação agressiva-destrutiva é uma disposição pulsional autônoma, originária do ser humano.¹¹

A raiz desta hostilidade primária e recíproca dos seres humanos, a sociedade culta encontra-se sob uma permanente ameaça de dissolução.

O amor ao próximo é muito frágil e as leis sociais são insuficientes para normatizar a convivência com o semelhante, pois existe a *maldade constitutiva do humano que persegue o reencontro com a morte*. A cultura espera prevenir os *excessos mais grosseiros da força bruta*; no entanto, a *lei não alcança para reprimir, recalcar as exteriorizações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana*.

O ser humano não é um ser manso, amável, só capaz de se defender se o atacam; possui uma boa cota de agressividade. O próximo é uma tentação para satisfazer nele sua agressividade, explorar suas forças de trabalho sem ressarcir-lo, usá-lo sexualmente sem seu consentimento, despossuí-lo de seu patrimônio, humilhá-lo, lhe infligir dores, martirizá-lo e assassiná-lo. (...) O homem é o lobo do homem.¹²

Existe uma bestialidade original que deve ser domesticada; a lei estabelece um limite nas pulsões primitivas, e instaura a *repressão ou recalque* das pulsões e, no melhor dos casos, a *sublimação* das mesmas. Em nenhum caso haveria uma satisfação plena.

11. FREUD, S. (1920). Mas allá del principio del placer, op. cit.

12. FREUD, S. (1930). El malestar en la cultura, p. 108.

Freud delimita dois campos em relação à destruição:

- O campo da violência erótica como uma mescla das pulsões, constitutiva do sujeito, do eu e do objeto.
- Outro original, derivado da pulsão de morte sem carga erótica que só teria a ver com a destruição ou aniquilação do objeto como produto da tendência à dissolução prévia de toda diferenciação do eu.

CRUELDADE

*A cultura exige outros sacrifícios além daquele da satisfação sexual incestuosa.*¹³ Segundo Freud, existe “(...) a inclinação inata do ser humano ao ‘mal’, à agressão, à destruição e, com elas, também à *crueledade*”.¹⁴ A *crueledade* sobre o próximo aponta a ruptura do laço social, porque coloca em questão o avassalamento de todo limite. Quando se quebram os tabus, quando não há um discurso que faça barreira, o ilimitado entra em jogo. Nesse mais além encontramos a crueldade ali onde nada faz limite ao gozo que se satisfaz no ato.

A crueldade se define como a resposta emocional de indiferença, obtenção de prazer com o sofrimento e a dor de outros ou o ato que causa esse sofrimento e dor.

Lacan, no *Seminário 5 – As formações do inconsciente*, distingue a violência da agressividade. Porque a primeira, sendo exatamente o contrário da fala, não teria como ser

13. FREUD, S. (1920). Mas allá del principio del prazer, op. cit.

14. FREUD, S. (1930). El malestar en la cultura, p. 116.

recalcada, *simbolizada* e, portanto, extrapola o que é analisável, interpretável.¹⁵

O SINISTRO (UMHEIMLICH)

Apelamos aqui a um conceito desenvolvido por Freud em 1919. Dada a hostilidade primária no ser humano, não existe nada de natural no amor ao próximo. *Se deve existir como a lei e a proibição é porque não é natural, senão o contrário. A barbárie não se opõe a civilização, temos que pensar a barbárie na civilização.*

Quando a ação do terror real se produz e o sujeito sabe, fica confrontado ao gozo de um Outro arbitrário; *a fantasia não funciona mais como defesa e irrompe a angústia da vivência do sinistro.* Estes fenômenos excedem o traumático. Todo o sinistro é traumático, mas nem todo traumático é sinistro.

No sinistro prevalece a incerteza. Um efeito sinistro se produz quando se desvanecem os limites entre fantasia e realidade; quando o que achávamos fantasioso aparece ante nós como real.¹⁶

O *umheimlich* é “o horrível, o equívoco, o inquietante”. Está ligado ao macabro, ao não crível, ao incerto. O horror não se pode medir, pertence ao incomensurável, ao que carece de comum medida. O que é da ordem do horror resiste à

15. LACAN, J. (1957-1958). *O seminário. Livro 5. As formações do inconsciente.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

16. FREUD, S. (1919). *Lo ominoso.* In: *Obras Completas.* Buenos Aires: Amorrortu, 1979, v. XVII, p. 244.

assimilação da função significante, é o irredutível à simbolização.¹⁷ O horror, o real último, é o impossível de mediatizar, é algo frente ao quais as palavras se detêm.

VIOLÊNCIA, TORTURA E CORPO

O fato de terem existido outros genocídios na história do mundo confirma *sua pertinência à condição humana*. Como disse Primo Levi, a respeito do nazismo “Tem sucedido e, por conseguinte, pode voltar a suceder: isto é a essência do que temos a dizer”.¹⁸

Os suplícios físicos e psíquicos, os sentimentos de desamparo, solidão, pânico, abandono, o medo de transformar-se em coisa, a cisão entre corpo e alma, são alguns fenômenos ligados à tortura e a várias outras violações.

Sabemos que o que torna possível a tortura é a abolição prévia de qualquer diálogo vivo, qualquer linguagem entre o torturador e sua vítima. Para o torturador o torturado não é seu semelhante, não pertence à mesma humanidade. “Nós vamos te quebrar por dentro”, dizia o delegado Fleury para Frei Tito.¹⁹ A arma mais poderosa a que o torturador recorre é destituir a palavra de sua função simbólica. A violência

17. LACAN, J. (1962-1963). *O seminário. Livro 10. A Angústia*. Aula de 19 de dezembro de 1962. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

18. LEVI, P. (1986). *Los ahogados y los sobrevivientes*. Buenos Aires: Editorial El Aleph, 2000.

19. Jean-Claude Rolland, psiquiatra e psicanalista, terapeuta de Frei Tito no exílio na França. In: *Tratar, testemunhar*, palestra proferida em 18/6/2011, no Centro Primo Levi, Paris.

física é acompanhada de palavras e insultos destinados a confundir a identidade do sujeito no mais íntimo e precioso de seu ser. Formuladas no contexto de degradação física, as palavras tornam-se “golpes que abalam o edifício sempre precário da pessoa, e despersonalizam a vítima”²⁰

A tortura, que abole a capacidade da linguagem de sublimar o real, abole ao mesmo tempo o poder do eu de lidar com o real e sua violência.

Existe na língua, em qualquer língua, uma virtualidade da violência, geralmente superada pelos avanços da civilização. O torturador exuma essa violência e exerce uma vontade metódica e intensa, de exterminação do outro e de sua diferença.

A tortura e os meios utilizados para tal fim remetem ao universo do monstruoso.

Em seu artigo “A tortura política” Hélio Pelegrino diz:

(...) a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente (...) ela procura semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente (...). Ela nos racha ao meio (...). O corpo na tortura nos acua para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos (...). Ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação (...). Ele se torna aliado dos torturadores na sinistra empreitada que nos quer anular (...) nos transformar em objeto.²¹

Em 1985, Marilena Chaui participou do I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro e manifestou:

A loucura da situação de tortura é esta: deseja-se que através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” (...) a resistência é encarada como um esforço gigantesco para não perder a lucidez,

20. Idem.

21. PELLEGRINO, H. A tortura política. In: *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 19.

isto é, para não permitir que o torturador penetre na alma, no espírito, na inteligência do torturado.²²

Em seu *testemunho* perante as Comissões da Verdade Nacional e Estadual, no dia 28 de abril de 2014, a professora Cecília Maria Bouças Coimbra, Rio de Janeiro, afirmou:

A tortura não quer “fazer” falar, ela pretende calar e é justamente essa a terrível situação: através da dor, da humilhação e da degradação tentam transformar-nos em coisa, em objeto. Resistir a isso é um enorme e gigantesco esforço para não perdermos a lucidez, para não permitir que o torturador penetre em nossa alma, em nosso espírito, em nossa inteligência.²³

Uma integrante do Grupo de Reflexão e Testemunho da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, na sessão de 1º de dezembro de 2013, relatou a história de sua militância, prisão e tortura: “*Presa com uma filha de um ano, nada apaga isso... a menina ficou com os torturadore (..) Achava que a única saída era enlouquecer (...)*”. Acha que não enlouqueceu porque dissociou o corpo biológico (se referia ao próprio corpo em terceira pessoa). “*Será que eu aguento?*” Mas não entregou ninguém, nem seu ‘eu’. “*Eles terão meu corpo, não a mim*”. Refere que seu corpo adoce até hoje, denuncia sequelas.

Walter Benjamin dizia que os homens voltam mudos do horror, sem nada para contar.

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio, em seu livro *Tortura e exílio*,²⁴ testemunha que os que regressam como

22. CHAUI, M. Um regime que destrói. In: ELOYSA, B. (Org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1987, p. 34.

23. Cf. a íntegra do depoimento original, em 5/7/2013, em: <<http://nucleopiratininga.org.br/a-tortura-nao-quer-fazer-falar-ela-pretende-calar/>>.

24. VINAR, M. e VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1988.

sobreviventes da tortura, quebrados ou não, estarão sempre marcados por vivências não compartilháveis.

*PAPEL DA PSICANÁLISE FRENTE ÀS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS
DOS FENÔMENOS DITATORIAIS*

Qual a contribuição da psicanálise na compreensão dos fenômenos psíquicos e no tratamento dos afetados pela violência de Estado?

O trabalho da Clínica do Testemunho tenta tornar inteligíveis os signos do horror a fim de modificar o caráter inenarrável do acontecido para manter viva sua memória e evitar que aconteça novamente.

A psicanálise sustenta um princípio ético: o desvelamento de uma verdade que, se permanecer encoberta, irá se manifestar através de sintomas sociais e/ou subjetivos. O psicanalista, em sua função, está comprometido com a produção de uma verdade. O remédio contra a malignidade do oculto, do não sabido, do não dito que produz efeitos sintomáticos, é a descoberta dos fatores conscientes ou inconscientes que estão em sua etiologia. A explicitação da verdade, embora seja dolorosa, operará como uma incisão a fim de drenar, aliviar e curar o abscesso do sinistro.

Sabemos que em psicanálise não existe generalização possível. A dimensão subjetiva possibilita a emergência do próprio, a inscrição íntima de cada história. É fundamental o resgate da originalidade de cada luto, de cada escritura, de cada verdade parcial.

Em um sentido estritamente psicanalítico, o traumático é aquilo que retorna e está ligado à repetição. Não tem a ver apenas com o fato traumático em si, mas também com

a impossibilidade de nomeá-lo. Em 1914, Freud escreve “Recordar, repetir e elaborar”.²⁵ O fundamento desse artigo é que as situações traumáticas devem ser recordadas e elaboradas. Tal necessidade de elaboração pode ser observada tanto nas modalidades de retorno do sofrimento psíquico de cada sujeito, quanto nas repetições de fatos violentos e traumáticos que marcam as sociedades governadas com base na supressão da experiência histórica. A falta de verdade abre caminho para a repetição como sintoma social.

É fundamental encontrar representações que permitam inscrever os atos criminosos em um registro simbólico que nomeie e permita a tramitação e a transmissão geracional das mortes e dos fenômenos de aniquilamento psíquico dos sujeitos. A abolição da fala colabora fortemente para deflagrar a violência social.

Existem dois tipos de legalidade: a legalidade jurídica e a legalidade do sujeito que fala em um processo terapêutico. Do ponto de vista do sujeito que fala, veremos que ao testemunhar a verdade na qual se apoia para poder fazer um relato da experiência vivida por ele e nenhum outro, não é a mesma verdade que o juiz persegue.

Quem presta testemunho o faz sobre uma verdade. O testemunho vale no essencial pelo que lhe falta, contém em seu centro algo que é intestemunhável. É neste sentido que a memória torna-se um ato do sujeito, pois a partir do indizível se produzem novas significações. Dar testemunho é falar não para dizer tudo, mas sim para fazer intervir uma

25. FREUD, S. (1914). Recordar, repetir y elaborar. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1988, vol. XII.

intimidade no espaço público; essa intimidade como resto desconhecido do sujeito. O testemunho só adquire seu valor porque implica a presença e o reconhecimento de alguém que o escuta. Falar é uma escolha subjetiva e política que se opõe a silenciar, pois entendemos que é preciso falar para que a verdade seja conhecida, para que os danos sejam reparados, para que cesse a repetição do horror, transformando o curso da história. Escutar também é uma escolha que ganha sua força quando se faz por convicção e crença na importância simbólica e política dos testemunhos para a construção de uma memória compartilhada, de uma memória histórica.

A construção de testemunhos é feita a partir do apoio e sustentação grupal; por outro lado, cada testemunho tem um caráter singular, pois expressa algo de cada sujeito: seu modo de ser afetado e afetar, sua leitura das experiências, seu registro pessoal dos acontecimentos, seu estilo de falar e escutar. O registro dos acontecimentos traumáticos aparece num primeiro momento de modo fugaz, na voz trêmula, nas lacunas, nas repetições, que nos desafiam a ultrapassar a impotência do discurso para buscar algum sentido que dê legitimidade para a experiência vivida.

Na própria continuidade do “curar”, embora nos deparemos com o irremediável da destruição psíquica, é imprescindível que os psicanalistas testemunhem (...) O testemunho como restauração da palavra sobre a impotência imposta pela violência e a tortura.²⁶

Falar, falar de novo da tortura física e moral, para restaurar a língua na sua dignidade e plenitude de ferramenta cultural.

26. ROLLAND, J. C. Op. cit.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1915). Pulsiones y destinos de pulsión. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979, v. XIV.
- KEHL, M. R. A verdade e o recalque. Os crimes de Estado se repetem como farsa. *Folha de S. Paulo*, 24 março de 2013.
- LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- ROUSSEAU, F. Tomar la palabra: testimonios y testigos en el marco de los procesos contra el terrorismo de Estado en la Argentina. Buenos Aires: Secretaria de Derechos Humanos, Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos, Presidencia de La Nación, 2008.
- ROUSSEAU, F.; SANTA CRUZ, L. De la escena pública a la tramitación íntima del duelo. In: DOBON, J. (compilador). *Lo público, lo privado, lo íntimo. Consecuencias de la ley en el sujeto*. Buenos Aires: Letra Viva, 2001.

São Paulo, junho de 2014.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina. Nascida na Argentina e naturalizada brasileira; reside há 36 anos no Brasil; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto, desde 1985.

O trauma, a palavra e a memória na Clínica do Testemunho¹

Maria Cristina Ocariz, Lia Lima Telles Rudge
Maria Carolina Gentile Sciulli,
M. Liliana I. Emparan Martins Pereira
Nana Corrêa Navarro
Paula Salvia Trindade
Tereza Cristina Gonçalves

O racionalismo cartesiano nos diz que todo fenômeno é produto do *cogito*; a natureza existe mediante a elaboração do pensamento humano.

A partir disso, a célebre especulação sobre a árvore que desaba estrondosamente no meio da mata virgem, sem o *testemunho* visual nem auditivo de nenhum ser humano, se torna um não acontecimento, uma vez que não passou pela percepção humana e não foi, portanto, aferido racionalmente. Da mesma forma, a avaliação do que houve durante a ditadura pode também ser considerada não acontecimento; esse é o esforço dos responsáveis, interessados em que assim permaneça.

1. Este artigo foi publicado na *Revista Percurso*, São Paulo, ano XXVI, n. 52, p. 125, junho de 2014.

A ditadura brasileira (1964-1985) foi uma catástrofe social que impôs uma política de terrorismo de Estado instaurando medo, silenciamento e violação sistemática de direitos humanos fundamentais, o que dificultou a elaboração do vivido de forma individual e coletiva.

O papel das Comissões da Verdade, em sua tarefa de reconstruir o não acontecido, é investigar o período e elucidar os efeitos sobre os sujeitos e as consequências político-sociais na sociedade como um todo.

Pais que perderam filhos, filhos que perderam pais, irmãs que perderam irmãos e amigos que perderam amigos. A história da ditadura brasileira, como em todos os momentos de *ruptura do contrato social*, é relato contínuo de perdas, cuja memória é preciso buscar para recompor a estabilidade social.

O *não saber* e o *não lembrar* são fatores que impedem a cicatrização de feridas no tecido social, além de alienar do ser do presente o seu passado, bloqueando seu projeto de futuro. A pura negação de uma árvore que tomba na floresta não significa a negação do estrondo que reverberou sobre as vidas de toda a Nação.

De uma forma ou de outra, toda *memória* — bem como sua contrapartida, o *esquecimento* — traz em si uma série de conceitos passados pelo filtro dos mecanismos inconscientes de quem elabora, sobre o qual atuam fatores como sensibilidade pessoal, nível de informações, de diversidade cultural, preferências políticas e até mesmo influências adquiridas da vivência familiar e social.

Para elucidar o período ditatorial brasileiro, o Estado democrático tomou para si a missão de administrar os procedimentos para a coleta de sua memória recente, mediante

a criação da Comissão da Anistia (Lei 10.559/2002) e da Comissão da Verdade (Lei 12.528/2011). Começaram a se coletar testemunhos dos agentes da repressão e das vítimas diretamente envolvidas em violações flagrantes dos princípios universais — internacionalmente aceitos — no que se refere aos direitos humanos básicos do indivíduo, como prisões arbitrárias, desaparecimentos e torturas. É ação polêmica por natureza, porque confronta a noção do *esquecimento pactuado* durante o processo de redemocratização.

A memória dos fatos, assim como o seu esquecimento, atende, portanto, a um duplo interesse: subjetivo, dos que sofreram diretamente as consequências das ações e procuram por justiça; e do corpo social, que precisa que a verdade apareça para criar a possibilidade de *cicatrização de sua ferida* e para permitir ao ser de hoje, construir o devir.

Nos longos anos ditatoriais sempre houve, através da arte (música, cinema, teatro, artes plásticas, escrita) e dos movimentos sociais e políticos² vozes que denunciaram o que estava sucedendo e que lutaram pela volta da democracia. Esse processo incluiu uma polêmica Lei de Anistia Política (1979), a formação de uma Assembleia Constituinte e a volta de eleições diretas para presidente. O Estado inicia, então, o processo de Justiça de Transição. Em 2012, são criadas as Clínicas do Testemunho para oferecer reparação psicológica aos anistiados pela lei 10.559/2002. Através da potência da memória, da verdade e da fala dos diretamente afetados pela

2. Comissão de Justiça e Paz, Movimento Brasileiro pela Anistia (ampla, geral e irrestrita), Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos, Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros.

violência de Estado, toda a sociedade pode elaborar coletivamente o trauma vivido.

POSSIBILIDADES DE ELABORAÇÃO DO LUTO
NOS PROCESSOS DE CATÁSTROFE SOCIAL

O difícil trabalho de reconstrução do ocorrido na realidade social e psíquica em particular, incide na forma como cada um viveu e pôde recordar e elaborar esta história.

Na Clínica do Testemunho, os diferentes dispositivos clínicos possibilitam *que todos sejamos testemunhas do que é falado, rememorado, construído*: os pacientes, os colegas do grupo terapêutico, as psicanalistas. Esta é uma das formas de elaboração do luto que durante tantas décadas ficou sufocado pela *recusa coletiva de escutar, testemunhar e compartilhar a dor*. Este lugar de testemunha não se refere apenas ao que se viveu, mas à atualização do trauma hoje. Por isso, não acreditamos que o atendimento psicológico tenha “*chegado tarde demais*”. O trabalho de reparação *se atualiza dialeticamente nesse tempo diacrônico da memória, da verdade e da busca pela justiça*.

Romper com a compulsão à repetição significa poder escutar as várias versões sobre o acontecido, admitindo esta multiplicidade. Na Clínica do Testemunho, os dispositivos grupais ou individuais funcionam como uma *tela protetora* que, ao reatualizar o vivido por meio das memórias, amortece seu impacto traumático. Este amortecimento é efeito da continência do grupo e da escuta cuidadosa das psicanalistas. É produzida uma recuperação identitária da experiência traumática vivida: a que grupo pertenciam e quais eram seus ideais, qual o tipo de militância e como vivenciaram o

ocorrido, onde estudavam e trabalhavam na época, como era composta sua família, quais as escolhas feitas etc.

A inscrição do novo na experiência traumática significa poder entrelaçar o que se foi, o que se é hoje, e o que se projeta como futuro. Frente às situações de autoritarismo e dominação podemos ofertar fala e pensamento como forma de resistência e movimento, pois “*Pensar é quebrar, romper enquanto dominar é fixar, cristalizar*”.³

O DIFÍCIL TRABALHO DE LUTO

No Brasil a literatura de testemunho proliferou nos últimos anos, tanto em nível de denúncia, depoimentos oficiais, reconstrução histórica, como literatura ficcional.

Kucinski no livro *K. Relato de uma busca*⁴ exprime, através da história da procura de uma filha desaparecida, uma narrativa entre o factual e a ficção. Ao advertir o leitor sobre a necessidade de entrelaçamento entre realidade e fantasia, escreve a seguinte epígrafe: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.⁵ Em uma das passagens mais intensas da narrativa do processo de desaparecimento e perda da filha, relata a dificuldade de elaboração do luto quando não existe o corpo como representante concreto da morte e a impossibilidade de se efetuarem os rituais

3. LEWKOWICZ, I. Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In: WAISBROT, D. et al. *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 65.

4. KUCINSKI, B. (2011). *K – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

5. Idem, p. 8.

e homenagens ao falecido. Como nos alerta Conte, nas situações de desaparecimento de pessoas há um duplo luto: “a morte por privação da vida e a morte por privação da morte”.⁶

K. enfatiza: “A falta de lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se”.⁷ Este trecho mostra a importância do reconhecimento social da morte que funcionaria psicologicamente como a constatação do ocorrido; sem isto, a dura certeza se torna uma dúvida angustiante em torno do enigma da morte e da sua causa, fazendo com que o pensamento se torne circular. Conte considera que o luto nestas situações seria um “luto sob tortura”, ou seja, vivido com violência, impotência e terror. Uma suspensão interminável do luto entrelaçado à culpa de ter sobrevivido. “Por que sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos”.⁸

Paralelamente, o processo indenizatório sem o conhecimento da verdade dificultou a compreensão do que realmente ocorreu, assim como o próprio processo de luto.

(...) as indenizações às famílias dos desaparecidos — embora mesquinhas — foram outorgadas sem que os familiares tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta

6. CONTE, L. Terrorismo de Estado. El trauma: salidas del lenguaje. In: WAISBROT, D. et al. *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 185.

7. KUCINSKI, B. *K – Relato de uma busca*, p. 69.

8. Idem, p. 166.

fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.⁹

Partindo do pressuposto freudiano de que o trabalho de luto se dá a partir de um teste de realidade que corrobora que o objeto perdido não existe mais,¹⁰ podemos pensar o quão doloroso e difícil se torna este processo nos casos de desaparecimento, onde tal teste não pode acontecer. Como aponta Rousseaux, nestes casos, se dá um tipo de *luto congelado* “(...) e como tal produz um ponto de coagulação de sentido”.¹¹ Há um efeito social importante no luto, que é o papel da sociedade através da corroboração do objeto perdido. Nas catástrofes sociais, o sujeito encontra uma resposta esquiva quando não um desmentido, já que existe uma inibição social que impede que o sujeito se confronte com a perda. A autora acrescenta: “Faz falta uma reinscrição do acontecimento sinistro que descongele o sentido obturado no significante que ficou coagulado, e que ponha a circular o sentido que vai em direção à verdade de cada sujeito”.¹²

A não confirmação da morte do desaparecido funciona, então, como uma espera torturante que não permite que se possa reinvestir a energia libidinal em outros objetos.

Não pode surpreender-nos o fato de que nossa libido, assim privada de tantos dos seus objetos, se tenha apegado com

9. Idem, p. 168-169.

10. FREUD, S. (1917[1915]). Luto e melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 276.

11. ROUSSEAUX, F. e SANTA CRUZ, L. De la escena pública a la tramitación íntima del duelo. In: DOBÓN, J. (compilador). *Lo público, lo privado, lo íntimo*. Consecuencias de la ley en el sujeto. Buenos Aires: Letra Viva, 2001, p. 160.

12. Idem, p. 161.

intensidade ainda maior ao que nos sobrou, que o amor pela nossa pátria, nossa afeição pelos que se acham mais próximos de nós e nosso orgulho pelo que nos é comum, subitamente se tenham tornado mais vigorosos.¹³

Muitos referem um longo processo de luto, no qual diferentes situações implicaram desafios para a elaboração: os desaparecimentos, a prisão, a tortura, o exílio, a perda de emprego, as mortes, a crença ideológica, a solicitação de indenizações, os processos empreendidos junto ao Estado etc. Muitos têm filhos e netos e pensam na transmissão dos legados.

Quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura do que antes.¹⁴

Assim, a constatação da luta, da sobrevivência e da tentativa de rememorar, falar e elaborar a experiência traumática são a mostra de que a *pulsão de vida se impôs sobre a pulsão de morte*; o que implica reconhecer que a *repressão e a violência podem ter efeitos devastadores, mas que não dizimam os sujeitos*. Pensamos aqui especialmente nas formas de solidariedade e apoio entre os militantes, suas famílias, entre os companheiros de prisão, nas formas criativas de enfrentar a dor, o terror e o luto, o trabalho, a criação dos filhos, as pequenas resistências e vitórias etc.

13. Freud, S. (1916 [1915]). Sobre a transitoriedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 347.

14. Idem, p. 348.

“Pensar na vítima total e absolutamente inerte é também crer na possibilidade de poder total, como desejavam os desaparecidos”.¹⁵

O TRAUMA, SEUS RASTROS, SUA TRANSMISSÃO
E O TRABALHO DE MEMÓRIA

Nas Clínicas do Testemunho trabalhamos com os efeitos psíquicos dos crimes cometidos no período da ditadura militar, que incidem nos planos coletivo e singular. A memória traumática tenta, apesar de tudo, se dizer. Afirmção problemática, pois o trauma para a psicanálise é justamente aquilo que corta ao sujeito o acesso à linguagem. Trata-se de pensar, portanto, como o trauma se diz? Como uma experiência dolorosa e desorganizadora pode ser transmitida de geração em geração?

Para investigar as operações da memória, na dialética entre lembrança e esquecimento, entre o que se fixa ou preserva no traço de memória e o que se apaga, Gueller retoma as teses freudianas.¹⁶ A autora faz referência a uma conclusão de Freud em “Além do princípio do prazer” (1920):

Com frequência os traços de memória são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou atrás de si foi um

15. CALVEIRO, P. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008, p. 128.

16. GUELLER, A. S. Memória e atemporalidade. In: *Vestígios do tempo – Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

processo que nunca penetrou na consciência (...) a consciência surge em substituição de um traço de memória.¹⁷

Gueller se detém na metáfora da escrita, usada por Freud para descrever o trabalho de memória como um processo de inscrição, transcrição e tradução de traços e estabelece algumas relações entre o modelo freudiano e o modelo tradutivo-transcritivo da memória proposto por Santo Agostinho (século IV d.C.).¹⁸ Segundo Agostinho: “A memória relata, não os acontecimentos que já decorreram, mas sim palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígio”.¹⁹

Gagnebin também pensa o trabalho de memória a partir da metáfora da escrita, mas acrescenta novas questões: a escrita é um rastro? O que é um rastro?

Eis uma possível resposta elaborada por Gagnebin:

Agora a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro do que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara. Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente — sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não

17. Idem, p. 39.

18. Santo Agostinho, Livro XI das Confissões, “O homem e o tempo”, apud GUELLER, A. S., p. 38.

19. Idem.

intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados — como são outros signos culturais e linguísticos —, mas sim deixados ou esquecidos.²⁰

Vejam algumas sutilezas deste processo de apagamento e preservação de rastros ou traços de memória no atendimento psicoterapêutico familiar pela *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*. Partimos, neste caso, de algo vivido pelos pais como um esquecimento, entendido por eles como um processo normal, fruto do apagamento paulatino de traços de memória. Além desse esquecimento, estes pais traziam uma série de negativas: “*Não sei por que falar*”, “*Não lembro*”, “*Fomos presos, mas não fomos torturados, fomos vigiados mas não a ponto de sermos forçados a fugir para a clandestinidade, ou para o exílio*”. Nossa hipótese é que os brancos, hesitações e negativas no discurso desses pais indicavam a presença do recalque; ou seja, algumas lembranças tornaram-se inacessíveis à consciência porque não conseguiram tradução como representação-palavra, porque isso provocaria desprazer. Tais lembranças inconscientes não se desgastam com o tempo; ao contrário, são preservadas e produzem efeitos.

Apesar de todas as negativas de seus pais, os filhos investem fortemente o espaço de análise, como possibilidade de escutar nas palavras deles um sentido e um reconhecimento dos sofrimentos inenarráveis que experimentaram.

20. GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 113.

Sufrimento de quem? A ambiguidade que aí aparece exige que pensemos algumas vicissitudes da circulação dos afetos na família. O recalque, como defesa utilizada na blindagem contra o sofrimento, compromete o exercício das funções paterna e materna. Sobre isto, os pais conseguem reconhecer algo muito contundente: *“Houve abandono sim”*. Conta que nos primeiros dias de vida de um dos filhos foram acordados pelo barulho da campainha: era o guarda da rua dizendo que ficou preocupado porque escutou um bebê chorar desesperado. Acrescentam que logo após esse episódio, foram presos, o que lhe disparou o seguinte pavor: *“Quem vai cuidar do bebê e das crianças? Eles precisam de nós. Eles são tudo para nós”*. Destino trágico que inesperadamente possibilita que um laço incipiente comece a ser criado a partir do valor ou sentido que esses pais passam a conferir a seu bebê. Contudo, novos sofrimentos vividos por estes jovens pais durante a prisão e no seu regresso, reforçam sua blindagem, sua surdez e seu mutismo. Assim, grande parte das vezes em que os filhos se veem angustiados ou desorganizados, é preciso que urrem e gritem para que os pais reconheçam a presença de feridas a serem tratadas.

No trabalho que realizamos, não é pouco o esforço feito para recuperar suas lembranças que, literalmente, lhes escapam. Curiosamente, aparece algo que vai numa direção oposta: a mãe conta que não consegue se desprender de alguns objetos como roupas que desenhou e costurou, ou objetos decorativos e mobílias que comprou ou herdou. Com o passar do tempo, tais objetos deixaram de ser usados, mas foram preservados como relíquias que lhe trazem lembranças preciosas. O problema é que, por vezes, tais objetos tornam-se anacrônicos e incabíveis, pois ocupam um espaço que

não podem dispor na sua moradia atual, ou não se ajustam ao amadurecimento de seu corpo, que não corre em paralelo ao tempo psíquico. Este descompasso ou incompatibilidade também se manifesta quando entregam a um dos filhos alguns de seus tesouros, atribuindo-lhes o papel de cuidar desses *presentes*, ressentindo-se porque nunca sabem ou encontram onde deixaram os objetos que receberam, e se eles estão mais à vista, acabam por *passá-los* adiante, *esquecendo-os*. Em análise assinala-se a importância deste movimento dos filhos, onde se deslocam da função de portar e encarnar as lembranças dos pais.

Fazer memória é traçar a linha de continuidade do passado ao presente. Através desta conexão, os restos traumáticos deixam de se presentificar num sofrimento aprisionado e aprisionante e ganham sentido. Se o passado não pode ser recuperado, ele pode ser imaginado tanto quanto o futuro, recoberto de novas significações que dialogam com as mensagens que nos são endereçadas no presente. Nesse trabalho do tempo e com o tempo, os restos traumáticos podem ser assimilados, transmitidos e transformados.

A TEMPORALIDADE E A TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL

A discussão sobre como a teoria e o método psicanalítico são engajados em movimentos políticos e sociais é complexa e pode ser feita por vários caminhos. Freud e seus seguidores ressaltam as relações do sujeito com os outros, seus semelhantes e os laços sociais.

(...) a psicologia individual trata do ser humano singular (...) mas não pode prescindir dos vínculos desse indivíduo com outros. Na vida anímica do indivíduo, o outro conta com total

regularidade, como modelo, como objeto, como auxiliar e como inimigo, e por isso a psicologia individual é simultaneamente psicologia social (...) ²¹

Nas “Conferências introdutórias sobre psicanálise” (1916-1917), Freud afirma que o sintoma psíquico tem um sentido, uma finalidade e uma função. Usa o conceito de séries complementares para dizer que o sintoma é multideterminado em sua etiologia. Existem três séries: a disposição constitucional, as experiências da infância e as circunstâncias da vida do sujeito na sua vida adulta. As duas primeiras determinam a predisposição de cada ser humano para a neurose, mas não são determinantes *a priori* de qualquer distúrbio neurótico que a pessoa possa vir a ter; a terceira série complementar está relacionada com os acidentes e vicissitudes que a vida oferece e é fundamental na formação dos sintomas, na sua relação dialética com a predisposição.

Na primeira série está tudo aquilo que na vida psíquica não pode ser explicado pela experiência individual. A *anterioridade* é destacada como algo que o indivíduo não vivenciou, mas vivencia, *a posteriori*, os efeitos de um fato passado. Para justificar esta anterioridade Freud se apoia na filogênese como algo que escapa ao nível da história individual. Recorre a esta concepção para explicar a transmissão, de geração em geração, de conteúdos psíquicos inconscientes que, apesar das modificações, asseguram a continuidade das civilizações. Em “Totem e tabu” (1912) já havia ressaltado a importância dos aspectos ancestrais quando discute o mito do assassinato

21. FREUD, S. (1921). Psicología de las masas y análisis del yo. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989, p. 67, tradução livre.

do pai como base da constituição da civilização. Os sonhos, as obras de arte, as produções subjetivas, os mitos, contos e lendas são formações que fazem parte do patrimônio cultural.

A criança, ao nascer, é inserida em seu universo familiar desejante que é portador das histórias das gerações anteriores. O sujeito a advir se insere em uma cadeia de filiação, sendo ao mesmo tempo leitor e personagem de uma narrativa de ficção escrita por seus pais, que traçam para ele certo ideal situado no futuro. O discurso falado ou secreto da família é *anterior* a ele.

Além das séries complementares, segundo Freud, as fantasias primordiais como patrimônio filogenético — cena primária, sedução por um adulto e castração — participam na formação dos sintomas neuróticos. O sujeito faz uso destas fantasias universais para preencher, com ajuda da verdade pré-histórica, as lacunas da verdade individual e encontrar respostas para seus enigmas existenciais.

O enunciado, “*Sou filho/filha de ex-presos político*” dá indícios sobre que lugar o sujeito ocupa em sua novela familiar. Os pacientes são sujeitos de sua fala, mas é impossível ignorar que seu discurso se insere em uma história da geração anterior, marcada pelos anos de ditadura. A história dos pais, o que ficou “prisioneiro/aprisionado” reaparece em seus sintomas neuróticos como efeito das marcas traumáticas não simbolizadas.

Ao contar sobre sua história usam de vários significantes congelados; antigos signos são reproduzidos sem adquirir novos sentidos. Em diversos momentos, o passado e o presente parecem não ter diferença. Os fatos não aparecem como pertencendo ao passado, o que leva a pensar no discurso do traumático, em que a diferença do tempo não se instaura. Como, no processo analítico, produzir algo que faça um corte entre o antes e o depois?

O papel das terapeutas é de *testemunha* da história das famílias. O espaço transferencial que se construiu funciona como um espaço de testemunho, de reconhecimento da dor.

Incorporar a experiência vivida por uma geração e seu pensamento como parte da história do Brasil, acreditar na construção conjunta de um tempo subjetivo e de um tempo coletivo, permitem, no trabalho analítico, impulsionar os sujeitos-cidadãos para a vida e oferecer possibilidades de novas formas de viver o contemporâneo.

Os sistemas tirânicos dominam não só pela força das armas, torturas, nas mortes e desaparecimentos: dominam, além disso, por sua infiltração em todas as relações sociais e intrapessoais, através do efeito intimidatório multiplicado na especulação e repetição de pautas de violência e silenciamento.²²

Neste sentido, consideramos importante incluir os diversos dispositivos clínicos psicanalíticos para pensar uma política pública de reparação psíquica dos afetados pela violência de Estado.

*A TRISTEZA COMO UM RECURSO
DIANTE DO ADOECIMENTO PSÍQUICO*

*Não se pode ter paz evitando a própria vida
(Virgínia Woolf)²³*

-
22. GALLI, V. A clínica psicanalítica durante e depois do terrorismo de Estado. *Revista Percurso*, São Paulo, ano IV, n. 7, p. 25, 1991.
23. DALDRY, S. *As horas* – Longa Metragem (2001). Adaptação do Romance de Michael Cunningham.

A tortura foi proibida pela Constituição Federal de 1988 e tipificada como crime em 1997 através da lei n. 9.455. Hoje está cotidianamente presente nas camadas mais vulneráveis da população. Os Direitos Humanos, ainda que em um Estado democrático, não estão plenamente garantidos. No período da ditadura militar, a tortura era parte da própria engrenagem do sistema. Marcas deixadas pela violência desse período estão longe de serem superadas.

Aproximar-se do sofrimento vivido pelos afetados pela violência do Estado tem como primeiro desafio a necessidade de *fazer da fala* um recurso para esse encontro. *Mas como falar quando ainda não se tem palavra?* Se não há símbolo possível para a dor, como lidar com ela?

Apesar de recebermos pacientes com traumas oriundos da mesma fonte, nosso trabalho tem sido construído como uma clínica viva e singular, atenta aos perigos das generalizações.

Para pacientes com dificuldade de interação e resistência a expor suas angústias e conflitos coletivamente, oferecemos o atendimento individual.

Na nossa prática, encontramos em algumas pessoas atendidas individualmente um estranhamento intenso diante da possibilidade de entristecerem.

Questionamentos sobre a dificuldade de reconhecer que tudo está lá e permanece difícil, apesar de passados 50 anos. Alguns nunca tinham falado desses acontecimentos com ninguém e falando se sentiam frágeis como: *“Que estranho, não sabia que isso tudo mexia tanto comigo ainda”* ou *“Tinha certeza que era forte, que não sofria por isso e veja só, me sinto tão frágil”*, *“Estranho, aqui comecei a perceber que está tudo aqui ainda dentro de mim”*, *“Nunca falei desses acontecimentos dessa forma”*.

Em algumas dessas pessoas, a evitação defensiva da tristeza, impacta o funcionamento psíquico, ameaçando o contato com a realidade. Como foram pressionados constantemente a dar informações durante o período da ditadura, instala-se na relação transferencial a desconfiança. Discorrem sobre as perseguições sofridas e a ideia de que ainda ocorre a atualidade, porém vai ficando claro que o maior perseguidor habita o psiquismo dos mesmos. Essa é a marca traumática registrada no inconsciente, que sustenta esses funcionamentos psíquicos atormentados.

Nesses atendimentos notamos em comum, inicialmente, uma série de fantasias persecutórias que os impediam de assinar a ficha de presença, havia o temor das sessões serem gravadas; a confiança precisava ser conquistada.

Como psicanalistas tentávamos auxiliar no percurso onde a dor pudesse vir a ser simbolizada, ao invés de movimentar-se livre, tirânica e sorradeira nos pensamentos e ações. Dor inominável de psiquismos violentados pelas vivências aterrorizantes a que foram submetidos.

Em sua segunda teoria pulsional, Freud (1924)²⁴ diz que a função da libido é desviar grande parte da pulsão de morte para fora. Na impossibilidade de desviar toda a pulsão de morte, sempre fica um *quantum* no organismo que se liga de certa forma à pulsão de vida, formando o masoquismo erógeno que é constitutivo.

Nesses casos, o que notamos é que não prevalece o sadismo, componente da pulsão, como mecanismo de defesa,

24. FREUD, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIX, p. 175-188.

mas sim o predomínio de um estado de dor e sofrimento característicos do masoquismo erógeno primário, quando a pulsão *volta-se contra o próprio eu* e a destrutividade pura se instala.

Na impossibilidade de dar destino e de encontrar representações necessárias, há um *quantum* pulsional que não passa pelo psiquismo, que transborda em movimentos repetidos, gerando sofrimento, o que vai tornando o viver insuportável.

O eu tem como função a tentativa de domesticar a pulsão, mas em muitos casos atendidos encontramos uma dificuldade em lidar com as exigências pulsionais inconscientes e com as exigências do mundo externo.

As histórias encontram coragem e palavras vagarosamente; aos poucos falam da prisão, da tortura, dos companheiros mortos e desaparecidos.

A luta contínua por seus ideais, como se ainda estivessem na mesma época, encontram representação, alívio psíquico, um caminho possível para a descarga pulsional. A busca pelo novo, por se reinventarem, por transmitirem seus conhecimentos, seus desejos por uma sociedade mais igual é o que os mantém mais integrados psicologicamente.

Há uma impossibilidade de entristecer e no lugar da tristeza fica a indignação social. Indignação pertinente, real, coerente, mas que também funciona como uma impossibilidade de olhar para suas próprias perdas sem enlouquecer.

Freud, no texto “Neurose e psicose” (1924), aponta:

(...) inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo. Se essa precondição de um conflito com o mundo externo não nos é muito mais observável do que atualmente acontece, isso se deve

ao fato de que, no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patogênico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou uma reconstrução.²⁵

Para a elaboração da dor pela palavra, precisamos encontrar um lugar dentro de si para integrá-la. Outra observação comum é que surgiram sensações de egoísmo e de culpa ao falarem de si mesmos como sujeitos, a culpa diante do coletivo, a culpa de estarem vivos. Posicionamentos políticos pertinentes, mas que às vezes dificultam seus laços com a realidade, o contato com seu sofrimento, a vivência de suas emoções.

Sobre o enfraquecimento do eu e a perda de contato com a realidade, Freud nos diz:

O ego cria, autocraticamente, um novo mundo externo e interno, e não pode haver dúvida quanto a dois fatos: que esse novo mundo é construído de acordo com os impulsos desejosos do id e que o motivo dessa dissociação do mundo externo é alguma frustração muito séria de um desejo, por parte da realidade — frustração que parece intolerável.²⁶

Tudo já passou, mas dentro deles está tudo ali. *O inconsciente atemporal marcado por tantos excessos*. O sofrimento se apresenta como uma espécie de loucura porque não conseguem sair dele. Em que momento, afinal, o sofrimento vira loucura para os manuais?

Nossa hipótese é que, nesses casos específicos, a proximidade com a “loucura” decorre da impossibilidade de

25. FREUD, S. (1924[1923]). Neurose e psicose. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIX, p. 169.

26. Idem, p. 168.

entristecer. Uma vez que a realidade em alguns momentos tornou-se inabitável, a saída possível foi o distanciamento dela.

Loucura ou defesa diante de tamanho sofrimento? Pensamos que há um grau de loucura necessária para manter-se são. A separação não é clara e nenhum desses estágios é puro e isento do outro.

A ação é a dor que não pode ser pensada. Bion nomeou de medos talâmicos pré-psíquicos quando estamos fora do trágico, já mais uma vez o medo animal. Medo puro, automático: a luta feroz pela sobrevivência dispara a formulação de área de não pensamento e de resposta sem mediação. De alguma forma poderíamos pensar que sem a razão e sem a tristeza, o que nos resta é a violência. O que nos resta é a guerra e não o trabalho cooperativo.²⁷

Não há possibilidade de cuidar da dor sem fazer contato com ela.

Freud em “Recordar, repetir e elaborar” (1914):

Acha-se assim preparado o caminho, desde o início, para uma reconciliação com o material reprimido que se está expressando em seus sintomas, enquanto, ao mesmo tempo, acha-se lugar para certa tolerância quanto ao estado de enfermidade. Se esta nova atitude em relação à doença intensifica os conflitos e põe em evidência sintomas que até então haviam permanecido vagos, podemos facilmente consolar o paciente mostrando-lhe que se trata apenas de agravamentos necessários e temporários e que não se pode vencer um inimigo ausente ou fora de alcance. A resistência, contudo, pode explorar a situação para seus próprios fins e abusar da licença de estar doente.²⁸

27. TOMAZELLI, E. *Autopoiese*. Inédito, p. 110.

28. FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XII, p. 168.

Um dos nossos dispositivos clínicos²⁹ é o Grupo de Reflexão e Testemunho, que nasceu com a perspectiva de uma mini Conversa Pública — com até 30 participantes — para que os integrantes se sentissem encorajados a relatar, compartilhar e processar as diversas formas de repressão e violência que os atingiram no período da ditadura, e as estratégias singulares que encontraram para registrar, elaborar e expressar os acontecimentos vividos.

A inquietação que nos guiava nesse grupo foi nos perguntarmos sobre como as cicatrizes podem ser elaboradas, como se transmitem essas marcas do horror.

Sentimos, ao escutar os relatos, que a presença do passado é marcante, há uma repetição na fala: o presente parece ameaçador; existe o receio do retorno de uma nova forma de ditadura. Surgiu um importante significante a partir da questão de quem seriam os afetados: *sequelado*. “*O Brasil é sequelado, todos foram afetados*”.

O Estado ditatorial teve intenção de destituir as pessoas de sua identidade e de seus valores. No grupo lutamos para poder escutar as denúncias, as arbitrariedades e o traumático vivido, mas o conflito entre memória e esquecimento está presente no próprio afetado. Existe uma forte resistência a recordar, reconstruir a história; muitos ainda se sentem ameaçados, entristecidos, fechados.

29. Nossos dispositivos clínicos: Conversas Públicas, terapias individuais e grupais, grupos de reflexão e testemunho, oficinas de capacitação de profissionais da Saúde e da Justiça.

Nós das Clínicas do Testemunho acreditamos, como Jean Claude Rolland, psiquiatra e psicanalista de Frei Tito “que se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas possa ser revertido, esse lugar é o da palavra”.³⁰

A participação nesse grupo foi provocando, também, transformações nas psicanalistas terapeutas-pesquisadoras.

Surgiram no grupo sentimentos de estranheza que remetiam a experiências relacionadas aos limites da vida, à loucura, à dissociação vivida na tortura entre corpo e mente, à relutância de falar, à luta pela sobrevivência, ao receio de que algo pudesse acontecer a seus filhos. O trabalho no grupo possibilitou que as pessoas se apropriassem de suas histórias abrindo espaço para um diálogo social.

Uma paciente relatou sua prisão: grávida, durante meses confinada em uma minúscula cela em que passava o dia andando de um lado para outro, conversando com o filho em seu ventre. *A palavra* a ajudou a manter sua sanidade mental. “*Na hora da tortura era o corpo que ficava, a alma ficava intacta, suas convicções não podiam ser arrancadas*”.

Marcelo Viñar, psicanalista uruguaio, apontou em seu livro *Exílio e tortura*:

(...) a experiência da tortura não é uma doença curável em prazos que podemos definir, constitui uma ruptura de identidade, em parte definitiva, que opera como núcleo significativo do silêncio sintomático. Seus efeitos não se limitam somente ao indivíduo, mas à descendência e, portanto, ao corpo social.³¹

30. ROLLAND, J.C. Conferência no V colóquio da Associação Primo Levi. “Linguagem e violência. Os efeitos dos discursos sobre a subjetividade de uma época”, Paris, 17e 18 de junho 2011.

31. VINAR, M. e VINAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 149.

No grupo compararam-se experiências catastróficas — incêndios, inundações — onde o sujeito pode apelar para o Estado com as situações vividas na ditadura, onde o Estado é o agente da violência.

Falou-se dos fundamentais laços de amizade, ligações políticas, companheirismo vivenciado na cela e no exílio, o retorno à vida familiar e profissional.

A escrita, as artes plásticas, o artesanato, a participação em organismos sociais continuam sendo estratégias de luta e resistência. As angústias intoleráveis algumas vezes apareceram em forma de poesia, como a de uma paciente que expressa assim a sua dor:

*Dor Sufocada.
Tenho um berro encurralado no meu peito
Uma dor sufocada.
Amarrada com lágrimas permanentes
O passado passa
Em meus pensamentos fracassados
Já não sei sorrir
A vida com o passado se foi
Levou tudo
Mas esqueceu de levar a dor*

REFERÊNCIAS

FREUD, S. (1916-1917). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVI.

OCARIZ, M. C. *O sintoma e a clínica psicanalítica. O curável e o que não tem cura*. São Paulo: Via Lettera, 2003.

São Paulo, junho de 2014.

MARIA CRISTINA OCARIZ

Psicanalista; Psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires, República Argentina; Nascida na Argentina, naturalizada brasileira, reside há 36 anos no Brasil; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Professora e Supervisora do Curso “Psicanálise” do mesmo Instituto desde 1985.

LIA LIMA TELLES RUDGE

Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP; Psicanalista; Terapeuta do Grupo Acesso: estudos, intervenções e pesquisa sobre Adoção, da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*

MARIA CAROLINA GENTILE SCIULLI

Psicóloga Clínica; Psicanalista; Aprimoramento em Violência Doméstica pelo Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*

MARIA LILIANA INÉS EMPARAN MARTINS PEREIRA

Psicanalista; Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP; Coordenadora do Projeto Ponte: atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

NANA CORRÊA NAVARRO

Psicóloga formada pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

PAULA SALVIA TRINDADE

Psicóloga; Psicanalista; Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

TEREZA CRISTINA GONÇALVES

Médica pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Psiquiatra pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (FMUSP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*.

NANA CORRÊA NAVARRO

Psicóloga formada pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Possibilidades de narrar a experiência traumática: testemunhando a transmissão

M. Liliana I. Emparan Martins Pereira

LEMBRAR, TESTEMUNHAR E RELACIONAR O VIVIDO

O trabalho da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* com os afetados pela violência de Estado tem como objetivo promover falas livres e escutas compartilhadas, ou seja, o avesso do silenciamento, da tortura e da repressão vivenciados na época da ditadura. Todavia, não estamos falando de qualquer fala e escuta, mas de uma narrativa implicada e de uma escuta comprometida.

Como diz Ana Costa: “A transmissão da palavra é um dom, baseado fundamentalmente no dom da espera. Para dar a palavra ao outro você precisa calar e supor que ali há um sujeito da fala”¹

1. COSTA, A. M. M. Violência, memória e saber. In: PERDOMO, M. C. e CERRUTI, M. *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011, p. 141.

Teríamos assim como efeitos: a reconstrução das memórias e das verdades do ocorrido durante o período de terrorismo de Estado — realidade de horror para toda a sociedade brasileira — e a constituição de um testemunho que possa manifestar a realidade psíquica dos sujeitos afetados pela violência de Estado, resgatando a forma singular como cada um viveu e pôde recordar e elaborar a história de uma sociedade que resistiu, durante décadas, a falar e escutar sobre esta catástrofe social.² Isto porque, como nos adverte Bleichmar, teremos de considerar como cada sujeito estrutura o trauma também em relação ao marco da sociedade de pertencimento.³

É assim que a brutal vivência dos afetados não se constituirá necessariamente como algo que irrompeu e fraturou o psiquismo de forma irreversível; contrariamente, é indispensável oferecer uma escuta *inédita* para que percebamos como os sujeitos foram “entramando el suceso en su historia vivencial singular”.⁴

-
2. Segundo Ignacio Lewkowicz poderíamos chamar “catastrófico a um ambiente no qual a mudança prima sobre a permanência, a um meio no qual a alteração das condições é a regra mais do que a exceção.” Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In: WAISBROT, D. et al. (Eds.). *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 67.
 3. BLEICHMAR, S. Conceptualización de catástrofe social. Límites y encrucijadas. In: WAISBROT, D. et al. (Eds.). *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*, p. 45.
 4. WAISBROT, D. Los analistas y la construcción colectiva de la memoria. In: WAISBROT, D. et al. (Eds.). *Clínica psicoanalítica ante las catástrofes sociales: la experiencia argentina*, p. 22.

Assumir o lugar de testemunha do vivido implica a todos: os afetados, os analistas e os grupos,⁵ ao trazer a possibilidade de criação de novos fios narrativos oferecida pelo trabalho do grupo clínico, onde os nós traumáticos se enlaçam à experiência sem apagar suas marcas, mas outorgando-lhes novas significações. Fazendo um jogo de palavras podemos pensar que é necessário que também o “nós” da sociedade e dos grupos clínicos seja incorporado à narrativa testemunhal para que adquira outro estatuto, saindo do íntimo e particular para o compartilhado e coletivo. Todos nós sofremos os efeitos dessa história: as perdas são compartilhadas.

A tentativa de silenciar as atrocidades da repressão foi uma estratégia do regime militar, mas é também um sintoma social, aquele que nos impulsiona a pensar que o passado deve ser esquecido. Como sintoma, sabemos que aponta para uma solução de compromisso entre as instâncias psíquicas; como sintoma social, a uma tentativa de *dissolução*, de *apagamento*, e não de *enfrentamento* do conflito entre as diferentes forças sociais que compunham a sociedade brasileira e o tipo de respostas dadas.

Como diz Hugo Vezzetti no texto “Responsabilidades de la memoria”:

(...) las preguntas inevitables se orientan a indagar las condiciones en que la propia sociedad (en sus instituciones, sus dirigentes, sus organizaciones y cultura política) hicieron posible la instauración

5. O trabalho clínico-político com grupos da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* incluiu os seguintes dispositivos: Grupo de Acolhimento e Escuta, Grupo de Reflexão e Testemunho, Conversas Públicas abertas ao público geral e as Oficinas de Capacitação para profissionais da saúde pública e do judiciário.

de tal régimen. Y en ese sentido, si bien es claro que las responsabilidades colectivas no se confunden con las culpabilidades jurídicas, me interesa destacar que una sociedad es responsable no sólo por lo que activamente promueve y apoya sino incluso por aquello que es incapaz de evitar.⁶

Portanto, no fino trabalho de escuta é necessário tanto relacionar a situação ditatorial aos efeitos diretos na vida de toda a sociedade quanto poder discriminar, separar essas vivências, de forma a incluir a singularidade dessa experiência. Ou seja, de um lado, poder analisar as situações que tinham a ver com uma política de Estado instituída à força e à revelia de um Estado de direitos; de outro, aquilo que foi instituinte, ora por omissão, ora por discordância e fez laço com a subjetividade, apontando assim para a impotência-onipotência e as reais possibilidades de lutar contra isso.

Trazer à tona essas lembranças significa transitar por muitas cadeias associativas, múltiplas representações e fragmentos. Desta forma, testemunhar provocaria uma sacudida na sociedade que procurou esquecer esse período vergonhoso.

Porém, como aponta Mezan:

Esquecer não é um fenômeno passivo, mas uma atitude psíquica como outra qualquer; e o fator ativo transparece no próprio vocábulo que designa o processo. Esquecer provém de *ex-cadere*, cair para fora. Esquecer é sempre *ex-pulsar*, *ex-teriorizar* um conteúdo, *ex-ilá-lo* para fora do espaço da consciência. Há portanto uma força ou tendência que repudia este conteúdo,

6. VEZZETTI, H. Responsabilidades de la memoria. In: Viñar, M.U. de. *Memoria social. Fragmentaciones y responsabilidades*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001, p. 15.

que se opõe à sua inclusão na continuidade do nosso universo mental.⁷

O processo testemunhal não significou apenas a possibilidade de lembrar e testemunhar as experiências dolorosas, mas de representar o que implicou a luta política, a militância e os seus efeitos na vida de cada um.

Alguns questionamentos apareceram ao longo do trabalho como uma forma de relacionar o vivido à atualidade. Após tantas décadas de ditadura foi importante se perguntar sobre o significado da luta. As construções e respostas implicaram primeiramente o reconhecimento de uma luta-luto e de certo tipo de renúncia daquilo que fora perdido, mas também a possibilidade de reconstruir o que fora destruído.⁸ Para alguns afetados esta formulação foi entendida como a necessidade de manter na atualidade os ideais que os moveram para a militância em busca de soluções para o país. Isto também indicava a possibilidade de dar um destino ao processo de luto que desembocaria em uma retomada libidinal dos ideais frente às perdas que ocorreram. Contudo, o sinistro paira à espreita: existe o medo de que o terrorismo de Estado se repita. É aqui que a história política se enlaça com a compreensão da nossa constituição psíquica. É possível evitar que esse horror se repita?

7. MEZAN, R. Esquecer não: in-quecer. In: *A sombra de Don Juan e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 58.

8. FREUD, S. (1916[1915]). Sobre a transitoriedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIV, p. 348.

Portanto, na tentativa de compreender as causas dos regimes ditatoriais, dos abusos cometidos e do horror desses traumas para a humanidade, recorro a alguns textos freudianos escritos, justamente, a partir de reflexões sobre a Primeira Guerra Mundial. Este acontecimento quebra o tabu sobre o envolvimento em uma guerra, por parte do mundo considerado civilizado e mais desenvolvido na época: o continente europeu.

A existência de cartas trocadas entre Einstein e Freud reforça a hipótese do impacto exercido pela guerra e a tentativa de entendimento por parte dos maiores símbolos intelectuais da época. Einstein, no texto dirigido a Freud: “Por que a guerra?” (1933[1932]) caracteriza os graves conflitos sociais e a guerra como situações em que se potencializa a psicose coletiva. Aqui ele está se referindo ao desejo de ódio e destruição que em épocas normais fica em estado latente. Reconhece que esses graves fenômenos são assumidos geralmente pela

(...) chamada *Intelligentzia* a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil — na página impressa.⁹

Mostra, assim, que as guerras, seja entre nações, seja entre civis, promovem a perda de soluções compartilhadas com pauta nos acordos legais e são movidas por pulsões

9. FREUD, S. (1933[1932]). Por que a guerra?. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XXII, p. 243 e 244).

destrutivas que afastam os homens de certa forma da realidade civilizatória.

Em resposta, Freud se refere à longa história de uma comum tentativa humana de resolução de conflitos por meio da violência. Fala, inclusive, sobre conflitos de opinião¹⁰ e formas primitivas de resolução: via força muscular, uso de instrumentos e superioridade intelectual, fazendo clara alusão ao texto “Totem e tabu” (1912-1913).¹¹ A questão principal, ele diz, é que nas situações de conflito sem mediação da cultura, um tende à destruição do outro, isto é, à sua morte ou subjugação. Freud propõe, então, uma construção especulativa da resolução de conflitos nos primórdios da civilização e da sua evolução ao longo do tempo no qual foi se introduzindo certa organização de disputas violentas, de forma que não apenas um indivíduo, mas a comunidade iria se organizando em acordos e leis estáveis. Porém, observa que, apesar disso, as diferenças entre os homens não foram contempladas de maneira a garantir os direitos dos assujeitados. O texto avança e descreve organizações sociais de poder, em que indivíduos se colocam “acima das proibições que se aplicam a todos — isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência”.¹² E mais adiante completa: “(...) os membros oprimidos do grupo (...) fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos”.¹³

10. Idem, p. 132.

11. FREUD, S. (1913[1912]). Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIII.

12. FREUD, S. (1933[1932]) Por que a guerra? In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, p. 248.

13. Idem, p. 249.

Na sequência, Freud recorre à teoria pulsional e a impossibilidade de isolar a pulsão de vida da pulsão de morte, já que funcionariam de forma combinada, na tentativa de explicar a guerra. A pulsão de morte, contudo, não poderia ser evitada tão somente pela satisfação das necessidades, apenas “pode se tentar desviá-los num grau que não necessitem encontrar expressão na guerra”.¹⁴ Esse “desvio” admite, paradoxalmente, a necessidade da pulsão de morte como forma de se manter a vida; isto poderia ser entendido como uma tarefa dos destinos da pulsão que encontra formas menos diretas, ou seja, mais sublimadas de satisfação. Aqui se incluem os vínculos emocionais e a identificação com o outro, aspectos extremamente danificados nos períodos ditatoriais, em que o outro é visto como um inimigo do Estado de quem se duvida ou se nega a humanidade.

Para terminar, Freud faz um apelo contra a guerra e a favor do direito de se rebelar contra ela; na defesa da vida de todos os cidadãos; na evitação de situações humilhantes e de vivências que obriguem a morrer ou a matar o outro, e contra a destruição de produções da civilização. Neste último ponto, podemos pensar não somente nos bens culturais como monumentos, obras de arte, museus etc., mas principalmente na não destruição dos homens: no horror a todas as formas de extermínio, como os campos de concentração; a destruição em massa; o aniquilamento de grupos de diferentes ideologias, etnias, sexos ou religiões; as formas de tortura e supressão dos Direitos Humanos; ou seja, a destruição de nós mesmos como civilização, já que ao praticarmos esses

14. Idem, p. 255.

crimes estamos desmoronando a base que construiu nosso projeto civilizatório, qual seja, o abandono do uso do outro como objeto de satisfação pulsional, que levado ao extremo significa o aniquilamento do outro como sujeito.

No texto “Reflexões para os tempos de guerra e de morte” (1915), Freud fala de desilusão com a sociedade e suas conquistas intelectuais e científicas, já que “A própria ciência perdeu sua imparcialidade desapaixonada; seus servidores profundamente amargurados procuram nela pelas armas com que contribuir para a luta contra o inimigo”.¹⁵ O autor esperava que os povos pudessem resolver seus conflitos de outra forma, e que o pensamento e as produções da civilização pudessem evitar os abusos cometidos nas guerras. Confirma, no entanto, que a inteligência não é uma forma independente e que é comandada pela vida emocional e por forças pulsionais.¹⁶ Mais além da força da razão, Freud acreditava que a coletividade se oporia veementemente à guerra, evitando que ela acontecesse.

A citação abaixo ilustra o apelo à necessidade de objeções por parte dos Estados e da sociedade ao uso da força e contra atos de crueldade.

Quando a comunidade não levanta mais objeções, verifica-se também um fim à supressão das paixões más, e os homens perpetram atos de crueldade, fraude, traição e barbárie tão incompatíveis com seu nível de civilização, que qualquer um os julgaria impossíveis.¹⁷

15. FREUD, S. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e de morte. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. XIV, p. 311.

16. Idem, p. 324.

17. Idem, p. 316.

Lemos nas entrelinhas da citação a aposta no poder dos acordos sociais e internacionais como uma das únicas formas de se evitar a guerra.

Apoiando-nos nesta última ideia para pensar sobre a instituição da ditadura no Brasil, faz-se imprescindível constatar a série de quebra de acordos e leis até então firmados pela sociedade através de seus representantes legais. A série de atos institucionais do período ditatorial culmina com o Ato Institucional n. 5 (AI-5) que nas próprias palavras de Emílio G. Médici, terceiro presidente militar da ditadura, significaria a desconsideração e não submissão necessária aos acordos legais compartilhados: “*Eu posso. Eu tenho o AI-5 na mão e, com ele, posso tudo*”.¹⁸

Frente à guerra ou às situações de catástrofe social, como a ditadura, o que ficaria recalcado seria o nosso pavor da morte, sobre a qual não temos o controle que assegura a fala de Médici. Medo este que nos impede até de pensar e falar sobre ela; neste sentido, a morte continuaria a ser o maior enigma sobre a vida, já que faz parte da experiência vital, embora isso seja negado. Freud alerta também para a necessidade de elaboração social do luto pelas mortes acontecidas e faz alusão aos rituais de alguns povos que, ao voltarem das guerras, seriam impedidos por longos períodos de determinados atos para que, assim, pudessem expiar a culpa por ter cometido assassinatos. Em outras palavras, o reconhecimento social do acontecido precisa de palavras e atos que simbolizem a perda dos acordos civilizatórios nas guerras e nos

18. JORNAL DA TARDE. Nosso tempo, a cobertura jornalística do século. São Paulo: Turner Publishing Klick, 1995, p. 520.

processos ditatoriais, estabelecendo um hiato que atesta que houve esta quebra.

E Freud nos questiona:

Não seria melhor dar à morte o lugar na realidade e em nossos pensamentos que lhe é devido, e dar um pouco de proeminência à atitude inconsciente para com a morte, que, até agora, tão cuidadosamente suprimimos?¹⁹

Neste sentido, o testemunho aponta para esse lugar de difícil reconhecimento que foi o risco de morte para a sociedade brasileira e a morte efetiva para tantos: amigos, parentes, anônimos. Porém, paradoxalmente, a transmissão dos testemunhos que recebemos no Grupo de Acolhimento e Escuta, entre outros, apontam para a vida, haja vista que, apesar de tudo, essas pessoas sobreviveram.

Mais adiante Freud acrescenta no mesmo texto:

Lembramo-nos do velho ditado: *Si vis pacem, para bellum*. Se queres preservar a paz, prepara-te para a guerra.

Estaria de acordo com o tempo em que vivemos alterá-lo para: *Si vis vitam, para mortem*. Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte.²⁰

Nessas duas formulações, Freud fala sobre os binômios paz-guerra e vida-morte, conteúdos sempre presentes nas falas testemunhais dos afetados que perceberam sua indissolubilidade no relato e elaboração das experiências.

Para finalizar, destaco que a experiência do testemunho dá suporte à vida ao recompor aspectos identitários que dizem respeito às escolhas subjetivas e às estratégias de

19. Freud, S. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e de morte, p. 339.

20. Idem, p. 339.

resistência. Desta forma, a elaboração da experiência traumática não significa esquecer radicalmente o vivido, mas, ao contrário, *reaquecer a força que levou a tanta coragem e persistência*, ao compartilhar as memórias e as verdades, tantas décadas depois. Ainda lutamos para que a justiça possa julgar e prender os responsáveis.

São Paulo, abril de 2015.

MARIA LILIANA INÉS EMPARAN MARTINS PEREIRA

Psicanalista; Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP; Coordenadora do Projeto Ponte: atendimento psicanalítico para imigrantes e migrantes. Terapeuta-pesquisadora da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* e Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Clínica, Memória e Cidadania¹

Vera Luiza Horta Warchavchik

Em 1932, houve uma troca de correspondências entre Freud e Einstein, indagando sobre o sentido e a inevitabilidade da guerra. Ambos haviam vivido os horrores da Grande Guerra e assistiam com pesar a articulação do fascismo, o retorno da xenofobia e do antissemitismo, e o risco eminente de nova guerra. Nessa troca, publicada nas *Obras Completas* de Freud com o título “Por que a guerra?” (Carta à Einstein, 1932),² Freud afirma que o conflito e a violência são constitutivos do sujeito e inerente aos agrupamentos

-
1. Texto apresentado na Jornada Interdisciplinar “A violência de Estado atual e suas raízes” da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* – novembro de 2014.
 2. FREUD, S. (1932). Por que a Guerra? (Carta a Einstein). In: *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol. 18.

humanos. Para ele, o sistema jurídico é a formalização da vitória do mais forte, legitimando e perenizando seu ganho, que seria, de outro modo, sempre incerto e transitório. Surge assim o estado de direito, que embora promova certa estabilidade, proteção e paz às comunidades, preserva o que se constituiu na base da força. Na proposta de Freud, o estado de direito vem para superar o estado de guerra, mas a paz que nele se obtém só se dá de modo incerto e insuficiente, já que pereniza as injustiças do vencedor. Os conflitos continuam a agir internamente, tanto pela insurgência dos injustiçados quanto pelo desejo do vencedor de aumentar ou preservar seus privilégios. Essa tensão interna pode suscitar ditaduras e revoluções que modificam o estado de direito estabelecido. Mudanças culturais também podem promover transformações na ordem jurídica, mas essas, para Freud, só se fazem com grande dificuldade.

Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault³ afirma que a política é o prolongamento da guerra, ideia que vai ao encontro dessa proposta de Freud. Essas propostas sobre a origem do Estado evidenciam o fundo de medo e violência subjacentes à ordem jurídica que hesitamos em reconhecer. Tendemos a pensar as situações de abuso do poder como fatos isolados, excessos pontuais e não acontecimentos próprios ao campo de tensões que constitui a ordem política. Os abusos do poder são sintomas do desinteresse ou da insuficiência da política para reconhecer e equacionar esse campo de forças, atendendo aos anseios da população. Isso

3. FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 176.

é particularmente pertinente em um país como o nosso, que ainda luta para construir uma república de fato. Nossa história é marcada pela violência; nos constituímos pelo genocídio e escravidão dos indígenas, pelo aprisionamento, sequestro e escravidão dos negros, pela imposição da cultura e da fé cristã, pelo despejo de deportados e pela exploração predatória dos recursos naturais. Muitos desses comportamentos violentos, excludentes e dessubjetivantes agem ainda hoje no meio social, perpetuando séculos de autoritarismo e exploração. Há parcelas significativas da população que nunca foram plenamente reconhecidas como sujeitos de direitos, herdeiras da exclusão e da injustiça de seus antepassados. Os movimentos sociais que reivindicam uma melhor distribuição de direitos são com frequência reprimidos, por vezes violentamente, pela resistência e insuficiência da sociedade civil e do corpo político realizarem as mudanças necessárias para equacionar a dívida social.

CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA

O esforço de construção da república sofre avanços e retrocessos. O programa Clínicas do Testemunho, proposto pela Comissão de Anistia, é um importante avanço, assim como essa Jornada de Capacitação. Por meio de programas deste tipo, o Estado investe na produção da memória coletiva, colaborando para a construção de uma história mais plural e inclusiva, que saiba reconhecer, para superar, o autoritarismo e a desigualdade que a constitui. Oferece também uma reparação psíquica — a vertente “clínica” do programa — para atenuar o sofrimento dos sujeitos afetados

pela violência do Estado. Finalmente, este programa, junto a outros como as Caravanas da Anistia e as Comissões da Verdade, efetuam reparações simbólicas à cidadania e à república, violadas pelo uso perverso do poder.

Essa reparação individual e coletiva se faz pelo testemunho, ou seja, pela possibilidade de dar voz, relatar, registrar, fazer ouvir e inscrever o vivido traumático, para torná-lo história e experiência. Testemunho, conforme o dicionário Houaiss, deriva do antepositivo *testis*, do latim, que significa “o terceiro de um conjunto de três”.⁴ Aquele que testemunha afirma para um terceiro a verdade de um acontecimento. Para que o testemunho se dê é preciso que outro escute e reconheça a verdade do relato. A Clínica do Testemunho se dá sobre um fio de equilibrista, pois precisa lidar ao mesmo tempo com o que há de mais singular, íntimo e próprio aos sujeitos afetados, sem perder de vista a dimensão real e coletiva das experiências relatadas.

Primo Levi escreveu *É esse o Homem?* logo após a sua libertação de Auschwitz, onde ficara preso por cerca de 18 meses. No prefácio do livro, ele relata que,

A necessidade de contar nossa história para “o restante”, fazer “o restante” participar dela, havia tomado em nós, antes de nossa libertação e depois, o caráter de um impulso imediato e violento, a ponto de competir com nossas mais elementares necessidades.⁵

Para Levi, era premente contar sua história, era preciso testemunhar, publicar, e implicar “o restante” com as

4. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2a reimp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 2708.

5. Levi, P. *If this is a Man – The Truce*. London: Abacus, 2011, p. 15, tradução livre.

atrocidades que viveu e que dizem respeito a todos, como evidencia o título de seu livro, *É esse o Homem?* Seu processo de reparação não poderia se dar apenas no plano individual, nem mesmo se restringir ao julgamento e punição de seus algozes — embora isso também fosse necessário; era preciso alcançar o coletivo e dar visibilidade para nossa capacidade de fazer o Mal, para inscrever na História “as lembranças que queimavam intensamente por dentro”,⁶ desfazendo a linha imaginária, e sempre nociva, entre “uns” e o “restante”.

Sua urgência em falar não encontrou condição de escuta; seu manuscrito foi recusado por muitos editores e, quando publicado caiu no esquecimento, assim permanecendo por muitos anos, “talvez porque em toda a Europa aqueles eram tempos difíceis de luto e reconstrução e o público não queria retornar pela lembrança aos anos dolorosos da guerra que acabara de findar”.⁷

Esse desejo de não saber se apresenta no Brasil atual na fraca mobilização da opinião pública em resposta ao empenho de reconstituição da história da ditadura civil-militar de 1964-1985 efetuado por certos setores do governo e da sociedade civil. Permanece o desejo de manter a distância imaginária entre “eles” — os militantes e os militares — e “nós”, o restante, ou entre “aquela época” e “agora”, como se a história não dissesse respeito a todos e como se o passado não marcasse o presente, nem resultasse, ele mesmo, de impasses precedentes. As lacunas, distorções e mistificações

6. Idem, p. 381.

7. Idem, p. 381.

presentes na compreensão deste episódio agem como entraves para sua elaboração e superação, perpetuando as condições que o tornaram possível.

Há várias formas de não saber. O filme *Brilho eterno de uma mente sem lembranças*, do diretor Michel Gondry (2004), explora nosso desejo de desconhecer tudo o que causa dor psíquica. Há no filme um aparato capaz de remover todos os registros mnêmicos indesejáveis, todas as lembranças dolorosas. No entanto, os sujeitos que passavam a viver sob o brilho eterno resultante da remoção de todas as más lembranças sofriam do empobrecimento psíquico resultante das lacunas em sua história pessoal. Eles se viam impossibilitados de integrar experiências atuais e lutavam para manter isolados fatos secundários que poderiam apresentar os brancos em sua memória. Ao mesmo tempo, viviam o insistente retorno fantasmático dos restos das vivências obliteradas. O brilho eterno resultava numa vida sem tempo ou sentido, apenas uma repetição insistente de um presente suspenso em torno do que não mais se sabe, não suportando qualquer projeção do futuro. O relato manco, a verdade falseada, não se sustentam nem trazem o alívio procurado; os sujeitos deixam de saber, mas não se libertam do insuportável vivido.

Outro modo de não saber decorre da edição ou distorção dos fatos. Na FLIP – Festa Literária Internacional de Paraty de 2014, houve um embate entre Marcelo Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, morto na ditadura, e Roger Moreira, vocalista da banda “Ultraje a Rigor”. Em entrevista sobre aquele episódio no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 20 de agosto de 2014, Moreira disse: “Não sofri na ditadura porque não estava fazendo merda. A pessoa tem que saber

quais são os riscos do que está fazendo”.⁸ Esse tipo de não saber é especialmente pernicioso, pois denega a natureza política dos embates, reduzindo-os a atos delinquentiais seguidos das devidas sanções. Essa denegação e distorção da realidade são tão eficazes que permitem Moreira afirmar ainda que aquele período “era melhor do que essa ditadura disfarçada que vivemos hoje” e que viveu naquela época “uma vida absolutamente normal”,⁹ mesmo quando o país estava sob regime de exceção e, portanto, a normalidade estava impedida para todos. Infelizmente, essa distorção de Moreira não é um caso isolado, nem se fez no vazio; ela se apoia em todo um aparato de propaganda largamente utilizado pela ditadura, que investia fortemente no medo e fazia proliferar noções mistificadoras, como a ideia de que se combatia “terroristas”.

Esse tipo de distorção da verdade é utilizado no Brasil, na atualidade, para tentar legitimar casos de violência do Estado, que se passam como intercorrências normais na “defesa da ordem”. Num olhar retrospectivo, percebemos que a compreensão das insurgências e embates, sempre presentes em nossa história colonial e republicana, é igualmente lacunar e distorcida. Esses são descritos como episódios isolados e pontuais, efetuados por visionários ou idealistas, e não tratados como sintomas da injustiça e da desigualdade que marcam nossa história. Mantemos, assim, diferentes formas

8. GRAGNANI, J. Marcelo Paiva e Roger travam duelo sobre a ditadura militar. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto (internet) 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/08/1502689-marcelo-paiva-e-roger-travam-duelo-sobre-a-ditadura-militar.shtml>>.

9. Idem.

de desconhecimento que impedem a constituição de memória e a integração de experiências sobre eventos marcantes que determinam a realidade atual, favorecendo a manutenção de arcaísmos e desequilíbrios que poderiam ser melhor equacionados.

Outra dificuldade encontrada na construção da memória se deve à impossibilidade de falar sobre vivências traumáticas, como muitas vezes são os casos de abuso de poder. Segundo Freud, o trauma resulta de vivências que excedem a capacidade de elaboração psíquica por parte do sujeito.¹⁰ Para que essa se dê, é preciso que os impulsos e vivências se situem num limiar de intensidade mínima e máxima, inscrevendo-se no aparelho dentro dos parâmetros estabelecidos pelas defesas psíquicas. Quando as vivências são excessivas, as intensidades atravessam o aparelho psíquico como uma torrente, levando o aparelho ao colapso e deixando em seu rastro restos inassimiláveis sem nome e sem sentido. Para tentar corrigir esse dano, o aparelho psíquico passa a repetir compulsivamente em atos, sonhos, imagens ou sensações, esses restos de episódios traumáticos, num esforço de elaboração que no entanto só reafirma a natureza excessiva do vivido original. Freud chama de “compulsão à repetição”,¹¹ esse retorno insistente, doloroso e ineficaz de resquícios de vivências traumáticas. Seu caráter excessivo não permite a integração na história pessoal, permanecendo sem palavra e sem sentido, habitando o psiquismo sem se fazer experiência.

10. FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol. 14, p. 192.

11. Idem, p. 183.

A melhor descrição da natureza inassimilável do traumático se encontra na abertura do livro de Clarice Lispector, *A paixão segundo GH*:

_____estou procurando, estou procurando. Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei quem, mas não quero ficar com o que vivi. Não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda. Não confio no que me aconteceu. Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber como viver, vivi uma outra? A isso quereria chamar desorganização, e teria a segurança de me aventurar, porque saberia depois para onde voltar: para a organização anterior. A isso prefiro chamar desorganização pois não quero me confirmar no que vivi — na confirmação de mim eu perderia o mundo como eu o tinha, e sei que não tenho capacidade para outro.¹²

Como falar sobre o que é tão terrível que chamamos de “desorganização”, apenas para inventar alguma continuidade com o mundo organizado? Como testemunhar sobre o que está no limite da linguagem? Muitos afetados pela violência do Estado ficam impossibilitados de romper os circuitos cegos da compulsão à repetição, o que só se alcança com ajuda terapêutica.

A construção da memória e da verdade enfrenta, portanto, duas ordens de dificuldades, que podem agir de forma complementar ou antagônica: a resistência ou a impossibilidade dos sujeitos revisitarem suas experiências de dor, e a resistência da sociedade, que edita sua história e denega, por meio de construções ideológicas, toda produção de desigualdade, exclusão e violência. Em função dessa dinâmica entre

12. LISPECTOR, C. *A paixão Segundo G.H.* São Paulo: Rocco, 2009, p. 9.

querer conhecer e querer desconhecer, a verdade nunca se dá a ver, mas resulta do compromisso ético de evidenciar a multiplicidade de determinantes em jogo em cada acontecimento histórico. Uma vez que esses determinantes são opacos, múltiplos, antagônicos ou mesmo contraditórios, a verdade histórico-política não resulta de um consenso nem pode resolver-se em uma síntese final, sendo, ao invés, uma construção complexa e sempre aberta para acolher novos testemunhos e evidências que venham esclarecer o campo de tensões que subjaz aos acontecimentos.

VIOLÊNCIA POLÍTICA E BIOPOLÍTICA

A construção da república em nosso país foi sempre atravessada pela violência resultante da forte resistência a realizar as alterações necessárias para atenuar as injustiças e desigualdades de partida. O desconhecimento dessa história conflitiva naturaliza e perpetua formas violentas de relação no meio social e na esfera política. Hoje essa construção acidentada e inacabada precisa lidar com mais um fator que fragiliza a cidadania e produz outra forma de exclusão e desigualdade. A forma tradicional do poder, o poder soberano (Deus-Monarca-Pai), que marca a origem de nosso país, vem dando lugar a outro tipo de poder, que Foucault denominou na *Historia da Sexualidade* de “biopoder”.¹³ Desse modo, vivemos hoje no entrecruzamento de dois tipos de exercício de poder. O poder soberano se exerce verticalmente e tem

13. FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 135.

como paradigma a relação senhor-escravo: “submeta-se ou morra”. Ele decide sobre a morte,¹⁴ e não se interessa pela vida, ou pelo modo como a vivemos. Percebemos seus efeitos nas relações sociais na atualidade pela presença do autoritarismo, do machismo e do racismo.

O biopoder começa a se organizar no século XVIII,¹⁵ ou seja, na origem do capitalismo e das democracias modernas. Como seu nome denuncia, esse é um poder que se interessa pela vida, tanto no plano individual como no da espécie, fomentando especialidades que se ocupam em pensar como devemos cuidar de nosso corpo, criar filhos, detectar e tratar a loucura, fazer sexo, aprender, nascer e morrer.¹⁶ Esse poder se dá em simbiose com as especialidades, como a medicina, a psicologia, a psiquiatria, a biologia, o serviço social, a pedagogia, religião, entre tantos outros, dando lugar a um “poder-saber”,¹⁷ que desenvolve toda uma tecnologia voltada para “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar”¹⁸ modos de vida. O poder-saber produz normas, diretrizes e regulamentações que passam a ocupar o espaço das leis, dando lugar ao que Foucault chama de sociedade normalizadora.¹⁹ O mercado acompanha de perto as tendências da normalização e oferece produtos e serviços que dão figuração e visibilidade para o sucesso no atendimento à norma. Submetemo-nos mesmerizados a essas ingerências, diretrizes e produtos, que se confundem com formas de cuidado e prevenção.

14. Idem, p. 131.

15. Idem, p. 132.

16. Idem, p. 133.

17. Idem, p. 134.

18. Idem, p. 135.

19. Idem, p. 135.

Giorgio Agambem,²⁰ em *Homo Sacer*, desenvolve essa proposta de Foucault, recuando mais ainda a origem da biopolítica, situando-a na distinção feita pelos gregos entre duas formas de existência: a *zoe*, a vida nua e a *bios*, a vida qualificada. Enquanto a primeira — *zoe* — se referia ao fato simples da existência dos deuses, animais e homens, a *bios* se referia à vida qualificada dos sujeitos da linguagem, que se organizam politicamente. O poder soberano e seu braço, o sistema jurídico, garantiam e regulavam a *bios* (vida qualificada), mantendo clara a distinção entre a esfera pública e a organização doméstica. Nesta última se encontrava o cuidado com o corpo, a organização da vida cotidiana e a hierarquia familiar.

Admitia-se apenas um ato de exceção, pelo qual a *zoe* era tocada pelo poder. Esse ato era o banimento, pena imposta para certos crimes, que suspendia a cidadania de um sujeito, negando-lhe o direito a uma vida qualificada. O banido passava a viver sob permanente estado de exceção, num limiar entre lei e não lei, ordem jurídica e vida nua, *bios* e *zoe*.²¹ Expulso da cidade dos deuses e dos homens, destituído de toda dignidade, o banido se tornava *homo sacer*: aquele que podia ser morto, mas não sacrificado.

Para Agamben, se a análise de Foucault estiver correta, ou seja, se de fato vivemos na contemporaneidade sob um tipo de poder que incide e regula a *zoe*, normalizando a vida nua, temos de admitir que vivemos sob um estado de exceção

20. AGAMBEM, G. *Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life*. California: Stanford University Press, 1995.

21. Idem, p. 9.

generalizado, o que significa que a garantia de direitos já não é a principal atribuição do Estado. Isso é particularmente nefasto em um país como o nosso, que nunca chegou a garantir a justa distribuição de direitos.

Levando essa proposta ainda mais adiante, Agamben conclui que se hoje o poder-saber decide qual a vida que vale e qual não vale, então o campo de concentração nazista é o paradigma oculto de nosso espaço político moderno. Para Agamben, o campo de concentração nazista foi a mais absoluta realização de um espaço biopolítico;²² seus muros continham as vidas sem valor, que a qualquer momento poderiam ser eliminadas (judeus, ciganos, homossexuais, portadores de transtorno mental, comunistas e outros). Ainda construímos campos materiais, com seus muros concretos; mas proliferam campos virtuais, com muros virtuais,²³ que realizam eliminações simbólicas, quando não fatuais. A linha imaginária que separa os válidos dos inválidos é um arbítrio do poder-saber, que produz de modo incessante imagens e normas, sempre parciais, que assinalam qual a vida juridicamente relevante. Desse modo, todos, não importa em qual face do muro se encontrem, vivem sob um estado de exceção, submetidos ao desenho móvel do muro que delimita quem poderá ser morto, mas não sacrificado.

Não é simples coexistirem num mesmo tempo e espaço político a verticalidade das leis do poder soberano com a horizontalidade das normas do poder-saber. Cada forma de exercício de poder incide diferentemente sobre os sujeitos e oferece

22. Idem, p. 171.

23. Idem, p. 139.

diferentes formas de proteção; cada uma produz excluídos e comete excessos em resposta às pressões que não consegue ou não quer equacionar no âmbito político. Enquanto o poder soberano usa o cassetete, — ou o gládio, como coloca Foucault²⁴ —, e pratica abusos na forma do autoritarismo, da truculência e descompromisso com a coisa pública, o biopoder distribui o valor dos sujeitos em torno da norma,²⁵ hierarquizando modos de vida, com efeitos igualmente nefastos.

A todo momento o poder-saber enuncia normas, diretrizes e imagens que regulamentam a vida, tão parciais e múltiplas quanto os próprios saberes. Frente a essa profusão desconcertante, os sujeitos tendem a priorizar certas normas em detrimento de outras, fazendo a escolha de sua normalização. Surgem assim agrupamentos informais de semelhantes, que buscam certificar-se do acerto de sua escolha, assim como do sucesso em atendê-la, assegurando-se de seu valor. Desse modo, a sociedade tende a pulverizar-se em subgrupos, fazendo da experiência da alteridade fonte de ameaça e desestabilização, o que traz novas dificuldades para a consolidação da república e da cidadania. O diverso se confunde com o inimigo, fomentando o ódio e o surgimento de fundamentalismos. Slavoj Žižek, em *Bem-vindos ao deserto do Real*, afirma que na atualidade há a constante exaltação da figura do inimigo para gerar experiências de identidade. O reconhecimento do inimigo se tornou um ato político performativo,²⁶ que dá “características concretas tangíveis” para

24. FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade I. A vontade de saber*, p. 135.

25. *Idem*, p. 135.

26. ŽIZEK, S. *Welcome to the Desert of the Real*. New York: Verso, 2002, p. 110, tradução livre.

um sujeito ou um grupo se tornar “o alvo apropriado para o ódio e a disputa”.²⁷ Essa produção incessante da imagem do inimigo faz proliferar exemplos de vidas perigosas, imagens do Outro que ocupam a mídia cotidianamente: muçulmanos, meninos em situação de rua, loucos, usuários de drogas, nordestinos, gays e tantos outros. Junto às normas, essas imagens negativas definem o canal estreito entre o “dever ser” e o “não dever ser” no qual nos movemos.

Uma vítima cotidiana desse tipo de violência biopolítica é o jovem negro ou pardo da periferia das grandes cidades. Esses adolescentes, humilhados, torturados e mortos a cada dia são *homines sacres* contemporâneos, vítimas cotidianas do abuso de poder. Filhos ou netos de migrantes, descendentes de escravizados, esses jovens herdam a distribuição injusta de direitos de idos tempos. Essa exclusão de origem é retomada pelo biopoder, que explora sua imagem como emblema de vidas desviantes, perigosas e sem valor. Os antigos muros da FEBEM – Fundação para o Bem-Estar do Menor, mais apropriados ao poder soberano, se erguem virtualmente em torno deles todos os dias. Esse muro é a realização da eliminação simbólica que com frequência antecede a eliminação de fato.

A discussão da redução da maioria penal, que ressurgiu na campanha eleitoral de 2014, é movida pelo medo decorrente da exploração dessa imagem do delinquente, não diferente da exploração da imagem do terrorista na ditadura civil-militar. Caso fosse aprovada, ela atingiria apenas os

27. Idem, p. 110.

adolescentes negros e pobres, uma vez que a lei se flexibiliza quando se trata de adolescentes brancos de classe média ou alta. Recai sobre esses jovens a lógica perversa que inverte a relação de causa e efeito, responsabilizando-os por sua vulnerabilidade social. A cidadania garantida por lei e os direitos preconizada pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, não os protege do abuso biopolítico.

Outro emblema de vida sem valor, bastante difundido durante a gestão Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo (2006-2012), chegando a impregnar o imaginário social, é a dos usuários de crack. Na difusão repetida da imagem desses usuários, apresentados como seres exóticos, não havia lugar algum para interrogar as motivações psíquicas ou os determinantes sociais que os levaram à dependência química. Difundiu-se o nome “Cracolândia”, para designar o local onde se reuniam, palavra que fazia uma incômoda referência à Disneylândia — como se estivessem ali entregues ao prazer —, e marcava o caráter estrangeiro, o estatuto Outro, que era dado àquela população. Era imperativo remover, trancafiar e medicar aqueles não sujeitos para o bem de todos, e essa região, agora “retomada”, “reconquistada”, daria lugar à “Nova Luz”, servindo então à especulação imobiliária.²⁸

Inúmeros exemplos de vidas inválidas são lançados pelo poder-saber a cada dia, acirrando o medo e o estranhamento

28. S/A, Projeto de Desapropriação da Cracolândia fica pronto até agosto. *Folha de S. Paulo*, 8 de junho (internet), 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2007/06/303017-projeto-de-desapropriacao-da-cracolandia-fica-pronto-ate-agosto.shtml>>.

e fragmentando a sociedade em aglomerados de “uns” em oposição ao “restante”. Essa violência biopolítica convive com a truculência do velho poder soberano, como se evidencia na repressão aos movimentos sociais organizados, tais como o Movimento Passe Livre (MPL). Na repressão, a movimentos como este ressurgem as revistas, prisões ilegais, tiros de borracha e o empenho em despolitizar as reivindicações, reduzindo-as a atos de “baderneiros” ou “vândalos” — os terroristas de ocasião —, seguido da repetição à saturação das imagens de ataques aos estabelecimentos. Também há tentativas de despolitizar a própria repressão, reduzida a “excessos pontuais” a serem oportunamente investigados. Nesta última Bienal de Arte de São Paulo (2014), havia um vídeo de Gabriel Mascaro, chamado *Não é sobre sapatos*, que fazia um comentário bem-humorado sobre o total desinteresse de certos setores do poder de escutar e dar resposta aos anseios da população manifestos nesses atos. O vídeo apenas registrava a polícia filmando os manifestantes que se reuniam para o ato, com foco em seus sapatos — medida útil para identificações e enquadramentos posteriores. Tudo se passava como se a questão fosse, de fato, os sapatos. O cidadão que luta por seus direitos é reduzido à figura do inimigo, e o Estado ao agente da ordem que precisa combatê-los, sem possibilidade de construção de saídas políticas eficazes para lidar com os impasses e desequilíbrios econômicos e sociais que mantemos desde idos tempos.

É mais fácil reconhecermos os abusos do poder soberano já que ele é, em certa medida, extemporâneo ao capitalismo tardio da atualidade. Mais difícil é reconhecermos o abuso biopolítico produzido pelo poder-saber. As decisões biopolíticas são técnicas, produzidas em simbiose

com as disciplinas, e parecem politicamente neutras. No interior do biopoder, no entanto, todo saber e toda técnica é imediatamente política, parte da produção normativa do poder-saber; e não há intervenção psicoterapêutica, assistencial, médica, educativa, ou religiosa que não seja imediatamente política. Os debates atuais sobre a medicalização, o Ato Médico, a internação compulsória, a redução da maioria penal, a cura gay, a guerra às drogas, a adoção de crianças por casais homoafetivos, o aborto e tantos outros temas são propostos e combatidos por forças políticas em tensão, no interior da realidade biopolítica. Os discursos e as disciplinas mais afinados com os interesses imediatos do poder tendem a prevalecer, de modo que a defesa dos saberes múltiplos e divergentes passa a ser um ato político que impede que as disciplinas se reduzam a meros instrumentos do poder ou, dito de outro modo, que o poder se torne apenas o braço executivo de certas disciplinas, na completa simbiose poder-saber. Reconhecer a dimensão política dos saberes, assim como proposta por Foucault e Agamben, é pertinente não apenas para coirmos toda forma de abuso biopolítico, mas, principalmente, para usarmos o potencial político dos saberes para analisar e propor intervenções efetivas que possam equacionar os desequilíbrios, injustiças e exclusões que sempre marcaram nossa história.

No campo psi em particular, isso significa a defesa incansável de abordagens que se interessam pelo que o sujeito tem a dizer, compreendendo seu sofrimento como uma construção singular que se dá num contexto histórico-social concreto. Deve-se criticar toda proposta dessubjetivante, que reduz o sujeito a uma abstração habitando um tempo e

espaço suspensos, vítima de desajustes bioquímicos ou genéticos que agem à revelia de seu desejo e de sua história. Abordagens como essas são alienantes e isentam o sujeito e o meio social de responderem por aquela produção de sofrimento. O clínico, que também é um sujeito concreto que vive num tempo e espaço determinados, deve sustentar um olhar crítico ao próprio fazer, buscando reconhecer e superar os aspectos ideológicos que possam nele se fazer presentes, obturando sua escuta, favorecendo o não saber e obstruindo intervenções transformadoras.

Norteadas pelo princípio ético de ouvir os sujeitos afetados pela violência do Estado, contribuindo para a reparação psíquica e a reparação da cidadania, a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* tem realizado atendimentos psicanalíticos individuais e/ou grupais, e Grupos de Reflexão e Testemunho (GRT), acolhendo os sujeitos de acordo com seu desejo e necessidade psíquica. Além disso, ela tem realizado Oficinas de Capacitação, Conversas Públicas, publicação de livros, textos e produção de vídeos, para coletivizar os testemunhos e capacitar profissionais para lidar com situações de abuso do poder. Desse modo, a intervenção clínica garante a escuta do mais íntimo e singular nos sujeitos afetados, sem perder de vista a dimensão real e política da violência vivida, nem a pertinência da construção da memória e do testemunho para o coletivo. O trauma se transforma em testemunho, e a vivência, em História, efetuando reparações no sujeito e no campo social.

Em “A perda da realidade na neurose e na psicose”, Freud afirma que o comportamento sadio é aquele que “nega a realidade tão pouco como a neurose, mas se empenha em

alterá-la como na psicose”.²⁹ Termino esta apresentação rendendo homenagem a todos que têm se empenhado em transformar a realidade, citando um artigo de Renato Janine Ribeiro, que distingue a ação ética e a ação prudente, publicado no dia 23 de agosto de 2014 no caderno “Aliás” do jornal *O Estado de S. Paulo*:

Ajo com prudência quando busco resultados positivos. Procuo a vantagem pessoal. Ou, na melhor das hipóteses, diante de uma injustiça percebo que reagir acarretará problemas sérios para mim, ou mesmo para o injustiçado, e procuro uma via indireta para reduzir danos. Já a ação ética não deve levar em conta o que ela há de produzir. Uma injustiça é uma injustiça, ponto, e deve ser confrontada. Deixemos claro: a maior parte das pessoas, a maior parte das vezes, age (ou pensa agir) com prudência. Mas quem faz a diferença é a pequena minoria de pessoas — e ações — que responde a um clamor ético. Nosso mundo seria um horror não fossem os heróis que, de tempos em tempos, afrontam as potestades, deixam de lado a prudência (“ho perdido la prudenza”, diz uma personagem do *Don Giovanni*, de Mozart) e partem para a luta. Muitas vezes sucumbem, mas se a vida humana tem algum valor além do biológico, é graças a eles. O que seria a humanidade, não fossem esses faróis que abrem caminhos antes insuspeitos? Sem eles, teríamos escravidão, mutilação genital, subordinação das mulheres aos homens, dos pobres aos ricos, dos plebeus aos nobres, tudo isso que — pelo menos nos últimos 200 anos — vem sendo questionado e, ao ser vencido, melhora nosso mundo.³⁰

29. FREUD, S. (1924). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, vol. 16, p. 218.

30. RIBEIRO, R.J. A ética no tempo de espetáculo. *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto (internet) 2014. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-etica-no-tempo-do-espetaculo,1548247>>.

REFERÊNCIAS

KACHANI, M.. A gente não digere a violência, diz Paiva. *Folha de S. Paulo*, 25 de agosto, (internet), 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/182277-a-gente-nao-digere-a-violencia-diz-paiva.shtml>>.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao século 19. *Folha de S. Paulo*, 26 de agosto (internet), 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2014/08/1505816-bem-vindo-ao-seculo-19.shtml>>.

São Paulo, novembro de 2014.

VERA LUIZA HORTA WARCHAVCHIK

Psicanalista; Membro do Departamento Formação em Psicanálise e docente do Curso Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Atual membro da diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, gestão 2013-2015; Integrante do OiA – Observatório de Saúde Mental, Drogas e Direitos Humanos – www.facebook.com/OIA.Observatorio.

Violência de Estado e resistência(s)

Maria de Fátima Vicente

O texto que segue é uma elaboração escrita e das pontuações que apresentei em 24 de novembro de 2014 na mesa da manhã do evento “A violência de Estado atual e suas raízes”¹. O evento tinha como temática as consequências atuais da violência exercida pelo Estado brasileiro contra seus cidadãos, especialmente quando da vigência da ditadura militar (1964-1985), e se destinava aos participantes das oficinas de capacitação promovidas pelo projeto *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*. Eu havia proposto para minha exposição o título “Violência de Estado e resistências”, mas alguns acontecimentos me

1. Os participantes do evento se darão conta que fiz um recorte bastante restritivo dos pontos que desenvolvi naquela ocasião. O que se deveu não só às limitações próprias à publicação, mas principalmente no interesse de circunscrever as questões principais.

levaram a mudar a temática inicialmente escolhida da qual o título era o resultado. As considerações preliminares a seguir pretendem explicitar as razões da mudança.

Inicialmente, eu pretendia abordar a questão da violência de Estado e das resistências que a ela se opõem situando o processo no contexto dos acontecimentos históricos da ditadura militar, e pretendia fazê-lo por meio de algumas ideias sobre o relevante papel que a *resistência cultural* havia tido no Brasil na vigência daquela ditadura. Estava engajada no trabalho de escrita do texto e iniciara o desenvolvimento da discussão sobre os aspectos que deveriam ser destacados no campo da cultura como *restos* daquela violência, restos que permanecem como marcas ativas, produzindo efeitos antidemocráticos — autoritários ou totalitários — quando a atualidade se impôs e me convocou a uma mudança de rumo do texto. Nas mídias, depois nas ruas, aqueles *restos* pareciam ter adquirido nova vida e gritavam, com seus rostos deformados pelo ódio ou pelo escárnio.

A alegria que eu havia antecipado para o encontro, ao pretender falar daquilo que se opõe e que faz resistência, por meio do que se opôs e fez resistência, foi progressivamente substituída pela angústia com aquilo que retorna, sem memória e sem tramitação, como resto que pode fazer o que está ligado vir a se romper, novamente e novamente e novamente. Sem tréguas nem descanso. Ameaça que me obrigou a tentar pensar essa nova conjuntura e deixar para outra ocasião o texto que estava em andamento. O texto que segue é esse esforço de pensamento, esforço quase impossível no

calor dos acontecimentos e, por isso mesmo, esforço que se tornou radicalmente necessário.

NÓS E ELES — AQUI, LÁ FORA...

Já fazia algumas semanas que os resultados das eleições para presidente do país eram conhecidos, mas continuavam ocorrendo na mídia declarações contrárias tanto à presidente eleita quanto ao seu partido, como se as eleições ainda fossem ocorrer, e ela ainda fosse candidata. A discordância quanto aos resultados não colocava os opositores na posição de perdedores, uma condição que eles tinham de fato, mas, pelo contrário, o fato de ter perdido as eleições parecia autorizá-los a considerar que as eleições eram ou injustas ou inválidas. Ao que parece, para os manifestantes e/ou porta-vozes oficiais de grupos de oposição, o que estava feito deveria ser tratado como *não ocorrido*, já que a realidade não correspondia aos seus anseios. Começava a haver manifestações na rua, manifestações em que as pessoas que se convocaram reciprocamente pelas redes sociais se encontravam e se expressavam contra o governo, contra a presidente, contra “tudo o que está aí”.

As mensagens convocatórias na rede tinham um caráter relativamente homogêneo, caráter vago quanto a argumentos, mas de forte conteúdo emocional, em que prevalecia o ódio e o desprezo à presidente eleita e/ou ao seu suposto eleitorado. Embora as eleições de outubro contemplassem também outros postos políticos — deputados federais, deputados estaduais e senadores — apenas a eleição da presidenta era atacada e/ou tida como inválida ou como devendo

ter seu resultado revertido. Foi nesse contexto que matérias do noticiário on-line da UOL chamaram minha angustiada atenção naquela semana, mais ainda do que a simples vigência daqueles fatos já vinham fazendo.

Foram elas: uma declaração (um vídeo, na TVUOL) de uma moça, alguma subcelebridade da qual esqueci o nome, que, aos prantos e aos gritos, anunciava que iria embora do país, que podia fazer isso, que era rica, que tinha família em Orlando, e não queria mais ficar neste país, em que a população, “você pobres”, fazia tal besteira. Uma segunda notícia, que era menos sensacionalista (apenas escrita e com fotos), mas também inquietante, era uma matéria que pretendia refletir sobre o descontentamento da população com a economia do país e com o seu futuro. Para isso, abordava-se uma família de classe média paulistana (pai, mãe e duas crianças) que estava já de mudança para Miami, porque, segundo eles, não era possível ser empresário no Brasil. A entrevistada e porta-voz da família era a esposa do casal, que dizia que sua empresa perdera a condição de viabilidade no Brasil, mas que em Miami isso seria possível. O marido, nomeado apenas como “consultor”, nada mais sendo esclarecido quanto às suas especificações profissionais, aparecia concordando com sua esposa e corroborando a decisão familiar, pois ele próprio se via com dificuldades para trabalhar no país. Fotos dos membros da família, ladeados por grandes caixas de mudança, eram mostradas. Nas fotos, a empresária está em primeiro plano.

Foi impossível não comparar essas declarações de desejo de fuga desse país, agora democrático e buscando a justiça social, com os versos de Geraldo Vandré, os da canção “Disparada”, em que o autor afirma:

“Se você não concordar/Não posso me desculpar/Não canto pra enganar/Vou pegar minha viola/Vou deixar você de lado/Vou cantar noutro lugar”.²

Nesses versos, por meio dos quais o cantador afirmava sua força e seu desejo de expressar sua verdade, se afirmava também a verdade de um povo que buscava se autodeterminar na medida em que construía sua História.

Mas, para aqueles que imaginavam poder ir ao encontro de seu mais legítimo destinatário, procurar o interlocutor que lhe cabia, “ir aonde o povo está”, como todo artista, à época julgava dever fazer, a ditadura militar lhes enviou a mensagem de propaganda “Ame-o ou deixe-o”, impôs a censura à expressão, buscando impedir o pensamento. E, como a propaganda e a censura não fossem suficientes para garantir seus intentos, torturou, matou, fez desaparecer corpos, exilou ou fez com que se exilassem a todos aqueles que, amando ao país, ao seu povo e a seu futuro, não pretendiam deixá-lo, muito pelo contrário, pretenderam cantá-lo e lutar por ele.

Como pensar esse desejo de fuga do país, neste momento em que o país se torna mais democrático e busca diminuir a desigualdade social?

REFLEXÕES PARA OS TEMPOS ATUAIS

Não é de hoje que se pode ouvir brasileiros louvarem as maravilhas do Primeiro Mundo. Essa louvação sempre

2. “Disparada”, canção de Gealdo Vandrê e Theo de Barros. Gravação de Jair Rodrigues em compacto simples de mesmo nome, no ano de 1966 pela gravadora Philips.

acompanhou o relato de viagens daqueles que, nos tempos de vacas magras nacionais, eram os únicos que tinham condições econômicas para ir à Europa, fosse pelo Galeão, fosse por Viracopos ou Congonhas, pelas asas da Pan Air. Aviões e automóveis sempre encantaram as classes econômicas do topo da pirâmide socioeconômica brasileira e, não por acaso, o governo dos cinquenta anos em cinco, de JK, se caracterizou também pelos frequentes deslocamentos aéreos do presidente. Também não por acaso a cidade de Brasília foi planejada com o formato de um avião. E, talvez devido também a tal perspectiva de modernidade, o Brasil não tenha nem trens formando uma rede ferroviária nacional suficientemente boa, nem transportes públicos de qualidade nas cidades, mas tem um enorme número de automóveis entupindo as ruas. Talvez o fascínio por alguns itens da modernidade industrial junto às classes dirigentes e aos grupos que as apoiam tenha sido o que fez com que as ideias de *bem público* neste país oscilassem e se contrapusessem, no interior daquelas classes, nos anos 1950-1960, entre, por um lado, perspectivas nacionalistas, de construção de um país a partir de suas próprias riquezas materiais e simbólicas, portanto, uma postura conservadora em sentido estrito e, por outro, perspectivas de desenvolvimento referido às medidas e condições que podemos hoje designar como *globalizantes*, perspectiva que naquela época histórica foi designada como “entreguista” ou como “moderna”, ou modernizante, a depender de quem a nomeasse.

Independentemente de tal divisão, modernos e conservadores, nacionalistas e internacionalistas, uma mesma cultura de “des-identificação” ou de não identificação com o que é *nacional* parece ter se consolidado junto às elites do

país, resultando numa eterna expectativa de “ir para fora”. E, se anteriormente isso se expressou pela enorme expectativa e determinação em viajar para o exterior, seja em férias, seja enviando os filhos para experiências em outras culturas (intercâmbios e mochilões), atualmente há um movimento inédito de emigração, ou, pelo menos, o desejo de emigração faz parte do discurso de grande parte da população.

E, se anteriormente se tratava de ir a Paris, em que a alta cultura aparecia como o objeto a ser alcançado e desfrutado, hoje trata-se de ir para Miami ou Orlando, os dois parques de diversão preferidos pelos brasileiros, já que ambos propiciam muitas compras. Locais em que incontáveis produtos são ofertados a uma demanda insaciável de bens materiais e de bens simbólicos, cujo consumo parece servir menos ao desfrute do objeto do que para prover uma identificação com esse outro superior, o habitante do primeiro mundo. O que talvez assinale também um desejo de expatriação, mais do que de emigração, como parece indicar a entrevista da empresária brasileira. Ela parece imaginar que terá uma viabilidade social e empresarial nos EUA nas mesmas condições que a dos americanos autóctones ao mesmo tempo em que parece ignorar as limitações *nacionais* que aquele país impõe aos estrangeiros que o cobiçam. O que pode indicar o quanto de ilusão dá corpo a anseios como aqueles.

Penso que o regime militar brasileiro instaurado em abril de 1964 foi um dos artífices desse estado de coisas, idealização, ilusão, indiferença aos destinos nacionais, pois na medida em que deu um destino de formação de compromisso à divisão entre nacionalistas e entreguistas, ou seja, entre as aspirações nacionalistas de autodeterminação e construção de identidade e as aspirações de modernização e inserção no mundo global, promoveu a criação de um

híbrido entre interesses nacionais e internacionais e entre interesses públicos e privados, híbrido que esteve e permanece solidamente apoiado sobre a desigualdade social histórica existente entre os brasileiros, desigualdade que a ditadura manteve e ampliou.

Desde seu início o golpe de 1964 correspondeu a uma específica ideia de conciliação nacional e de inserção internacional. De “conciliação” na medida em que articulou a aliança entre vários setores da sociedade — Igreja, militares, empresários e certos grupos políticos — aliança cujo eixo político era o impedimento da realização das reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart, mas também, e principalmente, eixo político que se consolidava contra o progressivo movimento de organização do operariado, do campesinato e de certos segmentos militares (no caso, o movimento dos ‘*praças*’ — movimento que se insurgia contra o privilégio dos oficiais). Tratava-se de impedir o aumento da consciência de classe das classes populares e de sua capacidade de organização, fatores que poderiam levá-las a desencadear mudanças tais que fortalecessem as instituições democráticas, mudanças que pudessem vir a diminuir ou extinguir privilégios históricos, que seus detentores consideravam direito de sangue e, mais ainda, movimento que portava o risco da *revolução* propriamente dita, fosse mediante movimento organizado, fosse por *contágio* por ideias estranhas ao ideário nacional, ou por ambos. Para muitos dos integrantes do grupo que articulou o golpe o que se pretendia era uma intervenção “cirúrgica” e “saneadora”, de curta duração, com o restabelecimento rápido do jogo democrático, particularmente o eleitoral. Entretanto, o golpe não se tramou apenas pelos “nacionais”, nem atendia apenas aos interesses institucionais ou de grupos da

sociedade brasileira, mas também contribuíram com ele os interesses próprios à conjuntura internacional.

Atendendo a tantos interesses, o golpe resultou em um governo cuja forma institucional manteve os militares no centro do poder decisório durante toda a duração da ditadura, e em um projeto político articulado, projeto de evolução para um Estado totalitário já que a abrangência de sua intervenção se pretendia sem limites, de ingerência tanto na vida pública quanto na vida privada de seus cidadãos — se é que esse conceito é adequado para nomear os membros de uma sociedade sob essas condições. Desde a escolha de Castelo Branco como o primeiro presidente militar instituído pelo golpe, já se delineava a perspectiva de poder dos militares. Já estava estabelecida “a combinação de tecnocratas para gerir a economia, militares nas áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação) e magistrados para os ministérios ‘ideológicos’ (justiça e educação)”³. Também foram delineados, nesse mesmo momento inicial, praticamente todos os instrumentos institucionais (de repressão e de censura) que viriam a se ampliar e consolidar a política interna nos anos posteriores. Na política externa, Castelo esteve, desde o início, alinhado aos interesses norte-americanos, por um lado, porque isso era “uma consequência natural da visão geopolítica que alimentava os golpistas militares e civis”⁴ —, e também porque os americanos o haviam apoiado — mas, principalmente, porque “a recuperação do capitalismo brasileiro, na visão dos tecnocratas,

3. NAPOLITANO, M. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2014, p. 73.

4. Idem, p. 73.

passava pelo dinheiro e pelo apoio de Washington”,⁵ o que resultou em alinhamento automático com os EUA.

No contexto da política internacional a ameaça representada pelo comunismo, questão que nos EUA era uma doutrina de exportação, já se anunciava como a futura doutrina do governo militar; aliás, ela será já nomeada como princípio de Segurança Nacional na nova Constituição pós-golpe. O discurso sobre a ameaça comunista tinha larga história junto aos brasileiros e os dispositivos para implantação dessa doutrina havia se consubstanciado, principalmente na Escola das Américas onde muitos daqueles militares haviam sido formados. Por outro lado, a — digamos — *escola francesa* de repressão e tortura se consolidava mundialmente a partir da guerra contra os insurgentes (Argélia, Vietnã) e trazia um substancial reforço por meio do que viria a ser chamado de o “inimigo interno”. Esse suposto conceito pretendia designar aqueles indivíduos e/ou grupos organizados que, no interior da própria sociedade, tramam contra ela, ao pensar para ela um futuro comunista. A partir de 1964, o novo “regime sinalizava que, doravante, o Brasil seria um dos baluartes da contrarrevolução em terras americanas”.⁶

E, decorrente disso, a ideia de “comunista”, um *inimigo interno* a combater, acabou por se destinar a todo aquele — indivíduo(s), grupos e/ou instituições — que questionasse a distribuição de renda que mantinha a desigualdade social e/ou que se opusesse ao regime vigente, reivindicando mudanças políticas democratizantes da sociedade. Eles eram

5. Idem, p. 74.

6. Idem, p. 74.

os “subversivos” e os “terroristas” e deviam ser combatidos, eliminados, mortos... Mas, fundamentalmente, *as pessoas de bem* deveriam mantê-los afastados de seus lares, de seu convívio e, sempre que os reconhecesse — ou supusesse havê-lo reconhecido — deveriam denunciá-los às autoridades.

É minha hipótese que os “subversivos” herdaram, na baixa classe média brasileira, o lugar dos eternos inimigos dos homens de bem da sociedade brasileira: os malandros, os vadios, os baderneiros, enfim, *os bandidos*, lugar por excelência destinado aos *pobres*. Desde sempre *os pobres* ameaçam esse homem de bem com a proximidade de sua presença. Seja porque essa presença mantinha a lembrança da sempre possível queda na pobreza, quase sempre retorno à pobreza, seja porque essa presença ameaçava os valores que sustentavam a vida regrada e obediente daquele homem, trabalhador, cumprimento de seus deveres, de poucos recursos materiais, sem instrução e com pouca educação política. Na medida em que aqueles outros, *os pobres*, se dedicavam à festa ou à luta, frequentemente a ambos, eles punham em questão os valores da obediência e do trabalho, valores associados na experiência brasileira pela legislação trabalhista que protegia alguns direitos, mas que praticamente impedia a associação e ação política dos trabalhadores. Tais antecedentes nunca facilitaram a compreensão abrangente de causas coletivas nem a adesão massiva a projetos de transformação social por parte dos trabalhadores menos especializados, menos instruídos portanto. Penso que é nesse sentido que as reformas de base do governo João Goulart e os movimentos de organização de algumas categorias de trabalhadores, ainda que ações muito incipientes, ameaçaram tão brutalmente as elites do país e as levaram a desencadear o golpe. Ainda que pouco,

ainda que novo, aqueles acontecimentos eram inéditos na História do Brasil, e ameaçavam deixar para trás a cultura daquele homem trabalhador até então predominante, cultura em que prevaleciam os valores próprios ao individualismo. Aquelles movimentos anunciavam a possibilidade de fazer vingar uma cultura de causas coletivas e de movimentos de lutas por aquelas causas. O golpe fez retroceder não só os movimentos, mas principalmente as incipientes mudanças de valores, as que haviam levado a que as classes populares começassem a se organizar.

QUEM QUER SER POBRE?

A imensa desigualdade socioeconômica do país não parou de aumentar durante o regime militar e mesmo com o relativo crescimento econômico ocorrido à época, ela se tornou abissal. O abismo foi construído não apenas pela diferença na quantidade de recursos materiais e bens simbólicos aos quais ricos e pobres podiam ter acesso, mas, principalmente, pela significação que — a partir dessa diferença experienciada como intransponível — ‘ser pobre’ passa a adquirir no âmbito das relações sociais públicas e privadas.

Ser pobre é estar exposto a todos os riscos de privação e à decadência social, é estar sujeito a só poder recorrer aos serviços públicos, principalmente no âmbito da educação e da saúde, serviços historicamente tidos como inevitavelmente ruins ou insuficientes, ou ambos. É estar exposto aos desmandos das autoridades. De quaisquer autoridades. É poder ser preso sem motivo e ser morto em ‘autos de resistência’. É não ter escolha se for parado pela polícia, pelo porteiro, pelo

segurança do *shopping*. *Ser rico* é poder escolher, é poder exercer suas preferências individuais e pagar (caro) por isso. É poder ostentá-las no âmbito público, como marca que garante a exclusividade e, como tal, a diferenciação da pobreza. O que é do âmbito do público é ruim e se destina aos pobres. O que é do âmbito do privado é melhor e deve se destinar somente aos ricos.

Privatizar passa a ser um ideal em todos os âmbitos, para ricos e para pobres. O bem público deixa de entrar em consideração, pelo pobre, pelo povo, e pelas elites, pois a ordem democrática está esquecida.

Em um artigo denominado “A ética democrática e seus inimigos — o lado privado da violência pública”⁷ Jurandir Freire Costa considera que a elite brasileira oferece risco à democracia, sendo sua inimiga, na medida em que exerce uma violência da qual não toma consciência e, portanto, pela qual não se responsabiliza.

Ele propõe que se reconheça que uma das características predominantes das elites brasileiras é o “alheamento em relação ao outro”⁸. Essa característica é própria a uma subjetividade que decorre do modo de vida próprio à elites, modo de vida em que se tornou possível ignorar o outro *quase* completamente, destinando-lhe a indiferença. Nesse sentido, o alheamento se diferencia do ódio, pois enquanto odiado por nós, o outro nos aparece ora como rival ora como figura persecutória, mas de qualquer forma mantém

7. COSTA, J.F. A ética democrática e seus inimigos – o lado privado da violência pública. In: *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 70-93.

8. Idem, p. 80.

seu valor intrínseco de outro em que me reconheço. Ele não é ignorável.

O alheamento, diferentemente do ódio, ao destinar indiferença ou desprezo ao outro, o “desqualifica [o outro] como sujeito moral”,⁹ na medida em que esse outro não é mais visto (mais) como

(...) um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como parceiro na obediência a leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deva ser respeitado em sua integridade física e moral.¹⁰

Nessa posição, é possível não reconhecer desse outro nem seus direitos, nem suas necessidades, nem seu sofrimento e, menos ainda, seus desejos. Aqueles que

(...) estão no topo da hierarquia social não veem os que desprezam como adversários de classe, de interesses ou costumes. Veem neles uma sorte de resíduo social inabsorvível, com o qual se deve aprender a conviver, à condição de poder puni-lo ou controlá-lo em caso de insubordinação.¹¹

A realidade psíquica de indiferença e desprezo, vivida pela elite, faz efeitos materiais na vida desse outro que lhe é exterior, mas por esses efeitos ela não se responsabiliza e também não encontra quem lhes cobre essa responsabilidade. Segundo o autor, as elites brasileiras não mais se preocupam em legitimar os valores de sua visão de mundo frente à sociedade, pois a tomam não só como a única visão de mundo possível, já que, como decorrência do pensamento único,

9. Idem, p. 81.

10. Idem, p. 81.

11. Idem, p. 81.

elas, as elites e sua visão de mundo, não encontram mais oposição e, mais ainda, consideram que sua visão de mundo é definitiva. Correlativamente e portanto, consideram que fazer política é coisa do passado.

Entretanto, se a análise do autor e essa conclusão pareciam plausíveis em 1998/2000, quando a recente queda do muro de Berlim parecia “ter unificado o povo e as elites em torno das ideias neoliberais”,¹² o que transcorreu nesses pouco mais de 15 anos parece ter mudado um pouco a situação no Brasil e no mundo. Seja pela crise de 2008, pelos movimentos de 2013, no mundo e no Brasil, seja também pelas efetivas mudanças sociais desencadeadas e sustentadas pelos vários governos eleitos democraticamente no país nos últimos 25 anos, a primeira coisa que se pode constatar é que as elites políticas, econômicas e sociais do país voltaram a fazer política ativamente. Ainda que, por enquanto, o debate político tenha sido parcialmente substituído pelo insulto — o adversário passa a ser um inimigo — ou que a negociação tenha sido substituída por enquanto, esperemos, pela presença da polícia nas ruas reprimindo as manifestações. Isso em qualquer parte do mundo, não só no Brasil.

As matérias jornalísticas às quais me referi no início deste texto também indicam mudanças, mas elas falam de uma crescente democratização de atributos ou comportamentos que eram antes prerrogativas exclusivas das elites se estendendo para outros setores sociais. Dentre aqueles

12. Idem, p. 83.

comportamentos e prerrogativas, a possibilidade de tematizar a vida privada em veículos públicos e, dessa maneira, formar opiniões e, mais ainda, atualmente, promover movimentos sociais se tornou praticamente universal. Se, historicamente, deter o poder de comunicação social foi prerrogativa das elites, hoje, por meio do Twitter, do Instagram, do Facebook, do WhatsApp, do YouTube, e de outros dispositivos existentes ou por existir, qualquer indivíduo ou grupo pode ganhar visibilidade nas redes sociais. Entretanto, é possível que tais dispositivos mais promovam a privatização da vida pública do que colaborem na formação de opiniões que possam interferir significativamente nos destinos da sociedade. Porém, talvez tenhamos que esperar, por exemplo, os destinos das atuais manifestações de rua assim convocadas, para podermos avaliar tais efeitos. Em relação à atitude de alheamento das elites em relação ao outro que lhe é exterior, talvez possamos dizer que a indiferença cedeu seu lugar ao ódio, o qual se presentifica como modo de tratar, não apenas *os pobres*, mas principalmente, as próprias elites políticas... ou pelo menos, àquelas cujo discurso afirma dar prioridade aos pobres. E, embora o ódio possa ser visto como superior à indiferença, pois ele restitui ao outro seu valor intrínseco de sujeito, também nesse caso o ódio comparece atravessando todos os grupos sociais cujo descontentamento com a própria situação ou a própria situação os ameaça com a perda de *status*, de bens, de valor simbólico subjetivo. Ocasão em que vociferar a própria distância em relação aos pobres parece voltar a se fazer necessário. O que pode dizer não de uma identificação renovada das elites com a sociedade, mas de grupos sociais identificados com aquela elite que, mesmo ultrapassada

pela realidade social e política do país, continua sendo vista e se vendo a si mesma como pertencentes a uma nova comunidade internacional sem restrições nem opositores, sem responsabilidades nem cobranças, comunidade situada em algum lugar indeterminável em um futuro sempre por chegar.

CONCLUINDO O POSSÍVEL

Para fazer um encerramento deste texto, ao menos no que seja possível neste momento, para concluí-lo gostaria de fazer constar que, à medida que escrevi estas pontuações, dei-me conta de que a mudança de rota que o texto sofreu dependeu dos apelos angustiantes da realidade que compartilhamos nestes tempos e do reconhecimento difuso, que após esta escrita se torna mais legível, reconhecimento de que a violência de Estado não apenas produziu violência e deixou restos, mas foi também subsidiada pela violência das elites brasileiras, de triste memória e longa história.

Violência que assumiu, durante a ditadura e nos imediatamente após, quando da vigência do apogeu do pensamento único, a característica de radical indiferença para com os destinos sociopolíticos do país e de seu próprio destino como grupo social. Característica cujo assombroso elemento principal é exercer aquela violência ignorando que o faz.

Corremos o risco de ignorar que, queiramos ou não, as condições políticas e culturais das quais desfrutamos nos inserem como integrantes daquelas elites. Ignorar que fazemos parte dela pode ser perigoso para nós e para a

democracia. Este texto é também uma tentativa de não ficar nessa ignorância.

São Paulo, abril de 2015.

MARIA DE FÁTIMA VICENTE

Psicanalista; Professora e Supervisora do Curso de Psicanálise e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; Diretora da Clínica Psicológica do Sedes (2003-2012); Membro da Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, nos períodos de 2000-2002 e 2007-2012.

FORMAÇÃO DE REDES
DE
REPARAÇÃO PSÍQUICA

Figuras da resistência, o homo sacer brasileiro contemporâneo e a construção do comum

Maria Angela Santa Cruz

A meu pai

A forma mais comum de se referir à ditadura no Brasil, desencadeada pelo golpe militar de 1964, vinha sendo nomeá-la como uma ditadura militar. É intrigante, no entanto, que passados 50 anos do golpe, quase todas as publicações, chamadas nas diferentes mídias, eventos de análise e repúdio, referências sobre o golpe e sobre a ditadura têm incluído o significante *civil* na expressão até então utilizada. O que se passou nestes 50 anos que só agora podemos coletivamente nomear a ditadura pelo seu verdadeiro nome — ditadura civil-militar? Ou, colocada de outra forma a questão: o que se passou para que se excluísse, sistematicamente, da linguagem comum a referência à ditadura brasileira como uma ditadura desencadeada e mantida tanto por militares como pela sociedade civil? E quando se fala em sociedade civil, do que exatamente estamos falando?

Porque o golpe foi exatamente contra a sociedade civil, ou, ao menos, contra a maioria da população que começava

a entrever, no início dos anos 1960, a possibilidade de realização de mudanças substantivas, estruturais, nos modos de vida, de emprego, de uso da terra, de educação, contra um povo que era visto e se via como subdesenvolvido. Foi um momento genético na organização das populações rurais — as ligas camponesas do nordeste —, nos sindicatos de trabalhadores, na educação com Paulo Freire e sua genial pedagogia da vida e do desejo — a Pedagogia do Oprimido —, nas escolas experimentais, nos movimentos das comunidades eclesiais de base, no movimento estudantil. No Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, o então presidente João Goulart afirma publicamente seu compromisso com as reformas estruturais, as então chamadas reformas de base — reforma agrária, tributária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral —, com a modificação dos padrões de produção no campo, com mudanças na constituição de 1946, afirma, enfim, o compromisso com a imensa maioria da população — à época predominantemente rural — que vivia em condições de miséria, propondo com isso a ampliação da democratização dos direitos.

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.

Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros.

É apenas de lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional.¹

Mas foi exatamente, cada vez mais o sabemos, uma minoria da sociedade civil — a elite econômica brasileira — que arquitetou o golpe, justamente porque não queria que seus privilégios tivessem fim. Como diz Plínio de Arruda Sampaio em entrevista a Flávio Tavares,² a própria Câmara de Deputados era composta em sua maioria — 80% — “por fazendeiros, ou filhos de fazendeiros ou genros de fazendeiros”. No mesmo documentário desvela-se manobra da CIA, através de um *cover*, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática — IBAD —, que financiava campanhas de candidatos a deputado federal, estadual, governadores, grande imprensa, na orquestração da derrubada de João Goulart.³ Articulada e sustentada pelos interesses dos EUA em manter-se como hegemônico no lado ocidental do globo em tempos de Guerra Fria, por um lado, e aliançada com as correntes majoritárias das Forças Armadas, multinacionais, grandes empresários, latifundiários e banqueiros brasileiros, extraiu da força multitudinária viva e pujante do início dos anos 1960 a configuração destrutiva e mortífera que vivemos durante longos 21 anos — nossos anos de inverno.

Existia um senhor chamado Fidel Castro, que estava no poder em Cuba. E no Brasil, no início dos anos 60, existia muita confusão

-
1. Presidente João Goulart, discurso no Comício da Central do Brasil, em 13 mar. 1964.
 2. TAVARES, C. *O dia que durou 21 anos*. Documentário. Dir. e roteiro: Camilo Tavares. Entrevistas: Flávio Tavares. São Paulo: Pequi Filmes, 2012.
 3. Idem.

política. E tínhamos medo de que essas confusões se espalhassem e virassem uma coisa contagiosa. Formou-se um grupo de empresários para poder, então, estruturar uma reação à implantação da república socialista do seu Jango Goulart.⁴

Medo do contágio. O capitalismo sempre soube se apropriar da potência do contágio das multidões para utilizá-las em sua sustentação e expansão.

Contagiantes são as primeiras páginas dos jornais de 20 mar. 1964 (*Folha de S. Paulo*), que impuseram imagens impressionantes da mobilização de meio milhão de pessoas reunidas na Praça da Sé, em São Paulo, momento final da Marcha da Família com Deus, pela Liberdade. Reação orquestrada pelas forças conservadoras — deputados, empresários, suas mulheres, que reproduziam o discurso do fantasma do comunismo para as mulheres de seus empregados — e foram essas imagens pujantes publicadas pelo *Almanaque Brasil*, que entraram nas casas das famílias das classes médias brasileiras. Uma delas faz parte de meu acervo de memórias de infância/pré-adolescência. Na capa do primeiro número pós-golpe da revista *Seleções* — a sucursal americana nos lares brasileiros por décadas —, vibrava a foto da multidão da Marcha da Família. Seu cabeçalho dizia: *Um povo que fez sua revolução*.

Nem Goebbels poderia imaginar um plano tão perfeito para conseguir a adesão maciça da população ao golpe, em pele de revolução. Enquanto isso, enquanto a marcha contra

4. Peter Vos, do consulado dos EUA — fragmento do depoimento para o Documentário *Cidadão Boilensen*. A citação foi extraída de sinopse de Flávia Santana.

o fantasma do comunismo e em defesa dos valores cristãos, da família e da propriedade seguia seu curso pré-programado, a operação *Brother Sam*⁵ autorizava que a Força Naval norte-americana enviasse quatro navios torpedeiros, dois navios de escolta, uma frota de petroleiros americanos e um porta-aviões, ao porto de Santos. Estes aguardavam o sinal para entrar em ação, caso houvesse reação do governo, legalmente constituído, ao golpe encabeçado pelas tropas do General Olympio Mourão Filho em 31 de março de 1964, amanhecendo o dia 1º de abril de 1964.⁶

E aqui já podemos pensar em um primeiro efeito do golpe sobre a produção das subjetividades brasileiras: o povo, mais uma vez na história do Brasil, foi feito de objeto de engodo, de manipulação, massa de manobra para a legitimação de um golpe contra si mesmo. Acabou aceitando e, de alguma forma legitimando, ao menos no início, um regime que praticamente extinguiu as riquíssimas sendas abertas no campo da educação, da saúde, da politização, do caldeirão social de produção de uma lógica de cidadania que só voltaria ao cenário brasileiro com a chamada constituição cidadã de 1988 — 24 anos depois. E o que acontece com um povo que é sistematicamente colocado à margem de si mesmo? Com um povo para o qual se forja uma inconsciência ativa de suas determinações político-existenciais, produzindo uma voluntária servidão? Com um povo para o qual se construíram novos e “terríveis” inimigos, oriundos de seu próprio seio?

5. TAVARES, C. *O dia que durou 21 anos*. Documentário.

6. Idem.

Originários de diferentes segmentos e classes sociais — trabalhadores rurais, operários, estudantes, profissionais, intelectuais, políticos, artistas —, compondo uma diversidade de formas de encarnar a resistência à ditadura, esses combatentes foram aprisionados nas categorias de subversivos, ou terroristas, transformados no *homosacer*⁷ brasileiro. Ou seja, pessoas matáveis não por uma decisão plebiscitária, coletiva, mas por uma construção ativa, insidiosa e sistemática feita habilmente pelos donos da “boa consciência” associados à grande imprensa, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, importada dos EUA, e que previa a eliminação de

7. Na esteira das pesquisas e formulações de Foucault sobre as tecnologias de poder nas sociedades disciplinares modernas, sintetizadas no conceito de biopolítica, Giorgio Agamben resgata o conceito de *homo sacer* do direito romano arcaico: vida matável e não sacrificável. No livro *O poder soberano e a vida nua I*, p. 196, Agamben o problematiza de modo a fazer emergir sua origem histórica como ponto de incidência do poder soberano, como vida nua, zoé, afirmando que a vida já fizera sua entrada no político a partir mesmo do surgimento do poder soberano, em seu caráter de exceção. Dessa forma, além de assumir a tese foucaultiana sobre a entrada do bios nas equações do poder — que inauguraria o poder disciplinar como característico das sociedades ocidentais modernas — Agamben reafirma as teses foucaultianas da coexistência do poder soberano e do poder disciplinar na modernidade. No entanto, radicaliza tais teses, afirmando que o estado de exceção, e com ele o poder soberano, dos quais o campo de concentração seria o paradigma, estariam em uma íntima solidariedade com a democracia (p. 17). O caso brasileiro faz chegar ao paroxismo a coexistência das fórmulas foucaultianas — Fazer viver ou deixar morrer (sociedades disciplinares) e Fazer morrer ou deixar viver (sociedades de soberania), como veremos a seguir. “Homem sacro é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribunícia se adverte que ‘se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será condenado homicida.’ Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro.” (p. 186).

qualquer um que pudesse causar conflitos ou dissidências em uma sociedade que se pretendia harmonicamente funcional dentro de um estado liberal, harmonia garantida por fuzis e paus de arara.⁸

FIGURAS DA RESISTÊNCIA

Dos anos 1990 até meados dos anos 2000, tive a honra de fazer parte da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Atendia em São Paulo ex-presos políticos e familiares, atendimentos financiados pela Comunidade Europeia e pela ONU, a partir de projetos elaborados pelo GTNM/RJ. Os efeitos desse trabalho ainda hoje estão presentes em minha prática clínica de cada dia. É sempre necessário lembrar o quanto a tortura pode ser devastadora na vida, no corpo, na “alma” de uma pessoa. E, talvez, o primeiro ato analítico desenlouquecedor para aqueles que sobreviveram à tortura tenha sido poder oferecer um espaço-tempo de escuta e cuidado, bancado por uma associação de reconhecimento internacional — primeiro passo para a saída da clausura asfixiante da condição de sobrevivente naquele momento. Ter as condições sociopolíticas de fazer um reconhecimento coletivo explícito de seu valor como combatente, através do pagamento de um processo psicanalítico, fazia então o efeito oposto ao desmentido do trauma ferencziano: o acolhimento

8. Para um melhor entendimento desta Doutrina, consultar Blog do Emir, disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>>.

do traumático tem a potência de operar o início de uma inclusão necessária de um vivido da ordem do horror; nessa operação, desperta-se toda a força viva de se saber participante de um movimento de resistência ao totalitarismo.⁹

Dentre os percursos analíticos que pude acompanhar, gostaria de ressaltar um processo subjetivo daqueles que sobreviveram à tortura. Saídas da casa dos horrores, a vivência de aniquilamento subjetivo fazia com que essas pessoas vagassem pelo mundo tal qual almas penadas — nem vivos, nem mortos. Tal condição era ainda mais intensificada pelo estranho pacto de silêncio que parecia haver, inclusive entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre companheiros, sobre a violência da experiência da tortura. Junte-se a isso o fato de que muitos que saíram vivos dos porões da ditadura encontravam-se com um panorama desolador: a notícia de amigos e companheiros mortos pela repressão, partidos dizimados, o movimento de resistência paralisado. À medida que se conseguia retomar alguma coisa que pudesse se assemelhar a uma vida — trabalho, amizades, relações familiares, dificilmente lazer — a vivência no mundo dos *homens comuns* parecia ser ainda mais estranha. O que poderia haver de comum entre um sobrevivente da tortura e a maioria da população brasileira que pouco a pouco ia se *esquecendo* de que vivia sob uma ditadura?

9. Nesse sentido, o projeto Clínicas do Testemunho, do Ministério da Justiça, já tem a seu favor o fato de ser o Estado brasileiro que faz um reconhecimento público da violência perpetrada pelo próprio Estado contra seus cidadãos guerreiros, os filhos que não fogem à luta. Através da proposta de criação de espaços coletivos de circulação e de elaboração de um traumático produzido por forças de ordem política, faz-se um investimento ativo e um reconhecimento de um sofrimento que não pode ser vivido privadamente.

A emergência de novos movimentos de resistência a partir de meados da década de 1970, ganhando força e expressão nacionais na década de 1980, certamente propiciou uma mudança subjetiva e a possibilidade de construção de novos territórios, afetados que fomos pelo novo campo de forças que se compunha. Momento genético, a atualização das forças de resistência se fez em vários campos: o movimento pela Anistia, o movimento pela Reforma Sanitária — que culminou no SUS —, o movimento pela Reforma Psiquiátrica — que culminou nas atuais Políticas de Saúde Mental antimanicomiais, consolidadas em políticas de Estado —, os movimentos sindicais — que resultaram na construção do PT. Todos estes engrossaram e confluíram no movimento pelas eleições diretas — Movimento das Diretas Já! — incluindo uma pluralidade de atores sociais e produzindo novas modulações subjetivas. Ainda assim, ainda que um certo entusiasmo tivesse colorido o horizonte, a vivência psíquica de isolamento e de um profundo desalento perdurava em muitos desses sobreviventes. À época construí a imagem de uma bolha, como se cada um tivesse sido enclausurado em um tipo de bolha específico, com contornos e características próprias, mas todas estampando o mesmo certificado de fabricação: o poder soberano do regime de exceção transformando a vida em vida nua — zoé —, vida matável,¹⁰ a biopolítica radicalizada em tanatopolítica.¹¹ Corpo objeto

10. AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*.

11. Idem.

da crueldade do mal, legitimado pela banalidade do mal¹² — o cumprimento de ordens.¹³ A irrupção do real da dor, sem intermediações, a máxima impotência e desamparo dissolvendo os contornos subjetivos, produziu diferentes efeitos e estratégias de resistência psíquica para poder sobreviver; a partir daí, no entanto, é como se a vida entrasse em um constante estado de torpor onírico, de pesadelo.

Como retomar a vida viva? A vida de vigília compartilhada e compartilhável? Romper o pacto de silêncio, transformar a culpa e a vergonha de ter sobrevivido enquanto tantos outros foram mortos ou “desaparecidos” foram alguns dos desafios que teceram os processos das análises que pude acompanhar.

Existe um irreduzível desse traumático violento, no entanto, que sobra. Talvez seja impossível não sobrar. O que resta processar? E como se faria esse processamento?

O HOMO SACER ATUAL DA “DEMOCRACIA” BRASILEIRA

Ainda que a constituição de 1988, conquista fundamental no processo de democratização do Brasil, tenha vindo para substituir a lógica dos privilégios, propondo outra

12. ARENDT, H. apud Costa, J.F. Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela. In: ARAGÃO, L. T. et al. *Clínica do Social – ensaios*. São Paulo: Êscuta, 1991.

13. Em declaração prestada à Comissão Nacional da Verdade, tal como Eichman, Paulo Malhães se orgulha em dizer: “Acho que cumpri meu dever”. E, ainda, em resposta à pergunta do entrevistador José Carlos Dias sobre o número de pessoas que teria matado, Paulo Malhães responde: “Tantas quantas foram necessárias”.

lógica para a sociedade brasileira — a lógica dos direitos —, passados 50 anos do golpe militar e 29 da reinstauração do regime democrático, sabemos o quão distante estamos de um funcionamento jurídico, político, econômico e social ancorado nas diretrizes dos direitos de cidadania.

O estado de exceção¹⁴ continua existindo para grande parte da população brasileira, particularmente para a população jovem das periferias, principalmente negra. Segundo dados do Mapa da violência,¹⁵ as maiores taxas de homicídio são encontradas na população jovem e negra: de 2002 a 2012 há um crescimento de 32,4% de jovens negros assassinados, enquanto a taxa de homicídio entre os jovens brancos cai 32,3%. Violência seletiva.

Assim como seletiva foi a violência sistemática praticada nos manicômios. *O Holocausto brasileiro*¹⁶ denuncia a morte de pelo menos 60 mil pessoas ao longo do século XX no hospício de Barbacena, genocídio cometido pelo Estado Brasileiro de pessoas internadas à força, com ou sem histórico de transtornos psiquiátricos — “epilépticos, alcoólatras, homossexuais, prostitutas, meninas grávidas pelos patrões, mulheres confinadas pelos maridos, moças que haviam perdido a virgindade antes do casamento”.¹⁷

Seletiva também continua sendo a violência praticada nas prisões, nas unidades de internação de jovens infratores,

14. AGAMBEN, G. *Estado de excepción*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2003.

15. WAISELFISZ, J. J. O mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/mapa2014_jovens_sumario%20executivo.pdf>.

16. ARBEX, D. *O holocausto brasileiro*.

17. Idem.

com todo o *know-how* sobre torturas herdado da ditadura civil-militar. Afinal, nossa Polícia Militar, criada nos tempos da ditadura, continua funcionando na lógica da Doutrina da Segurança Nacional, defendendo o Estado contra qualquer cidadão que seja identificado por ela como *inimigo*.

O critério de seleção: a violência é cometida majoritariamente contra a população pobre, sem poder contratual, como diria Basaglia.¹⁸

Mas talvez uma das formas de violência mais efetiva, porque mais insidiosa, mais uma herança da ditadura civil-militar, vem sendo o genocídio sistemático praticado contra o pensamento, prática exercida tanto nos meios de comunicação de massa hegemônicos como nas escolas públicas. O golpe de 64 foi um duro golpe também para um movimento por uma educação pública, universal, de qualidade teórica, ética e política. Comparado a muitos países latino-americanos, nosso povo é um dos mais despolitizados. Ou seja, houve, a partir do golpe, um investimento ativo na manutenção de um padrão ínfimo de escolarização despolitizante de nosso povo, investimento este que ainda não se reverteu nestes anos de democracia.

Em São Paulo, esse quadro é trágico. Carlos¹⁹ é um jovem da periferia de São Paulo, negro, que, assim como muitos que chegam ao serviço da Clínica do Sedes,²⁰ não sabe ler nem escrever aos 17 anos de idade, tendo cursado a escola regular, pública, durante todos os anos de escolarização. Esperto, consegue driblar publicamente sua profunda ver-

18. BASAGLIA, F. *As instituições negadas*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

19. Os nomes são fictícios.

20. Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

gonha de ser analfabeto. Como tantos outros jovens, principalmente das classes populares, busca reconhecimento e valorização através da roupa e adereços de marca. Como tantos outros jovens, se diverte dando seus *rolezinhos* de moto em seu bairro. Prática comum entre os jovens da periferia, pilotar uma moto provavelmente lhes traga uma sensação de potência, tão minada por sua condição de excluídos dos direitos básicos de cidadania. Impotência e onipotência: gangorra subjetiva que o coloca em muitas situações-limite, material de trabalho em seu processo terapêutico em grupo de adolescentes. Mas Carlos tem vontade de aprender. Carlos tem vontade de sair de sua condição envergonhada e dolorosamente dependente. Depois de uma articulação com recursos internos e externos à Clínica, na perspectiva da Clínica Ampliada, Carlos pôde conquistar a competência para a leitura. Mas sua trajetória adolescente, assim como de tantos outros, foi marcada por dois episódios de violência policial: em abordagem na rua, foi barbaramente espancado pelos policiais. Sobreviveu por milagre. Na segunda vez, conduzido a uma unidade da Fundação Casa, foi *aconselhado* pelo *staff* jurídico de plantão a admitir o suposto delito que teria cometido — quebrar vidro de um carro — com o argumento de que assim ele poderia ser liberado no mesmo dia; caso contrário, teria que passar 15 dias na Fundação até que o juiz desse um parecer. Saiu sob LA — Liberdade Assistida — que vem sendo usada por policiais como senha para a continuidade da teia perversa de violência em que tantos jovens acabam enredados. Como mais uma estratégia clínica, na perspectiva da Clínica ampliada, conseguimos um encontro com uma defensora pública, que confirmou essas práticas jurídico-policiais contra os jovens de periferia. Mas nem mesmo ela, já

tristemente habituada com essa trama da violência, pôde dar um encaminhamento mais alentador para a situação. Desamparo civil alimentando o desamparo subjetivo.

E a sociedade diante desse quadro perverso? Luiz, também negro, outro jovem atendido pelo NURAAJ,²¹ desenhou a posição em que a sociedade coloca os jovens de periferia: no canto superior direito de uma folha, desenha um *tribunal* nomeado como *os bons*; no canto inferior esquerdo, desenha uma sepultura; no centro da folha, desenha a si mesmo de chifres, arma na cintura, dedo médio em riste; entre ele e *os bons*, um traço indicando 20 km de distância. Esta vem sendo uma construção social de décadas: a demonização e criminalização dos jovens de periferia os colocam como os novos *inimigos* sociais, alguns dos atuais *homines sacri* brasileiros, vidas matáveis. Afinal, como disse sem nenhum pudor uma mulher de classe média alta, em uma situação social cotidiana, em 2013, à época da suposta segunda onda de ataques do PCC em São Paulo: “Dizem que para cada policial morto, a polícia mata 10 bandidos. Devia matar 20!”

Como parecem ser matáveis também, em lento processo de dessubjetivação e reconstrução de subjetividades assujeitadas, despotencializadas, idiotizadas, as vidas de tantos que o Estado, desde a ditadura, confinou nos ma-

21. NURAAJ – Núcleo de Referência em Atenção à Adolescência e à Juventude da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. Instituído como Núcleo de Referência a partir de 2011, mas existindo como Projeto de Atenção à Adolescência e à Juventude desde 2004, estes 10 anos de trabalho clínico-institucional vêm sendo um tempo fértil de criação, de experimentação e de intervenção no campo da adolescência e da juventude, na perspectiva da clínica ampliada.

nicômios — o poder soberano em suas diferentes formas. Apesar do vigoroso movimento pela Reforma Psiquiátrica, em curso desde meados da década de 1970, que conseguiu fechar manicômios e propor como política pública de saúde mental uma rede de serviços substitutiva, de base territorial, ainda neste ano de 2014 esta outra forma de violência seletiva continua determinando os destinos de tantos sujeitos e de suas famílias. João,²² um dentre cinco filhos de uma família de baixa renda, sem diagnóstico, foi internado no Hospital Vera Cruz de Sorocaba aos 14 anos de idade, em 1981, ainda nos anos da ditadura. Vítima de erros médicos sucessivos desde quando era bebê, João ficara com sequelas motoras, possivelmente cognitivas, e mais resistente à obediência. Em busca de um tratamento para seu filho, a mãe de João o interna nesse Hospital, por orientação do *staff* da então FEBEM,²³ onde fora procurar ajuda. Em todo o tempo em que ficou internado — 33 anos! — sua família o visitava e insistia em trazê-lo de volta. A todos esses pedidos, quando conseguiam falar com o médico responsável — o único profissional com poder de lhe dar alta — recebiam a mesma resposta: que o melhor lugar para ele era no hospital, onde teria tratamento, e que ele não teria condição de convívio familiar. Tratamento? Medicação de contenção, quando ficava *agitado*. Perdendo progressivamente a saúde, os dentes, hábitos de higiene pessoal, o pouco de lucidez que talvez tivesse, João morre no hospital, de causas não

22. Nome fictício.

23. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

esclarecidas, aos 47 anos de idade, em janeiro de 2014!²⁴ Com tanto tempo internado — praticamente toda sua vida — não teve tempo de se beneficiar da recente intervenção feita pelo Ministério da Saúde neste que, como tantos outros hospitais quase inexpugnáveis da região de Sorocaba, continuam alimentando a chamada “indústria da loucura”.²⁵

O que restou para a família? A imobilidade e a impotência da culpa privatizada. Exceção feita a um de seus membros, de outra geração, que com a persistência e obstinação dos resistentes enfrentou esse lento “assassinato legalizado” com as armas proibidas e coibidas pela ditadura: o pensamento, o acesso à informação e à cultura, e a fala.

Carlos, Luiz e João. Diferentes *casos* de razões públicas produtoras de sofrimentos privados, parafraseando Jurandir Freire Costa.²⁶ Configurações subjetivas não diretamente herdeiras dos efeitos da ditadura, mas herdeiras do que a ditadura nos legou: o adiamento, a morosidade e as dificuldades políticas, econômicas, sociais, culturais, subjetivas, da construção de um país que garanta os direitos de cidadania básicos para seu povo, através de instituições democráticas. Como afirma

24. CARDEAL, A. A voz de uma experiência: um caso de família. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Psicopatologia e Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. USP/SP.

25. MONCAU, G. Indústria da loucura impede avanços. *Caros Amigos*. 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/2892-industria-da-loucura-impede-avancos>>. Para uma melhor compreensão desse processo de privatização dos hospitais psiquiátricos, que tornou a loucura um negócio lucrativo para os donos de hospital, processo que teve seu apogeu no período da ditadura civil-militar, consultar P. Amarante, P. *Loucos pela vida – A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

26. COSTA, J. F. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Plínio de Arruda Sampaio em sua entrevista para o imperdível documentário *O dia que durou 21 anos*: “O país, nos anos 60, toma consciência da necessidade de dar um passo, um passo na direção da democracia e da nação” (transcrição livre). A truculência do impedimento desse passo, feita pela ditadura, adiou o exercício de nosso caminhar autônomo.

Mas engana-se quem pensa que os efeitos da ditadura civil-militar modelaram apenas as subjetividades dos ditos excluídos, ou dos chamados *inimigos* do Estado de ontem — os subversivos, os terroristas — ou de hoje — os jovens das periferias, os chamados *delinquentes* ou, mais recentemente, *vândalos* pela mídia.

Na prática clínica, seja de consultório, seja na clínica dita institucional, há um fenômeno recorrente que se presentifica a cada recepção de pais que buscam psicoterapia para seus filhos — crianças ou adolescentes: a frequência com que deparamos não com um pedido de ajuda para um possível sofrimento psíquico, subjetivo, mas com um pedido de *conserto*, de *normalização* e consequente retomada do controle da vida dos filhos pelos pais ou responsáveis.

Certamente este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Afinal, Foucault há tempos indicou como as sociedades ocidentais modernas operam através de um regime específico de poder — o poder disciplinar e o biopoder — em que é a própria vida que entrou nas equações do poder. Nesse novo regime, articulados sob a designação de biopolítica, todas as chamadas ciências da vida e as ciências humanas são convocadas a serem instrumentas de normalização social. O fenômeno da medicalização social — a redução de questões complexas a um problema médico — nessa perspectiva, não é novo. Vem construindo novas e mais *eficientes* estratégias de

controle na configuração contemporânea da sociedade como Sociedade de Controle, estratégia de poder que seria, segundo Deleuze,²⁷ a intensificação das estratégias das sociedades disciplinares. A Psicologia e a Psicanálise não são exceção. A nós é, frequentemente, endereçado um pedido de adaptação, coerente com nosso mandato social de *guardiães da ordem*.²⁸ E é aqui que se coloca vigorosamente em questão nossas opções clínico-ético-políticas. A quem respondemos? A que respondemos? Para que respondemos o quê?

E o que há de comum também, nesses pedidos, é o lugar ocupado por essas crianças e adolescentes, principalmente do sexo masculino, na dinâmica familiar, principalmente na economia desejanje materna: filho-falo, na melhor tradição freudiana. Junte-se a isso, e talvez parte do mesmo tipo de configuração edipiana, a desautorização do pai, sua desvalorização, seu enfraquecimento pela figura materna e teremos aí um quadro bastante comum e preocupante: mulheres-mães tiranas, pais impotentes, filhos agitados como estratégia de lidar com a angústia que lhes sobra, sem referências de identificação confiáveis. Ainda que esta configuração atravesse as diferentes classes sociais, sua presentificação nas famílias de classe média alta é particularmente perturbadora. Nossa hipótese é que, uma vez desinvestido o espaço público, espaço em que habitam as questões do comum — questões de cidadania, de mobilidade urbana, da educação pública, da vida das crianças e dos jovens, da saúde pública, da cidade, da produção dese-

27. DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

28. COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da Ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

jante comum — restringindo-se e confinando as vidas a um modo de viver individualista e isolado, enclausura-se a vida de tal forma que sobram poucos objetos de investimento libidinal no horizonte do vivível. Freud também já nos indicara esse caminho da pulsionalidade humana: a pulsão é contingente, e vai fazer conexões a depender dos objetos ofertados por esta ou aquela cultura, ou, spinosianamente falando, a depender das afecções dos encontros de corpos.

Outro tipo de bolha. Desta vez com o certificado de fabricação dos muros do condomínio ou do *shopping center*. Há pouco mundo. Falta mundo, tanto para os adolescentes como para suas famílias. Um adolescente de um de nossos grupos terapêuticos, de classe média, perguntava curioso a seu colega de grupo, de classe popular: “O que é uma van?” De uma posição quase inversa na cartografia da cidade, uma adolescente de outro grupo dizia como a cidade aparecia diferente a depender da posição desde a qual se a olhava: através dos vidros do carro era uma cidade, através dos vidros do ônibus era outra.

Mas, para abrir-se para o comum, deixar-se afetar pelo comum, deixar-se contagiar e assim partilhar da potência constituinte da multidão,²⁹ há que se romper com a lógica tão arraigada em nossa sociedade brasileira que é a lógica das pessoas, dos medalhões, do “você sabe com quem está falando?”³⁰

29. NEGRI, A. *O Poder Constituinte – ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

30. DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

E este pode ser um dos vários aprendizados possíveis com a experiência dos movimentos de junho de 2013. Acompanhando Pelbart em seu belíssimo artigo na *Folha de S. Paulo* de 19 de julho de 2013,³¹ ele argutamente entendeu que só uma resposta como a de Odisseu pode nos tirar a todos da caverna do cíclope, da bolha. À pergunta sobre a identidade de uma integrante do Movimento Passe Livre, esta teria respondido: “Anota aí, eu sou ninguém”. Resposta que confirma, segundo Pelbart, “a importância de uma certa dessubjetivação para o exercício contemporâneo da política”, na esteira da afirmação de Agamben de que “os poderes não sabem o que fazer com a *singularidade qualquer*”.

E para o fantasma do comunismo, aquele mesmo que atrasou em 21 anos a construção dos caminhos deste país, as palavras de Peter Pál Pelbart podem servir como bússola e como intervenção:

Tornar cada vez mais comum o que é comum — outrora chamaram isso de comunismo. Um comunismo do desejo. A expressão soa hoje como um atentado ao pudor. Mas é a expropriação do comum pelos mecanismos de poder que ataca e depaupera capilarmente aquilo que é a fonte e a matéria mesma do contemporâneo — a vida (em) comum.³²

REFERÊNCIAS

CORONEL Paulo Malhães, ex-agente do CIE. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>.

31. PELBART, P. P. Anota aí: eu sou ninguém. *Folha de S. Paulo*. Tendências e debates, 19 jul.2013.

32. Idem.

FERENCZI, S. *Obras Completas – Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOULART, J. (1964). Comício da Central do Brasil. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj46.htm>>; <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1964/03/20/2/>>; <<http://www.almanaquebrasil.com.br/curiosidades-politica/9132-em-nome-de-deus-marcha-ajudou-a-instituir-a-ditadura.html>>; <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>.

PROGRAMA Conexão Repórter sobre o Hospital Vera Cruz de Sorocaba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kk98vfznRto>>.

SANTANA, F. (2014). Resenha de *Cidadão Boilesen* – documentário (2009). Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/9.perseuespecial.santana.pdf>>.

UNIVESPTV – 50 anos depois do golpe. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NYytaJ-yOQQ>>.

São Paulo, julho de 2014.

MARIA ANGELA SANTA CRUZ

Psicóloga; Psicanalista; Analista institucional; Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Comitê Gestor da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae.

Um processo de formação universitária na época da ditadura: alternativas às práticas oficiais

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa

Realizou-se, em São Paulo, no período de 19 a 23/11/2014, o IV Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão, que teve como diretriz a discussão dos impactos da Psicologia na sociedade brasileira: a política da ciência e da profissão. A diretoria do Instituto “Sedes Sapientiae”, entendendo ser esta temática parte significativa das marcas de sua história, na luta pela defesa dos Direitos Humanos e liberdade de pensamento, respondeu de imediato ao convite dos organizadores do Congresso, estabelecendo uma parceria de participação que resultou na presença ativa em várias mesas, conferências e discussões abertas. O texto que se segue, fez parte de uma das apresentações realizadas em função dessa parceria e se refere a um percurso de formação (1970-1974), realizado nesta instituição, na época da ditadura. Sendo um relato pessoal, tem função de testemunho.

Esse período foi marcado pela violência da tentativa de controle do pensamento e das manifestações coletivas, mas também pela construção de processos de resistência. Interessa-me pensar os efeitos que isso teve sobre essa geração e os caminhos seguidos no sentido de transformar o que ficava à margem, considerado alternativo, como práticas possíveis de serem reconhecidas e coletivizadas. Contribuí, também, para a sustentação dessas propostas alternativas, o fato de que a última turma do curso de Psicologia da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” — que a partir de 1975 deu origem ao Instituto Sedes Sapientiae — teve autonomia para propor mudanças no currículo e organizar modalidades criativas de uso do espaço universitário.

Minha decisão de retomar esse percurso, ligou-se ao tema deste Congresso: “Os impactos da psicologia na sociedade brasileira: a política da ciência e da profissão”. Foi a palavra “política” que incitou meu desejo de partilhar o que foram, num momento histórico singular, os impactos da política no processo de formação tanto profissional quanto pessoal e o compromisso social com a realidade daquele momento.

Vou me situar no período de 1970 a 1974 (anos da última turma dessa faculdade), considerado “os anos negros da ditadura”, estando na presidência o general Emílio Garrastazu Médici. É época em que os movimentos estudantis e sindicais estavam fortemente controlados pela repressão policial. “Brasil – ame-o ou deixe-o” foi o tema musical do governo Médici (1969-1974) e a resposta que logo se seguiu foi: “o último que sair apague a luz”; o humor fazendo contraponto, na marginalidade, à violência do Estado da mesma forma que uma série de jornais alternativos que foram fortemente reprimidos. A figura de Henfil, seus personagens, suas cartas

à mãe, a revista *Fradim*, os jornais *Em tempo*, *O Movimento*, *Opinião*, *Pasquim*, são símbolos dessa resistência.

A outra razão para esta apresentação, intimamente ligada à primeira, refere-se ao grande tema deste ano: os 50 anos de implantação do regime ditatorial no Brasil e a celebração — controversa — dos 35 anos da Lei da Anistia. Momento, então, que deve ser lembrado e analisado para que não volte mais a acontecer e para que a justiça plena possa ser implementada. Não deixa de ser preocupante que, depois das eleições recentes haja manifestações, como a ocorrida na av. Paulista, em São Paulo, no dia 1/11/2014, questionando a reeleição da presidenta e pedindo intervenção militar; como se os que fazem esse pedido não pudessem se dar conta da violência vivida no país durante o golpe militar.

É bem verdade que seria mais interessante celebrar os poemas de Thiago de Mello, poeta e diplomata amazonense, que escreveu, no Chile, em abril de 1964, “Os Estatutos do Homem”, e a que ele deu o subtítulo de Ato Institucional Permanente em oposição ao primeiro Ato Institucional da ditadura implantada no país.

Esse Primeiro Ato Institucional, decretado em 9 de abril de 1964, proclamava um regime de exceção legitimado em uma situação de emergência e dotado de *força de lei* revolucionária, “de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna”¹ e estabelecia, entre

1. Para uma análise mais detalhada, veja-se o texto de Edson Teles: “Entre justiça e violência: Estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul”. In: TELES, E. e Safatle, W. (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 300.

outras medidas, a suspensão dos direitos políticos de todos que eram considerados como ameaça ao novo regime, seguindo-se a partir daí as cassações, prisões, exonerações e expulsões do país. Foi esse ato que deu origem, em 1967, à Lei de Segurança Nacional² que “justificaria” as torturas e perseguições da ditadura e implementaria a instauração de uma “Cultura do medo” — medo à circulação da palavra, às leituras proibidas, às reuniões, às manifestações públicas” — medo que permanece vigente entre nós (veja-se o medo de transitar em certas regiões da cidade — periferias, favelas, cracolândia, como justificativa para ações repressivas e intervencionistas por parte do Estado).

É terrível a forma pela qual esse ato “legitimou” as ações que se seguiram, chamando o que foi o Golpe contra a Democracia, recém-instalada entre nós (1945-1964), de Revolução vitoriosa e com Poder Constituinte:

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação. *A revolução vitoriosa* se investe no exercício do *Poder Constituinte*. Este se manifesta pela eleição popular ou pela

2. Em análise recente (2012), feita no livro *Multidão*, Antonio Negri e Michael Hardt, assinalam o risco de se substituir a função de defesa pela de Segurança Nacional: “A segurança exige que se esteja constante e ativamente condicionando o ambiente através de ações militares e/ou policiais” (p. 43). Essa transformação, mantém a vigência dos estados de exceção e o exercício impune da perseguição, exclusão e tortura usado em nome da prevenção da ordem contra os que são nomeados, por esse mesmo poder, como inimigos, subversivos, insurgentes, estrangeiros, terroristas ou, mais genericamente, representantes do mal. Ora, essa “transformação” gera um paradoxo, pois, não se pode falar de segurança onde não há respeito aos Direitos Humanos.

revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, *a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma* (grifos meus).

Entre 1964 e 1969 foram decretados 17 atos institucionais. O mais violento foi o AI-5, assinado em 13 de dezembro de 1968, que ampliava os poderes de exceção, autorizando o presidente a decretar Estado de Sítio e fechar o Congresso Nacional, eliminando vários direitos civis e políticos, entre eles o *habeas corpus* e que, instituiu, dessa forma, o poder do Estado de não prestar conta dos corpos sob seu poder e o destino dos mesmos; é esse precedente que faz surgir no campo político, a figura dos *desaparecidos*, figura que acarreta o aniquilamento da existência desses sujeitos e o apagamento de sua história e de suas lutas.³ Em 14 de outubro de 1969, o AI-14, instituiu a pena de morte. As polícias militares saíram dos quartéis, substituíram as Guardas Civis, que deixaram de existir, e passaram a fazer o policiamento ostensivo das ruas e a se responsabilizar pela manutenção da ordem pública. Esses “poderes” só foram extintos em 1978.

O poema de Thiago de Mello foi um dos primeiros manifestos públicos contra a ditadura e escreveu-o no exílio, no Chile, assim que soube do que ocorria no Brasil. Seu poema surge, então, como resposta criativa de resistência à violência do ataque ao direito de expressão. É importante frisar que o

3. Um ato de resistência significativo foi feito pelo *Jornal do Brasil*, no dia seguinte à promulgação do AI-5: na primeira página onde costumava anunciar a previsão do tempo, surgiu uma informação surpreendente: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável O país está sendo varrido por fortes ventos. Max. 38 graus em Brasília. Min. 5 graus nas Laranjeiras.”

uso da força militar e de suas alianças civis, apesar de toda sua crueldade e virulência, não conseguiu extinguir vários movimentos que foram ganhando força, ao longo da década de 1970, e mantiveram ativa a resistência ao regime e a luta pela volta da democracia.

É esse chamado a uma luta coletiva que se pode ler no artigo 1º do poema de Thiago de Mello: *Fica decretado que agora vale a verdade/ agora vale a vida,/ e de mãos dadas,/ marcharemos todos pela vida verdadeira.*

No artigo XIII: *Decreta-se que nada será obrigado/ nem proibido,/ tudo será permitido,/ inclusive brincar com os rinocerontes/ e caminhar pelas tardes/ com uma imensa begônia na lapela.*

E em seu artigo final: *Fica proibido o uso da palavra liberdade,/ a qual será suprimida dos dicionários/ e do pântano enganoso das bocas./ A partir deste instante/ a liberdade será algo vivo e transparente/ como um fogo ou um rio,/ e a sua morada será sempre/ o coração do homem.*

Por que tomar aqui um poema? Para além da concomitância das datas, o poema, tem neste contexto, a função precisa definida por Paul Celan (poeta romeno, radicado na França depois de permanecer 18 meses em campos de trabalho e ter os pais mortos num campo de extermínio em Michailowka): “Escrevi poemas, por assim dizer, para me orientar, para explorar onde estava e para onde estava destinado a ir, para mapear a realidade para mim mesmo”⁴ Ou, ainda, no sentido apontado por Adorno: “... Escrever poesia

4. CELAN, P. apud FELMAN, S. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Castástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 39.

depois de Auschwitz é um ato de barbárie... Mas a resposta de Enzensberger de que a *literatura tem de resistir a este veredito*, também permanece verdade.... É às obras de arte que restou o lastro de postular sem palavras aquilo que foi barrado para a política”.⁵

Falar sobre a experiência vivida como estudante, neste momento, também me permite essa orientação, esse mapeamento de onde estava e para onde estavam sendo apontadas direções a seguir e revisitar, à luz dos acontecimentos que se seguiram, os efeitos do silenciamento, de censura, da autocensura e da violência da ditadura sobre a Educação. Não só pelo exílio forçado de vários intelectuais e professores, mas por uma tentativa de, pelo medo, despolitizar as ações possíveis daqueles jovens que se insurgiam contra a ditadura do Estado. E de impingir a ignorância, a alienação e o desconhecimento do que se passava na realidade do país.⁶ Justifica-se, portanto, sua função de “testemunho”.

Para efeito de sistematização do caminho que anuncio aqui, vou retomar alguns fatos políticos que marcaram a época a que me refiro.

Os anos de 1967-1970 foram considerados, numa análise *a posteriori*, como os anos de radicalização da ditadura. A era de impunidade que se seguiu, mantém restos até hoje,

5. Idem, p. 47.

6. Em abril de 1964, instalaram-se as Comissões Especiais de Inquérito que poderiam dirigir os inquéritos Policial-Militares às universidades, numa proposta de minar sua suposta atuação subversiva, comandando as contratações e demissões de pessoal. Em novembro do mesmo ano, a UNE (União Nacional dos Estudantes) foi colocada na ilegalidade; tentava-se eliminar a representação estudantil e qualquer ação política independente por parte da mesma.

nas cenas de violência perpetradas contra os habitantes da periferia, nas “balas perdidas”, nas condições desumanas das prisões, em que habitam, em sua maioria, os negros e pobres, nas condições ainda precárias da saúde e da educação pública (apesar de vários focos de melhora), na desigualdade da distribuição de renda no país. E no descumprimento de um direito fundamental de todo cidadão que é o direito à rebelião: “Eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado, significa retirar o fundamento substantivo da democracia”.⁷ Uma democracia em construção e que ainda convive com práticas e normas dos Estados de exceção: a não punição dos torturadores, a não abertura dos arquivos que seriam necessários para o reconhecimento de justiça a ser feita aos que se opuseram ao regime ditatorial.

O DOI-Codi (Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna), foi criado em 1970 por Orlando Geisel, à época ministro do Exército, definindo o Exército no comando das atividades de segurança. Um de seus principais comandantes, entre setembro de 1970 a janeiro de 1974, foi o Coronel-de-Infantaria Inativo Carlos Alberto Brilhante Ustra, na época major, reconhecido pela atriz Bete Mendes como um de seus torturadores no período em que esteve presa. Denunciado, posteriormente, pela família Almeida Telles.

As reuniões passaram a ser proibidas e vigiadas, as discussões políticas eram feitas na clandestinidade e mesmo

7. SAFATLE, W. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, E. e SAFATLE, W. (Orgs.). *O que resta da ditadura*. p. 246.

assim, com toda a desconfiança de agentes infiltrados naqueles espaços — como de fato o foram. Nas salas de aula, a presença de “alunos” informantes limitava a liberdade de expressão e de crítica, atitudes inerentes à construção do pensamento e à avaliação compartilhada da realidade e sua possível transformação.

Em 1971 surgiram as casas de Tortura em diversos estados como a “Casa da morte” em Petrópolis e o uso de cemitérios públicos para enterrar os dissidentes políticos de forma a não permitir sua identificação. No final de 1971, um movimento de resistência foi formalizado por brasileiros exilados no Chile, no pedido ao Tribunal Bertrand Russel para que investigasse os crimes da ditadura brasileira. Composto por juristas, professores, escritores e personalidades de renome, o Tribunal era independente de governos e foi palco para denúncias de torturas, assassinatos e desaparecimentos ocorridos no Brasil.

1973 foi um ano de intensificação da repressão política e da censura à imprensa, com um aumento significativo no número de desaparecidos políticos. Em maio de 1973, foi realizada uma reunião que contou com a presença do general Antonio Bandeira, comandante das Forças Armadas, os generais Orlando e Ernesto Geisel, Milton Tavares e o general Emílio Garrastazu Medici (então presidente da República) e onde se discutiram as diretrizes da repressão política. Na ata dessa reunião, registrada por Antonio Bandeira, constam os objetivos principais dessas diretrizes: “... a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”. Foi assim que se lidou com os participantes da Guerrilha do Araguaia. “Em 1973, disse um general que trabalhou na

área de informações, concluímos que ou a gente matava todo mundo ou essas guerrilhas nunca mais teriam fim”⁸

Em março de 1973 Alexandre Vannucchi Leme, estudante de geologia da Universidade de São Paulo – USP que era militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) foi assassinado. A missa de sétimo dia, realizada na praça da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns, foi um ato coletivo de protesto apesar de toda repressão policial. Os estudantes se mobilizaram para convidar diversas instituições de ensino para fazer presença nesse ato político de enfrentamento às forças militares e à cultura do medo instalada. Em outubro de 1975, um ato de protesto pela morte de Vladimir Herzog, repetiu-se com a missa na Sé e a presença de mais de 8.000 pessoas.

Em 1974 tomou posse Ernesto Geisel. Crescia a oposição contra o governo militar, alimentada por vários fatores: a descrença no propalado “milagre brasileiro” em função de grave crise econômica, as divergências internas nos grupos iniciais de apoio — tanto civis quanto militares —, o aumento de denúncias internas e divulgadas nas redes internacionais sobre o abuso aos Direitos Humanos, o crescimento de grupos de resistência e de luta contra a ditadura, a participação da igreja com seus Movimentos Eclesiais de Base, as manifestações nas missas realizadas na Praça da Sé, a imprensa ligada aos movimentos de esquerda, as manifestações estudantis e as músicas de protesto. Foi nesse ano,

8. Veja-se o texto de Janaína de Almeida Telles, “Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘Verdade e Justiça’ no Brasil”. In: TELES, E. e SAFATLE, W. (Orgs.). *O que resta da ditadura*, p. 253-298.

também, que apoiada por parlamentares, juristas e por D. Paulo Evaristo Arns, organizou-se a Comissão de Familiares que tinha como objetivo a denúncia e apuração dos crimes cometidos, a exigência de informações sobre o destino dos desaparecidos e a mobilização de apoio da sociedade civil. É o ano, também, em que se marca o início da Abertura política — que vem seguida dos adjetivos: *lenta, gradual e segura*. Entre suas propostas estava a eleição indireta para governadores e senadores (senadores biônicos) e o mandato de seis anos para a presidência.

A luta pelo retorno dos exilados, os protestos mais intensos contra a Doutrina de Segurança Nacional e a exigência de esclarecimento das mortes e desaparecimento dos presos políticos, formalizaram-se na criação dos Comites Brasileiros pela Anistia (1978) (CBAs). A Lei da Anistia, assinada em 1979, foi sancionada de forma temerária, numa tentativa de conciliação, que deixou em suspensão o direito pleno de justiça. As primeiras reuniões em defesa da Anistia aconteceram no Sedes.

O Sedes teve, durante todo esse período, um papel importante na luta contra a ditadura, tornando-se espaço reconhecido de resistência política civil e de acolhida aos perseguidos políticos (escondidos nos porões da clínica psicológica), abrigando reuniões clandestinas e movimentos de luta pelos direitos humanos. Madre Cristina, que coordenava o curso naquela época, foi uma figura de destaque nessa luta.

A Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, fundada em 1932, foi pioneira no ensino da Psicologia no Brasil, mesmo antes de sua regulamentação, acontecida apenas em 1962. (Nesse mesmo ano (1962), criaram-se os três primeiros

cursos dessa graduação: no Sedes, na PUC São Bento e na USP). Em 1946, ano da criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e da de São Paulo – PUC-SP, a Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, foi agregada à PUC-SP e passou a chamar-se FFCL Sedes Sapientiae. Em 1948, já funcionava no Sedes, situado na Rua Caio Prado, a primeira clínica psicológica do Brasil. Ela não foi apenas um lugar de atendimento psicológico. No dizer de Madre Cristina, ela foi um centro político. “O andar térreo de lá era de quartos e banheiros, principalmente no tempo da repressão, para a gente guardar e esconder refugiados. As reuniões políticas se davam na clínica. Este aspecto político nunca foi relegado. Aliás, nas minhas aulas — fui professora por 35 anos — nunca dissociei a clínica da política”.

Oswaldo Di Loreto, que dirigiu e fundou a Comunidade Terapêutica Infância, em 1969, e completou sua formação clínica no Sedes Sapientiae, após ser demitido do funcionalismo público, pelo Ato Institucional n. 1, também fala dessa acolhida: “Encontrei guarida no Sedes (...) que dava guarida a muitas pessoas da esquerda (...) A formação lá tinha uma conotação política e eu era uma pessoa política na época, não era psiquiatra, era funcionário público e militava na política, era comunista, do Partido”⁹.

Assim como a clínica, o curso de psicologia, no período mencionado também se caracterizou pela participação nas discussões e nos movimentos políticos. Em 1971, teve seu centro estudantil, invadido pelo Dops, e perdeu todo o

9. História do Departamento de Psicanálise – Instituto Sedes Sapientiae, 2006, p. 27.

material de seu acervo — textos apostilados e livros, bem como o mimeógrafo doado por um dos professores do curso. Mas, apesar do medo, a indignação pelo ato abusivo não impediu que as reuniões e o trabalho ligado aos movimentos de resistência continuasse.

Sendo parte da última turma que teria formação nessa faculdade, tivemos uma experiência única, já que foi nos dada a liberdade — palavra dificilmente exequível naquela época — de reformular o currículo e incluir novas atividades formativas. Havia um compromisso forte com a coletividade e com o desejo de transformação; acreditávamos que a psicologia tinha uma potência política que nos permitiria interferir nas instituições e na organização popular. Os estudantes mantiveram uma organização própria, apesar da forte repressão e da proibição de organizações grupais. Ser universitário e militante sobrepunha-se à formação específica. Foi no Sedes que se organizaram as primeiras semanas de psicologia, com a participação da PUC e da USP. Participamos da construção do projeto de uma creche para abrigar os filhos de alunos e funcionários da instituição e, em 1973, nos incluímos num projeto de trabalho alternativo na comunidade — o Centro comunitário de Parelheiros — trabalho de vanguarda em que se desenvolveram várias atividades pioneiras na área da Saúde Mental. Experiências que, posteriormente, com a abertura política, a partir da segunda metade da década de 1980, passaram a fazer parte das políticas oficiais. A grande aprendizagem nessa passagem pela universidade foi a de valorizar a força do coletivo e de aprender que as instituições são construções históricas e, como tal, podem ser transformadas.

Em 1974, num movimento de crítica ao amordaçamento das estruturas universitárias e à implantação, no Brasil, do acordo MEC-USAID,¹⁰ um grupo de professores, liderados por Madre Cristina, assumiu a criação do Instituto Sedes Sapientiae, num terreno adquirido pelo AIJF, mantenedora do Instituto, à Rua Ministro Godoy, em Perdizes. O Instituto mantém-se, até hoje, coerente com as propostas delineadas por Madre Cristina e por aqueles que estiveram envolvidos em sua construção: “um espaço aberto aos que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade, visando atingir um mundo onde a justiça social seja a grande lei”.

Em sua carta de princípios, formulada em 1979, reafirma-se seu propósito de constituir-se como um centro multidisciplinar de reflexão crítica e uma opção alternativa, desvinculada da estrutura acadêmica tradicional, procurando promover, explorando-a em todas as direções, a liberdade de pensamento e de expressão.

Fiel a seu projeto inicial, manteve-se como lugar de luta política, acolhendo as discussões sobre as políticas voltadas

10. O acordo feito pelo Ministério da Educação – MEC e a United States Agency International for Development – USAID, em discussão desde o início da década de 60, foi implementado pela ditadura em 1968. Ele propunha o assessoramento americano à reformulação do ensino brasileiro e, segundo seus críticos, eliminar os aspectos críticos da formação; com a diminuição, por exemplo, de aulas que pudessem contestar o regime ditatorial – filosofia, história, educação política, sociologia, que foram substituídas, em parte, por uma proposta de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, com forte inclinação doutrinária. Alguns professores, num gesto de revolta, negaram-se a essa doutrinação e usavam esse espaço para uma discussão crítica. A proposta MEC-USAID incluía, também, a privatização do ensino e o tecnicismo ligado ao capital.

para a Saúde Mental, a luta antimanicomial, a Educação, a reforma psiquiátrica, os Direitos Humanos,¹¹ o Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública e a implicação com a formação de trabalhadores que atuam na Rede Pública.

Em janeiro de 1979, foi dentro do Instituto que se realizou o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. Esse movimento propunha a transformação do Sistema de Saúde, entendendo que ele estava vinculado à luta dos demais setores sociais na busca da democracia plena. E foi no auditório do Sedes que figuras importantes da luta antimanicomial, como Basaglia, Rotelli, Castell, Guattari, estiveram presentes discutindo os projetos que se iniciavam na Rede Pública.

O Instituto Sedes abriga, hoje, uma diversidade de cursos de especialização, aperfeiçoamento e expansão, uma clínica psicológica, que desenvolve vários projetos, além do atendimento específico, e é referência no campo da saúde mental, um Centro de Educação Popular (CEPIS), criado em 1978, com a finalidade de oferecer formação política e ideológica às lideranças populares, o CEFIS – Centro de

11. Os Direitos Humanos caracterizam-se como campo de luta, resistência e ação social. Para Hannah Arendt eles não são um dado, mas um construto, estão sempre em processo de construção e reconstrução; são uma invenção humana. Segundo Joaquim Herrera Flores, eles compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Celso Lafer realça que os direitos humanos não traduzem uma história linear, não compõem a história de uma marcha triunfal, nem a história de uma causa perdida de antemão, mas a história de um combate. Invocam uma plataforma emancipatória voltada à proteção da dignidade e à prevenção do sofrimento humano. (In: TELES, E. e SAFATLE, W. (Orgs.). *O que resta da ditadura*, p. 92).

Filosofia, o CECIR – Centro Cida Romano, voltado para a educação de adultos, o CNRVV – Centro de Referência às vítimas da violência e a Clínica do Testemunho, que, além de atividades formativas e grupos de reflexão, oferece atendimento psicológico aos afetados pela perseguição política durante o regime ditatorial no Brasil (entre 1946 e 1988). Além disso, tem representações em inúmeros movimentos como os que discutem a política voltada para as pessoas portadoras de deficiências, o Autismo, a política de drogas na cidade, a medicalização, a violência, as políticas de saúde.

O atravessamento que a ditadura brasileira fez sobre a educação teve efeitos não só sobre as gerações daquela época, mas também nas gerações que se seguiram, no cerceamento a propostas inovadoras de ensino e na dispersão de professores, muitos deles exilados, que se implicavam com a liberdade do pensamento e com o questionamento crítico da realidade. Foi assim com Anísio Teixeira — demitido da reitoria da Universidade de Brasília nove dias após o golpe e que teve uma morte nunca devidamente esclarecida em 1971; com Paulo Freire, preso e exilado logo depois do início da ditadura quando estava começando a condução de um Plano de Educação Nacional. Paulo Freire foi considerado, a partir de 2012, Patrono da Educação Brasileira. O mesmo golpe ocorreu com o desenvolvimento de uma experiência inovadora em educação, que teve início em 1962, sob a liderança de Maria Nilde Mascellani — o Serviço de Ensino Vocacional — os ginásios vocacionais — que se viu devassada pelo autoritarismo estatal, atravessada pelo Ato Institucional n. 5 e extinta no final dessa década (1962-1969). Maria Nilde foi professora no Sedes e, presa para interrogatórios, por várias vezes, insistiu, sempre, no direito à liberdade de pensar.

É por acreditar que a Educação necessita de um espaço crítico onde o pensamento possa ocorrer com liberdade, que posso afirmar que ela é o impossível nas ditaduras, já que o que elas ordenam é o pensamento único e o silenciamento da diversidade, da oposição, do conflito. Todo sistema totalitário tenta impedir a liberdade de pensamento e constrói uma realidade fictícia que desconsidera as singularidades subjetivas e o pensamento crítico. Em minha passagem pelo Sedes aprendi que é sempre necessário criar resistência a essas ameaças totalizadoras, mesmo que elas se apresentem com pele de cordeiro. Aprendi também que a democracia nunca está pronta; ela é um constante processo de luta.

E, para terminar, como comecei, recorro à literatura. Ecos, sobre mim, de uma conversa pública da clínica do testemunho. Às cinco da tarde, foi a hora em que, ouvindo os relatos dos que sofreram a tortura, tentei, rabiscar versos para, seguindo Paul Celan, *me orientar, explorar onde estava, mapear a realidade para mim mesma*. Só depois me dei conta da ressonância do poema de Garcia Lorca, que descreve a captura e a morte e que repete até o final: *Ai que terríveis cinco horas da tarde! Eram as cinco em todos os relógios! Eram cinco horas da tarde em sombra!*

Às cinco da tarde

Olhou o relógio. Eram cinco da tarde.

Fechou o computador e, como de costume, dirigiu-se à escola da filha.

Eram cinco da tarde. Tinha ainda quinze minutos para a caminhada.

Andava cabisbaixo. Não tinha mais a cabeça erguida dos tempos passados. Antes, não havia filhos pra buscar. Era jovem.

O futuro? Uma miragem. O olhar era de desafio. Seu andar, ligeiro.

Agora, o que mais o incomodava era o branco da memória e a perna que mancava. Perna mole, arrastada. Um pouco como ele. Os tempos se misturavam.

Chegou à praça, em frente à escola. Olhou o relógio.

Eram cinco da tarde. Tinha ainda quinze minutos.

Sentou-se no banco da praça. Uma sirene despertou seu torpor. Lembrou-se num relance rápido — jovens correndo, bombas, cacetetes. Sacudiu a cabeça. A cena logo voltou ao seu asilo costumeiro.

Eram cinco da tarde. Tinha ainda quinze minutos. O futuro? Uma miragem.

Viu a filha que vinha em sua direção. Tomou-a pela mão. Feliz. A outra mão, instintivamente, apalpou a perna dolorida que pendia. Estirada. No chão.

Eram cinco da tarde. Na sala de tortura, o relógio aspirou o tempo futuro.

Por favor, disse ao algoz que se aproximava, — Só mais quinze minutos.

MARIA LAURINDA RIBEIRO DE SOUSA

Psicanalista; Professora e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro da diretoria do mesmo Instituto (gestão 2013-2015).

Direitos (e) humanos no Brasil contemporâneo¹

Vera Malaguti Batista

Pensar a América Latina como gigantesca instituição de sequestro é o centro de reflexão do jurista e intelectual argentino Raúl Zaffaroni.² Ele denuncia a situação crítica do sistema penal no continente com um discurso jurídico-penal esgotado em seu arsenal de ficções gastas, cujos órgãos exercem seu poder para controlar um marco social cujo signo é a morte em massa (realidade letal). Ele descreve o sistema de controle social da América Latina como produto da transculturação protagonizada

-
1. BATISTA, V. M. Diritti (e) umani nel Brasile contemporaneo. *Cosmopolis – Rivista Semestrali di Cultura*, ano III, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.cosmopolisonline.it/20080624/batista.php>>. Acesso em: 24 jun.2008.
 2. ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 13.

pela incorporação ao processo de acumulação de capital. Darcy Ribeiro denominava os ciclos econômicos, a partir da colonização, como *moinhos de gastar gente*: índios, africanos, pobres em geral.³ O marco dessa transculturação tem sido o genocídio.

Trabalhando a ideia de direitos a partir do Iluminismo, tentemos pensá-la na realidade histórica do Brasil. O período pós-emancipação no Brasil é marcado por profundas inquietações. A independência inspirava vários projetos para a *nação* que lutava por hegemonia. A principal questão a ser administrada, ideológica e politicamente, era a convivência do liberalismo com o modo de produção escravista.

Para entender esta conjuntura, os problemas do liberalismo no Brasil,⁴ gostaríamos de refletir sobre o que Gizlene Neder denominou “iluminismo jurídico-penal luso brasileiro”.⁵ A autora trabalha as transformações do Brasil colônia em Império Luso-Brasileiro, a partir das reformas pombalinas em Portugal na passagem do século XVIII para o XIX. Compreendendo que os atores no poder eram bacharéis, ela trabalha a influência da reforma da Universidade de Coimbra em 1772 e a criação dos cursos jurídicos no Brasil em 1827.

A ideia central de sua tese está baseada nas permanências histórico-culturais de uma maneira de incorporar o liberalismo europeu sem rupturas com o tomismo, o militarismo

3. RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

4. Robert Schwarz analisando Machado de Assis trabalha o liberalismo no Brasil como as “ideias fora do lugar”.

5. NEDER, G. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Freitas Bastos, 2000,

e a religiosidade de nossas matrizes ibéricas. Assim, busca-se sempre uma fórmula jurídica-ideológica que assimile uma hierarquização absolutista, que preserve as estratégias de suspeição e culpa do direito canônico e que mantenha vivos o arbítrio e as fantasias absolutistas de controle total.

A herança jurídico-penal da inquisição ibérica é uma das marcas de um modelo de Estado que vinca a história do Brasil até os dias de hoje.

O discurso do direito penal, que tem a pretensão de exercer-se como locução legítima, numa língua oficial, está permanentemente produzindo sentidos que viabilizem a expansão do sistema penal, expansão que também se orienta na direção das mentalidades e da vida privada.⁶

Nesta herança, o dogmatismo legal se contrapõe ao pluralismo jurídico, o diferente é criminalizado, há uma coercitividade do consenso e uma manipulação dos sentimentos ativados pelo episódio judicial.⁷ Para Batista, esses mecanismos sobrevivem e se agudizam em determinadas conjunturas políticas, reproduzindo o tratamento dispensado ao herege: o princípio da oposição entre uma ordem jurídica virtuosa e o caos infracional; a matriz do combate ao crime é feita como cruzada, com o extermínio como método contra o injusto que ameaça; é produzido um direito penal de intervenção moral baseado na confissão oral e no dogma da pena. Essa ordem jurídica intolerante e excludente não

6. BATISTA, N. Os sistemas penais brasileiros. In: ANDRADE, V. R. P. de (Org.). *Verso e reverso do controle penal: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. Florianópolis: Fund. Boiteux, 2002, vol. I, p. 148.

7. BATISTA, N. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Freitas Bastos, 2000, Vol. II.

tolera limites, transforma-se num sistema penal sem fronteiras, com a tortura como princípio, o elogio da delação e a execução como espetáculo.

É importante trabalhar as permanências histórico-culturais das fantasias de controle total do absolutismo português que desembocam em práticas pedagógicas, jurídicas e religiosas que inculcam uma determinada visão sobre direitos, disciplina e ordem.⁸ Estas permanências produzem, para Neder, implicações jurídicas, políticas e ideológicas de uma visão social teológica, aristocrática e rigidamente hierarquizada com uma performatividade política e alegórica que impregna a vida cotidiana do Brasil. Como em Portugal, as elites brasileiras incorporam pragmaticamente alguns aspectos da modernidade, mas garantindo permanências do autoritarismo absolutista. O legado do período colonial mercantilista trazia para o Império Brasileiro o controle social penal “realizado dentro da unidade de produção”⁹ num “poder punitivo que se exerce sobre o corpo de sua clientela”.¹⁰

Seria importante, antes de passarmos à análise da construção do aparato de controle social na conjuntura referida, enquadrarmos o que Neder denominou “visões hiperbólicas sobre as classes perigosas”¹¹ no período de formação de um ser político muito particular, a classe senhorial brasileira, na hegemonia do paternalismo e das “políticas de domínio baseadas na imagem da inviolabilidade de uma vontade

8. NEDER, G. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*

9. *Idem*, p. 182

10. BATISTA, N. *Os sistemas penais brasileiros*, p. 149.

11. NEDER, G. Cidade, identidade e exclusão social. *Revista Tempo*, v. 2, n. 3, p. 107. Rio de Janeiro: Dep. de História-UFF/Relume Dumará, 1997.

senhorial benevolente que permanece praticamente incontestado como meio de preservar a subordinação de escravos e trabalhadores livres dependentes”.¹² O personagem machadiano a que Chalhoub se refere, Brás, se imagina como “controlador de uma economia de concessões e favores, rodeado por uma legião de escravos e outros criados”. Para Brás, a eliminação das diferenças políticas e culturais se relacionam a certa ordem e a certo equilíbrio. No mundo senhorial, tudo e todos existem para satisfazer *a sua vontade*. Brás é, assim, consciente das dimensões simbólicas do poder, foi criado “*in the art of performing power*”, naquilo que Schwarz denominou de “cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma”.¹³ Helena Bocayuva analisa em Gilberto Freyre a concepção do patriarcalismo como ordenador da sociedade brasileira. Ela trabalha o poder de classe do menino de engenho e seus “mórbidos deleites” ou brincadeiras sempre *verticais*, hierarquizadas.¹⁴

Márcia de Almeida Gonçalves trabalhou o medo como preciosa chave de leitura para a compreensão da conservação e expansão dos monopólios fundadores dos interesses da classe senhorial.¹⁵ Ela aponta a compreensão do medo como virtude e de como essa relação se encontrou no eixo

12. CHALHOUB, S. What are noses for? Paternalism, social darwinism and race science in Machado de Assis. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v. 10, n. 2, p. 172, 2001.

13. SCHWARZ, R. O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 17, p. 19, 1987.

14. BOCAYUVA, H. *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

15. GONÇALVES, M. de A. *Ânios temeratos: uma leitura dos medos sociais na corte no tempo das regências*. 1995. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

central das estratégias conservadoras no período.¹⁶ Era com essa ideia que se conciliava progresso e conservação, dentro daquela visão de Schwarz de um liberalismo que não se podia praticar, sendo ao mesmo tempo indescartável. A manutenção das relações escravistas, a concentração da propriedade da terra e a consolidação da unidade imperial eram os dilemas dos liberais na década de 30 do século XIX.

No processo que intitulam de *história da programação criminalizante no Brasil*, Batista e Zaffaroni mostram como os usos punitivos do mercantilismo praticados no corpo do suspeito ou condenado no âmbito privado vão dando sinais de anacronismo depois da independência e na constituição do capitalismo no Brasil. As permanências, no entanto, são muitas:

(...) a alçada criminal abrangia a pena de morte natural inclusive em escravos, gentios e peões homens livres, sem apelação nem agravo, salvo quanto às *pessoas de mor qualidade*, quando se restringiria a degredo por dez anos e multa até cem cruzados.¹⁷

Eles citam Gilberto Freyre que estuda, nos anúncios sobre escravos na imprensa do século XIX, a sobrevivência das práticas de marcar o rosto dos escravos com fogo ou lacre

16. É interessante notar que, quase dois séculos depois, a ideia do medo como virtude é funcional para outros eixos de estratégias conservadoras. O livro de Gavin Becker (*Virtudes do medo: sinais de alerta que nos protegem da violência*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999) trata o medo como dom, fala de uma academia de previsão desenvolvida por psicólogos naturais, narra o “impressionante *insight* comportamental” de um agente do FBI e demonstra que, na inteligência do medo “é melhor ser procurado pela polícia do que não ser procurado por ninguém” (p. 317).

17. Cf. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 414.

ardente. Cicatrizes de açoites e de ferro quente, dentes limados, feridas e queimaduras na barriga pontuam os *classificados de gente* daqueles tempos.

Do ponto de vista jurídico, do império das leis, as Ordenações Filipinas, que constituíram o eixo da *programação criminalizante* do Brasil-colônia, regeram o direito penal até a promulgação do código criminal de 1830. É importante frisar que no direito privado várias disposições das Ordenações Filipinas regeram até 1917!¹⁸ No marco da “questão do poder e da disciplina sobre a família, instituição-chave no leque das práticas de controle e disciplinamento social, na passagem à modernidade”,¹⁹ Neder e Cerqueira Filho estão trabalhando a ideia da “construção de um arcabouço ideológico e afetivo de sustentação da função parental repousada numa autoridade capaz de substituir esta figura tão abrangente do *paterfamilias*”.²⁰

Observemos as marcas da Inquisição e suas *devassas gerais sobre delitos incertos*²¹ que até hoje pontuam os noticiários sobre crime no Brasil e também os corações e mentes da direita e da *esquerda punitiva*.²² As demandas por ferocidade penal, a seletividade da clientela do sistema penal são permanências históricas. Mas a partir das contradições que surgem entre o sistema colonial-mercantilista e o capitalismo

18. Cf. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, op. cit.

19. NEDER, G. e CERQUEIRA FILHO, G. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 113, 2001.

20. Idem, p. 124.

21. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 411.

22. Cf. KARAM, M. L. A esquerda punitiva. *Revista Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

industrial que se configurava já na segunda metade do século XVIII, vai-se esboçando uma outra conjuntura. No bojo da Independência, a Constituição de 1824 produz algumas rupturas, *ma non troppo*, que fazem parte do *universo liberal* no conjunto das *ideias fora do lugar* da modernização à brasileira. Surgem as tais garantias individuais:

(...) liberdade de manifestação do pensamento, proscrição de perseguições religiosas, a liberdade de locomoção, a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, as formalidades exigidas para a prisão, a reserva legal, o devido processo, a abolição das penas cruéis e da tortura, a intransmissibilidade das penas, o direito de petição, a abolição de privilégios e foro privilegiado.²³

É lógico que tudo isto não poderia colidir com o “direito de propriedade em toda a sua plenitude” que, mantida a escravidão na letra da lei, instituiria a cilada da cidadania no Brasil, digamos a *ciladania*, que pontua até hoje os discursos do liberalismo da direita à terceira via no Brasil.

É neste marco de referência que o Código Criminal do Império de 1830 é promulgado, na esteira do medo das insurreições, nas expectativas de que à nação independente de 1822 sobreviessem os direitos plenos de seu povo mestiço, nas contradições entre liberalismo e escravidão, na necessidade de unificação territorial e centralização dos poderes imperiais.

Para Batista e Zaffaroni, a legalidade que deveria acontecer, pela Constituição de 1824 e pelo artigo 1º do Código Criminal, não se deu. Na esteira do medo branco das insurreições escravas, em 1835 é editada uma lei cominando pena de morte para qualquer ofensa física de escravo contra o

23. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 39.

senhor, o feitor ou seus familiares. “A conturbada década de 30 resulta no retrocesso processual de 1841-1842, que transfere para a polícia poderes da magistratura”.²⁴ A lei n. 9 de 13 de maio de 1835, da Assembleia Legislativa da Bahia, previa que africanos libertos que regressassem à província, depois de expulsos, fossem processados por insurreição.

Tal lei — elaborada sob a influência da recente revolta malê — promovia aí uma equiparação monstruosa, e em seu artigo 21 elevava as penas estabelecidas por um decreto imperial; em ambos os casos, o princípio da reserva legal virava pó.²⁵

A circulação e movimentação dos escravos e pretos forros era punível (Batista e Zaffaroni nos falam de uma postura municipal de 1870 que punia com multa ou 4 dias de prisão os donos de *tendas, botequins ou tavernas* que “permitissem em seus estabelecimentos a *demora de escravos por mais tempo que o necessário para as compras*, com a cláusula *respondendo sempre os amos pelos caixeiros*”²⁶). Aqueles passaportes descritos no decreto de 14 de dezembro de 1830, na Bahia, têm longa duração e irão inspirar as fronteiras erigidas entre a *ordem* e a *desordem* disciplinando o deslocamento e a sociabilidade urbana na virada do XIX para o XX, e até os dias de hoje.²⁷ Os lundus, batuques e algazarras também seriam punidos com prisão. Em 1861 um aviso ministerial preconiza a graduação dos açoites “conforme a idade e robustez do réu”; alugar uma casa a escravos dava oito dias de prisão. Para

24. BATISTA, N. *Os sistemas penais brasileiros*, p. 152.

25. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 41.

26. Cf. BATISTA e ZAFFARONI sobre a legislação da Província da Bahia, em *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 41.

27. NEDER, G. *Cidade, identidade e exclusão social*, op. cit.

Batista e Zaffaroni, é nessa conjuntura histórica que se enraízam as matrizes do autoritarismo policial e do vigilantismo brasileiro, do sentido histórico da crueldade de um conjunto de leis liberais que permitiam “o retorno ao poder de uma senhora, de uma escrava achada com a *língua cosida com o lábio inferior*”.²⁸

No liberalismo à brasileira, a pena de morte tem “escabrosa facilitação processual para réus escravos que compete com a invulnerabilidade a ela dos senhores”.²⁹ Nas palavras de Batista, nosso segundo sistema penal, na sua grosseira corporalidade, expunha ambiguidades fundamentais. “O escravo era coisa perante a totalidade do ordenamento jurídico (seu sequestro correspondia a um furto), mas era pessoa perante o direito penal”.³⁰ Mas mesmo com suas ciladas e ambiguidades, o Código Criminal do Império influenciou muitas legislações latino-americanas e mais diretamente o código penal espanhol de 1848.³¹

Esse conteúdo autoritário, legitimador do extermínio e condutor dessa realidade letal que renega os direitos no momento em que os institui vai ser uma permanência histórica. Nilo Batista examinou as origens históricas do discurso do direito penal da intervenção moral, que conduz a políticas criminais de conteúdo exterminador:

(...) o operador judiciário é um agricultor previdente, cuja enxada deve extirpar a má semente ou matar a víbora; ou é cirurgião diligente, que deve amputar o membro apodrecido para evitar

28. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 42.

29. *Idem*, p. 53.

30. BATISTA, N. *Os sistemas penais brasileiros*, p. 13.

31. BATISTA, N. e ZAFFARONI, E. R. *Direito Penal Brasileiro – I*, p. 53.

a infecção; pragas no campo e epidemias nas cidades resultarão de qualquer transigência com os inimigos da ordem virtuosa.³²

Compreendendo essas permanências históricas, podemos realizar um deslizamento no tempo. Na transição da ditadura para a “democracia” (1978-1988), com o deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum, com o auxílio luxuoso da mídia, permitiu-se que se mantivesse intacta a estrutura de controle social, com mais e mais investimentos na “luta contra o crime”. E, o que é pior, com as campanhas maciças de pânico social, permitiu-se um avanço sem precedentes na internalização do autoritarismo. Podemos afirmar, sem medo de errar, que a ideologia do extermínio é hoje muito mais massiva e introjetada do que nos anos da ditadura. Os “intervalos democráticos” da nossa história do presente revelam os artifícios de manutenção de uma ordem desigual e hierarquizada.

Cabe a nós, que pensamos a questão criminal contemporânea, entender as novas funções da prisão e do poder punitivo no neoliberalismo, ou capitalismo de barbárie. A esse respeito, Loïc Wacquant propõe a ideia do paradigma norteamericano de incremento do Estado Penal em contraposição à dissolução do Estado Previdenciário: a nova gestão da miséria se daria pela criminalização da pobreza, nos discursos e nas práticas.³³ A hegemonia desse modelo produziu o que Wacquant denomina de *onda punitiva*, produzindo um

32. BATISTA, N. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2002, p. 240.

33. WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2003.

processo de encarceramento em massa nunca visto na história da humanidade.

Mas o encarceramento dos indesejáveis (sempre os latino-americanos, africanos e asiáticos, os pobres do mundo) nos remete a uma discussão mais conceitual sobre a constituição da nova classe trabalhadora, mcdonaldizada, flexibilizada, precarizada, sem redes coletivas de segurança e, principalmente, em excesso. Enfim, a mão de obra do mundo pós-industrial, sem consciência de si, é por isso objeto de um projeto atuarial pelo poder hegemônico e vista com desdém pela esquerda punitiva e seus preconceitos históricos sobre o *lumpesinato*.³⁴

O certo é que esse colossal processo de encarceramento e seus dispositivos produziram uma nova economia prisional, um sistema de controle social do tempo livre, lucrativo agora não pela apropriação do trabalho dos presos, mas pela privatização da sua administração e pela indústria do controle social do crime: um dos maiores recrutadores hoje de mão de obra desqualificada são os serviços de segurança. O papel da mídia é fundamental para a construção desses dispositivos, seja pela legitimação moralizadora da criminalização da conflitividade social, seja pela venda descarada do modelo Guantánamo de empreendimento prisional. O Brasil tem sido um laboratório de experiências nesse sentido, concretizando no dia a dia a ideologia da “segurança máxima” e dos princípios das penas excessivas e da incomunicabilidade.

34. Sobre essa discussão conferir o prefácio de Dario Melossi no livro de Alessandro De Giorgi, *A miséria governada através do sistema penal* (Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2006).

Tudo isso se acelera no Brasil a partir dos anos 1980 com a entrada do modelo neoliberal e os paradoxos do momento de transição da ditadura. O marco jurídico avançado convivia com as armadilhas autoritárias como a lei de crimes hediondos que, junto ao processo de criminalização da pobreza, criou uma massa carcerária sem perspectiva de saída ou progressão de regime. A política criminal de drogas imposta pelos Estados Unidos, como a econômica, é o maior vetor de criminalização seletiva nas periferias brasileiras: a prisão parece ser o principal projeto para a juventude popular.³⁵

Essa ampliação do poder punitivo no marco legal e o acirramento de uma conflitividade social despolitizada gerou o nosso aterrador sistema penal. Até os que acreditam nas “*ideologias ressocializadoras*” terão que se dar conta de uma situação inadministrável. O modelo Guantánamo das *supermax* americanas se acopla às condições Carandiru de cárceres apinhados de pobres, sem acesso a defesa e cada vez mais afastados de seus laços sociais e afetivos pela nova cultura punitiva do emparedamento em vida.

A criminologia crítica foi um *dique utópico* contra as violências dos ciclos militares nos anos 1970 na América Latina.³⁶ A pergunta que nos fazemos é para que serve a criminologia no Brasil no momento histórica do encarceramento em massa? Devemos servir à manutenção da ordem do capitalismo de barbárie ou servir de dique utópico contra essa ordem?

35. BATISTA, V. M. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2003.

36. A expressão “dique utópico” é de Marildo Menegat.

O dilema da sociologia contemporânea cabe dentro dessa discussão. A criminologia teria deixado de produzir uma alternativa concreta ou a alternativa concreta seria não reproduzir as racionalidades, programas e tecnologias governamentais da questão penal? Joel Rufino dos Santos, em debate pela imprensa, afirmou que a crítica de que a “esquerda” não tem projeto de segurança pública é equivocada. A esquerda, os que se identificam com o povo brasileiro, tem é que defender os pobres e os resistentes das dores e privações de um poder punitivo que quanto mais atualiza historicamente suas racionalidades, mais sofrimento e dor em massa promove nas suas margens.

Vinte anos mais tarde, Raúl Zaffaroni propõe um *replanteo* epistemológico na criminologia a partir do livro do professor neozelandês Wayne Morrison.³⁷ O livro apontaria uma contribuição das ciências sociais sobre o debate entre os penalistas da Europa e da América Latina sobre o inimigo no direito penal.³⁸ A partir da compreensão cabal da vitória, a nível global, do liberalismo desencantado, da modernidade “democrática”, Zaffaroni e Morrison colocam em questão a criminologia “global”, que não pode deixar de discutir o genocídio: do não civilizado ameaçador de Hobbes à coerção sobre o incivilizado ameaçador de Kant.

Na resenha do livro de Morrison, cujas pegadas seguimos agora, Zaffaroni destaca a importância do 11 de

37. ZAFFARONI, E. R. *Un replanteo epistemológico en criminología* (a propósito del libro de Wayne Morrison). Buenos Aires: Mimeo, 2007. (Cf. MORRISON, W. *Criminology, civilization and the new world order*. Routledge-Cavendish: Oxon, 2006.)

38. ZAFFARONI, E. R. *O inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

setembro, não pelo número de vítimas, mas pela invasão do espaço civilizado pelo não civilizado, o que produziu novos medos para o curso dos discursos. O período Bush aprofundou, a partir dos novos temores, a simbiose entre os discursos da guerra e do crime. Ele aponta como os áulicos do fim da história ecoavam na criminologia, desistoricizada e burocratizada, pronta para dar eficiência e efetividade ao controle social do capitalismo de barbárie. Aparece um novo sentido, mais emocional, mais “popularizado” e politizado através de uma nova relação com os meios de comunicação.

Mas a verdade é que surge na América Latina o fenômeno do “populismo punitivo”. Sozzo analisa a maneira como a maior presença cotidiana de delitos começa a ser compreendida de uma outra forma: a insegurança urbana vira “objeto de intercâmbio político, de *mercadoria política*”.³⁹ Essa eleitoralização da emergência produziu um mercado de trocas simbólicas, de novos agentes e especialistas que vão dar novos sentidos para produzir consensos e controles sobre as subjetividades diante do fato criminal. David Garland fala da “criminologia do outro”⁴⁰, construindo sólidas fronteiras entre *nós* e os *outros*. Já nos debruçamos na análise da maneira como no Brasil, e mais especificamente no Rio de Janeiro, o medo foi o fio condutor legitimante das permanências de uma estética da escravidão.⁴¹ Uma das

39. Sozzo, M. *Metamorfosis de la prisión? Populismo punitivo, proyecto normalizador y “prisión-depósito” en Argentina*. Buenos Aires: Mimeo, 2007.

40. Sozzo cita a edição espanhola do livro de D. Garland, *La cultura del control*. Barcelona: Gedisa, 2005.

41. Cf. BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

características do populismo punitivo seria o apagamento de uma reflexão criminológica acadêmica para o surgimento de um novo especialista: a vítima. Se na Argentina aparece um pai “vítima” na cena política, com possibilidade de ser candidato a Presidente, no Brasil serão os pais e mães das vítimas (brancas, é claro) que darão o tom do debate criminológico e da mudança das leis penais no sentido de maior “rigor”. Essa emocionalidade é estratégica para o processo de expansão de poder punitivo no mundo contemporâneo.

Voltando ao *replanteo* de Zaffaroni nas margens neozelandesas de Morrison, chega-se à visão da criminologia como um discurso extremamente parcial, “construído em torno de um mundo de fatos politicamente delimitado”.⁴² Ele cita Dickens ao referir-se à Austrália sem levar em consideração os povos que ali viviam há 40.000 anos. Seres que não contam.

A criminologia lida com essas características seletivas e Zaffaroni e Morrison demonstram como o belga Quetelet, célebre estatístico, construiu o conceito de *homem médio*, que iria empurrar para as margens várias categorias. O terceiro capítulo do livro de Morrison tem o título emblemático de “Estatística criminal, soberania e controle da morte: de Quetelet a Auschwitz”. Propõe-se, então, a ampliação do conceito de genocídio para abarcar os crimes massivos de Estado cuja exclusão jurídica só faz sentido na racionalização perversa do extermínio “dos que não contam”. Só no Rio de Janeiro foram mortos dezenas de milhares de jovens nos últimos anos. Mas a principal conclusão é a de que o universo

42. ZAFFARONI, E. R. *Un replanteo epistemológico en criminología* (a propósito del libro de Wayne Morrison), p. 5.

criminológico lida o tempo todo com uma “parcialização arbitrária”, seria como “uma ciência da realidade que passa indiferente a muitos milhões de cadáveres”.⁴³

A explicação para a impossibilidade do direito e da criminologia incorporarem o genocídio seria pela sua estreita vinculação com o imperialismo: é só fazer a contagem de corpos da “democratização” do Iraque. As vítimas europeias e americanas são vítimas, os iraquianos e afegãos são “danos colaterais”. “O genocídio não pode entrar na criminologia, porque está sendo cometido pelos poderes hoje dominantes”.⁴⁴ Este seria o nó metodológico na criminologia, reconhecer a seletividade arbitrária e “sepultar definitivamente a ilusão de ciência”: Zaffaroni propõe a passagem da assepsia à crítica ideológica.

Retomando as suas aproximações de uma margem, Zaffaroni apresenta a criminologia tradicional latino-americana como um saber colonial e racista constitutivo do nosso “*apartheid* criminológico”. Podemos pensar, então, se “está empiricamente verificado que nenhum crime de Estado é cometido sem ensaiar ou apoiar-se em um discurso justificante”,⁴⁵ que a matança em curso no Brasil neoliberal se sustenta em uma criminologia funcionalista e acrítica, que pretende reordenar, eficientizar o controle social letal legitimando a expansão da barbárie, que se traduz no emparedamento em vida e no aniquilamento de milhares de jovens brasileiros. Este processo, que analisamos como *flicídio*, apresenta um

43. Idem, p. 6.

44. Idem, p. 15.

45. Idem, p. 16.

número cada vez maior de crianças e adolescentes presentes nos dois lados das estatísticas criminais no Brasil, como autores e como vítimas. A tragicidade da violência cotidiana no Brasil aparece nas duas pontas da questão criminal: o problema é que as criminologias “politicamente corretas”, em conjunto com o *populismo punitivo*, vão disparar o velho dispositivo positivista, agora reciclado nas neurociências, contra o setor mais vulnerabilizado pela economia de mercado, a clientela histórica dos nossos sistemas penais. Podemos afirmar, então, que a questão criminal é hoje a principal trincheira da luta pelos direitos humanos.

Heleno Fragoso, ao falar das relações entre o direito penal e a criminologia, falava da relação entre a parte e o todo. É importante que, ao pensar no nosso sistema penal e suas perspectivas, levantemos os olhos aos processos econômicos, sociais e culturais mais amplos. Eu comecei esse texto lembrando as palavras de Zaffaroni sobre a América Latina como instituição de sequestro. Disse também como temos sido um laboratório de experiências do hemisfério norte que nada têm a ver com a nossa realidade.

Esse modelo penal norte-americano, no qual a privatização dos presídios é uma singular característica, é um negócio que lucra com a dor e a privação de liberdade. Para ser mais rentável precisará de cada vez mais hóspedes e de penas mais longas. Ou seja, ele vai produzir uma demanda jurídico-penal que se associe aos novos negócios da prisão. Este paradigma carcerário está completamente vinculado a um modelo político-econômico que se encontra em uma profunda crise. É o modelo neoliberal que transformou o Estado Social em Estado Penal, com a supremacia do capital vídeo-financeiro. Este complexo bélico-jurídico e prisional

está sendo questionado como o poder dos complexos financeiros e midiáticos que dominaram o mundo, produzindo pobreza, violência, dor e ressentimento.

Ao invés de colonizadamente nos aculturarmos aquilo que já se foi no hemisfério norte, penso que deveríamos estar construindo aquilo que Darcy Ribeiro chamou de “civilização brasileira”. Precisamos construir um dique utópico que permita o florescimento de nossa inventividade; um projeto soberano que vá ao encontro do povo brasileiro: pensar numa programação descriminalizante pode ser o antídoto contra as transculturações macabras.

São Paulo, abril de 2015.

VERA MALAGUTI BATISTA

Professora de Criminologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia e diretora da revista *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. É autora de *Difíceis ganhos fáceis* (Revan, 2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro* (Revan, 2003) e *Introdução crítica à criminologia brasileira* (Revan, 2011).

Verdade, Memória e Justiça na Saúde em São Paulo: uma questão em aberto

Carlos Botazzo

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) deixou como saldo um terrível arsenal de escombros de todo tipo, aquilo em certa altura, lá pelos finais da década de 1980, o Deputado Ulisses Guimarães classificou como “entulho”. Ele assim se referia ao fato de que o trabalho da Constituinte terminara, com a outorga ao país da nova Carta Magna e, no entanto, ainda havia pela frente um formidável trabalho de limpeza do “canteiro de obras”. De fato, restaram e restam — como fantasmas nos assombrando nos dias atuais —, “entulhos” de toda sorte, desde a parcialidade da Lei da Anistia até a militarização das polícias e a criminalização dos movimentos sociais, sobrando pelo caminho a impunidade de tantos quantos participaram do esquema repressivo, não apenas militares de alta patente, mas igualmente corporações empresariais e da imprensa, intelectuais e políticos, e só muito recentemente se pôde estimar, com certa precisão, o

tamanho e o *modus operandi* das forças de segurança interna do regime.

De fato, passados praticamente cinquenta anos do golpe militar e trinta do seu término é que se conseguiu reunir condições, ainda que parciais e precárias, para iniciar a investigação desse período, como movimento de setores da sociedade em busca de recuperar a Verdade pelo trabalho da Memória como forma de se fazer a Justiça. Tiveram participação nesse processo grupos e instituições que foram centrais na organização da campanha política pela anistia e que permanecem atuantes ainda nos dias de hoje. É o caso, entre outros, da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, e também do Instituto Sedes Sapientiae. Foi assim que a Lei 12.528 — que instituiu a Comissão Nacional da Verdade —, embora tardiamente, fez a sociedade brasileira conhecer um pouco dos métodos utilizados pela ditadura no tratamento de opositores políticos, marcados pela violação sistemática de direitos fundamentais, e criar as condições que pudessem permitir ao Brasil aproximar-se do âmbito da chamada “Justiça de Transição”. Criadas as condições, e instalada a Comissão Nacional, multiplicaram-se pelo país numerosas outras comissões da verdade para apuração de violações de direitos, em escala territorial menor e com objetivos mais focados em eventos específicos ou mais especializados. Uma exceção neste espectro foi a Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que teve seus trabalhos encerrados em 15 de março de 2015, com grande amplitude nas suas audiências e nos resultados e recomendações gerais do seu relatório final.

Entre as comissões mais focadas, emerge a Comissão da Verdade da Saúde, da Associação Paulista de Saúde

Pública (APSP). É dela que vamos falar um pouco neste capítulo e apresentar as nossas principais observações, que compartilhamos com todos os leitores neste espaço propiciado pela *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, de São Paulo.

A Associação Paulista de Saúde Pública foi fundada em 1972 por um grupo de professores da Faculdade de Saúde Pública da USP. É a mais antiga associação de saúde pública do país. Manteve-se viva durante a ditadura e posteriormente, nos anos 1990, absorveu a Associação dos Médicos Sanitaristas do Estado de São Paulo. Seus dirigentes e associados participaram intensamente de toda a movimentação da Reforma Sanitária, e foram protagonistas nos movimentos populares de saúde que se formaram naqueles anos. A APSP acompanhou de perto o surgimento do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), e em conjunto essas entidades estiveram na proa do grande movimento da Reforma Sanitária brasileira. Tal movimento, em vigência até os dias de hoje, culminou com a modernização do sistema nacional de saúde no Brasil e instituiu o SUS, um dos mais extensos e complexos sistemas de saúde universais de todo o mundo.

No segundo semestre de 2013, no 13º Congresso Paulista de Saúde Pública, a APSP concretizou sua intenção de participar do esforço de resgatar do passado a memória de trabalhadores da saúde — estudantes, professores, técnicos, pesquisadores, médicos, enfermeiros etc. — que foram vítimas de violações durante a ditadura. Em encontro realizado em novembro desse ano, do qual participou o Deputado Adriano Diogo, que então presidia a CEV “Rubens Paiva”, foram lançados os alicerces da Comissão da Verdade da Saúde

em São Paulo. Foram definidos seus objetivos, circunstanciadamente assim definidos: 1) identificar estudantes, médicos, professores e outros trabalhadores da saúde violados pelos agentes repressivos; 2) descrever e caracterizar os processos de violação; 3) por meio da escuta e do testemunho, produzir conhecimento e esclarecimentos sobre os processos de violação; 4) participação coletiva, com outras entidades e movimentos associativos, na produção de conhecimentos, com a formação de um grupo reflexivo sobre as condições atuais da sociedade brasileira. Desde o início, portanto, destacávamos as características políticas e pedagógicas do projeto.

O grupo que se formou na APSP era bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista da origem quanto de profissão: médicos, dentistas, psicólogos, cientistas sociais, gente de São Paulo, gente de outras localidades e regiões do Brasil, e muitos com experiência de terem sofrido violações durante a ditadura.¹ Por isso, desde o início formou-se uma rede de interesses comuns e o grupo tinha clareza do que poderia ser feito para o levantamento e sistematização do material que aos poucos ia emergindo no trabalho de campo. Também tivemos claro que *revisitar este lugar* seria perturbador, e não por acaso muitos de nós passamos a frequentar as Clínicas do Testemunho e os Grupos de Reflexão e Testemunho. Isto nos permitiu suporte para o enfrentamento emocional de situações que de um modo ou de outro passariam a ser vividas

1. Aristeu Bertelli, Carlos Botazzo (coordenador), Cristina Almeida de Souza, Danilo Fernandes Costa, Elzira Vilela, Emilia Emiko Kita Lopes, Eva Teresa Skazufka, Lia Lima Telle Rudge, Pedro Paulo Chieffi, Teresa Cristina Gonçalves, Tiago Noel Ribeiro.

pela retomada dos percursos e destinos de tantos daqueles que sofreram as violências da repressão.

Como forma de trabalho, organizamos três subgrupos ou grupos temáticos, que foram: 1) Grupo do IML; 2) Grupo dos trabalhadores e profissionais de saúde; 3) Grupo do Instituto Butantã.

Previsivelmente, não conseguimos realizar todas as tarefas às quais nos havíamos proposto, entre elas a investigação sobre os manicômios em São Paulo. A despeito disso, conseguimos levantar nomes de pessoas que sofreram violências, que foram presas ou que foram afastadas do trabalho ou impedidas de continuar estudando, e tivemos acesso às listas de denúncias que foram preparadas logo depois do golpe com indicação de quais seriam os “suspeitos” de atividades “subversivas” que deveriam ser detidos ou mantidos sob vigilância. Do mesmo modo, pudemos apreciar manifestos assinados por professores ou pesquisadores e cientistas, de apoio ao regime, dos institutos de pesquisa e da universidade, igualmente com a indicação de colegas que seriam “suspeitos” de simpatia com posições políticas socialistas ou de atividades de “proselitismo” político. O que deduzimos desse material é que os militares tinham o esquema de inteligência e o controle do aparelho repressivo, mas lideranças civis e profissionais da saúde — incluindo professores universitários e pesquisadores — simpáticos ao golpe atuaram como auxiliares das forças repressivas. Este envolvimento acha-se exaustivamente comprovado em outros trabalhos e investigações, mas é obrigatório que seja salientado neste capítulo.

Também encontramos pistas quanto ao encaminhamento de prisioneiros políticos ao complexo do Hospital

das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, e algumas conexões com o Hospital Geral do Exército, no bairro do Cambuci, em São Paulo, porém não conseguimos progredir nas investigações e abandonamos essa vertente. Do mesmo modo, não conseguimos avançar no registro de testemunhos dos trabalhadores da saúde quanto aos eventos de que teriam sido vítimas durante a repressão. Na verdade, registramos alguns, e é propósito continuar explorando este tema, mesmo quando as CV deixarem de ter existência legal.

Como parte das atividades gerais, realizamos em 2014 uma série de eventos para marcar a passagem dos Cinquenta anos do Golpe Militar. Em 31 de março e 1º de abril de 2014 realizamos na Faculdade de Saúde Pública, em conjunto com o Centro Acadêmico Emílio Ribas (CAER, dos estudantes da FSP), debates sob o título “31 de março ou 1º de abril. Um Golpe de Estado Contra o Povo”. Nas mesas realizadas nesses dois dias, foram abordados temas relacionados ao golpe e ao momento histórico vivido em 1964, e pudemos apresentar o áudio da sessão do Congresso Nacional que, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, declarou “vaga a Presidência da República, uma vez que o Senhor João Goulart ausentou-se da capital federal”, na voz do senador Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso e um dos líderes civis do golpe [naquele momento, o Presidente João Goulart encontrava-se em Porto Alegre, RS]. Na mesa do dia 1º de abril tivemos a oportunidade de homenagear Elza Berquó, Professora Emérita da Faculdade de Saúde Pública, uma das que sofreu as arbitrariedades do período, com sua cassação ou “aposentadoria compulsória” em 1968, imediatamente na esteira do AI-5. Pouco depois realizamos outra mesa temática — “Vivências de Ditadura” — com apresentação de

filme e debate coordenado pela professora Vera Paiva. Para completar o ciclo, em dezembro de 2014 realizamos mesa de debates que teve como tema “Impactos da Ditadura Civil-Militar na Saúde”. Nessa sessão os presentes, tanto os expositores na mesa quanto os participantes da plenária, puderam expor e debater as situações que eles e outros vivenciaram nos anos de chumbo, suas prisões, assédios, constrangimentos e outras dificuldades, numa autêntica sessão coletiva de depoimentos e testemunhos.

Previsivelmente, o tema dos laudos falsos do Instituto Médico-Legal de São Paulo consumiu grande parte do tempo e da energia dos integrantes do grupo de trabalho.

Já era sobejamente conhecida a atuação dos legistas do Instituto Médico-Legal de São Paulo. Desde as primeiras execuções em diligências e mortes sob tortura de prisioneiros políticos, invariavelmente periciados como suicidas ou vítimas de atropelamento ou envenenamento, denúncias consistentes apontavam a responsabilidade de legistas do IML de São Paulo no acobertamento dos fatos, alguns dos quais tornaram-se tristemente conhecidos, como foi Harry Shibata, talvez o mais notório deles pelo caso Herzog. Mas havia outros, até com maior número de laudos falsos e, todavia, menos conhecidos. Durante muito tempo admitiu-se que as violações tinham acontecido “nos porões da ditadura”. Esta foi uma expressão consagrada na mídia e também em numerosos registros e discursos oficiais, indicando que as torturas sistemáticas, as mortes e os desaparecimentos forçados não seriam do conhecimento — e menos ainda com o aval —, dos comandantes militares. As investigações conduzidas pelas Comissões da Verdade derubaram essa tese.

Para compreender como o esquema funcionava é preciso lembrar que os IML são vinculados às secretarias da Segurança Pública. No entanto, a partir de 1970 passaram a integrar as estruturas que compunham o esquema dos DOI-Codi. Os *Destacamento de Operações de Informações-Coordenação de Defesa Interna*, mais conhecidos pela sigla DOI-Codi, foram montados em todo o Brasil, sobretudo nas grandes capitais, depois do êxito da Operação Bandeirantes em São Paulo. Como hoje é sabido, tal modelo de estrutura repressiva colocou sob comando único as polícias civis e militares, e grupos selecionados do Exército, Marinha e Aeronáutica. Incluíam, no suporte logístico, o aporte de recursos financeiros de empresários (Fiesp, Fierj etc.), a cessão do parque de viaturas de empresas jornalísticas, alimentos e bebidas pela indústria da nutrição e a cessão de veículos especiais pela indústria automobilística. Toda essa estrutura, finalmente, achava-se subordinada ao Comando Militar nas regiões, e tais comandos respondiam diretamente ao Alto Comando das Forças Armadas em Brasília. Assim, contrariamente à tese propalada, não era de “porões” que se tratava. Mesmo quando as câmaras de tortura estivessem localizadas em “porões” ou “casinhas da vovó”, elas não eram estranhas ao esquema; ao contrário, foram parte integrante e dirigidas por oficiais de alta patente.

Do mesmo modo, não é crível que os corpos das vítimas tenham sido periciados aleatoriamente. A sistematização de outros estudos e levantamentos conduzida pelo grupo de trabalho da APSP permitiu identificar 51 casos de assassinatos de presos políticos em São Paulo entre 1969 e 1976. Do mesmo modo, foram identificados 33 médicos legistas que assinaram laudos necroscópicos no período

considerado. A maior parte deles assinou apenas um laudo, mas 11 deles assinaram mais de um laudo e sete assinaram mais de cinco laudos. A grande concentração recai sobre cinco legistas, todos com mais de oito laudos, sendo que apenas um deles assinou 22 laudos. Sabendo-se que os laudos são sempre assinados por dois legistas, é possível deduzir a complexa teia de compromissos que se estabeleceu entre eles. O alto número de laudos assinados por alguns legistas indica que eles não estavam burocraticamente “de plantão” no dia da morte do prisioneiro. Ao contrário, ainda que pudesse haver um legista de plantão, esses outros mais frequentes é que garantiam o funcionamento do esquema.

Em conclusão, como questão em aberto, temos ainda pela frente um número expressivo de situações e eventos que nos cumpre investigar e lançar luz para a história. São numerosos os sujeitos que não tiveram oportunidade de registrar suas impressões ou de simplesmente falar o que lhes aconteceu durante a ditadura, quer tenham sido presos ou não. O contexto da época, os eventos, as circunstâncias em que tais ou quais acontecimentos tiveram curso, o terror institucional promovido por meio de repressão sistemática, as proibições, o exercício discricionário do poder, enfim, a memória dessas vivências ainda aguarda, no campo da saúde, que seja recolhida, organizada e sistematizada.

Do mesmo modo, e em vista do material arrolado — reportagens, cartas, manifestos, listas de cassações —, estima-se que aqui também um olhar historiográfico seja de grande valia para compreender as motivações dos sujeitos implicados e mesmo compreender seu papel na produção de ciência e tecnologia nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Por fim, é possível afirmar que a obstrução da memória dessas vivências atuou como significante para a manutenção do estado de terror em todo o período ditatorial e, mais recentemente, pode ser vista como determinante para as situações de violência policial contra populações pobres das periferias das nossas grandes cidades e, do mesmo modo, para o estado de abandono e subfinanciamento a que estão relegados os serviços educacionais e de saúde pública. O passado não resolvido, com toda sorte de crimes que se mantiveram impunes, manifesta-se na cultura de violência, discriminação e preconceito que nos emaranha a todos em seus finos tentáculos. Mas esta é modernidade e *aggiornamento* de uma sociedade que, em parte, reflete a situação crítica em que, hoje, se encontram numerosos povos e sociedades em todo o mundo.

São Paulo, abril de 2015.

CARLOS BOTAZZO

Professor Associado da Faculdade de Saúde Pública/USP; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Paulista de Saúde Pública; Membro da Comissão da Verdade da Saúde em São Paulo.

O papel da Verdade na construção da memória comum

Adriano Diogo

O fim da ditadura, em 1985, e o impulso à democratização do país com base em uma visão de direitos a partir da aprovação da Constituição de 1988 foram dois momentos marcantes da história brasileira. Mas a derrota do autoritarismo não foi suficiente para, em nenhum deles, o Brasil passar a limpo os crimes cometidos pelo Estado nos chamados “anos de chumbo”. Foram precisos de mais 24 anos para o Governo brasileiro dizer à sociedade que não avançaremos rumo a um futuro em que a democracia seja um direito efetivamente assegurado a todos — livre de preconceito de raça, condição social, fé religiosa e identidade sexual — sem que a responsabilidade do Estado e de seus agentes pelos crimes cometidos contra os direitos humanos sejam apuradas.

Em 2012, com o lançamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi dado um passo decisivo para a busca

da Verdade, da Memória e da Justiça — iniciado em 2008 pelo projeto Caravanas da Anistia, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, por meio do qual o Estado pede perdão às pessoas afetadas pela ditadura.

A criação da CNV teve como efeito imediato a formação de dezenas de Comissões da Verdade em todo o país — totalizando cerca de 90 —, em Casas Legislativas, sindicatos, universidades e movimentos sociais, resultando num rico debate a partir dos relatos apresentados por militantes políticos e sociais que foram protagonistas da luta contra a ditadura e sobreviveram aos sequestros, torturas e perseguições, assim como os depoimentos de companheiros e familiares dos mortos e desaparecidos no período.

Tive a honra de presidir uma dessas comissões, a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa de São Paulo, tarefa que abracei com a responsabilidade, dedicação e firmeza exigidas. Durante três anos, ao lado de uma equipe competente e extremamente comprometida formada por Maria Amélia de Almeida Telles, a Amelinha; Ivan Seixas; Tatiana Merlino; Renan Quinalha; Ricardo Kobayashi; Vivian Mendes; Thais Barreto; Maria Carolina Bissotto; Danilo Morcelli; Álvaro Okura e Pádua Fernandes — e contando com o apoio de um Conselho formado por representantes de mais de 30 organizações da sociedade civil —, a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” realizou 150 audiências públicas em que ouviu o depoimento de aproximadamente 1.000 pessoas. Essas audiências foram transmitidas ao vivo, pela internet, e estão duplamente documentadas no relatório final “Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva – Verdade Aberta”, que pode ser lido on-line ou baixado (na íntegra

ou dividido por capítulos) no endereço www.verdadeaberta.org; e na página do Youtube que disponibiliza todos os depoimentos realizados: <https://www.youtube.com/user/comissaodaverdadesp>.

Também como parte desse trabalho foram lançados três livros: *Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Cumpra-se*; *Bagulhão: A voz dos presos políticos contra os torturadores*; e *Infância roubada*.

Essas três publicações revelam uma face oculta do regime que pouca gente conhecia. *Bagulhão* foi o nome dado ao documento assinado por 35 presos políticos do Barro Branco, em São Paulo, produzido clandestinamente no cárcere, em 1975, e que eles conseguiram fazer com que saísse do país para denunciar os nomes de 233 agentes públicos que aplicaram ou participaram de torturas e assassinatos. Publicado originalmente em Portugal, em 1976, e reproduzido em reportagem de capa do jornal *Em Tempo*, em 1978, ganhou sua primeira edição brasileira em livro pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. Já o livro que reproduz a sentença da Corte Interamericana de 2010 revela os termos da condenação do Brasil por não investigar os crimes de Estado na Guerrilha do Araguaia. *Infância roubada*, por sua vez, foi realizado a partir dos depoimentos de filhos de militantes políticos, presos com seus pais, que sofreram tortura psicológica e, em alguns casos, física, na ditadura.

Sobre esses trabalhos reproduzo o que disse no Relatório Final da CEV Rubens Paiva: “A Comissão da Verdade não pode ser vista como um movimento isolado da sociedade. Ela é o produto de uma luta. Então, nem o Estado brasileiro, nenhum partido político, nenhum governo pode ser única e exclusivamente o canal de representação da sociedade. A

Comissão da Verdade, tanto a Nacional, criada na forma da lei, como as estaduais e as municipais (...) são o produto da luta, da resistência do povo brasileiro”.

O PASSADO NO PRESENTE

O ano de 2014, em que foram concluídos os trabalhos da CNV, assistiu ao surgimento de um movimento de contestação impulsionado pela extrema-direita. Desde então, torturadores como o delegado Carlos Alberto Augusto, o Carlinhos Metralha, têm sido apresentados como “heróis” que salvaram o país de virar uma nova Cuba. Será mera coincidência? Certamente não.

Para André Pascal Allende, sobrinho do presidente chileno derrubado pelo golpe militar de 1973, Salvador Allende, o poder militar que se organizou em nosso país a partir do Golpe de 1964 se expandiu pela América do Sul. Ao falar ao público presente no seminário “Ditaduras no Cone Sul”, em maio de 2014, em Santo André, ele disse que a força militar permaneceu intacta mesmo com o fim das ditaduras na região.

No Brasil, parte desse poder é constituído pelas polícias militares. Criadas como força auxiliar do Exército para o “combate à subversão”, elas nasceram e se desenvolveram sob a lógica do inimigo interno e voltadas para proteger a propriedade. Não compartilham o entendimento de que a segurança pública se faz em aliança com a sociedade. Se na ditadura essa visão era coerente com a natureza do regime, é inaceitável que continue prevalecendo em pleno Estado de Direito. E explica, em boa medida, por que na democracia a tortura, assassinatos e desaparecimentos ainda aconteçam pelas mãos de agentes públicos.

O livro *Infância roubada* mostra como os filhos dos militantes foram tratados nos “anos de chumbo”. Hoje, adultos, muitos relataram traumas que se transformaram em sequelas psicológicas. Alguns são atendidos, individualmente ou em grupo, em Clínicas do Testemunho.

Mesmo após o fim da ditadura, as estruturas repressivas, de investigação e vigilância dos movimentos sociais e políticos continuam a ser tratadas com a mesma doutrina e com o mesmo *modus operandi* do período de exceção. Não é por acaso que diversos grupos e jovens, especialmente das periferias, estejam articulando as “Comissões da Verdade da Democracia”. Faz sentido.

A luta contra as violações aos Direitos Humanos ontem e hoje é a mesma, constitui uma só luta. Nenhum crime cometido na democracia será devidamente apurado sem que violações ocorridas na ditadura sejam esclarecidas. Isso porque o passado teima em sobreviver no presente.

Os trabalhos das Comissões da Verdade e das Clínicas do Testemunho permitem que a memória coletiva não seja apagada. Ela é fruto das lembranças de cada um. Para entender a dimensão social das sequelas provocadas pelo autoritarismo é preciso compartilhá-las, fortalecer os vínculos nascidos da solidariedade, da re-humanização dos laços entre as pessoas. Contar, enfim, para conhecer, se reconhecer e entender o outro. E, então, olharmos juntos para dor coletiva já sem medo.

Para que nunca mais aconteça.

ADRIANO DIOGO

Geólogo; Deputado Estadual (2002-2015); Presidente da Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa de São Paulo (2012-2015).

A busca por Memória, Verdade e Justiça

*Ana Paula Brito
Maurice Politi
Milton Bellintani*

Criado em 2009 por ex-presos políticos, o Núcleo de Preservação da Memória Política atua para a promoção de políticas públicas nas questões referentes à Memória Política, à defesa dos Direitos Humanos e em ações educativas nessas áreas, adotando o lema “Conhecer o passado para entender o presente e construir o futuro”. A organização nasceu como um grupo de trabalho do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, entidade fundada em 2001 para defender os interesses dos ex-prisioneiros políticos e perseguidos na ditadura civil-militar no Brasil de 1964-1985.

Em aliança com mais de 30 entidades similares no Brasil e outros países da América Latina, promove a conscientização dos organismos públicos e privados para transformar em memoriais de referência os lugares onde ocorreram violações dos direitos humanos, especialmente

nos “anos de chumbo” constituídos pelo ciclo de ditaduras na região a partir de 1964.

Em 2009, o Núcleo Memória tornou-se o primeiro membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Lugares de Consciência, que tem em sua articulação regional a Rede Latino-Americana de Lugares de Consciência, um grupo que tem se caracterizado pelo esforço conjunto de investigação do autoritarismo nas Américas hispânica e portuguesa e pela promoção de atividades regulares com vistas a dar visibilidade à luta pela Memória, Verdade e Justiça.

Durante o ano de 2008, integrantes do Núcleo Memória assessoraram a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo na transformação do prédio onde funcionou a sede do Deops (Departamento de Ordem Política e Social) no Memorial da Resistência, inaugurado em 25 de janeiro de 2009, que se constituiu em marco da luta pela verdade histórica como primeiro projeto museológico de Memória no Brasil.

Em 2014, o Memorial da Resistência de São Paulo, o sexto museu mais visitado da cidade de São Paulo, recebendo um público de 75 mil pessoas — cerca de 30% em visitas educativas organizadas especificamente para escolas, instituições de ensino e/ou grupos organizados da sociedade civil.

OS SÁBADOS RESISTENTES

Em 2008, como contrapartida ao trabalho de assessoria voluntária desenvolvido pelo Núcleo Memória

na elaboração do plano museológico do Memorial da Resistência, foi celebrado um acordo entre as duas instituições para a realização de atividades educativas no auditório do Memorial: os “Sábados Resistentes”, cuja proposta é ser um espaço de discussão entre militantes das causas libertárias, de ontem e de hoje, pesquisadores, estudantes e todos os interessados no debate sobre as lutas contra a repressão, em especial a resistência ao regime civil-militar implantado com o golpe de Estado de 1964. Com cerca de 90 atividades realizadas entre 2008 e o primeiro quadrimestre de 2015, os Sábados Resistentes têm como objetivo maior o aprofundamento dos conceitos de Liberdade, Igualdade e Democracia, fundamentais ao Ser Humano. Em sete anos, todas as correntes políticas, sem exceção, e personalidades que se destacaram no enfrentamento à ditadura foram homenageadas e puderam apresentar seus relatos e contribuição ao resgate da Memória social brasileira e latino-americana. O espaço se transformou em um ponto de encontro entre os veteranos resistentes do passado e os jovens lutadores sociais da atualidade. Além de debates, exibições de filmes, leituras de peças teatrais, apresentações de grupos musicais e realização de exposições temáticas, os Sábados Resistentes promovem a Feira de Livros da Resistência, que em 2014 recebeu a visita de mais de 400 pessoas para conhecer obras que retratam a luta contra a ditadura e conversar com os autores. Ainda em 2014 os Sábados Resistentes abriram espaço para que as duas iniciativas que integram o Programa Clínica do Testemunho da Comissão da Anistia — a Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos e a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* — apresentassem suas propostas de trabalho.

APOIO À PESQUISA

Como parte de sua ação educativa, o Núcleo Memória mantém um site na internet (www.nucleomemoria.org.br), utiliza as redes sociais Facebook e Twitter para divulgar as atividades que realiza e produz, ainda, cartilhas gratuitas para subsidiar pesquisas e trabalhos escolares. Entre as publicações já produzidas destacam-se “A Comissão da Verdade – porque, o que é e o que devemos fazer”; “40 anos da Guerrilha do Araguaia”; “Movimento Revolucionário Tiradentes – A guerrilha operária”; “Grabois, Pomar e Frate – três revolucionários com 100 anos de idade”; e “O Doutor – a trajetória da família Lucena”, entre outros títulos.

PROJETOS

O Núcleo Memória utiliza a reflexão coletiva a partir de exibição de filmes como estratégia de sensibilização para a temática dos Direitos Humanos e conscientização dos crimes cometidos pelo autoritarismo. Nesse sentido, criou o Projeto Cine Bijou – Cinema e Memória, que em 2010, 2011 e 2013 exibiu dezenas de obras a um público formado por jovens, acadêmicos, pesquisadores e militantes sociais. O nome da iniciativa visa resgatar a importância do cinema de rua em São Paulo. As três edições foram realizadas na antiga sala Sergio Cardoso do extinto Cine Bijou, atual Teatro Studio Heleny Guariba, localizado na Praça Roosevelt, em São Paulo, que na época da ditadura civil-militar foi um local de resistência cultural e política onde se projetaram filmes que haviam sido censurados pelo regime. A programação do

Projeto Cine Bijou – Cinema e Memória trouxe à tona o debate sobre filmes que ajudam a compreender a história brasileira e sua relação com acontecimentos mundiais como a Guerra Civil da Espanha (1936-1939), a luta anticolonial na África e a atuação dos Estados Unidos no ciclo de ditaduras cívico-militares na América Latina — em que o golpe de 1964, no Brasil, representou um salto de qualidade no controle da região a partir de Washington e na disseminação do terrorismo de Estado, com o emprego da tortura, assassinatos e desaparecimento de opositores dos regimes. A terceira edição, em 2013, lançou o filme *1964 – Um golpe contra o Brasil*, produzido pelo Núcleo Memória com apoio da TVT (Televisão dos Trabalhadores) e dirigido por Alípio Freire, com testemunhos de protagonistas da luta social sobre a conspiração que levou à ditadura e a resistência que se seguiu a ela. O documentário, produzido com apoio de emenda parlamentar apresentada pelo então deputado federal Adriano Diogo (PT-SP) à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, teve suas 500 cópias iniciais distribuídas gratuitamente a bibliotecas públicas, escolas de ensino médio, universidades e movimentos sociais, com a recomendação de que cada cópia gerasse ao menos outras 10 cópias autorizadas e fossem utilizadas para apoiar debates públicos nesses espaços. O lançamento do filme, em março de 2014, constitui até hoje o recorde de público dos Sábados Resistentes: pelo menos 500 pessoas compareceram para assistir ao documentário e debater com o diretor Alípio Freire, o que exigiu que fossem marcadas sessões alternativas visto que a capacidade do auditório do Memorial da Resistência é de 160 lugares.

DITADURA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Ainda como parte de sua ação educativa, o Núcleo desenvolveu o curso “Ditadura: História e Memória” em 2013 e 2014, idealizado pelo professor Heládio Leme, ex-presos político, que foi oferecido a alunos do Cursinho da Poli — preparatório para a universidade a alunos de baixa renda. O curso abordou as origens do golpe civil-militar, sua ideologia e metodologia, a estrutura repressiva e as diversas formas de resistência à ditadura.

LUGARES DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA

A experiência na transformação do antigo Deops no Memorial da Resistência de São Paulo, hoje um lugar de memória e consciência da sociedade brasileira, estimulou o Núcleo Memória a pensar em outros sítios históricos da repressão política que devem ser ressignificados. Dois deles também estão na cidade de São Paulo: a antiga Auditoria Militar, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, e o famigerado DOI-Codi, na confluência das ruas Tutoia e Thomaz Carvalhal. O Núcleo Memória, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção São Paulo, o Ministério Público Federal e a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa de São Paulo, obteve do Governo Federal a cessão do prédio da ex-Auditoria Militar de São Paulo para a criação do Memorial da Luta pela Justiça, que homenageará os advogados que defenderam presos políticos e os direitos humanos na ditadura. O objetivo é que também seja um centro de ação educativa para que as gerações futuras

possam saber como era lutar por justiça num momento em que no país não havia justiça. As obras de reforma e musealização desse novo Lugar de Memória serão concluídas no fim de 2016.

No dia 27 de janeiro de 2014, o CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) recomendou ao governo estadual que o local onde funcionou o centro clandestino de repressão conhecido inicialmente como Operação Bandeirante (OBAN) e posteriormente incorporado ao organograma do II Exército como DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) seja convertido também em Lugar de Consciência e Memória da cidade de São Paulo. O processo de tombamento foi aberto pelo ex-preso político Ivan Seixas, atual presidente do Conselho de Administração do Núcleo Memória. Os estudos, feitos pela equipe liderada pela historiadora Deborah Neves, duraram cerca de três anos, e incluíram inúmeras inspeções na delegacia de polícia da Rua Tutoia e no prédio vizinho, hoje separado por um muro alto, que juntos constituíram o lugar que os agentes da repressão anunciavam aos presos que ali chegavam para sessões de interrogatório e tortura, como sendo a sucursal do inferno.

Em breve, a cidade de São Paulo contará com três significativos Lugares de Memória e Consciência. O antigo Deops, a ex-Auditoria Militar e o extinto DOI-Codi de São Paulo, órgãos oficiais e centro clandestino do Estado brasileiro utilizados nas ditaduras de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985 para deter ilegalmente, condenar em tribunal de exceção, torturar e matar lutadores sociais que enfrentaram o autoritarismo. A transformação desses espaços no Memorial da

Resistência de São Paulo, no Memorial da Luta pela Justiça e no espaço ainda não nomeado que substituirá o DOI-Codi são passos fundamentais não apenas para resgatar a Verdade e a Memória em nosso país, como também afirmar o acerto das políticas de reparação — financeira e psicológica — e abrir o debate sobre a responsabilização pelos agentes públicos que cometeram crimes contra a democracia e a cadeia de comando. Numa palavra, Justiça.

São Paulo, abril de 2015.

ANA PAULA BRITO

Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Diretora do Núcleo de Preservação da Memória Política; Pesquisadora do Memorial da Resistência de São Paulo.

MAURICE POLITI

Administrador de Empresas; Diretor do Núcleo Memória; Ex-preso político.

MILTON BELLINTANI

Jornalista; Professor; Diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política.

TESTEMUNHOS DOS
PARTICIPANTES DAS
ATIVIDADES
CLÍNICO-POLÍTICAS

A reconstrução pela palavra dos vínculos quebrados pela ditadura

Milton Bellintani

O golpe de Estado civil-militar de 1964 atingiu a democracia brasileira como um tsunami. Primeiro, cassando mandatos: do presidente da República, de parlamentares e sindicalistas. Depois, perseguindo, prendendo, torturando e assassinando lideranças e militantes sociais, operários, camponeses, professores, artistas, religiosos e indígenas. Finalmente, como consequência disso, afetando as famílias, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e conhecidos de pessoas que, de uma hora para outra, sumiram de circulação: entraram para a clandestinidade, se exilaram ou foram mortas — e seus corpos, ocultados.

Como uma gigantesca onda de autoritarismo e arbítrio, o novo regime cobriu o país de medo e incerteza. Se aconteceu com alguém próximo, poderia acontecer com qualquer um. O espaço público encolheu. A quebra dos laços sociais foi, ao mesmo tempo, estratégia e requisito para o controle e exercício do poder absoluto.

Mergulhar nesse período em busca da Verdade, da Memória e da Justiça, ao contrário do que dizem os interessados no esquecimento — por terem se beneficiado direta ou indiretamente pelo regime de exceção —, não pode ser confundido com obsessão mórbida. Ao contrário, é a exigência para identificar as sequelas políticas, sociais e individuais que a ditadura deixou e, a partir disso, promover o (re) encontro de cada um consigo mesmo, com seus familiares, vizinhos, colegas e a sociedade em geral.

Superar o trauma inevitável desse período não é uma tarefa individual e sim coletiva. Porque ele só afetou o indivíduo por, antes, haver afetado a sociedade.

Os “anos de chumbo”, no Brasil, tiveram diferentes fases. Eles começaram com o assalto ao poder, em 1º de abril de 1964, e a tentativa de institucionalização do arbítrio por meio de leis de exceção. Como se dar ares de legalidade ao regime de voz única pudesse transformar ditadura em algo parecido com uma democracia tutelada. De 1968 a 1976, vigorou o terrorismo de Estado, com a utilização do sequestro, prisões ilegais, tortura, assassinato e desaparecimento como práticas de combate aos que ousaram resistir. Nos anos seguintes, os militares que tomaram o Executivo levaram a cabo seu projeto de abertura controlada — para a qual o extermínio de opositores foi condição — e o país conviveu com atos de terrorismo cometidos por setores à direita do núcleo no poder.

Boa parte dessa história está contada em livros e em reportagens. Alguns, com relatos mais subjetivos, deram uma pista das sequelas que a ditadura provocou: não apenas nos militantes que a combateram, mas também em seus familiares — pais, irmãos, filhos, netos. O trauma individual, no entanto, segue como uma dor difícil de encarar para a maioria.

As características da transição brasileira da ditadura para a democracia, em boa medida negociada a partir de fraturas do regime, resultaram em silêncio prolongado sobre os impactos causados em cada um e, como consequência, em toda a sociedade. Como chantagem para impedir a responsabilização pelos crimes cometidos e impor o esquecimento.

Foram necessários 27 anos para que o Estado brasileiro tivesse coragem de propor que essas histórias devem ser conhecidas. E oferecesse condições para isso. A criação do projeto Clínicas do Testemunho pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em 2012, permitiu a formação de cinco clínicas no país. Uma delas é a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, cuja experiência de dois anos e meio de trabalho é apresentada neste livro.

O capítulo a seguir oferece relatos de participantes do Grupo de Reflexão e Testemunho, formado por militantes, ex-presos, exilados políticos, filhos e netos de pessoas afetadas pela ditadura, e também de pessoas que optaram por atendimentos individuais com terapeutas da Clínica. Em ambos os casos, a necessidade de falar e ser ouvido, de compartilhar experiências, as certezas que resistiram e as novas incertezas do caminho, foi o que moveu cada um. Assim como pensar o futuro, individual e social, a partir do desejo de atuar no presente. Para isso foi preciso uma coragem tão grande como a de lutar contra a ditadura: a de olhar para dentro, reconhecer fragilidades, medos e, algumas vezes, culpa pelos danos colaterais involuntários a pessoas queridas que, mesmo não tendo se envolvido na luta política, sofreram consequências. Enfim, resgatar a dimensão humana que a ditadura quis destruir em nós.

Esse processo não foi linear. Muitos de nós quisemos parar no meio do caminho. Alguns desistiram. Outros voltaram. O espaço comum de acolhimento nos deu a força necessária para acreditar que não passou tempo demais para curar feridas que seguem abertas e continuar fingindo que as cicatrizes internas não incomodam só porque não são visíveis aos outros.

O passado vive em nós, como memória. Assim como os companheiros, camaradas, amigos e familiares que ficaram na estrada.

A eles dedicamos a nossa reflexão e busca de superação da dor através da palavra.

São Paulo, abril de 2015.

MILTON BELLINTANI

Jornalista; Professor; Diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política.

Ângela M. Bicalho Antunes Bueno

Professora em Ibiá e Itabira (MG);
Formosa (GO); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP).
Psicóloga Clínica desde 1977. Reside há 36 anos em São Paulo

Ainda somos revolucionários

Minha geração está envelhecendo... mas como bons revolucionários do nosso tempo, não estamos cansados! Continuamos a luta como jovens apaixonados, embora amadurecidos...

Desde jovem quis batalhar pelo mais pobre, mais carente, marginalizado.

Acostumada a vislumbrar o belo horizonte das terras mineiras, quis ver além daquelas montanhas o que afligia a humanidade.

Nasci quando terminou a Grande Guerra de 45, talvez predestinada a lutar pela paz, justiça e amor entre os homens.

Foi na Igreja Católica que tomei consciência do meu papel de cidadã. Pude ter contato com uma igreja engajada, libertária, atuante e presente na vida das pessoas.

Vi as reformas do Concílio Vaticano II, do grande Papa João XXIII, as Comunidades Eclesiais de Base, a Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, José Comblin,

um Cristianismo a favor dos excluídos de D. Helder Câmara, Paulo Evaristo Arns, Waldyr Calheiros, Tomás Balduino, Pedro Casaldáliga, Oscar Romero, entre outros.

Pena que muitos destes grandes homens já se foram!

E a igreja mudando seu destino de voz libertadora decepcionou a muitos no seu discurso e na prática. Expulsou alguns, silenciou outros. O Cardeal Ratzinger contribuiu para o esmagamento da Teologia da Libertação na América Latina.

Sabe-se que a CIA esteve envolvida com o Papa João Paulo II para mudar os rumos da Igreja Católica.

Nesse momento o Brasil também vivia o pior de seus sistemas de governo: uma ditadura militar por mais de vinte anos, as prisões, torturas nos porões do DOI-Codi.

E eu, com meus vinte e poucos anos, engajei-me nessa luta como professora e comunicadora de grupos sociais no Rio de Janeiro.

Em 1972, deixei a Vida Religiosa e comecei a estudar Psicologia para entender melhor este homem dividido, conflitado, aprisionado, traumatizado. Fiz da clínica minha militância em favor dos que sofrem e merecem ajuda.

Em 1978, fui a um Congresso de Psicanálise em São Bernardo do Campo e lá, pela força do destino, encontrei Inácio de Loyola G. Bueno. Deparamos com nossas histórias muito parecidas. Ele, ex-padre, dirigente do Círculo Operário de Volta Redonda. Preso político, calado e pressionado pelos poderes autoritários, expulso da Diocese e exilado por oito anos na Europa. Aos 38 anos, em plena maturidade produtiva, ceifaram-lhe os ideais de luta pelos Direitos Humanos, pela Democracia. Cortaram-lhe em carne viva a dor de uma vida sem perspectivas. O que a repressão fez a este homem e a todos nós que pensamos na igualdade para todos?

Porém, não apagaram nossa estrela nem impediram que nossa luz iluminasse novos rumos para esta sociedade.

Em 1979 nos casamos e partimos para uma nova construção de amor com dois filhos maravilhosos e também desafiadores: Marcelo e Sara.

Em 2007, acometido por várias doenças, ele partiu e me deixou o ideal de continuar lutando pelo direito de todos, numa democracia que privilegia os mais pobres. E cá estou eu, às vezes decepcionada de ver nossas lutas indo por descaminhos. Mas creio que reformas políticas, o fim da corrupção e motivações maiores podem mudar o rumo da nossa história, porque o Brasil ainda tem jeito e toda verdade é revolucionária.

Carlos Botazzo

(Baxo)

Professor Associado do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP

A vida de preso, político ou não, permanece no corpo. Memória indelével. O Grupo de Reflexão e Testemunho ajudou a dar transparência às situações vividas no tempo do cárcere, não todas — pois seria preciso um trabalho psíquico mais demorado e aprofundado—, mas muitas situações puderam retornar à superfície. Vê-las, percebê-las perto, senti-las, falar delas não foi completamente constrangedor. Antes, parecia.

É 1969, primeiro semestre. Estou no corredor da carceragem do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo. Do lado de fora das celas. Saí para servir o café da manhã, como vinha saindo todos os dias. Chamemos de café da manhã. Servia-se pão, café preto, uma fruta. Não lembro se havia mais. Manteiga? Igual a todos os dias, assim que iniciava o deslocamento pelos xadrezes os companheiros entupiam-me de recados. Às vezes contados ao pé da orelha, muitas vezes bilhetinhos que eu camuflava no cós da calça. Fazia esse serviço de faxina, como era chamado, porque os responsáveis pela carceragem sempre usaram prisioneiros para o serviço interno. Senão, seriam eles a fazer. Se acercavam de cuidados, tinha de ser alguém não completamente perigoso, alguém que não conhecesse muita gente, melhor se não

conhecesse ninguém. Eu me enquadrava na categoria: vinha do interior distante, onde me capturaram, e não conhecia nada da capital nem nunca havia estado na cidade de São Paulo. O faxina perfeito. Recomendação do chefe da carceragem: “se tentarem passar algum recado pra você, você me conta, combinado?”. Combinado. E lá fui.

Estou no corredor da carceragem do Dops. Logo no começo da manhã, logo na primeira cela, alguém me passa um bilhete. Havia a sala da carceragem, em frente ficava uma pequena copa com pia e armários (uma coisa meio suja, eu achava) e, estreito que era, vinha o longo corredor com as celas à esquerda. No fundo, havia discreto corte também à esquerda, e aí se localizavam três pequenas celas individuais. As outras comportavam uns 15 presos mais ou menos espremidos. Um soldado da Companhia de Guarda guarnecia as minhas costas com um fuzil, bem na altura dos lombos. Disfarçado, coloquei o papelinho no cós, fui andando e fazendo minhas pilhérias habituais. Devia entregar o recado na última cela do trajeto maior. Tomo um susto quando percebo, logo aos primeiros passos, que o papel se deslocava. O soldado atrás. Rememoro as histórias: esse era um trabalho arriscado, muitos já tinham retornado às torturas para dar informações. Continuo andando e o papel lá se ia descendo. Paro na cela seguinte, fico estranho com as conversas, avanço até a próxima, o papel cada vez mais embaixo. Chego na última cela do corredor e percebo, arrepiado, o papelinho já sobre meu chinelo! E agora??

“Sentinela!! Sentinela!!” A voz da presa mais famosa do pedaço ecoa pela carceragem toda. “Sentinela!!”. Ela grita insistentemente, pedindo ajuda ao guardinha. “Já vai”, ele diz. Ele então abaixa o fuzil, dá a volta pelo meu flanco direito e vai atender nossa única mulher presa. Solto um longo suspiro. Me abaixo rápido, apanho o bilhete e entrego ao fulano que o esperava sem ter notado nada da cena.

É o dia seguinte. Estou novamente no corredor da carceragem do Dops. Logo no começo da manhã, logo na primeira cela, alguém me passa um bilhete.

Cristina Almeida de Souza

Psicóloga pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” (1973); Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e do Grupo Acesso da Clínica Psicológica, desse mesmo Instituto; Atuação profissional nas áreas clínicas (adultos, jovens e atendimento relativo às vicissitudes da adoção e institucional)

De início, me perguntei qual o sentido de participar da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*: afinal, não tinha militado nos grupos de esquerda que lutaram contra a ditadura e pelas transformações sociais e políticas do nosso país, não tinha sido torturada ou obrigada a ir para o exílio.

No entanto, tive uma atuação, não organizada, espontânea, de apoio e solidariedade àqueles que militavam: acolhi perseguidos políticos na minha casa; levei material para outro Estado, ao visitar minha família; comecei a visitar os presos políticos no Barro Branco; participei do movimento pela Anistia e de tudo que ele fez, contribuindo para a derrocada da ditadura. Fiz parte, assim, de uma multidão de anônimos que, não sem correr riscos, apoiaram de várias maneiras a militância dos grupos organizados de esquerda, ampliando o seu alcance.

Na Clínica pude falar dessas experiências; da minha vinda para São Paulo ao encontro do meu companheiro, que saiu de Recife por já ter sofrido duas prisões devido à sua militância política; dos meus ex-chefes na Olivetti do Brasil, Sr. Tarsis de Oliveira, Chefe de Pessoal da Fábrica ao afirmar que eu, estagiária

na área de Recursos Humanos, era imprescindível, e Sr. Giannini, Gerente de RH, que confirmou esse posicionamento e, dessa forma, impediram a minha demissão por ter sido presa, em abril de 1975, durante 12 dias, no Deops de São Paulo. Essa prisão ocorreu juntamente com uma dezena de ex-presos políticos e pessoas, as quais, como eu, simplesmente, estavam próximas a esses militantes. Na ocasião, morava com meu filho, uma amiga e seu companheiro, ex-presos políticos, o filho dela e outra amiga.

Os adultos foram todos presos, sendo que o companheiro da minha amiga, dentista, foi levado do seu consultório, bem como sua secretária e um paciente. Foi presa, também, uma amiga que levava o seu currículo para que eu o encaminhasse no meu trabalho.

Participar da *Clínica do Testemunho* possibilitou resgatar e validar essa parte da minha história e integrá-la à minha militância posterior no movimento pelas Diretas-Já, na luta sindical, na oposição eletricitária e, posteriormente, no Sindicato dos Psicólogos, no Partido dos Trabalhadores; e às minhas opções profissionais e de vida.

Além disso, permitiu que compartilhássemos nossas histórias pessoais e políticas, nossas angústias diante do que sonhamos e realizamos, nossas diferenças, mas também nossas identidades nos questionamentos a uma sociedade ainda injusta e desigual e nossas esperanças de transformações.

Agora, diante do convite para contar a minha experiência nessa clínica, me perguntei: Por que escrever, se já tinha feito meus depoimentos a ouvidos sensíveis dos colegas e a escuta fina e continente das psicanalistas da *Clínica do Testemunho*, Cristina Ocariz, Paula Sálvia, Lia Ruge, Teresa Cristina Gonçalves?

Mas... decidi escrever.

Penso que as respostas a essa questão e à inicial estão intrinsecamente relacionadas ao testemunhar: afirmar, narrar, confirmar, revelar.

Ao escrever, resgatei, ainda, a memória da minha irmã e do meu pai. Meu pai, militar, já na reserva, mas advogado atuante, larga seus afazeres em Recife para tentar me visitar durante a minha prisão e em seguida vai fazer a mesma coisa junto a minha irmã e ao meu cunhado, militantes políticos, presos nos confins do Ceará, quando foram barbaramente torturados.

Assim, escrever e publicar é reafirmar — não apenas para um pequeno grupo de companheiros — que a nossa história se faz e refaz, a cada dia, por muitos atores.

É um testemunho que, junto com outros, pode contribuir para que a violência da ditadura não retorne. E, sobretudo, para evitar que essa violência continue, enquanto resquício e indício, a se expressar, entre tantas outras maneiras, na defesa do rebaixamento da maioria penal; na Violência de Estado, por meio das suas forças policiais, contra, principalmente, a população pobre, preta e periférica.

Darcy Andozia

Pedagoga; Coordenadora de Projetos em Educação Popular. Assessora do Secretário de Educação do Rio Grande do Norte (1974-1979); Coordenadora da Pastoral da Terra (1986-1989); Reside em São Paulo desde 1983.

Eram os anos 1960. Jango Goulart era candidato a presidente da República. Na escola se ensinava latim. O professor, um italiano, falava em política com algumas alunas que se interessavam por latim e política. Esse pequeno grupo se isolava porque eram cansativas as conversas das alunas do colégio de freiras, que só pensavam no futuro, no casamento, como seria a casa que iam ter... enfim, um conto de fadas.

O povo muito envolvido com a política saíra às ruas, naquele tempo, para assistir ao comício de Jango Goulart. Os colégios dispensaram os alunos para participar, não por consciência política, mas pela importância daquele homem que poderia, inclusive, ser o novo presidente. O país todo estava muito envolvido naquela campanha. Seu discurso era novo, e o povo acreditou e se esperançou... prevendo novos tempos, principalmente acreditando que finalmente o país sairia do domínio dos ianques — era assim que se referia aos gringos. O país estava tomando consciência do grau de dependência que existia em relação aos Estados Unidos.

A igreja (católica) também vivia um momento novo após o Concílio Ecumênico. A igreja já não era mais dos padres, freiras,

bispos. (Os leigos assumiram seu papel de povo de Deus, que reuniam comunidades eclesiais, e passaram a ter um papel ativo dentro da igreja).

Os jovens começaram a ocupar esse espaço novo e surgiram as pastorais da juventude. A diocese era a de Lins. As reuniões de jovens foram ganhando adeptos e quase todas as cidades do Noroeste do Estado de São Paulo tinham seus grupos.

E iniciaram-se, a partir do grupo de Araçatuba, encontros de jovens para discutir a realidade brasileira a partir da dominação que os Estados Unidos exerciam no país. Diziam que o Brasil era o quintal dos EUA. Esses grupos foram crescendo de tal maneira que foi eleita uma coordenação geral para fazer a ponte entre as diversas cidades. Os participantes cresceram em número e em consciência. Aí veio o golpe militar e o povo de Deus se recolheu. O tempo da escuridão tomou conta do país. E o povo de Deus foi perseguido, preso e morto.

A quem possa interessar

Pela última vez na minha vida, relatarei que meu filho Cacá, Carlos Alexandre Azevedo, foi preso juntamente com sua babá, Joana, em minha residência no bairro do Brooklin, em São Paulo, por policiais que deram um tapa em sua boca — provocando um corte na lateral. Em seguida, eles foram levados para o Deops, onde o encontrei após minha prisão. Encontrei Joana sentada numa cadeira, com Cacá no colo, dormindo.

Era uma sala grande, com algumas cadeiras apenas. Fui levada para uma sala ao lado, pequena, onde estava o delegado Fleury, que me mandou sentar ao lado da máquina de manivela, que por relatos eu sabia que era usada na tortura com choques elétricos. Ele começou a me interrogar, quando bateram na porta e um policial perguntou o que faziam com meu filho e a babá. Afastaram-se e não pude ouvir mais nada. Perguntaram então se

tinha algum parente para quem poderiam levar meu filho. Falei da casa de minha mãe, em São Bernardo do Campo. Eles decidiram que iriam levá-lo até lá. Eu iria junto para indicar o caminho, mas avisaram que se eu abrisse a boca ao chegar lá e dissesse qualquer palavra o menino e a babá voltariam.

Ao chegarmos, quando o carro parou me dirigi ao motorista da viatura e pedi se poderia esperar até os dois entrarem. E assim aconteceu. No momento que chegou alguém no portão, não me lembro quem, a viatura saiu em disparada.

Estou contando isso, porque nesta semana participei de uma comissão em que fui muito desrespeitada. Precisei viver até agora para, pela primeira vez, ser destrutada publicamente e por isso deixo meu relato público do fato. Esta é a verdade. Todo ser merece respeito e deve ser tratado com dignidade. Fui destrutada justamente por aqueles que pretendem relatar a verdadeira história de nosso país. A maioria dos militantes eram pessoas importantes, algumas com grande participação na luta, outras menos. Eu, que apenas cumpri meu papel, participei da luta como qualquer outra pessoa, mesmo que de maneira pequena. Iniciei minha fala dizendo mais ou menos isso:

Ao me preparar e buscar conhecimentos que fundamentassem a minha luta, a luta que a ditadura fez de mim a mulher que ainda sou, UMA LUTADORA, UMA GUERREIRA, percebi que minha visão de mundo e filosofia de vida foram sedimentadas com dor, sofrimento e muita luta mesmo depois da abertura política. Nunca tive tempo para aproveitar a vida. Poucas vezes tirei férias. O lado bom é que trabalhei muito, nunca em empresas, mas com projetos variados que me permitiram continuar a luta por igualdade, por condições melhores de vida, pela justiça, cidadania. E fui muito feliz. E mais feliz ainda por perceber que meus filhos seguem o mesmo caminho, com uma visão política da vida. Tenho muito orgulho de todos eles. Esta é a prova de que posso ter errado muito, ter muito defeitos, mas vivi em coerência com minha

visão de mundo, vivi de acordo com o que acreditava e acreditei na vida inteira e com os mesmos ideais que buscava em termos de uma sociedade nova e de homens novos, que era quase um lema do nosso grupo de luta.

Outro fato que preciso relatar é que pela segunda vez encontrei uma senhora que não conheço, que me disse a mesma frase, em Brasília e agora em São Paulo. “Meu filho deu um depoimento muito lindo em Brasília, quando o Estado pediu oficialmente desculpas. Ele havia dito, como era seu jeito se ser, que ele nada diria e que eu falasse em seu nome. Ele se sentiu tão valorizado que falou e respondeu a todas as perguntas feitas pela Comissão, foi fantástico. Ele era muito tímido e quase não falava.

Pois bem, voltando ao que preciso dizer a esta senhora, que a partir do momento que ele apresentou sintomas da doença, imediatamente começamos a proporcionar para ele um tratamento. Foram muitos profissionais de várias áreas. Eu, particularmente, passei a estudar a doença, junto aos profissionais, que me indicavam livros e me ajudavam a entender o que era aquele diagnóstico. E acabei tendo uma boa base sobre a doença e sobre sua consequência, e discriminação que havia sobre todos aqueles que tinham o mesmo problema que eram chamados para dar palestras e ajudar famílias com o mesmo diagnóstico. Lá, expressou que com o dinheiro da indenização ele poderia fazer um tratamento, mas era de outro problema que ele tinha no rosto e que foi um dos motivos de depressão e de sua morte precoce. Esse dinheiro nem sequer chegou a tempo. Paguei o tratamento com minha indenização. Foi preciso muita luta para receber e isso o deixou muito chateado.

Para finalizar, quero deixar bem claro que todos os que participaram da luta pela democracia neste país, sem exceção, sofreram torturas — sejam físicas, psicológicas ou moral. Que meu filho foi uma vítima da ditadura é real, mas sua morte prematura foi resultado também de um conjunto de fatores pessoais,

familiares, sociais e políticos. É muito fácil, cômodo, interesseiro, falar que a ditadura matou meu filho.

Muita gente participou da luta, de formas diferentes, com um grau maior de participação, menor, pessoas simples, religiosos, homens, mulheres, intelectuais, trabalhadores, gente simples, sem estudo, enfim, todos tiveram um papel importante e único nessa luta, porque lutavam pelo mesmo objetivo e se todos somos iguais, todos tivemos a mesma importância, são e foram guerreiros na luta pela democracia. Eu presto uma humilde e sincera homenagem a todos, aos que morreram na luta, àqueles que já se foram e a todos que ainda continuam na luta direta ou indiretamente meu profundo amor, respeito e desejo que vivam muito e possam ser felizes e realizados junto com todos os familiares. Em especial aos meus filhos e principalmente ao Cacá, pelo tempo de resistência nesta vida apesar de tanto sofrimento, muitas saudades e que eu possa agora viver o meu luto em paz.

Elzira Vilela

Médica pediatra e ex-militante da Ação Popular Marxista Leninista (AMPL) ou Ação Popular (AP); Membro fundadora do Tortura Nunca Mais São Paulo.

Tenho uma militância política desde 1960, quando entrei na universidade. Em 1962, entrei na Ação Popular. Eu tive o privilégio de viver um Estado democrático de direito que existiu no Brasil antes da ditadura militar. Na época, mesmo sendo estudante de Medicina, trabalhava com educação e fazia parte de um grupo que estava pronto para desencadear o processo de alfabetização com alunos no método Paulo Freire. Na semana do golpe, aguardávamos a verba que vinha do Ministério da Educação para a compra dos projetores de slides. Para quem viveu uma outra fase, o golpe foi assustador. A chamada ameaça do comunismo no Brasil, os chamados terrorismos, tudo isso foi um pretexto para desarticular um processo profundamente democrático que estava instalado no país.

Com a ditadura, fomos obrigados a viver na clandestinidade. Eu até tentei trabalhar como médica no Maranhão, com o sindicato de lavradores, mas em alguns meses já fui perseguida e tive que sair de lá às pressas. Estive em vários Estados do país e tinha certeza que não ia ser presa. Acabei sendo pega em 1973 com meu marido e minha filhinha, que tinha 1 ano de idade. Sofri muita tortura física na Operação Bandeirante. Era o período Médici e qualquer

pessoa que foi detida naquela época passou pelo mesmo ritual de sofrimento. Eu fiquei entre 70 e 80 dias lá dentro da Operação Bandeirante. Foi horrível. Naquele tempo, eles prendiam organizações populares. Então haviam prendido a Ação Popular Marxista Leninista. Da minha família, seis pessoas estavam presas.

Eu saí de lá com a sensação clara de que estava um tanto enlouquecida. Você passa o tempo todo respondendo a interrogatórios, montando histórias. É óbvio que você não vai falar a realidade dos fatos! Eu nunca falei da minha militância para ninguém. Na Oban, você só falava o que a polícia já sabia. E eles só sabiam que eu era médica, que arrumava remédios para os outros. Você monta histórias o tempo todo, e depois ter que escrever essa história com os nomes todos que você inventou é um exercício mental terrível. O tempo todo você está alerta, a qualquer hora te chamam para fazer perguntas.

As torturas eram feitas o tempo todo com você nua. Um dia me chamaram, junto com um companheiro devidamente despedido, e puseram uma máquina de choque elétrico no meu colo e me obrigaram a dar choque nele. Nessas horas eu conseguia raciocinar e pensava em saídas como desmaiar. Você usa mil artifícios, está o tempo todo com a cabeça a mil e isso leva a um desgaste brutal das emoções.

Outra coisa que acontecia era a clandestinidade dentro da prisão. O tempo todo eles colocavam mulheres espãs na nossa cela. Elas chegavam, contavam histórias que não faziam sentido e iam embora. Então você não podia falar em lugar nenhum, conversar com ninguém. Eu não fui presa no presídio. As pessoas que foram pra lá tinham uma vantagem: por um lado, encontraram companheiros, tiveram com quem conversar. Depois de um período de terror como este, se você vai para a prisão acaba descontraído, fica entre iguais.

Mas o pior foi o tempo que estive lá com a minha filha, sem saber o que podia estar acontecendo com ela, pensando que a

qualquer momento eles poderiam trazê-la na minha frente e torturá-la. Podiam desaparecer com ela e ela não tinha optado por nada. Ela estava nas mãos deles. Para quem é mãe, é um drama três vezes maior do que o próprio sofrimento físico. Um dos momentos mais felizes da minha vida foi quando o comandante, depois de cinco dias, apareceu do lado de fora da grade e avisou que tinham entregue a minha filha nas mãos da minha irmã.

Depois de tanto tempo, eu não parava de pé, não conseguia me equilibrar, estava pesando 35 quilos. Mas eles tomavam certo cuidado com as pessoas na Oban. Quem eles queriam matar, levavam direto para a Casa de Extermínio, para não haver testemunhas. Com os outros, que tinham sido vistos, eles tinham um cuidado para que não morressem. Mutila mas não mata — essa era a ideia. Então aproveitei da minha condição e saí de lá. Não me lembro de nada que aconteceu no primeiro mês seguinte. Apagou tudo. Os meus familiares dizem que eu estava completamente desequilibrada, que falava coisas sem sentido, sem parar, não dormia. Foi uma desestruturação muito grande. Além disso, sair e ver que vários companheiros estavam desaparecidos, que a organização que você participava, a que tinha se proposto dedicar sua vida inteira havia acabado... Eu passei muitos anos completamente perdida. Continuei trabalhando, mas sem coragem de pensar no que tinha acontecido. Demorei uns dez anos pra isso.

(Depoimento a Bia Barbosa, da Agência *Carta Maior*, em 2004)

Fernando Di Giorgi

Matemático; Analista de Sistemas; Militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), entre 1968 e 1971.

Informações relativas à prisão por motivos políticos

Fui preso por motivos políticos por duas vezes. A primeira foi no dia 18 de outubro de 1968 por participar do 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, e indiciado no Inquérito Policial nº 15/68 instaurado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops) por infração à Lei de Segurança Nacional. Fiquei encarcerado no Presídio Tiradentes e no Carandiru. Fui solto no dia 26 de outubro de 1968.

Por conta desse inquérito, tive que comparecer várias vezes à Auditoria Militar para audiências juntamente com testemunhas e que sistematicamente eram adiadas. O não comparecimento implicava a decretação de prisão preventiva. Esse inquérito somente teve sua punibilidade extinta em 23 de fevereiro de 1973.

A segunda prisão, feita por agentes da Operação Bandeirante (Oban), ocorreu no dia 24 de outubro de 1969, no Instituto de Física da USP (na Cidade Universitária). Fui indiciado no Inquérito Policial n. 17/69, instaurado pelo Deops. A

prisão se deu no dia da votação para eleição da diretoria do Centro Estudantil da Física e Matemática da USP (órgão representativo dos estudantes destes dois institutos). Eu encabeçava uma das chapas candidatas às eleições e estava em campanha, distribuindo panfletos que continham nosso ponto de vista sobre o papel das representações estudantis na luta política pelo fim da ditadura. Fui preso juntamente com o todo o material, portanto, com todas as provas que poderiam incriminar-me. Fui levado para a Delegacia da Rua Tutoia, onde funcionava a Oban, e lá permaneci por cinco dias até ser transferido para o Deops, onde permaneci por mais dois dias, sendo solto em seguida.

Em 1972, meu irmão gêmeo univitelino, Fábio Di Giorgi, foi preso pelo DOI-Codi — que nasceu da antiga Oban. De posse de meu prontuário, a polícia política achava que nós dois éramos uma única pessoa. Como meu irmão afirmava que éramos dois, tive novamente que abandonar meu emprego, minha casa e me esconder novamente com minha mulher, grávida de meu primeiro filho, pois eles queriam me prender. Novamente um recomeçar do nada.

Informações sobre a ocorrência de torturas

Durante minha permanência na Operação Bandeirante fui torturado durante três dias por diferentes equipes de policiais civis e militares do Exército brasileiro, que atuavam desconhecendo depoimentos obtidos pelas equipes que as precederam.

As equipes de tortura tinham por objetivo responder principalmente às seguintes perguntas: a organização política que eu militava, o nome pelo qual eu era conhecido na organização, nomes e endereços de meus companheiros de militância política, futuros pontos de encontro marcados com meus companheiros, local onde o material apreendido havia sido impresso, dados sobre minhas contas bancárias e nome de minha companheira.

Os métodos usados para que eu delatasse meus companheiros de militância foram crescentes em termos de dores físicas e morais. Primeiro fui bastante esmurrado no estômago para que tomasse consciência do que viria pela frente. Como minhas respostas não incriminavam pessoa alguma, exceto eu mesmo, as violências foram gradativamente aumentando. Já com capuz, fui posto na cadeira elétrica e recebi choques em várias partes do corpo — com intensidade crescente até o ponto de ser impossível conter gritos de dor e horror. Como se tal não bastasse frente à repetição de minhas respostas, fui obrigado a despir-me e fui pendurado nu no “pau de arara” recebendo pauladas e choques elétricos durante o interrogatório.

Esse ciclo repetiu-se por três dias, com o agravante de eu ser retirado da cela sob pauladas e ser confrontado com outros presos quando, através de mentiras, uns são jogados contra os outros e obrigados a assistir as torturas e humilhações de outros presos sem nada poder fazer.

Dois fatores foram decisivos para que as torturas cessassem. Um deles foi o fato, que eles foram comprovar, de eu viver uma vida absolutamente normal paralelamente à minha atuação política: dava aulas diárias numa escola, frequentava regularmente as aulas na Universidade, era bolsista do Instituto de Matemática e professor de Cálculo para o Curso de Medicina Experimental da USP. O segundo, e mais importante, foi minha convicção de que minha vida psíquica seria mortalmente atingida caso eu renunciasse às minhas crenças e fosse responsável pela prisão de meus companheiros.

As consequências das torturas foram sérias. Fui obrigado a viver na clandestinidade durante três anos, pois alguns meses depois de minha prisão os órgãos de segurança obtiveram todas as respostas que eu me recusara a fornecer quando estava nas mãos deles ao prenderem presas pessoas que, infelizmente, deram essas informações.

A perda de uma carreira

Profissionalmente, não pude mais seguir a carreira acadêmica na Universidade de São Paulo para a qual estava me preparando. Tive de renunciar ao que mais gostava de fazer: ensinar, estudar e pesquisar matemática. Não tive alternativa senão aprender novos ofícios, já casado, sem usar qualquer experiência até então acumulada. Recomecei como auxiliar de escritório. Naquele tempo, as empresas exigiam atestado ideológico — o que me dificultava o acesso a empregos.

Enfrentei sequelas psicológicas das torturas sem qualquer apoio de profissionais especializados. Seguem alguns problemas vividos e sofridos:

A ausência de porvir

Durante muito tempo, o maior dano foi a impossibilidade de planejar meu futuro: ele não mais me pertencia. Frei Tito chegou ao extremo desta dor.

A incerteza vivida a cada momento, não sabendo se a cada dia de trabalho estaria voltando para casa à noite, impedia que eu pudesse assumir qualquer compromisso de médio prazo, seja ele no plano afetivo (ter filhos) ou financeiro (comprar uma casa). Até hoje, passados 32 anos, tenho dificuldades em assinar documentos ou entrar em repartições públicas.

O sentimento de impotência

Passou a ser contínua a sensação de perseguição, de que algo de ruim estava sempre prestes a acontecer e eu impossibilitado de qualquer reação.

O sentimento de derrota

Outro sentimento grave foi a humilhação sofrida quando confrontada com o gozo daqueles que a promoveram. Esta contínua sensação de derrota é depressiva — é bom lembrar que a imprensa

nos massacrava com notícias de êxitos econômicos da ditadura e as vitoriosas incursões contra os “subversivos”.

A incompreensão

Além da dor física, a dor psíquica da tortura é indescritível. Em frações de segundo pode-se ganhar ou perder a vida, num átimo somos levados a penetrar nos nossos mais complexos sentimentos para tomar as mais caras decisões. Conheci profunda e precocemente parte importante das contradições inerentes ao ser humano. Este conhecimento involuntário, despreparado e brutal, foi escandaloso e tem demandado muito esforço para que eu me compreenda. Uma dor muito grande, que parece não ter fim, foi a incompreensão daqueles que banalizaram este sofrimento, principalmente do meio familiar. Feridas que não cicatrizam, relacionamentos importantes que se romperam.

Isabel Luiza Piragibe

Psicóloga Clínica e Comunitária; Educadora; Promotora Legal pela União das Mulheres; Ex-candidata a Vice-Prefeita pelo Partido Comunista Brasileiro.

Inicio o relato sobre a minha vivência nos encontros do Grupo Clínica do Testemunho, cuja primeira participação foi por volta de julho de 2013.

Nas atividades da Clínica uma frase muito me sensibilizou e a partir daí tem sido meu mote: “Se há um lugar onde o destino pode ser contrariado, onde o curso das coisas pode ser revertido, esse lugar é o da palavra.”

Quando fui convidada pelo Conselho Federal de Psicologia/Conselho Regional de Psicologia a dar um depoimento sobre o período da ditadura militar (1964-1985), percebi que esse depoimento “disparou” em mim muitas lembranças e trouxe muitas catarses de minha vida, emergindo conteúdos do recôndito da minha alma que me inquietavam.

Numa das audiências públicas sobre Gênero e Verdade da Comissão Estadual da Verdade, encontrei Cristina Ocariz na Assembleia Legislativa de São Paulo, que me convidou para outras Conversas Públicas que ela coordenava. Nossos caminhos se entrelaçaram.

Relembrar o período da ditadura militar me fez refletir sobre minha vida pessoal, familiar e social. Foi ativada em mim uma

enxurrada de lembranças, algumas até então inconscientes que me incomodavam. A frase DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE soava muito forte para mim, mas o que realmente significa essa frase tão subjetiva? O que eu queria desvelar? Seria a busca de um elo pela quebra do silenciamento, do não dito?

Um fato marcante ao iniciar minha apresentação nesse grupo foi, ao verbalizar meus primeiros contatos com a luta pelo comunismo, que fiquei muito emocionada e chorei ao relembrar conteúdos psíquicos até então esquecidos. Foi desconfortável buscar lembranças não muito boas, mas enfrentei porque sabia que falar de algo dolorido ajudaria a me conhecer melhor e a melhorar meu emocional. A partir de então não precisava mais ocultar para as pessoas a minha verdadeira história de lutas, pois agora poderia contar com muito orgulho.

Para mim é importante conhecer outros afetados pela ditadura. Pessoas valorosas com histórias de muitas lutas por ideais revolucionários. Fazer parte da *Clínica do Testemunho* me dá a sensação de pertencimento ao grupo e isso é muito confortável e terapêutico.

A psicologia clínica me faz entender melhor o sofrimento psíquico humano causado pela tortura; porque não é algo que se resolve em pouco ou muito tempo, ou nunca se resolve.

Nem é algo que atinge apenas o torturado pelos agentes do Estado, pois também afeta sua família e todos aqueles que lhe são próximos, assim como todos os perseguidos. Pessoas questionadoras foram presas e torturadas porque incomodavam os militares ditadores, prepotentes, autoritários e sádicos, só porque não compactuavam com suas ideias.

Enfim, o terror praticado pelo Estado atingiu inevitavelmente toda a sociedade.

Ao participar da *Clínica do Testemunho*, algumas vivências nas décadas de 1960 e 1970 emergiram. Eu, muito jovem, não tinha envolvimento com o ativismo político. Hoje entendo como

canalização da revolta da repressão dentro e fora e casa: tudo era proibido e muito perigoso até pelo falso moralismo imposto à mulher na época.

Com as lutas do Partido Comunista Brasileiro, fui canalizando minha revolta de adolescente para a ideologia do movimento comunista e, após, para o ativismo do feminismo. Estar em contato com a psicologia me fez entender melhor as sequelas psicológicas vividas na ditadura. Agora posso entender melhor o sofrimento psíquico dos seres humanos afetados por ela. Esse contato com meu eu e com o outro possibilitou entender melhor traumas e conflitos. Na minha juventude, adorava ir a bibliotecas; retirava livros, estudava e lia muito. Ficava trancada no meu quarto lendo dia e noite. Eu me esquivava do contato com os pais e com as minhas cinco irmãs, mais jovens que eu, para evitar conflitos.

Meu pai não entendia direito, ele achava que comunista era subversivo, e me aconselhava a afastar dessas pessoas. Não sei até hoje como é que foi “planejado”, mas falaram para o meu pai que era bom me internar — e fui parar no Hospital das Clínicas. Lá, eu não sabia o que estava acontecendo, fiquei revoltada de ficar trancada, “presa”, afinal eu não merecia...

As sessões de choques elétricos..., ouvir minhas companheiras descrevendo-as com pavor. Estar ali me deixava assustada. Só aguentei e consegui sair dali quando comecei a falar de coisas que os médicos queriam ouvir. Sair dali para estudar, trabalhar e cuidar da minha vida. Durante mais ou menos três meses no hospital, conheci algumas mulheres (internas) que foram minhas amigas e conselheiras, pois eu era uma das mais jovens do grupo. Na saída da clínica me revistaram mais uma vez. Uma das enfermeiras aconselhou: “Você, saindo, procure não encontrar ninguém daqui, não fale com ninguém que esteve aqui”. Essa fase sombria da minha vida foi possível tornar consciente, equilibradamente, através do acompanhamento das terapeutas da *Clínica do Testemunho*.

Hoje fico refletindo sobre por que disso tudo? Aquelas mulheres foram internadas porque eram militantes? Até hoje não sei explicar. Como fui parar ali e porque estávamos lá. Sobre isso, pouco conversei com alguém mais. Atualmente, com apoio da *Clínica do Testemunho*, consigo falar mais à vontade e quase sem resistências ou mágoas profundas. Consegui elaborar meus conteúdos psíquicos de tal maneira que melhorei minha memória. Talvez porque não preciso mais esquecer, por exemplo, nomes.

Ao fluírem outras reminiscências do meu passado, acabei encontrando anotações quando cursei a Universidade São Marcos. No texto, expunha meu sofrimento. Cumprir as tarefas da escola para não ser reprovada e, conseqüentemente, não perder a bolsa de estudos, exercendo os papéis de profissional, estudante, mulher, mãe, esposa e dona de casa foi difícil. Mal sobrava tempo para o ativismo político. Trabalhava de dia, estudava à noite e ao mesmo tempo CUIDAVA de todos os afazeres de casa e da minha filha. Sentia-me sozinha e sobrecarregada, com muita cobrança e pressão do companheiro, que não via com bons olhos meus “deveres” de dona de casa deixando a desejar! Sentia-me inconformada com o machismo dele, entre outras atitudes... Imagine, então, que tempo me sobrava para o ativismo político?

Num dos achados, descrevi aquela situação assim: “Apesar das péssimas condições de minha situação, me saí bem, dei tudo de mim.” Foi uma época de muito sofrimento, tanto pessoal como socialmente.

Participar de manifestações tais como em defesa do direito ao aborto foram momentos com mulheres que sofreram, mas fizeram disso uma bandeira de luta em benefício de outras mulheres. Nisso encontrei um verdadeiro sentido na vida.

Em 1995, conheci a União de Mulheres de São Paulo. Participando das atividades feministas me reconheci como mulher digna e consciente dos meus direitos. Amelinha (Maria Amélia Telles) já havia me convidado para participar da Comissão

de Mortos e Desaparecidos, mas as resistências falaram mais alto e eu não fiz parte do grupo. Infelizmente, não estava pronta para enfrentar todos aqueles assuntos tão sofridos. Hoje, analiso que não participar desse grupo foi um mecanismo de defesa para me proteger. Ao falar para outros na *Clínica do Testemunho*, pude entender melhor minha atitude. Na época, meu psiquismo não suportaria conversar sobre mortos e desaparecidos políticos.

Nas oficinas que Marta Baião oferecia, dentre outras, estava Amelinha Telles numa dinâmica de grupo em que todas deveriam relatar passagens significativas de suas vidas. Ali me deparei com meus sentimentos mais profundos como mulher. Minha parte no grupo era ler o relato da Amelinha. Ela redigiu na hora o que passou quando foi torturada pelo (Carlos Alberto Brilhante) Ustra na ditadura. Comecei a ler todos os detalhes de como ele, um sádico, a violentou. Minhas mãos tremiam meus olhos lacrimejavam. Tive que parar... e chorei... Fiquei tão chocada em saber que a mulher que estava ao meu lado havia sido torturada assim. Essa guerreira admirada transformou seu sofrimento em compromisso de luta pelas mulheres.

Antes sentia que as formas de violência sofridas não pareciam estar sendo vivenciadas por mim. No Grupo de Reflexão da *Clínica do Testemunho* me sinto fortalecida emocionalmente para enfrentar situações extremas de sofrimento e reagir racionalmente oferecendo acolhida principalmente às mulheres afetadas pela ditadura militar. Como dizia (Ernesto) Guevara: “Hay que endurcerse, pero sin perder la ternura jamás”.

Joana Brasileiro

Jornalista e designer gráfica.

Sobre minha história: minha mãe foi presa quando eu tinha três meses de vida. E só retornei ao seu convívio regular com quase um ano. Até meados dos anos 2000, mesmo sabendo de toda essa história — nada me foi escondido —, ainda assim era com apatia que eu não entendia todos os meandros e essas cicatrizes, no caso em mim tão abstratas e profundas. Tive muitos problemas, muitos de relacionamento com minha mãe, mas só por volta do ano 2007 é que comecei a associar uma coisa a outra, mais profundamente, por conta de muita terapia pessoal. Nessa época minha mãe estava na batalha por indenização, processo que desencadeou nela, na minha opinião, um profundo e amargo resgate das frustrações e das relações daquela época, que foram cingidas pelo regime militar. Mas isso é só uma interpretação minha.

Sobre a *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*

Quando tive a oportunidade de me inscrever na *Clínica do Testemunho*, via nesse esforço também uma oportunidade de me aproximar de minha mãe, com o devido aporte de um

atendimento clínico psicológico profundo e voltado para desvendar aquelas verdades que não foram escondidas, mas estavam entranhadas sutilmente, como um vírus que corrói profundamente sem que se perceba, e por vezes nos transformava em estranhas.

Foi um período curto em termos terapêuticos e gostaria sinceramente que o programa pudesse continuar. As feridas e os traumas foram muito oprimidos e reprimidos, pela tristeza e violência imposta por todas as experiências vividas. Mas muitas vezes ainda mais difíceis de enxergar diante do grau de violência de outros casos da época. Uma das razões por que a decisão de ser uma terapia exclusiva para mim e ela, fez tanto sentido.

Maria Celeste Faria Marcondes

Desde os 18 anos ativista cultural e política, 77 anos.

Exílio... desterro

Sentimentos sem pé nem cabeça. De liberdade... de limitação... de ver a vida passar... sem rumo... e sobretudo tristeza profunda ao acordar. De estranheza ao acender das luzes num cinema... de pânico onde o pânico nunca deveria estar: o despertar lentamente rompendo o efeito de anestésicos... quando o estar viva merece um sorriso... Todos os vaivéns da vida sempre tomando um caráter estranho. E triste. Talvez, como dizia minha mãe, faltasse a cada panela sua tampa.

O domínio do idioma? Privilégio... nem isso seria bem avaliado. Eu sabia mais do que perfeitamente que para aborto há duas expressões: *avortement* = aborto provocado e *fausses-couchez* = aborto espontâneo.

Com uma hemorragia intensa, perdendo sangue aos borbulhões, sou levada do meu trabalho (um Centro de Atendimento a Menores) já com diagnóstico feito pela médica amiga e de plantão. Chego ao *Cauchin*, um excelente hospital. Dou entrada e em pânico afirmo como se estivesse no Brasil: é um aborto!!!

Dia 12 de novembro é o dia em que vários países da Europa param, Feriado Nacional: fim da Segunda Guerra Mundial. Todos vão à manifestação que comemora também, no dia 16, a assinatura da lei que permite o aborto na França.

O pessoal dos hospitais, a maioria integrantes da luta pela assinatura da Lei do Aborto, estava nas ruas com bandeiras, faixas, e vestindo seus uniformes do trabalho.

No hospital, quase vazio, estavam as equipes contra o aborto. Ao dizer “aborto” desencadeei o ódio: “Não atendemos abortos. A senhora vai esperar o pessoal abortista voltar...”

Não chamaram a polícia, como aqui, mas me deixaram na UTI com soro e sangue... isso depois de uma avaliação... e me perguntando como eu provocara o aborto. Tratada como puta, eu tinha tudo que uma imigrante não deve ter para a direita fascista... Era muito bonita, falava correntemente francês e junto à minha bolsa o livro da época: do (Felix) Guattari...

Nunca o exílio me pareceu tão trágico... Fui operada, na madrugada, por médicos que ficaram comigo 27 dias internada... Encantados ao saber que sobre quinino até nos sertões profundos do Brasil as mulheres sabem e eles não. Sabíamos: quinino é abortivo... eu estava tomando para o reumatismo no joelho e não sabia que estava grávida... Nunca mais pude sonhar com um brasileiro quando voltasse...

O Sedes Sapientiae no exílio

Uns nove anos depois chego do exílio e amanheço pensando no Sedes... agora lá nas Perdizes. Vou lá, erro o endereço... fui direto à PUC... pergunto sobre a Madre Cristina... ela fica lá no outro prédio... ”se a senhora tiver sorte ela estará sentada lá no primeiro andar”... tive sorte. ... me apresentei...

E agora, como explicar pra ela a que vim? Enfim, confio nela e me abro... “Madre, sou Celeste Marcondes, não nos conhecemos mas ouvi muito, muito falar da Senhora”...

Ela sorriu e disse: “Bem ou mal?”

“Bem, é claro”...

Então vou contar... “Madre, usei o seu Santo Nome em vão”...

Ela: “meu Santo Nome? Que lindo”...

Foi assim: me candidatei, na busca insana por trabalho, a uma vaga de “faz tudo” num Centro de Reeducação de meninas sob guarda da Justiça... Eram freiras, num ex-convento, a trinta minutos da minha casa... Os testes e entrevistas me qualificaram. A definição era dada pela Freira Diretora... Me pergunta se eu conhecia alguém da Igreja no Brasil.

E então, respirei fundo e com a maior cara de pau declarei: “Sim... a Madre Cristina... no Sedes da PUC, onde assisti a algumas palestras sob alfabetização”... joguei alto... pura mentira...

Consegui o trabalho... quatro anos... entrava às 18h e saía às 7h...

E como exílio enlouquece qualquer um, acordava pensando: “um dia volto ao Brasil e vou falar com a Madre Cristina”... claro que ficava em dúvida se choraria ao lembrar do quanto foi difícil trabalhar à noite...

Agora, quando entro no Sedes, me declaro uma pessoa com certa sapiência.

E agradeço... sem esquecer o sorriso lindo dela ao concluir a visita: “Fez muito bem em usar meu nome... Tá perdoada”... e ria, feliz.

Maria do Rosário Martinez Corrêa

(Lala)

Trabalhou na Prefeitura de São Paulo 36 anos como professora concursada; Participou de vários grupos teatrais amadores e profissionais; Desde 1984 dedica-se à tecelagem, expondo seus trabalhos e ministrando cursos no Sesc, tanto individual como em grupo

Dilourdes e eu fomos colocadas em uma cela individual, onde havia um colchonete de espuma sobre uma bancada de cimento e uma bacia de privada. No ponto bem acima havia uma pequena janela e, no alto, uma lâmpada grande que ficava acesa dia e noite.

Na porta supertrancada havia uma pequena janela por onde passava a comida. Não perguntavam nada e não sabíamos por que estávamos lá, sem notícia de nada e de ninguém pensava: “será que alguém sabe que estamos aqui?”

Fazia frio, estava no inverno, senti que a cor me fazia falta, era tudo cinza. Quando saí, fiz a poesia **Desamor**: é cinza, o que estamos fazendo aqui, o que vão fazer conosco?

Com o grampo, fazíamos marcas no cimento para saber há quantos dias estávamos ali. Ouvia o barulho das ruas e dos trens. E eu fechava os olhos balançando o corpo, imaginando que estávamos viajando de trem.

Desamor

Quando o amor desfaz,
Tudo contamina,

Desbotam as cores,
Cores que são vidas...
O desamor é cinza.
O Dia é escuro,
Não precisa a noite,
Que já tomou conta do dia...
E o dia é cinza.
Palavras já não importam mais,
O que tinha que ser dito, já foi,
O que se tinha pra acontecer, já foi,
Só ficou o dia cinza
E as cores mortas, mortas como a vida
O que se foi...

(01/10/73)

Milton Bellintani

Jornalista; Professor;
Diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política

A identidade insistia que era o mesmo Milton Luiz Bellintani

Rua Sena Madureira, 663. O golpe de 1º de abril de 1964 mudou a rotina da casa, localizada quase na esquina com a Rua Cubatão, na Vila Mariana. Ali, nos dois anos anteriores, o Comitê Central do PCB realizou incontáveis reuniões para discutir os avanços da revolução brasileira no governo Jango.

Sob o calor da quartelada, o Partido incumbiu meu pai e o camarada Sergio Guedes de encontrar lugar seguro para a família de Luiz Carlos Prestes. Não havia. Guedão e meu velho concluíram que seria impossível esconder a companheira do Cavaleiro da Esperança, Maria, e sete dos dez filhos que o secretário-geral teve numa mesma casa. Foi preciso separá-los em diferentes lugares.

Duas das crianças menores, Rosa e Ermelinda, ficaram conosco por semanas. De dia, elas, meu irmão, a mais velha de minhas irmãs, Carla, e eu brincávamos. À noite as meninas choravam por não saber onde estavam a mãe e o resto da família, nem por quanto tempo ficariam em nossa casa.

Em setembro, nossa família decidiu se mudar. A casa, que já ficara visada em 1962, quando meu pai foi preso pelo Deops por causa de um piquete na Avenida Miguel Stéfano, numa greve na fábrica Aliperti, agora era alvo.

Fomos para longe: Alameda Pamaris, 86, na Vila Helena. Hoje, esse microbairro da Zona Sul e todos os demais entre a Avenida Indianópolis e a Avenida dos Bandeirantes, que à época não existia, foram encampados por Moema. Decisão unilateral do mercado imobiliário. A Avenida Ibirapuera, onde circulava o bonde Rodrigues Alves–Largo 13 era, ao lado da Alameda dos Maracatins, a única via asfaltada. No quarteirão oposto, depois do cruzamento com a Alameda dos Carinás, ficava a maior casa dos ciganos no bairro. Havia outras. E antes dela um enorme terreno baldio, que meu irmão Reinaldo e eu explorávamos a cavalo — feito com cabos de vassouras descartadas. Como relutávamos em sair da rua, minha avó nos colocou medo dizendo que as ciganas costumavam roubar crianças. Só de vê-las arrastando as saias coloridas na calçada, meu mundo se detinha.

Décadas depois, o casarão dos ciganos virou casa de shows, o Bourbon Street. E as ciganas ensimesmadas em seu próprio mundo nunca pareceram uma ameaça real. Quem levou embora uma alma de menino, a de meu pai, foram agentes do DOI-Codi. Em 5 de abril de 1974, o sequestram na imobiliária que mantinha com outros companheiros do Partido a alguns quarteirões de casa. A casa caiu depois da prisão e desaparecimento de Davi Capistrano da Costa e José Roman, na fronteira do Uruguai com o Brasil.

Nos dias em que meu pai esteve preso, apanhando e recebendo choques no pau de arara, algo nele se perdeu. Nos 28 anos seguintes que viveu, a identidade insistia que se tratava do mesmo Milton Luiz Bellintani de quem herdei o nome. Mas o pai que sobreviveu ao inferno da Rua Tutoia com Tomás Carvalhal, no bairro do Paraíso, nunca mais foi o mesmo dos meus 14 anos.

(Texto escrito para o site *Memórias da Ditadura*
<http://memoriasdaditadura>)

Regina Elza Solitrenick

Médica; Psiquiatra; Analista fenomenológica existencial;
Membro da ALN. Uma vez militante, sempre militante.
Por uma sociedade justa

Dobras e curvaturas

Já se vão muitos dezosmbros
mas o que superou Buñuel é o da dobra
aviltante
ignomioso
quantos éramos?
não sei
muitos.
obrigados a sentarmos lado a lado
só víamos as mãos
sujos. machucados
física e para todo o sempre aviltados na nossa dignidade
humana
não podíamos falar com quem estava ao lado.
cheirávamos mal
urinados, sangrados, defecados.
Mas era Natal
E mesmo no inferno da Rua Tutoia o Natal era respeitado

E comemorado
Não tinha aparentemente tortura.
E os abutres, religiosos que eram, até uma ceia serviram.
Frango, refrigerante, frutas secas, farofas.
E queriam que comêssemos.
Insistiam
Náusea enorme
Armados nas nossa costas.
Náusea. A sartreana e física.
Náusea.
Ceia de Cristo?
Última ceia.
E a surpresa maior:
surge, o manda chuva do pedaço:
Brilhante.
E não vem só
Um meio passo atrás, como manda a etiqueta (afinal ele é
educado)
sua esposa
encerrando o cortejo, gloriosamente, sua filha de aproxi-
madamente 6 anos
como não podia deixar de ser, acompanhada por sua aia.
E com votos de “FELIZ NATAL”

Roda Viva

Queríamos e queremos ter voz ativa.
Mas a tortura, a física
ou a do exílio
todas torturas
grudaram para sempre.
para sempre.
Sobrevivemos.

E se a roda viva carregou o destino para lá
nós o agarramos
e o trouxemos e trazemos para cá.
ou pelo menos tentamos
e continuamos para sempre tentando.
Tortura é volta tortuosa.
É volta tortuosa. É curvatura.
Escolhi uma:
Do absurdo, aviltante ignomioso Natal que passei quando
estava presa
no DOI-Codi
Poderia escolher o choro das mães que não deram as bone-
cas desejadas por suas janaínas no Natal que passara
Ou como consolar filhos e viúvas dos Fiel Filho
Dos Jeovás. Dos Benês e Tantos companheiros
Mortos
Desaparecidos
Das Lolas. Das Iaras
Das Augustas
e todas as mulheres da luta armada
Os mortos
Todos
Os meus mortos que vivem em parte alguma de mim.
PRESENTES

Mas a cada dia, a cada momento a curvatura está lá.

As filhas das Mulheres de Santana, agora talvez morando
em outros bairros de São Paulo, batem panelas nos terraços
e marcham com suas filhas não mais na Av. São João, mas na
Paulista (assim mesmo, com intimidade, sem avenida), sem
carregarem terços, sem rezarem, usando termos como puta
e vaca ao falarem da Dilma.

E a Tortura, o fascismo, avançam a passos largos
E essas filhas e netas das tão dignas (quem diria) senhoras
católicas, muitas agora professando novas linhas de evange-
lhos, viram o rosto para os assassinatos em série dos negros
pobres da periferia ou de gays.

Continuar sonhando e lutando por uma sociedade sem
DOBRA, CURVATURA.

Segundo Michaelis, TORTURA também significa dobra,
curvatura, volta tortuosa.

O que torturadores querem é quebrar a vontade do ser hu-
mano, sua VÍTIMA.

DOBRAR sua vontade.

CURVAR sua dignidade.

Sua extrema humilhação, percorrendo caminhos os mais
TORTUOSOS possíveis, dando VOLTAS e voltando ao mes-
mo ponto, ameaçando seus familiares, sua vida.

TORTURA, DE QUE TIPO FOR, FÍSICA, EXÍLIO É SEMPRE O
MESMO

ATO FASCISTA DE AVILTAMENTO DA CONDIÇÃO HUMANA.

Samuel Kilsztajn

Professor da Unicamp e da PUC-SP, com pós-doutorado da New School, NY; Pesquisador na área de Economia Política, Demografia e s Saúde Pública

E escrever minhas memórias, para mim, tem sido uma tarefa, o que não significa que o mal vai deixar de existir, mas que ele pode deixar de controlar a minha vida. Quando empreendi a pesquisa e a leitura dos livros e documentos sobre a Ditadura Militar no Brasil, fiquei estupefocado ao vivenciar, em uma nova dimensão, a encruzilhada e a armadilha na qual toda a sociedade brasileira e o movimento estudantil em particular haviam se metido.

Por coincidência, no segundo semestre de 2013, enquanto estava escrevendo as memórias de 1968, fui convidado a participar da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae* da Comissão de Anistia. Conviver com os participantes desta Clínica e com a equipe do Sedes e poder compartilhar nossas singulares vivências durante a Ditadura Militar tem sido um privilégio.

Numa dessas reuniões no Sedes, Maria do Rosário Martinez Corrêa, a Lala, me presenteou com um livro de depoimentos de seu irmão Zé Celso. Lembrei então que, em 1967, eu e uns amigos do colégio montamos uma peça de teatro com a assistência do pessoal do Teatro Oficina, que na época estava apresentando O

Rei da Vela. Lendo o livro, me dei conta que eu e meus amigos de 1968 éramos e continuamos sendo atores do Zé Celso atuando a céu aberto. Nas minhas memórias, até então, eu havia omitido alguns detalhes muito pessoais, que pareciam pouco verossímeis, e que só atravancariam a narrativa. Percebi então que, na verdade, eu estava apenas procurando me proteger das minhas próprias emoções. Depois da leitura dos depoimentos do Zé Celso, tomei coragem e acrescentei as passagens desviantes.

Thaelman Carlos Machado de Almeida

Poeta; Jornalista; Escritor-pesquisador; Ativista das
Mídias Independentes.

Filho de sequestrado político da ditadura militar, em 1971

Eu tinha 14 anos quando ele foi preso em casa, em janeiro, véspera do meu aniversário. A partir de março, depois de minha mãe, eu, minha irmã e uma tia sermos interrogados juntos, permitiram visitas. Íamos aos domingos e o víamos por 20 minutos mais ou menos. No dia em que assisti ao interrogatório da minha mãe, chegamos à delegacia, onde nos identificávamos, mais ou menos às 13h. De lá, atravessamos o pátio, subimos uma escada apertada e fomos levados a uma sala pequena. Tinha apenas uma mesa com cadeiras para cada um de nós sentar. Estávamos eu, minha irmã, minha mãe e minha tia Esmênia, irmã mais nova de minha mãe. Trouxeram meu pai — que apenas assistiu. Sentou-se na nossa frente um homem de meia idade, que começou a fazer perguntas básicas: nome, o que fazíamos, se trabalhávamos, se estudávamos, se minha mãe sabia que meu pai era comunista. Repetiam várias vezes as mesmas perguntas. O homem pegou uma pasta com papéis. Mostrava, voltava às mesmas perguntas e minha mãe repetia as mesmas respostas. Foi cansativo. No fim da tarde nos liberaram. Quando desci a escada e estava esperando minha mãe, enquanto levavam meu pai pelo pátio de

volta à cela, um homem jovem se aproximou de mim e me disse que se eu fosse como o meu pai, “olha o que te espera” — e me mostrou um soco inglês. Eu nem sabia o que era.

Yara Azevedo Cardoso

Professora de português, inglês e francês.
Tradutora e editora

Poema inspirado pelo livro *Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios*, de Luiz Cláudio Cunha
(Que seja pela honra mencionada!)

O sol distante emite raios paralelos
A sombra muda e projeta na fala
E expurga confusos saudosismos
ou desarticula intuições. Dê-me,
Já me deu a voz: parou por instantes
O holograma giratório de um ponderado
Ponto de interrogação: seu livro reporta
E age: na esteira dos ossos alados e olhos
À frente, a boca informa algo perplexo
Para o outro perplexado. (Sob o silêncio,
O feixe de equívocos, o medo encoberto.
Quando o silêncio era saúde
E o pensar, amordaçado. E o ouvido
que convinha ouvir).

(A propósito: Luiz Cláudio recebeu Menção Honrosa da Casa
de las Américas, na categoria de Literatura Brasileira)

Postácio

Instituto Sedes Sapientiae: a transmissão como ato político

O Instituto Sedes Sapientiae tem sido, desde sua fundação, um espaço aberto para a transmissão e produção de ideias e a defesa da ética e dos direitos inalienáveis da pessoa humana. Sua Carta de Princípios afirma seu objetivo de constituir-se em um centro multidisciplinar, de formação e de reflexão crítica, desvinculado da estrutura acadêmica oficial e promovendo a liberdade de pensamento e de resistência à imobilidade do pensamento própria dos regimes totalitários. Espaço destinado àqueles que quiserem estudar e construir um projeto para a transformação da sociedade, pensando o sujeito em seu contexto político-social e visando um mundo mais justo.

Coerente com esse projeto, o Instituto, acolheu e incentivou importantes movimentos populares nos anos de terror: o MST, os Serviços de Proteção às Comunidades Indígenas, as Reuniões da Pastoral da Terra, posicionando-se, sempre, em defesa do processo democrático e lutando

contra as exclusões, as arbitrariedades políticas e as injustiças sociais.

A Clínica Psicológica, existente mesmo antes da criação da psicologia como profissão e da fundação do próprio Instituto, foi um lugar de proteção e atendimento aos perseguidos políticos pelas forças repressivas nos terríveis anos que sucederam o golpe de 64, e ocupou-se, sempre, dos desdobramentos psíquicos e sociais das diversas formas de violência do Estado, inclusive das atuais.

Foi esse posicionamento reconhecido em defesa da democracia e a militância na denúncia e resistência à ditadura civil-militar, que possibilitou a organização e abrigo das primeiras reuniões que levariam à organização, em sua sede, da Comissão de Anistia.

Em novembro de 2010, foi ainda neste espaço que se realizou a 47ª Caravana da Anistia, atividade em que a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça julgou o processo de anistia do teólogo Joseph Comblain, que trabalhou em defesa da liberdade ao lado de D. Helder Câmara e, por suas ações, foi considerado nocivo pela ditadura militar e banido do país, em 1972. Nesse mesmo ato, fez-se o reconhecimento da perseguição sofrida pela igreja católica em sua luta pela preservação dos Direitos Humanos e se homenageou D. Paulo Evaristo Arns e Madre Cristina, fundadora do Instituto Sedes Sapientiae e figura atuante na militância política e no apoio e proteção aos presos políticos.

A história de Madre Cristina faz parte da história constituinte do Sedes. Para ela, o trabalho clínico, a educação e a política eram ações inseparáveis. São memoráveis suas palavras durante a campanha pelas Diretas Já, no dia 25/1/1984, diante de uma multidão apinhada na Praça da

Sé e renunciando o que todos queriam ouvir: “as eleições diretas vão resgatar os mártires assassinados pela ditadura militar”. Com sua veemência habitual ela emocionou a todos que estiveram na praça, naquele dia:

“Fala Brasil, fala pelas urnas, dizendo que teu povo inteiro quer eleição como sinônimo da verdadeira revolução;

Fala Brasil, fala pelas urnas, dizendo que teu povo é muito ordeiro, mas que não é cordeiro;

Fala Brasil, fala pelas urnas, dizendo que teu povo cumpre a constituição que não foi feita da prostituição;

Fala Brasil, fala pelas urnas, dizendo que teu povo exige punição exemplar Brasil, fala pelas urnas, dizendo que 1984 encerra e enterra 1964.”

Foi com a força dessa tradição de convocação à fala, à união, à participação implicada nos destinos do país que, em 2012, quando o Ministério da Justiça apresentou um Edital de chamado público a fim de “selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado”, que o Instituto Sedes Sapientiae se mobilizou para responder e acolher esse projeto.

Seguiram-se dias de muito trabalho preparando o material a ser apresentado para cumprir as normas do Edital, mas também reunindo as pessoas que fazem parte desta história e colocando em discussão o que se entendia por reparação psicológica, as linhas de ação possíveis, e vivendo com entusiasmo a reatualização de nossos ideais e de nosso percurso político.

Este livro é o resultado de um intenso trabalho clínico, político e ideológico. É ele próprio um testemunho. Ainda há muito o que falar, o que aprender com essas experiências, mas

as atividades realizadas nestes dois anos e meio, os relatos e depoimentos dos que participaram deste projeto, são uma amostra exemplar da importância e da necessidade desses espaços de fala, de coletivização, simbolização e de reparação. Seus efeitos estendem-se às gerações futuras permitindo resgatar o valor ético da participação política nos destinos deste país.

A Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae sente-se honrada com a realização deste projeto, que marca também o reconhecimento de sua história, agradece a todos os que participaram de sua elaboração e parabeniza a equipe da *Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, pela seriedade, pela dedicação, mas sobretudo pela coerência política com que levou adiante esta tarefa. Um agradecimento especial a Maria Cristina Ocariz que durante estes anos coordenou o projeto, fomentou redes de acolhimento e abriu novas perspectivas para a sua continuidade.

DIRETORIA INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE
SÃO PAULO, MAIO DE 2015

Título	<i>Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Efeitos Psíquicos e Testemunhos Clínicos</i>
Projeto Gráfico	Editora Escuta
Diagramação	Editora Escuta
Revisão	Teresa Cristina Nunes Telles
Formato	14 x 21 cm
Tipologia	Arno Pro (13/15)
Papel	Cartão 250g (capa) Off set 75g (miolo)
Número de páginas	368
Tiragem:	1.000 exemplares
Impressão	Gráfica Vida e Consciência